

Joaquim Manuel Alves dos Santos

José Ferreira de Lacerda: o sacerdote jornalista

A crónica sobre a Grande Guerra

no jornalismo leiriense



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2011

Joaquim Manuel Alves dos Santos

José Ferreira de Lacerda: o sacerdote jornalista

A crónica sobre a Grande Guerra

no jornalismo leiriense

Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo,
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
sob a orientação do Professor Doutor Carlos Camponez
e a co-orientação do Professor Doutor Saul Gomes

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2011

«A imprensa é composta
de duas ordens de periódicos:
os noticiosos e os políticos.»

Eça de Queiroz

Dedicatória

Dedico este trabalho às minhas duas filhas, **Eduarda e Maria**, à minha mulher, Cristina, minha companhia e exemplo de Amor, de dia e de noite, mesmo quando na investigação para esta dissertação as noites das Estrelas me levavam até às manhãs do raiar do Sol.

A toda a minha família que comigo caminha nesta ventura da vida (pais, irmã, sogros, cunhada, cunhado e ao meu sobrinho João). Todos me apoiaram incondicionalmente neste percurso de ensino superior, um sonho que nutria desde há muitos anos, mas só agora materializado.

Não quero deixar de registar, com imenso reconhecimento e agradecimento, os conselhos e todas as pistas facultadas pelos meus orientadores. Este trabalho tem por base a minha investigação mas foi seguramente beneficiado pelo acompanhamento dos Doutores Carlos Camponez (Orientador) e Saul Gomes (co-Orientador). Um agradecimento de sempre.

Não poderia deixar de agradecer à Dra. Cecília Chá-Chá, aos Drs. Acácio de Sousa, Ambrósio Ferreira e José Casimiro Antunes, pelos seus pertinentes conselhos.

Pretendo também dirigir um reconhecimento especial à Doutora Ana Teresa Peixinho, minha docente no primeiro ano lectivo deste Mestrado de Jornalismo e Comunicação, na disciplina *Jornalismo e Literatura*, por ter acreditado em mim e incentivado a materializar o que no meu passado foi muitos anos uma utopia. Hoje é uma realidade.

Índice

Introdução.....	1
1. Viragem de regime, a Grande Guerra e o jornalismo	5
1.1. Da débil Monarquia à implantação da República	6
1.2 Portugal e a Grande Guerra	17
1.3 O jornalismo, os testemunhos de militares e a arte na guerra	29
1.4. Leiria e a Grande Guerra	31
2. A imprensa de Leiria entre Monárquicos e Republicanos	37
2.1. Dois regimes, duas forças que disputavam o poder	37
2.2. A imprensa leiriense no período da Grande Guerra	45
2.2.1. <i>Leiria Ilustrada</i> - (12-01-1905 – 30-12-1916)	46
2.2.2. <i>O Radical</i> - (02-03-1911 – 12-04-1917)	52
2.2.3. <i>O Anunciador</i> - (19-09-1915 – 11-10-1931)	59
2.2.4. <i>Jornal de Leiria</i> - (07-01-1917 – 31-07-1919)	65
2.2.5. <i>Voz Infantil</i> - (04-09-1918 – 08-02-1919) – Segunda série (impresa).....	70
3. José Ferreira de Lacerda: uma figura multifacetada.....	73
3.1. José Ferreira de Lacerda (1881-1971).....	73
3.2. Semanário católico de Leiria <i>O Mensageiro</i>	86
3.2.1. <i>O Mensageiro</i> - (7-10-1914 – ainda em publicação).....	87
3.3. Confronto ideológico entre Tito Larcher e Pe. José Lacerda.....	100
3.4. Sonho tornado realidade: capelão militar na guerra da Flandres	106
4. Géneros jornalísticos.....	113
4.1. Fronteiras entre crónica e reportagem	113
4.2. Serão crónica os textos <i>Crónicas da Guerra / Em Campanha?</i>	124
Conclusão.....	131
Bibliografia	137
Jornais.....	141
Documentos	142
Webgrafia.....	144
Entrevistas.....	145
Anexos	147
Anexo A1: Cemitério Militar Português em Richebourg (França).....	147
Anexo A2: Cemitério Militar Português em Richebourg (França).....	148

Anexo A3: Monumento de homenagem aos combatentes portugueses (Richebourg)	149
Anexo A4: Felícia, filha de um ex-combatente português na Grande Guerra	150
Anexo A4: Objectos de guerra de João D'Assunção, pai de D. Felícia	151
Anexo A5: Os campos que se perdem de vista, local dos confrontos de La-Lys.....	152
Anexo B: Documento do Ministério das Finanças das pensões de sangue	153
Anexo C: Tito Larcher.....	156
Anexo D: O jornal republicano 'Leiria Ilustrada', o grande rival de 'O Mensageiro'	157
Anexo E: José Ferreira de Lacerda	158
Anexo F: Ficha biográfica do Pe. José Ferreira de Lacerda	159
Anexo G: Santuário Senhor dos Milagres	160
Anexo H: 'O Mensageiro', número 1, de 7 de Outubro de 1914	161
Anexo I1: Ficha do CEP do Capelão Militar José Ferreira de Lacerda	162
Anexo I2: Ficha do CEP do Capelão Militar José Ferreira de Lacerda	163
Anexo J: Diploma de Honra que o Pe. José Lacerda recebeu em 1919	164
Anexo L: Registo do Pe. José Ferreira de Lacerda de 25 de Junho de 1924	165
Anexo M: Entrevista Pe. Luciano Coelho Cristino	166
Anexo N: Entrevista ao Pe. Manuel da Silva Gaspar	171
Anexo O: Entrevista ao Pe. António das Neves Gameiro.....	175
Anexo P: 'O Mensageiro', de 17 de Maio de 1916, com a censura operante	181
Anexo Q: Crónicas da Guerra / Campanha da Flandres.....	182

Introdução

José Ferreira de Lacerda (1881-1971) é uma das figuras incontornáveis da história leiriense do século XX. Figura polémica, mesmo dentro dos meios eclesiásticos, foi sempre um homem de causas, enquanto cidadão, político, sacerdote e jornalista. Um dos objectivos centrais da presente investigação procura aprofundar uma das dimensões marcantes da biografia da sua personalidade como jornalista na Grande Guerra ao serviço de *O Mensageiro*, jornal que ele fundou, era proprietário e transformou no principal instrumento das causas que defendeu.

Ao propormo-nos aprofundar esta questão, considerámos essencial fazer uma contextualização histórica do conflito, nomeadamente as suas causas e as diferentes consequências num pequeno país colonial da periferia da Europa, a viver internamente uma fase particular da sua história: a consolidação da República.

Como se repercutiram estes acontecimentos numa cidade como Leiria? A nossa análise incidirá, em particular sobre o jornalismo leiriense no período de 1914-1918, não descurando o contexto das ideias da época e do debate político que se fazia em torno da jovem República. Para além do conteúdo observado e dos títulos que se publicavam, preocupámo-nos em perceber o drama vivido pelos cidadãos da época, expresso nos títulos das notícias e nos números das vítimas da Guerra.

Outra das abordagens efectuadas consistiu em perceber quando se começou a promover a missão de jornalista profissional no palco da guerra. A Grande Guerra, como acontecimento mediático que foi, fez com que se deslocassem muitos profissionais do jornalismo para a Flandres na sequência do que aconteceu com outros combates bélicos, os quais foram objecto de acompanhamento de um jornalismo profissional em fase de afirmação.

Do ponto de vista jornalístico, a Grande Guerra foi também um grande acontecimento. E um acontecimento é o motivo da notícia no jornalismo contemporâneo. José Ferreira de Lacerda percebeu-o à sua maneira. Aproveitando o facto de ser destacado, de forma voluntária, para a Flandres, como capelão militar, decidiu fazer da causa da assistência espiritual dos soldados portugueses também um

motivo complementar para o exercício de um jornalismo ao serviço dos seus leitores, dando-lhe uma dimensão híbrida de modernismo que, apesar de tudo, cremos, ímpar, em particular no contexto da imprensa regional da época.

Naquele período, a Grande Guerra destaca-se entre todas as notícias: era o acontecimento. Foi justamente esse princípio que norteou José Lacerda, sabendo que não bastaria ser apenas sacerdote, apoiante moral das tropas ou fazendo o culto aos mortos. Foi bem mais longe. Percebeu que o acontecimento da Grande Guerra deveria ser relatado pormenorizadamente, merecendo amplo destaque em *O Mensageiro*, por se tratar de um período histórico absolutamente extraordinário, que deveria constar nas páginas do seu jornal. Ao decidir fazê-lo, nas 31 *Crónicas da Guerra – Campanha da Flandres*, introduziu no jornalismo leiriense algo mais do que um espaço de debate político e ideológico e, à sua maneira, actualizou a noção de que «o acontecimento jornalístico é (...) de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades» (Rodrigues, 1993: 27).

Não pudemos deixar de analisar os textos – denominados por crónicas – à luz do estudo nos géneros jornalísticos, em particular a crónica e a reportagem.. O objectivo deste estudo foi o de caracterizar com maior rigor o género jornalístico dos textos de José Lacerda num contexto em que a crónica reinava e a reportagem se afirmava como um estilo tipicamente profissional de fazer jornalismo. Por isso, analisámos também o tipo de jornalismo que se fazia no início do século XX (de causas), colocando-o em paralelo com o discurso jornalístico em voga num contexto epocal de uma primeira República Portuguesa muito debilitada, com crises políticas constantes e um confronto ideológico muito aceso. Deste modo, pareceu-nos necessário distinguir a reportagem e a crónica, como forma de caracterizar qual dos dois géneros se encontravam nas narrativas da guerra de José Lacerda. Sabe-se que são os géneros jornalísticos que indiciam a forma pretensamente objectiva de comunicar, possibilitando também perceber o meio, o papel mais ou menos activo de quem os escreve, o seu grau de aproximação ou distanciamento, a eventual cumplicidade com o objecto da narrativa e também a presença do realismo ou da ficção.

Resumindo a presente dissertação, ela está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo debruçámo-nos sobre as questões de enquadramento histórico da

Grande Guerra, os efeitos da mesma sobre o Portugal da altura, e a participação portuguesa no conflito. O segundo capítulo consistiu na observação da imprensa de Leiria no período da guerra, dedicando-nos a analisar, no terceiro, a biografia de José Ferreira de Lacerda e a história do seu jornal *O Mensageiro*. Finalmente, a quarta parte, verifica os géneros jornalísticos e as suas fronteiras (crónica e reportagem).

O presente estudo assentou num trabalho de levantamento, análise documental e bibliográfico, nas bibliotecas Afonso Lopes Vieira (Leiria), Arquivo Distrital (Leiria), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Biblioteca Nacional (Lisboa), Arquivo Histórico Militar (Lisboa), Biblioteca do Seminário Diocesano de Leiria-Fátima (Leiria), Casa Paroquial dos Milagres (Milagres), Santuário de Fátima (Cova da Iria), Casa do Clero de Fátima (Cova da Iria) e alguns alfarrabistas. Incluímos também uma deslocação ao palco dos acontecimentos da Grande Guerra, na Flandres, nomeadamente a Richebourg, onde estivemos no Cemitério Militar Português; La Couture, com averiguações efectuadas no Hotel de Ville daquela localidade francesa; Lillers, para levantamento de informações com Felícia D'Assunção, filha de um ex-combatente português e Bois Groiner, região onde se travaram os duríssimos combates da Batalha de La Lys.

A dissertação apresentada pretende contribuir para o estudo da imprensa regional do século XX, através da análise de caso do jornalismo leiriense, com particular enfoque para o jornal *O Mensageiro* e a participação do seu director como sacerdote, capelão militar, político, dirigente associativo, mas muito especialmente como jornalista.

1. Viragem de regime, a Grande Guerra e o jornalismo

A mudança do regime monárquico para o republicano, trouxe a Portugal um período histórico absolutamente excepcional, no espaço que compreendeu o final do século XIX e a primeira década do século XX. Das origens da nacionalidade portuguesa, nos meados do século XII, até ao dia 5 de Outubro de 1910, Portugal tinha sido governado sob regime monárquico, compreendendo um período de quase oito séculos. A instauração da nova República veio mudar por completo o cenário governativo português, trocou alguns protagonistas políticos, legislou o que no passado era chumbado no parlamento do reino e aplicou novos modelos de vida aos cidadãos.

Perceber o jornalismo leiriense e a figura do Pe. José Lacerda do início do século XX implica também compreendermos o contexto político, económico e social da altura, sem os quais não é possível entender o empenhamento daquela que consideramos ser uma das figuras incontornáveis de Leiria durante o período da primeira República. Por isso, desenvolvemos uma análise sobre este período, bem como as razões da participação portuguesa na Grande Guerra, que constitui o móbil que deu origem ao *corpus* de análise da presente dissertação: as crónicas de guerra do Pe. José Lacerda. Assim, começaremos por fazer uma breve abordagem do contexto político dos primeiros anos da República, para depois analisarmos o período que medeia entre 1914 a 1917, fase em que Portugal tinha uma posição neutral no conflito mundial. Seguidamente, debruçar-nos-emos de uma forma genérica, sobre as razões que nos levaram a tomar posição de beligerante, na última fase da guerra, enviando um corpo expedicionário, participação essa que praticamente culminou na batalha de La Lys (9 de Abril de 1918), em que as tropas portuguesas foram derrotadas. A intervenção dos americanos na Grande Guerra, veio ditar a derrota dos alemães, conduzindo o conflito à assinatura do armistício que ditou o final das hostilidades (11 de Novembro de 1918).

A participação de leirienses no desenvolvimento cultural na Grande Guerra, com especial destaque para Adriano Sousa Lopes, assim como a análise aos primeiros repórteres de guerra no jornalismo mundial e português, foram outras das análises efectuadas na presente dissertação.

1.1. Da débil Monarquia à implantação da República

O final do século XIX português trouxe à discussão pública e política uma percepção crescente da necessidade de existir uma alternativa governativa, afastando a Monarquia dos centros de decisão dos destinos do País e dos portugueses. Crescia cada vez mais uma corrente republicana que colocava em causa a considerada cansada e duvidosa Monarquia, num Portugal que se preparava para o alvorecer de um mundo moderno. Por outro lado, existiam movimentações políticas dos monárquicos para um maior controlo das correntes republicanas, no sentido de encontrar equilíbrios e consensos, evitando as tentativas do derrube de regime, do que resultava um gradual agravamento da convivência política entre as duas facções opositoras. Também a imprensa republicana da época não escapou às perseguições monárquicas. A 31 de Janeiro de 1891 dá-se uma revolta republicana que, embora fracassada, desencadeia a partir desta data, um caminho que conduziria Portugal ao regime republicano. A partir de 1893, regeneradores e progressistas assumem o poder do Reino mas a oposição republicana ía afirmando-se cada vez mais.

«Foi necessário que se esgotassem completamente as alternativas de um possível radicalismo monárquico para que se pensasse, finalmente, na organização autónoma de uma formação partidária de significado inequivocamente republicano. No limiar da década de 70, os periódicos republicanos continuavam a ter uma fraca esperança de vida» (Homem, 2001: 15).

Nas primeiras décadas do século XX português, também não encontramos equilíbrios de relacionamento institucional no contexto político, social, económico e até mesmo cultural, com particular enfoque para a imprensa da época. Em 1901, João Franco¹, que tinha sido Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, abandonou os regeneradores e funda o Partido Regenerador Liberal, numa tentativa de sair do ciclo negativo da sua posição política.

Portugal vivia sob o regime de uma Monarquia que se encontrava numa fase de declínio, percebendo-se que seria inevitável encontrar soluções e implementar reformas estruturais, carecendo por isso de uma outra organização político-administrativa. Porém,

¹ Sobre a biografia de João Franco, consultar as obras de Oliveira Martins (Martins, 2001) e Amadeu Carvalho Homem (Homem, 2001).

até se chegar ao republicanismo português, vivemos um período de sucessivas tentativas falhadas de mudar os destinos do País.

«Entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, o ritmo dos acontecimentos nas sedes de poder, as sucessivas crises governativas e a emergência de numerosos grupos políticos, e mesmo de pressão, provocaram duras lutas ideológicas. Os panfletos e os jornais traduziram não só os ideais e os conceitos desses grupos, mas também os sentimentos que os uniam ou dividiam, as criações artísticas e o seu *modus vivendi*» (Portela; Lucas, 2010: 5).

A Monarquia não viria a resistir dez anos completos no século XX. D. Carlos I, que era o rei de Portugal desde Outubro de 1889, será uma vítima dos momentos de agitação social e política. Os primeiros anos do novo milénio revelaram-se como dos mais difíceis para a sua governação, passando pela necessidade de intervir no sistema político, dando e retirando meios de governação. As suas resoluções foram consideradas, por diversas vezes, desajustadas das verdadeiras necessidades do País, gerando um desgaste entre os partidos monárquicos portugueses.

No dia 1 de Fevereiro de 1908, D. Carlos I e o seu filho herdeiro Luís Filipe, foram assassinados no Terreiro do Paço, em Lisboa. O regicídio revelou-se determinante para o virar de página da Monarquia, num tempo marcado por cidadãos cansados dos escândalos financeiros, erros e violências do regime. Nenhum partido republicano reivindicou o crime, mas a partir desta data o cenário político-administrativo alterou-se profundamente. As correntes republicanas ganham espaço. Terminava aqui a prepotência da ditadura franquista.

«Em 1 de Fevereiro do mesmo ano, deu-se o regicídio, tendo sido assassinados o príncipe Luís Filipe, e o rei D. Carlos que apoiou as tendências ditatoriais de João Franco, bem patentes numa lei que fez publicar entre 1893 e 1897, na qual admitia a deportação dos inimigos do regime» (Fernandes, 2010:17).

Entretanto, os intelectuais da época começam a difundir os seus argumentos em favor da criação de uma República portuguesa. Muitos publicaram as suas ideias para inverter ou modificar um regime que era cada vez mais considerado problemático e nada vantajoso para o povo.

Foi justamente no ano do regicídio que um jornalista português publicou as conhecidas *Cartas Políticas*. João Chagas², considerado uma das figuras incontornáveis na luta republicana, incluiu nos seus contributos escritos os muitos pensamentos políticos que caracterizaram o estado real de Portugal. Naquele tempo, os seus textos mostraram um forte poder reivindicativo, reflectindo sobre a necessidade urgente de mudanças estruturais no País.

«Quando começam a publicar-se, em 1908, as ‘Cartas Políticas’, de João Chagas, ninguém se atrevera a prever a influência decisiva que essa publicação teria na preparação do movimento revolucionário de Outubro de 1910. Foram elas o clarim que estridentemente anunciou a proximidade e a iminência desse acontecimento decisivo da vida nacional» (*História da República*, O Século, 1960: 430).

João Chagas foi uma das personalidades que mais lutou contra os monárquicos, quer pela via diplomática, como através da sua vastíssima produção editorial (jornais e outras publicações). Portugal somava uma cada vez maior desorientação e instabilidade política, crescendo, de dia para dia, a corrente republicana que ocupava o seu terreno de forma estratégica. Neste grupo determinado de viragem de regime político, integrou-se João Chagas, personalidade que mais tarde havia de desempenhar cargos públicos de grande importância.

«Enquanto Portugal viveu sob o regime político monárquico, foi um jornalista conceituado, um planfetério agressivo, um implacável demolidor da Monarquia. Com a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, para a qual contribuiu como poucos, foi, fundamentalmente, um diplomata no mais puro sentido da palavra. Mas foi também presidente do primeiro Governo constitucional da República, ou seja, o primeiro Primeiro Ministro republicano em Portugal» (Novais, 2006:19).

Apesar do período conturbado, a Monarquia ainda resiste até 1910 com o reinado de D. Manuel II, um rei que vem a sofrer crises sucessivas, com uma profunda agitação e contestação política. Mesmo assim, o rei tenta manter a união e ordem constitucional mas a Monarquia já não tinha qualquer reputação entre o povo.

Surge na luta de poder, com mais intensidade, o Partido Republicano e alguns movimentos organizados, com o objectivo de mudança de paradigma do regime. Entre

² Sobre a biografia de João Chagas, consultar a obra de António Reis, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada (Reis; Magalhães; Alçada, 2010: 124-125).

eles encontra-se a Carbonária Portuguesa, um movimento que surgiu como forma de contribuir decisivamente para o derrube da Monarquia³. Não fosse esta organização e os seus congéneres, entre eles a Maçonaria⁴ e as gerações académicas de Lisboa, Coimbra e Porto, e a revolução talvez tivesse sido votada ao fracasso. O povo e as próprias forças de segurança, associavam à Carbonária uma ideia enigmática, sem com isso tomar consciência que esta se organizava cada vez mais para participar no acto revolucionário que levaria à proclamação da República.

Quanto à Maçonaria, associada às elites e figuras de poder, já vinha desde o século XIX a posicionar-se para contribuir para uma mudança dos destinos governativos de Portugal. A Maçonaria também contou com a participação entusiasta de alguns elementos do clero, apesar de a Igreja Católica se ter demarcado dos seus posicionamentos e dos seus princípios. O historiador Oliveira Marques justificou isso mesmo na sua investigação, referindo que católicos e maçons não estiveram tão divididos como algumas vezes se quis transmitir, chegando ao ponto de existirem em ambos os lados algumas confusões nos rituais.

«Do ponto de vista religioso, a esmagadora maioria dos maçons portugueses do tempo abraçou a fé católica, chegando mesmo a confundir ideais maçónicos com ideais cristãos» (Oliveira, 1997: 227).

³ Carbonária Portuguesa, reorganizada em meados de 1907. Não é a agremiação com o mesmo nome Carbonária Portuguesa, criada em 1832. Os carbonários ajudaram a atingir a implantação da República, visto terem sido opositores fortes à Monarquia (Costa, 2010: 75).

No fim do século XIX havia várias organizações secretas que conspiravam para transformar a sociedade e derrubar a monarquia. As mais importantes foram a Maçonaria e a Carbonária. (...) A Carbonária tinha surgido em Itália no século XVIII. De início tratava-se de um grupo que desencadeou lutas pela independência de Itália contra os imperadores austríacos. Os elementos do grupo escondiam-se nas cabanas dos carvoeiros, daí o nome ‘carbonária’ (Reis; Magalhães; Alçada, 2010: 50).

⁴ A Maçonaria (uma organização secreta) foi criada em Inglaterra, no século XVIII, por homens que pretendiam modificar a sociedade. Eram contra as desigualdades e os privilégios, sonhavam construir um mundo onde houvesse liberdade, bom entendimento e paz entre as religiões. “Maçon” significa “pedreiro” – os maçons queriam ser construtores de um universo novo. Naquela época, as ideias do género eram consideradas perigosas e revolucionárias, portanto tinham que ser divulgadas em segredo. Os maçons, que em Portugal se chamam também pedreiros-livres, foram-se organizando em pequenos grupos. Cada grupo formava uma “loja”. Reuniam-se num local secreto decorado com elementos simbólicos: o esquadro (símbolo da rectidão) e o compasso (símbolo da espiritualidade) dos pedreiros, as duas colunas do templo de Salomão e outros. Usavam também trajes simbólicos como, por exemplo, um avental com desenhos (símbolo de trabalho e da transformação da pedra bruta em pedra polida). Quem pretendesse ser admitido numa loja maçónica devia submeter-se a provas morais e físicas chamadas “viagens”. Se fosse considerado apto, jurava então que guardaria para sempre os segredos que lhe fossem confiados. (...) A Maçonaria teve um papel muito importante na implantação da República em Portugal. Quase todos os chefes republicanos portugueses pertenceram à Maçonaria (Reis; Magalhães; Alçada, 2010: 49-50).

A Igreja Católica, oficialmente afecta aos valores conservadores monárquicos, vê que muitos dos seus elementos se destacam gradualmente pela sua participação maçónica.

«Sacerdotes, Bispos e até Cardeais eram moeda corrente nas lojas, distinguindo-se alguns pelos graus obtidos e pela posição que ocuparam na hierrarquia da ordem» (Oliveira, 1997: 227-228).

A transição de regime não foi pacífica. O processo foi longo e difícil. Surgiram, fruto de uma cada vez maior insatisfação dos cidadãos, movimentos e partidos políticos, face a uma Monarquia que se «esvaziava» nas soluções para o País. A 4 de Outubro de 1910, desencadeou-se uma iniciativa republicana que viria a mudar os rumos histórico-políticos de Portugal. Foi bombardeado o Palácio das Necessidades, local onde se encontrava o rei e, no Tejo, instalaram-se unidades navais, consideradas indispensáveis para o coroar de êxito das operações, mas cujo principal efeito consistiu em amedrontar os defensores da Monarquia. Com a investida determinada das forças republicanas, o rei é forçado a abandonar o trono e segue com a família para Mafra. Chegam cada vez mais efectivos civis armados que pertencem à Carbonária e todo este conjunto de reforços, numa acção concertada, provocaram a derrota das forças monárquicas.

«A 4 de Outubro de 1910, rebenta em Lisboa a revolta republicana, chefiada por Machado dos Santos, e no dia seguinte é proclamada a República. A Monarquia soçobrou, tendo-se, D. Manuel, refugiado a bordo do iate real D. Amélia, seguindo para Inglaterra, onde viveu até à sua morte» (Sousa, 2001: 157).

No dia 5 de Outubro de 1910 foi instaurada a República Portuguesa, proclamada nos Paços do Concelho de Lisboa. O regime monárquico português foi derrubado do poder, juntamente com as suas instituições e as suas figuras. O desfecho indesejado da revolução republicana ditou ao último rei português, D. Manuel II, um exílio em Inglaterra. O conflito que nos conduziu à instauração da República de Portugal deixou mazelas sociais e vítimas. Traduziram-se em 65 mortos e 728 feridos, com as baixas a pertencerem essencialmente a elementos do povo que se envolveram entusiasticamente nesta causa nacional⁵.

⁵ Dados retirados da publicação *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, de João Freire, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

«Foi uma insurreição política, feita por militares e revolucionários civis, que saiu vencedora de um poder governamental monárquico já incapaz de reagir. Ente eles, os anarquistas ‘intervencionistas’, alguns dos quais se tinham tornado carbonários, e demais bombistas e ‘artilheiros civis’» (Freire, 2010: 32).

Os portugueses, após uma década cumprida do século XX, depositaram na República as maiores expectativas para a necessária mudança que se esperava que viesse a acontecer nas próximas décadas, eliminando o atraso no desenvolvimento e vendo o fim das crises políticas de que o País fora alvo. A única exceção chega das forças opositoras da Monarquia que não acreditavam nas promessas republicanas e sonhavam com a reconquista do poder.

Estamos perante um Portugal agrícola, marcado pelas altas taxas de analfabetismo (75,1%), com maior incidência para as mulheres (81,2%)⁶, com diferenças acentuadas de género, onde homens e mulheres não tinham os mesmos direitos. A população revelava uma enorme carência educativa, agravando as aspirações de mudança e evolução da sociedade portuguesa, num tempo em que os jornais e livros publicados tinham como leitores, apenas os mais ricos e os intelectuais. Os republicanos elegeram a educação como uma das mais importantes reformas, tentando assim, aproximar Portugal à realidade europeia. As escolas móveis de João de Deus foram uma das soluções implementadas que muito ajudaram na instrução deste virar de século.

«Mais de 80 por cento da população habitava o campo; só menos de 20 por cento era da condição urbana. Destes 20%, muito mais de metade vivia em duas cidades apenas: Lisboa com uns 500 000 habitantes, e o Porto com cerca de 200 000.» (Marques, 1988: 12).

Depois da instauração da República, foi constituído um governo provisório que teve como presidente Teófilo Braga⁷, mantendo-se em funções até 24 de Agosto de 1911, data em que foi aprovada a nova Constituição.

Os primeiros tempos da República Portuguesa não trouxeram bonança aos novos governantes do País. Viveram-se tempos difíceis e confusos, resultando num período de grande convulsão. Surgem revoltas contra um regime que demonstrava também ele ser

⁶ Dados retirados da publicação *História de Portugal – Da República à União Europeia*, de Maria Cândida Proença, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2009.

⁷ Sobre a biografia de Teófilo Braga, consultar consultar a obra de António Reis, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada (Reis; Magalhães; Alçada, 2010: 93-94).

incapaz de trazer rápidas melhoras para a situação do País, colocando-se cada vez mais em causa a República, enquanto alternativa política. Decorreram, assim, centenas de protestos e manifestações, com portugueses que se queriam expressar muito especialmente contra a indesejada estagnação económica. Para muitos portugueses, alguns adeptos de uma Monarquia ressentida, o regime republicano poderia ter sido um engano, até porque muitos dos políticos que integraram os primeiros governos republicanos, também eles não mostraram ser capazes de contribuir para a estabilidade e entendimento.

«O mês de Janeiro de 1911 foi terrível. As greves multiplicaram-se e a violência entre grevistas e republicanos aumentou. Do fim de 1910 a 1911, registaram-se 247 greves» (Ramos, 1994: 448).

Entre os constituintes da I República existiram problemas graves, com uma quase completa ausência de consensos, num cenário de muitas dificuldades económicas, chegando-se mesmo à falta de pão para o povo. Para além disso, outras personalidades adeptas da República, que no tempo da Monarquia tinham lutado pelas mudanças de regime, decidem agora não assumir as suas responsabilidades, precisamente quando o regime já se havia implantado como uma realidade e mais precisava deles.

«Quanto à origem social dos deputados, é de destacar o facto de não encontrarmos grande representação dos sectores que, na década anterior, mais aguerridamente tinham animado a militância republicana. Pode mesmo sustentar-se que nem sequer se deu qualquer ruptura em relação à origem social dos deputados monárquicos» (Catroga, 2000: 161).

Um outro entrave, impediu a estabilização do sistema político republicano. Muitos dos seus constituintes não eram políticos experientes, chegando mesmo a haver tomadas de posição contraditórias, colocando em causa os métodos de governação de Portugal. Mesmo assim, o Governo Provisório de Teófilo Braga foi dos que mais estabilidade política obteve, conseguindo legislar matérias de grande importância para o País, tais como: a Lei da Família, a Lei do Registo Civil, a Lei do Divórcio e a corajosa Lei da Separação do Estado com a Igreja, que viria a ditar mais tarde uma oposição declarada do Vaticano contra o Estado Português.

A República perdia credibilidade, não só porque os exemplos não vinham de cima mas também pelo optimismo que depressa desaparecia nos portugueses. Também as reformas prometidas, depois do Governo de Teófilo Braga, são insuficientes e muito duvidosas.

«A República foi caracterizada por um agravamento da instabilidade política. Sucederam-se os ministérios e foi impossível criar as condições para as reformas eficazes que se sabiam necessárias.» (Marques, 1988: 11).

Entretanto, a Lei da Separação do Estado com a Igreja, aprovada em 20 de Abril de 1911, pelo então Ministro da Justiça, Afonso Costa, viria a ser determinante nas variadíssimas transformações que existiam em Portugal. Veremos como esta separação colocou tanto entrave na forma de estruturar e de se relacionarem as organizações do Estado e do Clero, apenas ultrapassada em 1917, já em plena Grande Guerra, com o reatamento parcial das relações entre o Clero e o Estado e entre o Vaticano e Portugal.

«No seu radicalismo, Afonso Costa publicou uma vasta legislação que surgiu como a concretização das aspirações laicas dos republicanos que tinham lutado no interior do liberalismo monárquico pela neutralidade do Estado em matéria religiosa e pela separação da Escola da Igreja. A acção legisladora jacobina, levada a efeito pelo ministro da Justiça, afastou muitos católicos moderados do novo regime, esvaziou o centro político, antagonizou posições e teve impactos noutros países» (Neto, 2002: 33).

O Estado demarcava-se definitivamente da Igreja, dos seus serviços, das parcerias estabelecidas e também das influências do Clero nos actos de governação. Com esta Lei da Separação, um dos serviços dispensados que a Igreja até então prestava foi o dos registos de paroquianos, passando a efectuar-se os de natureza civil. Deste modo, também toda a máquina do Estado passou a perceber as evoluções demográficas das populações, iniciando o seu ciclo de conhecimento, sabendo-se com mais exactidão a quantidade e a distribuição dos cidadãos.

«O decreto de 20 de Abril de 1911 – Lei da Separação da Igreja do Estado – dispunha que a religião católica, apostólica, romana, deixava de ser religião de Estado e que todas as Igrejas ou confissões religiosas eram autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendessem a moral pública, nem os princípios do direito público português» (Catroga, 2000: 161).

A 24 de Agosto de 1911, Manuel de Arriaga assumiu os destinos do País. Os sintomas de dificuldade agravaram-se e eram percebidos pelos próprios protagonistas políticos, incluindo o primeiro presidente da República Portuguesa, eleito por uma maioria republicana moderada, aquela que iria dar lugar aos futuros Partidos Evolucionista e Unionista. Para além de serem homens pouco experientes para a governação, algumas das suas decisões continuavam a não agradar aos cidadãos politicamente activos que passaram a colocar cada vez mais em causa as mudanças de regime.

Referindo-se à sua actuação política, Manuel de Arriaga considera-se acima de tudo um intelectual, escrevendo sobre este facto no seu livro de memórias, justificando-se como um político inexperiente. As suas referências constituem um testemunho vivido na primeira pessoa, com imensas dificuldades encontradas na gestão de um País que se reorganizava em quase todos os sectores do Estado, modificando ou alterando legislação, extinguindo, melhorando ou criando novos organismos públicos, outros modelos de organização do Estado, incluindo a Constituição da República, aprovada a 21 de Agosto de 1911. Refere a este propósito o próprio Manuel de Arriaga:

«Comecemos por confessar que nunca fomos políticos de profissão. A política como ela se pratica em Portugal, deturpando a pureza do sufrágio, foi sempre aos nossos olhos uma das causas primaciais da degradação dos costumes e da decadência do País» (Pinto, 2001: 20).

Este texto mostrava algumas das limitações na governação do País, factor que não ajudou o processo de estabilidade política que a sociedade e a recente República Portuguesa necessitavam. Os líderes republicanos mostravam fragilidades, com os seus desentendimentos constantes mas também com a inexperiência política. Estes factos foram seguidos atentamente pelas forças monárquicas que desejavam que o regime republicano não vingasse. Com estas condicionantes, foram crescendo as esperanças de recuperação de poder, seguidas com atenção pelo rei D. Manuel II, exilado na Inglaterra.

«Quando em 24 de Agosto de 1911, agradeceu ao Congresso a confiança depositada ‘num velho que pouco pode, mas que poderá muito com o vosso auxílio’, muitos terão concordado em que se tratava do homem possível para um lugar cujos contornos eram

imprevisíveis. Passado pouco tempo, o sentimento generalizado era de que se tratava do homem errado para um lugar que permanecia incerto» (Pinto, 2001: 38).

No Verão quente de 1914, teve início a Grande Guerra, acontecimento que viria a marcar gerações e a transformar por completo as relações entre os povos do mundo, com repercussões para Portugal que, embora não tenha assumido uma posição beligerante na sua fase inicial, acabou mais tarde, por entrar no conflito. O País vivia uma situação financeira difícil, com a emigração a aumentar e a agitação social a agravar-se. Manuel de Arriaga demitiu-se, em 26 de Maio de 1915.

É então que se dá um conflito grave entre o Partido Democrático de Afonso Costa e Manuel de Arriaga, muito amigo e cúmplice dos grupos minoritários republicanos que o tinham elegido. Teófilo Braga entra novamente em cena, como presidente da República substituto, a 29 de Maio de 1915, ficando no poder até ao final do mandato de Manuel de Arriaga em 5 de Agosto daquele ano.

Segue-se a presidência de Bernardino Machado, de 6 de Agosto de 1915 até 5 de Dezembro de 1917. Depois desta data, inicia-se um período conturbado, com a ditadura do presidente Sidónio Pais, que viria a comandar os destinos de Portugal até 14 de Dezembro de 1918, altura em que é assassinado.

É neste ciclo político de Manuel de Arriaga até Sidónio Pais, que se desenrola a Grande Guerra, um conflito que marcou gerações, não contribuindo para a estabilidade da sociedade portuguesa, a braços com uma classe política inexperiente e pouco respeitadora dos seus compromissos republicanos. Assistia-se a um assumido Estado anticlerical, numa lógica mais liberal e autónoma, mas também a uma Igreja influente e com um passado que deixou marcas no dispositivo administrativo e diplomático do País.

Os governantes dos primeiros tempos da República, regime inicialmente inspirado nos princípios do liberalismo, com novas opções de vida para a sociedade portuguesa, como o afastamento da Igreja dos assuntos do Estado, vieram mais tarde a efectuar uma cedência, admitindo novamente o Clero na participação do processo construtivo da sociedade. O Estado percebeu que cumpria melhor as suas funções numa maior proximidade com a Igreja Católica e também numa clara percepção que seria essa a vontade dos cidadãos. O passado não se podia apagar. Os registos de vivências claras da Igreja no exercício religioso mas também influente nos sistemas políticos e capitalistas

de Portugal, deixaram obviamente uma marca que voltaria a ser recordada e evocada com as problemáticas governativas da primeira República.

Os republicanos, que queriam estar sozinhos, sem Monarquia e Igreja, tiveram de ceder às pressões eclesiais, reatando assim muitas relações que foram cortadas nos primeiros tempos da República. Estas duas forças não podiam ser ignoradas devido à sua persistência e consistência na história e na sociedade portuguesa. A Grande Guerra trouxe a Portugal mudanças, entre as quais, as do relacionamento do Estado com a Igreja, reatando relações, repartindo tarefas e funções.

A Igreja Católica viveu, pois, um período muito conturbado. Arredada de alguns poderes, temia que as suas doutrinas e o teor da sua vitalidade religiosa fossem destroçados pela máquina do Estado, de uma República cegamente laica. Ou seja, Estado e Igreja, embora mais separados, continuaram a ser livres e distantes nas suas ideologias, mas também próximos e cúmplices nas acções desenvolvidas na sociedade portuguesa, que aceitava a religião e a fé como sentido de vida. Se até 1910 a Igreja fora tão próxima do poder da Monarquia, veremos mais tarde que o próprio Clero, apesar de um período de dificuldades e de desarticulação, passará novamente a ter um papel decisivo e operante.

«O Estado – ao menos nos textos oficiais – continuou a não se compreender sem religião, considerada como legado histórico-cultural ou meio de moralização social; a Igreja não se desvinculou do Estado, nem antecipou as vantagens de tal desvinculação, permanecendo algo estática no seu centro e pouco aberta na periferia sociocultural. Em geral, sustentava pouco convicta o existente e temia demasiados riscos» (Ferreira, 2002: 125).

Os portugueses, muito próximos e adeptos dos valores da Igreja Católica, perceberam que se abriam horizontes para uma sociedade de debate de ideias, incluindo dentro do Clero que no passado se fechava no seu próprio círculo. A primeira República trouxe um afastamento, mas foi a Grande Guerra de 1914 que se veio a revelar como fonte de reaproximação com o Clero português, num reatar de relações, muito especialmente com a necessidade dos serviços das capelanias militares no conflito, conforme verificaremos mais adiante.

1.2 Portugal e a Grande Guerra

A Grande Guerra teve origem em Sarajevo, com o assassinato do grão-duque Franz Ferdinand de Habsburgo (herdeiro do trono Austro-Húngaro), no dia 28 de Junho de 1914, aquando da sua visita à Sérvia. O conflito bélico mundial, conhecido como a Guerra das Guerras, veio ditar mais de quatro anos de sofrimento para as nações do mundo, especialmente aquelas que mais se envolveram nas hostilidades, incluindo Portugal. Mas, não teria sido apenas o assassinato de Franz Ferdinand o verdadeiro motivo do conflito. Tratou-se somente de um pretexto. As nações tinham disputas imperiais, ambicionando entre elas as alterações ao mapa colonial. Os interesses pelo poder estratégico e económico conduziram à constituição de duas alianças (tríplices). A Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro, formaram a Tríplice Aliança, para lutarem contra a Tríplice Entente, constituída pela Inglaterra, França e Rússia.

Para além de uma disputa de colónias, os ressentimentos da revolução industrial do século XIX e a democratização de regimes, aliados às mutações económicas que advieram dessas novas realidades, criaram o cenário perfeito para o despoletar de um conflito mundial.

A bala disparada em Sarajevo desencadeou uma série de tensões acumuladas na Europa e que culminaram num grave conflito mundial, conforme relatou em 1914 o periódico *O Jornal do Comércio e das Colónias*:

«Temos que nos curvar perante a realidade dos factos. Estávamos convencidíssimos, apesar dos telegramas recebidos anteontem de madrugada serem pouco tranquilizadores, que não se daria a conflagração geral em que tanto se falava e tanto se receava, e a nossa convicção provinha de duas ordens de ideias: primeira, que no século XX houvesse mais bom senso que nas épocas bárbaras e que a desmedida ambição material fosse suplantada pelos sentimentos humanitários; segunda, que tratando-se de um conflito entre duas nações relativamente pequenas comparadas com as grandes potências, estes só interviriam com fins pacíficos e altruístas. O conflito austro-sérvio que podia ser liquidado, e devia sê-lo, pela diplomacia, degenerou numa guerra pavorosa, tremenda, entre as maiores nações da Europa».

As nações fundadoras do conflito organizaram-se para aquela que iria ser uma guerra das grandes tensões, dos avanços e recuos de alguns aliados, com posições nem sempre bem definidas. A Rússia, que avançaria por ser aliada da França e Inglaterra,

nem sempre iria manter a mesma posição, assim como a Itália, que pertenceu à proximidade do Império Austro-Húngaro e da Alemanha, também se distanciou da sua tríplice inicial, passando para a outra aliança no ano de 1915. Mas a guerra começou na Bélgica e bem depressa ultrapassou a fronteira com a França, desencadeando ali os mais destacados episódios desta hecatombe.

«Em 1914, o plano alemão, chamado Schlieffen, previa, para evitar o combate simultâneo em duas frentes, esmagar a França, passando pela Bélgica neutra antes de se voltar contra a Rússia. Em Agosto, durante a aplicação deste plano, os alemães invadiram a Bélgica penetrando depois em França. Mas a ala direita alemã, comandada por Von Kluck, carregou em direcção ao Sudeste em perseguição do exército francês e desfilou à vista de Paris, expondo-se imprudentemente a um ataque a partir do campo entricheirado organizado nos arredores da capital» (Carol; Carriques; Ivernel, 2011: 334).

Portugal não entrou na guerra em 1914, assumindo a posição de neutral. No entanto, várias personalidades políticas defendem a participação no conflito, entre as quais, uma se destaca, tornando-se num dos maiores adeptos da participação portuguesa na Grande Guerra.

Afonso Costa, que tinha pertencido à revolta republicana falhada contra João Franco, de 1908, fora poupado pelo regicídio que o devolveu à liberdade. Viria a assumir o cargo de Ministro da Justiça no Governo Provisório na primeira República, embora a sua actividade se desenvolvesse mais no Partido Republicano, onde se destacou como o grande estratega e reformador do regime. Mais tarde, alistou-se no Partido Democrático que viria a vencer quase todas as eleições da República, até ao ano de 1926. Nesses primeiros tempos da guerra foi Afonso Costa e alguns dos seus pares que começaram a promover e até a preparar estrategicamente o envolvimento de Portugal na Grande Guerra.

Embora Portugal se considerasse oficialmente neutral, o certo é que correspondeu positivamente no dia 13 de Agosto de 1914, a uma solicitação da Inglaterra para participação no conflito. Se por um lado, em Portugal havia uma relação cúmplice com os ingleses, por outro, existia também uma corrente que se manifestava declaradamente contra a Inglaterra, considerada como o cerne de todos os problemas nacionais, questionando a solidez e os fundamentos de uma aliança política segura, como muitos apregoavam. Ou seja, os portugueses não viam unanimemente a justificação para

participar na Grande Guerra, ao lado dos ingleses, como aliados. Mas, a não participação de Portugal no conflito poderia colocar em causa as nossas colónias que poderiam passar para a parte vencedora do conflito, incluindo os amigos aliados dos portugueses, como a Inglaterra.

Outra das vozes que mais se destacou foi a de João Chagas, na época da guerra um diplomata português em Paris, ao abordar publicamente os interesses distantes entre Portugal e Inglaterra. Segundo ele, qualquer parte do conflito que saísse vencedora iria disputar as colónias que Portugal detinha em África e, por isso, impunha-se defender o território nacional, considerando-se que a neutralidade de Portugal em nada ajudaria a esse facto. João Chagas chega mesmo a receber em França o escritor Aquilino Ribeiro que o visita para tentar demover da sua ideia de Portugal entrar na guerra.

Apesar de Portugal não enviar de imediato as suas tropas, a verdade é que se colocou logo num dos lados do conflito. O País tinha uma fraca expressão política no panorama europeu e no mundo, mas a Grande Guerra poderia afectar não só o território nacional, como também os territórios de Ultramar, um feudo que ainda se desejava defender.

«Desde o começo da guerra o governo português pusera-se sem hesitação, à disposição do seu velho aliado. A 4 de Agosto de 1914, Londres respondera, solicitando encarecidamente que se não fizesse declaração de neutralidade. A 7 de Agosto, o Presidente do Ministério, Bernardino Machado, lê no Parlamento, convocado em sessão extraordinária, a seguinte declaração: Logo após a proclamação da República, todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra» (Gómez, 1980: 133).

Portugal não oficializou imediatamente o seu envolvimento no conflito. O País não tinha condições financeiras, muito menos estabilidade política para assumir um risco desta natureza. Por outro lado, os aliados britânicos desejavam que Portugal não se envolvesse directamente na guerra. Apesar disso, se Portugal tomasse a decisão de se tornar beligerante, a Inglaterra não se oporia, parecendo quase uma contradição às tomadas de posição anteriormente assumidas. Os ingleses nutriam vários interesses na guerra, entre os quais as colónias portuguesas em África. As relações de Portugal com a Inglaterra tiveram variações, especialmente pelas anteriores disputas da mão-de-obra indígena em África. E viria a ser África um dos pontos sensíveis do envolvimento de Portugal no conflito da Grande Guerra, especialmente quando os alemães invadem

Angola. A necessidade de defender as suas colónias falou mais alto. Assim, logo em 1914, Portugal teve a necessidade de fazer deslocar as suas tropas para as colónias que detinha em África, no sentido de defender estes territórios.

«Os alemães invadem Angola, onde causam prejuízos. O governo de Angola prende alemães de quem desconfiava. Na África Oriental foi autorizada a passagem de tropas inglesas através da Beira para a Niassalândia. Isto, só por si, traduziu-se numa violação da neutralidade, conforme vem estipulada no Art.º II da Convenção Relativa aos Direitos e Deveres das Potências Neutras no caso de Guerra Terrestre»⁸.

Espanha manteve uma atitude de distanciamento face à posição portuguesa, mas mais tarde o País vizinho veio a aceitar o ponto de vista de Portugal. Esta nova posição inesperada veio melhorar as relações difíceis entre as duas nações, em grande medida graças à intervenção do Conde de Romanones, considerado um amigo português.

Em 1916, ganhava força a ideia de que Portugal deveria entrar na Grande Guerra, nas frentes europeias. O País começou a movimentar-se para a beligerância, embora se soubesse que não estaria na mesma situação dos seus congéneres que participavam no conflito, porque tinham mais armamento e uma superior logística, indispensável para a mobilização das suas tropas. A situação económica do País era bastante pior em relação às outras nações aliadas. Apesar dessa difícil realidade, Portugal recebe desde a primeira hora, muitos incentivos com vista à sua participação directa no conflito, entre os quais, da Inglaterra.

O cenário da beligerância portuguesa altera-se profundamente quando no dia 9 de Março de 1916, a Alemanha declara guerra a Portugal. O facto de Portugal ter facilitado a passagem de tropas inglesas em Moçambique, de ter proibido o fornecimento de carvão aos vapores da Alemanha e por ter confiscado navios alemães no Tejo, foram o pretexto para a Alemanha se posicionar oficialmente contra Portugal. O País é mergulhado num novo ciclo, tendo de efectuar preparativos rápidos para participar com as suas tropas no conflito.

«As nações aliadas estão preparadas para resistirem à guerra, e a Inglaterra mais do que todas. Apesar de se verificar que o seu orçamento de guerra sobe a seis milhões de libras por dia, ou sejam 42 000 contos, é consolador saber que nenhuma dificuldade surge

⁸ Informação dos *Nova Colecção de Tratados, Convenções, Contractos e Actos Públicos celebrados entre Portugal e as Mais Potências*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1916.

para realizar toda e qualquer despesa indispensável para a guerra. Depois de várias conferências o Governo Inglês concordou em que se comunicasse ao Parlamento, a seguinte nota: O Governo Inglês combinou com o Governo Português fazer-lhe tantos empréstimos quantos forem necessários para o pagamento de todas as despesas que, para fins directamente relacionados com a guerra, os dois Governos concordem que é necessário efectuar na Grã-Bretanha ou, excepcionalmente, noutros países aliados»⁹.

Na cidade de Leiria, foi publicado num jornal local o comunicado que alterou por completo o paradigma português face à guerra. Portugal já estava como aliado beligerante. O jornal leiriense *O Anunciador* divulga o texto lido no parlamento, a 16 de Março de 1916, que consistia numa mensagem de Inglaterra ao governo português.

«O govêrno de Sua Majestade estará ao lado de Portugal, em face do inimigo comum, e Portugal pode confiar em que a sua antiga aliada, a Gran-Bretanha, lhe dará todo o auxílio que fôr possível ou necessário prestar»¹⁰

A 22 de Julho de 1916 foi criado o Corpo Expedicionário Português (CEP), preparado para a guerra da Flandres (Divisão de Instrução). Havia uma sociedade dividida sobre a participação de Portugal na Grande Guerra, mas alguns valores lusos como as colónias em África impunham ponderação. Em Londres, Afonso Costa preparava esse esforço português. Naquela época, o diplomata português entendia que queriam remeter Portugal para um plano secundário. No entanto, percebia-se que ganhava cada vez mais força política o facto de os portugueses desejarem ir para o teatro das operações, assumindo esta missão, também para travar a temida descida dos alemães até ao sul da Europa.

No aspecto militar, as relações ibéricas revelaram-se muito instáveis, com avanços mas também retrocessos, panorama bem perceptível nos meios de comunicação daquele período. É curioso ver a imprensa de Portugal e Espanha da época, com a publicação de artigos sobre os diferentes objectivos de ambos os países mas também os pontos comuns. Estes assuntos ocuparam os tablóides e outros periódicos, com jornalistas e figuras políticas ibéricas a demonstrarem dúvidas nas suas relações e objectivos, mas também no comum acordo de que unidos e amigos teriam mais força. Portugal

⁹ *Diário do Senado*, sessão nº 12, Agosto de 1916, pp. 5-17, consultado a 2 de Agosto de 2011, em http://www.primeirarepublica.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2998:1916-08-07&Itemid=26.

¹⁰ «A Mensagem da Inglaterra ao Governo Português lida no Parlamento na memorável sessão do dia 16», in *O Anunciador*, nº 27, de 19 de Março de 1916, p. 1.

procurava uma aliança com a Inglaterra, fraternidade com o Brasil e a indispensável amizade com Espanha. Alguns ilustres portugueses ocuparam espaços da imprensa espanhola, com as suas opiniões ou posições sobre as questões ibéricas da Grande Guerra.

A imprensa portuguesa publicou artigos de monárquicos que colocavam em causa as relações próximas dos dois países. Na época, havia em Portugal, as disputas entre uma Monarquia arredada do poder e uma República que liderava os destinos da nação. Por isso, a oposição dos monárquicos era feroz.

A harmonia ibérica terminou de vez quando o Conde Romanones abandona o poder em Espanha, no início de Junho de 1917. O amigo espanhol, como era conhecido, iria fazer falta para a compreensão mútua dos dois países. No mesmo mês, o correspondente de Lisboa do *El Imparcial* abandona a delegação do jornal no nosso país. Igualmente em Junho, um jornalista português vai a Espanha para tentar perceber a situação real no país vizinho. O que encontra não são boas notícias, porque afinal não estava a mudar apenas a realidade da imprensa e dos seus colaboradores mas também o sistema político espanhol.

Portugal já participava na guerra, numa primeira fase, na defesa das colónias em África, com o envio de forças expedicionárias para aquele Continente, a 14 de Agosto de 1914, depois de conhecidas as intenções dos alemães em se apoderar de Angola e Moçambique. No início do ano de 1917, Portugal intensifica os preparativos para a sua participação no cenário europeu, na zona da Flandres (fronteira de França com a Bélgica), formando exaustivamente os seus soldados, criando batalhões de infantaria.

A 30 de Janeiro de 1917 partiu do Tejo, a bordo de três vapores dos aliados ingleses, o primeiro grupo de militares do CEP. Após uma viagem difícil, onde imperou o medo e a dúvida nos soldados portugueses, o CEP desembarca a 2 de Fevereiro em Brest, seguindo depois para Aire-sur-la-Lys.

A chegada das tropas portuguesas começa a ser documentada pela imprensa mundial da época, incluindo no imenso rol de jornais, o *New York Times*. Na sua edição de 11 de Março de 1917, o periódico dava conta que o CEP desembarcava em Brest, rumando para a frente de combate, destacando na fotografia que publicou, da autoria de Kadel & Herbet, o que terá sido provavelmente a primeira imagem de um grupo grande de soldados portugueses em território francês.

Aos portugueses, esteve destinado, numa fase inicial, um local resguardado dos combates mais duros. Numa frente de 11 quilómetros, o CEP esteve numa zona relativamente pacífica, perto de Ferme-du-Bois. Os ingleses alegaram que os nossos expedicionários encontrariam ali alguma tranquilidade. As tropas que combatia estavam completamente exaustas e o cenário de vitória poderia pender para qualquer um dos lados.

«Em 1917, a fadiga apoderou-se dos combates: os tumultos rebentaram em França no mês de Maio; o movimento de agitação atingiu a frota alemã durante o Verão e, no Outono, ao desastre de Caporetto seguiu-se uma vaga de deserções no exército italiano. Esta atingiu também os civis: a penúria devida à necessidade de satisfazer antes de tudo as necessidades militares, à falta de mão-de-obra e às destruições, e que foi reforçada na Alemanha pelo bloqueio naval aliado e na Inglaterra pelos efeitos da guerra submarina alemã, alimentou a alta dos preços e exasperou as populações» (Carol; Carrigues; Ivernel, 2011: 336).

Quanto à divisão portuguesa, seguiu o esquema inglês, com um quadro de cerca de 17.600 homens, 3.750 solípedes e 750 viaturas. Ao todo, o CEP, com 53.202 homens, é transportado para França entre Janeiro e Setembro de 1917, em 57 viagens (Medina, 1993: 271). O que aconteceu na realidade é que Portugal ficou votado para segundo plano. O efeito moral das tropas foi-se degradando. De Portugal não chegam reforços. O tempo vai passando e vários pedidos seguem para Portugal, enviados pelo General Tamagnini de Abreu, comandante do CEP, no sentido de se enviarem os necessários reforços.

Os militares portugueses estavam de forma limitada no conflito, com imensas limitações face aos seus congéneres. O governo português e o Ministério da Guerra, em todo o tempo que o CEP está em França, apoiam de forma muito condicionada a sua acção militar. Vários tipos de pedidos de reforços seguem para Portugal: em Dezembro de 1917, Janeiro de 1918 e 2 de Abril de 1918.

«Os efectivos dos batalhões estão reduzidos a metade, a falta de oficiais é imensa. Sinel de Cordes, em nome do comandante do CEP, conclui: situação difícil e perigosa, impossível assim cumprir com decoro exército português missão confiada corpo, acrescentando circunstância homens esgotados fisicamente, moralmente deprimidos visto não irem licença contrário oficiais foram e ficaram» (Medina, 1993: 274; Tomo 1).

As tropas portuguesas ficaram isoladas no terreno, mas mesmo assim, do Reino Unido, chegou em Setembro de 1917, a proposta de permanecer com uma divisão mais interventiva, organizando os batalhões juntamente com os oficiais ingleses, garantindo ali uma melhoria de eficácia operacional¹¹.

Agrava-se o panorama da guerra no começo de 1918, quando a Rússia assina a paz e a Alemanha ganha imediatamente mais força, lançando mais divisões na frente francesa.

No dia 9 de Abril de 1918, às 04h15 da madrugada, os alemães, numa frente de 18 quilómetros, invadem uma zona que tem o sector português como alvo. O desastre acontece, com uma humilhação das tropas portuguesas no campo de batalha. A descrição da batalha de La Lys é elucidativa em várias publicações da época, retratando o fim inglório dos soldados portugueses. Significou a morte de muitos soldados portugueses, num ambiente e cenário de guerra trágica, com as tropas lusas a serem surpreendidas pela potência alemã que estava sabedora da intenção de retirada portuguesa da Flandres. No Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, tivemos acesso a uma monografia manuscrita confidencial, sobre a Grande Guerra, escrita pelo então capitão da batalha de La Lys, Mota e Costa. O militar graduado transcreve muito bem como as nossas tropas foram surpreendidas:

«Em conformidade com isto, efectivamente, um terrível bombardeamento se levantou pela frente da nossa primeira linha, desde as 4h15 de 9 de Abril de 1918. Todavia, decorreram as 5..., as 6..., as 7..., as 8..., as 9... e o meu batalhão sem se prevenir e sem se preparar»¹².

Os portugueses não saíram com prestígio da Grande Guerra, abandonados muitas vezes pelo País mas também pelas forças aliadas que Portugal tinha integrado, especialmente a Inglaterra. Os alemães destronam os soldados lusos, com poucas capacidades de resposta, resultando num massacre sangrento para as nossas tropas.

«No dia 9 de Abril, dois exércitos alemães lançaram-se ao ataque, de novo com os métodos de Março e de novo com um tempo muito favorável a seu favor. No lado sul, caíram sobre duas divisões portuguesas. Tal como os Italianos, os Portugueses tinham sido

¹¹ Caixa 1178, AHM – Arquivo Histórico Militar, I Divisão, 35ª secção.

¹² Caixa 1343, Arquivo Histórico Militar, I Divisão, 35ª secção, Confidencial, CEP, Batalhão de Infantaria 13, Relatório da ação do 13 na Batalha de La Lys, ‘adicional à Monografia a que se refere a P. nº 2536 da R. do Gabinete do Ministério da Guerra de 19-11-920, publicada a pag. 681 da O.E., 1ª série’.

obrigados a correr para aprenderem a andar ou mesmo a gatinhar. Os seus homens eram usados como carne para canhão em troca do apoio britânico à manutenção do império português em África. Não eram soldados entusiastas. Cederam» (Stone, 2011:171).

Sidónio Pais, então Presidente da República, tenta esconder esta realidade, realçando os casos isolados de heroísmo dos soldados portugueses. Pede ajuda à Inglaterra para transportarem reforços, mas não é ouvido. A ofensiva alemã atinge proporções enormes, provocando muitas vítimas mortais e feridos, impondo ao exército português uma humilhante derrota. Depois destes acontecimentos, o Governo decide restabelecer a censura na imprensa de Portugal, tentando impedir que muitas das circunstâncias do conflito fossem publicadas no nosso País.

«A ‘batalha do Lys’ foi uma das mais estrondosas derrotas do Exército português, com a agravante que era perfeitamente previsível e que os comandantes da força (Tamagnini, Gomes da Costa e Sinel de Cordes) tinham avisado várias vezes sobre a situação muito grave» (Medina, 1993: 278; Tomo 1).

Nas três frentes de batalha em que Portugal esteve a combater (França, Angola e Moçambique), o País mobilizou 105.542 homens, resultando em 7.760 mortes, 16.607 feridos, 13.645 desaparecidos e prisioneiros (Afonso; Gomes, 2010:520).

Portugal praticamente terminou a sua ligação à Grande Guerra com a terrível batalha de La Lys de Abril de 1918. A guerra ainda viria a durar oficialmente até quase ao final desse ano. A 11 de Novembro de 1918 chega a notícia do armistício, assinado em Rethondes. O final dos conflitos trouxe alegria aos soldados mas também aos naturais residentes nas zonas onde se desenvolveram os combates da Grande Guerra.

Depois da Guerra, Portugal vive mais um período de grande dificuldade e de sucessivas crises políticas e administrativas. A imprensa do mundo fala sobre a batalha sangrenta dos portugueses e de certa forma até poupa a imagem do País, dignificando a prestação dos militares em La-Lys. No entanto, a população não acredita no sucesso daquela operação militar, rivalizando com a opinião de algumas publicações da época.

«A agencia ‘Reuter’, germanófila dos pés à cabeça, refere em 10 de Abril a resistência que os portugueses opuseram ao avanço dos alemães e elogia a bravura com que se bateram apesar de terem perdido os apoios dos flancos, mas o cidadão português é que não vai na fila e chama-lhe o desastre de 9 de Abril!!!

O 'Times' e o 'Daily Mail', jornaes ingleses, em 11 e 12 prestam a mais sentida homenagem á bravura e sacrificio com que se bateram as quatro Brigadas Portuguesas, mas o cidadão é que não vai no jogo e insiste em chamar-lhe o desastre de 9 de Abril!!!» (Amaral, 1923:83).

A grande vitória dos aliados contra o exército alemão aconteceu na batalha de 18 de Julho de 1918, na região do Marne, já os militares do CEP estavam de todo em Portugal. A reviravolta aconteceu, sobretudo pelo poder bélico e do reforço de militares americanos contra uns alemães que não conseguiram ter a capacidade de resposta nas ofensivas.

«Mas o exército alemão encontrava-se exausto e os Aliados, que tinham unificado o seu comando sob a direcção do general Foch em Abril de 1918, beneficiavam a partir de então do envio de centenas de milhares de soldados americanos (60.000 em Março, 240.000 em Maio, 1,9 milhões em Outubro de 1918 no solo europeu) e de uma vaga inesgotável de material» (Carol; Carrigues; Ivernel, 2011: 336).

A 11 de Novembro de 1918 é assinado o armistício. As populações estão enfraquecidas, propagam-se doenças como a gripe espanhola, as taxas de natalidade baixaram pelos militares mortos que não regressaram. Especialmente as nações europeias, incluindo Portugal, conhecem uma estagnação no seu crescimento económico e até demográfico. O conflito provocou muitos mortos e um número vertiginoso de feridos, entre os quais, muitos deles com extrema gravidade.

«O conflito sacrificou a Europa. Os combates fizeram mais de 8 milhões de mortos e 6,5 milhões de inválidos. A Alemanha e a Rússia foram as mais atingidas, cada uma com 1,7 milhões de mortos. A Áustria-Hungria e a França registaram, respectivamente, 1,45 e 1,35 milhões, e o Japão e os Estados Unidos 300.000 e 100.000» (Carol; Carrigues; Ivernel, 2011: 336).

Em 1921, quis-se homenagear os combatentes portugueses da Grande Guerra. Uma decisão do governo português permitiu trazer para Portugal uma simbologia importante da memória do conflito. Tanto em França como em África, existiram mortos que não se conseguiram identificar. Muitos, foram sepultados nesses países *ad vitam aeternam*, mas, dois soldados desconhecidos, um da Europa (França) e outro de África (Moçambique), vieram para a sua Pátria. Os corpos dos dois Soldados Desconhecidos

chegaram em simultâneo a Lisboa, a 6 de Abril de 1921. A partir dessa data nunca mais se vieram a separar. Estiveram três dias na capital portuguesa, colocados no átrio do Parlamento, seguindo depois para a vila da Batalha, concelho de Leiria.

«De Leiria foi feita a transladação para o Mosteiro da Batalha, jóia arquitectónica de estranho lavor gotico (século XIV), que comemora as lutas da Independência de Portugal e bem pode chamar-se o Templo das Glorias Portuguesas.»¹³

Chegados a território leiriense no dia 9 de Abril de 1921, os dois soldados seguem para a Batalha onde são colocados num só túmulo, na Sala do Capítulo, do Mosteiro Santa Maria da Vitória, alumados pelo Lampadário Monumental “Chama da Pátria”, feito por Lourenço Chaves de Almeida, um dos grandes amigos do escritor leiriense Afonso Lopes Vieira. Sobre este acontecimento, a publicação *Os Anais do Município de Leiria*, da autoria de João Cabral, apresenta com pormenor as deliberações e preparativos da Câmara Municipal de Leiria.

«Foi apreciado na reunião de 31-3-1921 um ofício do Quartel General de Tomar... enviando cópia de parte do programa das homenagens a prestar aos ‘Soldados Desconhecidos.’ A Vereação deliberou:

1º - Encarregar a Presidência de providenciar para que a Estação de Caminho de Ferro de Leiria esteja engalanada;

2º – Providenciar para que no dia 10 esteja preparado um escudo em pedra rija da região com as armas do Município e dedicatória a letras douradas para ser exposta em nome do concelho de Leiria;

3º - Comparecer na Estação de Caminho de Ferro, pelo menos na sua maioria, para receber o Exm.º Presidente da República, dando-lhe as boas vindas e prestar as devidas honras aos despojos dos dois Soldados Desconhecidos;

4º - Incorporar-se no Cortejo, a pé, com o estandarte municipal: pedir aos habitantes da cidade para ornamentarem as janelas, pelo menos nas ruas da passagem do cortejo e finalmente autorizar a mesma Presidência a promover o possível no sentido de abrilhantar o acto.

Mais foi deliberado que no próximo dia 10 não haja mercado em Leiria e se solicite da Associação Comercial desta cidade o encerramento de estabelecimentos, com excepção dos hotéis, hospedarias, casas de pasto, tabernas e cafés e que as barracas armadas por ocasião da Feira de Março estejam todas desarmadas e tudo retirado do Largo 5 de Outubro, no próximo dia 8 à noite.» (Cabral, 1975: 580).

¹³ *Soldado Desconhecido*, Litografia Nacional, Porto, 1933 (s.n.).

O acontecimento da vinda dos Soldados Desconhecidos para Leiria teve cobertura jornalística nacional e constituiu um acontecimento de grande importância para o jornalismo regional. Cristina Nobre, retratando a época e o poeta Afonso Lopes Vieira, num texto dedicado *Ao Soldado Desconhecido*, refere que a imprensa leiriense no pós-guerra se referiu imenso a este acontecimento, valorizando o conceito patriótico e a considerável dinâmica da vinda destes dois soldados falecidos como os novos protagonistas da Grande Guerra.

«A reacção dos jornais da região de Leiria foi rápida e eloquente, e uma análise dos principais títulos e artigos publicados pela imprensa regional da época mostra bem como as ideias-chave transmitidas eram o enaltecimento do patriotismo e a capacidade de os soldados desconhecidos – os novos heróis da guerra – congregarem à sua volta partidos e ideologias diversas» (Nobre, 2011: 130).

Quanto aos restantes militares portugueses mortos em África e em França, os que se encontraram foram depositados em valas comuns, juntamente com soldados de outros países. No entanto, em França, foi construído o cemitério militar de Richebourg (Pas-de-Calais), onde foram sepultados os militares portugueses, muitos deles vindos das várias valas comuns de várias regiões de França. Neste cemitério encontram-se 1884 corpos, grande parte dos 2089 portugueses que morreram na batalha da Flandres. Para além destes números de mortos dos “Serranos” portugueses, assim conhecidos na guerra, ainda existiram 291 desaparecidos¹⁴ (Anexo A).

¹⁴ Numa deslocação ao local onde decorreram os combates e onde repousam actualmente os restos mortais dos portugueses mortos na Grande Guerra, os naturais não falam de um conflito que dizimou e marcou negativamente os seus antepassados. As sequelas psicológicas são profundas, ainda reflectidas no século XXI. São os emigrantes portugueses que zelam o cemitério e fazem questão de continuar a prestar homenagem a tantos heróis nacionais que pereceram em nome da Pátria. Existe uma comissão portuguesa das sepulturas de guerra que adquiriu, em 1924, o terreno para o cemitério e, desde então, encarregou-se da investigação e do reagrupamento dos corpos, em colaboração com a Administração Francesa – Ministério dos Antigos Combatentes e 1ª Região Militar. Entre 1924 e 1938, esse cemitério em Richebourg recebeu 1.831 corpos de portugueses, provenientes de vários cemitérios franceses, belgas e alemães. Percorrendo a Flandres, é comum verem-se cemitérios de ex-combatentes da Inglaterra, Índia, Austrália, Canadá, EUA, França e, como é óbvio, de Portugal. - Levantamento efectuado em França, entre os dias 28 de Julho e 1 de Agosto de 2010, na zona fronteiriça da Flandres (Pas-de-Calais), em Richebourg, La Couture e Bois Grenier (região onde se travaram os combates da Batalha de La Lys).

1.3 O jornalismo, os testemunhos de militares e a arte na guerra

Ao entrar no conflito da Grande Guerra os batalhões portugueses incluíram nos seus contingentes muitos homens de Leiria. Muitos destes soldados e oficiais não chegaram a regressar porque tombaram sob as armas de um conflito que dizimou milhares de vidas. Juntamente com os militares portugueses, também seguiram os repórteres de guerra e ilustradores/pintores, que elaboraram documentos preciosos que registaram a hecatombe, os momentos de desespero, os medos e hesitações, mas também as vitórias e o desejo dos portugueses voltarem à sua Pátria. A Grande Guerra teve diversos registos de jornais mas também de livros e pintura, num século XX onde as técnicas da comunicação social se apuravam para grandes transformações.

Antes do século XIX já tinha existido acompanhamento, visionamento/escrito, de algumas guerras. As narrativas desses conflitos chegaram-nos essencialmente pelo punho dos próprios soldados ou por curiosos que relataram os acontecimentos em diários ou livros. Na maior parte dos casos as cartas que descreveram estes conflitos, não foram elaboradas por jornalistas propriamente ditos, já que não estiveram no palco dos acontecimentos a desempenhar aquela missão de forma profissional, como hoje nos habituamos a ver.

Henry Robinson é conhecido como o primeiro jornalista de guerra quando, em 1807, esteve ao serviço do *The Times*, como enviado especial com a missão de acompanhar a guerra da independência de Espanha.

Em 1854, aparece na história do jornalismo de guerra, o repórter profissional chamado William Russel, uma vez mais ao serviço do *The Times*, vindo a acompanhar a força expedicionária da Inglaterra na Guerra da Crimeia, conflito que se desenrolou entre 1853 e 1856, na península da Crimeia (Mar Negro, a Sul da Ucrânia), nos Balcãs e no Sul da Rússia. Os seus conteúdos, enviados por telégrafo, ajudaram a dar notícias com mais rapidez, aproximando muito mais os seus leitores da realidade da guerra. Aquando do seu regresso, William Russel foi recebido como um herói do jornalismo, mas também como cidadão exemplar. A Guerra da Crimeia também foi o primeiro conflito que recebeu agências de notícias, a Reuters e a Havas.

«William Howard Russel regressou a Inglaterra e foi recebido como um herói pelo *The Times*. Foi o primeiro jornalista, e durante longos anos um dos poucos, que cobriu uma guerra sem restrições dos censores» (Santos, 2004: 270).

Porém, ter repórteres de guerra, especificamente enviados para exercerem a profissão de jornalista, não era um facto comum ao alcance de qualquer jornal. Apenas os mais poderosos no âmbito económico o conseguiram, especialmente até à Grande Guerra.

O jornalismo europeu de referência do século XIX não foi apenas o inglês. Também as edições jornalísticas francesas foram a tribuna da imprensa europeia. Neste contexto, verificamos que a imprensa francesa não teve jornalistas de guerra até 1870. Nem mesmo o jornal de maior circulação naquela época, o francês *Le Petit Journal*, teve qualquer jornalista enviado para acompanhamento integral de alguma guerra.

«Nenhum jornal francês teve correspondente de guerra até 1870 e muitos não tiveram nenhum até à Primeira Grande Guerra. *Le Petit Journal*, por exemplo, o jornal francês de maior circulação (582.000 de média diária em 1880) não possuía nenhum correspondente estrangeiro nesse ano (Palmer, 1976: 204). O primeiro a constituir um grupo de correspondentes no estrangeiro foi o *Le Temps*, no princípio de 1870 (Voyenne, 1985: 160). Até à Primeira Grande Guerra, este e *Le Journal des Débats* foram os únicos jornais franceses a terem correspondentes no exterior» (Chalaby, 2003: 3).

O primeiro jornalista de guerra português foi Hermano Neves que promoveu nas páginas de *A Capital* a reportagem da curta mas significativa guerra civil portuguesa, quando se implantou a República em Portugal.

Foi a Grande Guerra que trouxe alterações ao modelo de cobertura de conflitos armados. Em 1914, o mesmo jovem Hermano Neves, com 29 anos de idade, seguiu para França, exactamente para fazer em regime de exclusividade a cobertura dos acontecimentos. Mas, chegado a Paris, não conseguiu acompanhar de perto o conflito pelas imensas restrições que eram impostas no terreno, regressando a Portugal dois meses depois. Mesmo assim, efectuou reportagens que foram publicadas em *A Capital*, fruto de uma entrega e determinação em contornar os sistemas de controlo que os franceses implementaram desde o início do conflito.

«A *Capital* tomou uma decisão histórica para o jornalismo português – enviar um repórter profissional com a exclusiva missão de chegar às linhas de combate e relatar a guerra como testemunha ocular. Já não era um correspondente apanhado pela guerra que

veio ter consigo, mas um jornalista que ia ao estrangeiro intencionalmente ter com a guerra» (Santos, 2004: 270).

Foi o jornalista Silva Graça, do jornal *O Século*, que viria a conseguir a proeza que o seu antecessor Hermano Neves não atingiu. A primeira crónica de um jornalista português em plena batalha, foi elaborada pelo então director de *O Século*, na zona de Ormont. O seu apontamento, vivido na primeira pessoa, foi publicado no dia 18 de Julho de 1915 e, durante dois anos, Silva Graça permaneceu perto das trincheiras da Grande Guerra. Mais tarde, com a entrada efectiva de Portugal no conflito, foi instaurada a censura nos periódicos portugueses, com o argumento de que poderiam ter informação preciosa para o inimigo. O protesto dos jornais não se fez esperar.

Os jornais foram alvo de legislação, no período imediatamente a seguir à mudança de regime, muitos deles acusados de ataques contra a República, que na sua lógica editorial, não estava a funcionar de acordo com as expectativas. Foi justamente a Grande Guerra de 1914-1918 o pretexto para se voltar a controlar verdadeiramente os periódicos portugueses, alegando segurança nacional para o fazer. Esta manobra dos republicanos mais não foi que uma forma de voltar a controlar os conteúdos do jornalismo. Neste período, começam a surgir novos títulos jornalísticos¹⁵.

1.4. Leiria e a Grande Guerra

A região de Leiria, no tempo da guerra, esteve servida por vários órgãos de comunicação social, cinco com ideologia política do regime republicano e um do regime monárquico. Ao estudarmos esses títulos durante a vigência do conflito, verificarmos que os registos da Grande Guerra foram na sua maioria uma constante nessas edições

¹⁵ É colocado à venda o 1º número da revista *Orpheu*. A publicação de revistas literárias com uma determinada coerência estética e filosófica é um fenómeno que se iniciou logo após a proclamação da República. Revistas como *A Águia*, *A Renascença*, *Orpheu*, etc., são o reflexo de uma geração jovem, liberta de preconceitos e tabus éticos que, à semelhança da vanguarda europeia, escolhe um determinado espaço para se afirmar: o teatro, o café e o cabaré. Cafés, como *A Brasileira do Chiado*, tornam-se locais de convívio e discussão estética. Pessoa, Almada, Santa-Rita, Sá-Carneiro, que já manifestavam as suas distâncias em relação a uma República que é, em sua opinião, representada por homens do passado, fizeram a sua formação no exterior, pelo que almejam atingir uma nova estética. As ligações ao futurismo são visíveis no 2º número (e último) da *Orpheu* (Julho de 1915), através da utilização do valor gráfico dos anúncios no poema de Mário de Sá-Carneiro (Rodrigues; 1994: 280).

jornalísticas. Existiram outros registos da Grande Guerra, como livros, muitos deles escritos por militares.

A elaboração de bases documentais manuscritas, com dados, estatísticas e controlo da evolução dos acontecimentos, também constituiu uma forma eficaz de identificar e de fazer o assentamento do conflito mundial que abalou o mundo no início do século XX. Por exemplo, analisámos dois documentos manuscritos do Ministério das Finanças, onde foram averbadas as pensões de sangue a pagar aos herdeiros dos soldados mortos na Grande Guerra. Através do documento citado, pudemos seleccionar os 54 leirienses que pereceram no conflito, conhecendo os familiares dos militares que receberam pensões de sangue. (Anexo B).

Muitos outros registos se fizeram no pós-guerra. No caso leiriense, existem publicações que apresentam descrições da guerra e os seus dramas, através de relatos impressionantes como o de José Mendes, Capitão de Infantaria, que no seu livro *Soldados Valentes*, publicado em Leiria, no ano de 1936, nos descreve alguns episódios de guerra com pormenores arrepiantes.

«Homens embarcados como gado, deprimidos moralmente, sem estímulos, vítimas de erros e faltas que a história apontará e combatendo numa situação vexatória, ainda conseguiram impor-se à consideração dos nossos aliados e praticar inúmeros actos de autêntico heroísmo» (Mendes, 1936: 9).

Este militar leiriense comenta, nos seus registos, a falta de preparação que o nosso Exército tinha, mas também salienta o lado heróico dos nossos soldados, empenhados em representar e defender a nação. A guerra impunha-se, mas os soldados portugueses também se souberam impor, como se defendessem directamente o próprio País, no próprio território, conforme comenta José Mendes sobre um soldado chamado ‘Estrela’, do seu batalhão instalado em França.

O militar português, para além de cumprir o seu dever no Exército, também foi uma memória viva da guerra, apresentando muitos dos seus escritos vividos na primeira pessoa. Escreveu passagens impressionantes dos momentos mais difíceis do CEP, sendo ele próprio combatente mas também um redactor de muitos momentos do conflito.

«Estávamos ‘a postos’ da noite; os homens graves e melancólicos olhavam a terra de ninguém que começava a desaparecer envolta no negro manto da noite; por vezes trocavam em voz baixa algumas palavras, falavam na família, nos entes que lhes eram tão caros...

depois ficavam novamente absortos nos seus tristes pensamentos; lembravam-se do seu Portugal, tão lindo e tão longínquo» (Mendes, 1936: 58).

Identificando outros exemplares com narrativas de guerra, em Leiria, foi impresso outro livro com o título *Salvo para Servir*, de António Maurício, um combatente da Grande Guerra em África. No seu regresso, traz registados muitos relatos dos acontecimentos vividos. No ano de 1937, publicou as suas memórias num livro impresso na Tipografia Mendes Barata, com descrições da sua expedição em território africano.

«Abrigados em diversos armazéns, dormindo sobre capim por ali ficámos alguns dias, mal nos alimentando com arroz e feijão até saberem a bospo! A água era a do mar filtrada pelas areias da praia, colhida em poços cavados quási à superfície» (Maurício, 1937: 70).

Logo que deflagra a Grande Guerra, existe um pintor leiriense chamado Adriano de Sousa Lopes, natural do Vidigal, freguesia de Pousos (Leiria), que mostra interesse por tudo o que se passava com o conflito, nomeadamente com a destruição que os alemães faziam às obras de arte. A sua sensibilidade para a criação artística trouxe à tona uma problemática grave na Grande Guerra que dizimou vidas mas também quadros e outras obras de arte importantes. Por onde os alemães passassem destruíam tudo. Este facto abalou profundamente o artista plástico, estimulando nele um sentimento de querer deslocar-se para o palco da guerra.

Em 1914, manifestando a sua opinião sobre a guerra mundial e a sua admiração profunda por França, Sousa Lopes envia uma carta ao escritor Afonso Lopes Vieira, seu primo, mas também o seu fiel amigo, relatando o que sentia sobre o que se passava na Flandres. Mais tarde, na sua diápora na guerra, seria Afonso Lopes Vieira que o iria apoiar financeiramente e psicologicamente. Ao verificar que o conflito se alastrava e agravava, Sousa Lopes ganhou gradualmente o desejo de integrar uma missão militar, sendo útil com o que mais sabia fazer: desenhar a guerra. Conforme poderemos ver na documentação epistolográfica de Sousa Lopes, dirigida a Afonso Lopes Vieira, logo em 1914, o pintor manifesta um significativo interesse pelo desenrolar dos acontecimentos da Grande Guerra:

«O meu amor pela França é muito mais do que eu supunha. Cada avanço dos alemães é uma punhalada no meu coração. A destruição das obras d'arte e os seus actos de vandalismo enchem-me de horror».¹⁶

Em Agosto de 1917, o pintor Sousa Lopes foi superiormente nomeado pelo governo da República como oficial-artista do CEP. Partiu para França com a invulgar missão de trazer para Portugal a guerra representada através do desenho. Assim, garantiu a descrição do conflito nas suas pinturas, numa reportagem de recurso à imagem.

«Sousa Lopes foi o único pintor a acompanhar o Corpo Expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial. Foi ele quem pediu ao ministro da Guerra que o deixasse ir para a frente francesa e, lá chegado, foi a custo que se instalou nas trincheiras. A Rendição é a sua obra maior.

Em Agosto de 1917, num país agitado pela mobilização da guerra, o pintor Adriano Sousa Lopes é nomeado pelo governo da República, oficial-artista do Corpo Expedicionário Português (CEP), na frente ocidental da Grande Guerra. Desde Fevereiro que sucessivos contingentes de soldados portugueses chegavam ao Norte de França, para defender uma área situada na planície do rio Lys, sector militar que não excedia os 18 quilómetros na primeira linha, e que se integrava autonomamente na frente do Primeiro Exército Britânico.

É o seu grande quadro, A Rendição: "Soldados vindos das linhas, cobertos com peles que os protegem do frio, enlameados, as caras mal rapadas, um ar de esmagadora fadiga... Esta saída da trincheira, o primeiro cotovelo que lhe descortinamos ao fundo e estes homens que saem, quase definem as linhas e a sua vida." Na versão final, é uma composição com mais de 12 metros de comprimento, terminada em 1923, hoje visível no Museu Militar de Lisboa. É uma obra-chave, que faz a síntese da experiência do pintor em França, confrontado com a dura realidade que o CEP vivia no sector português»¹⁷.

Sousa Lopes, numa expedição programada, ao som das bombas e dos gritos de morte, efectuou registos da Grande Guerra, sob a técnica «águas fortes». Os seus trabalhos estão expostos em locais públicos como o Museu do Exército Português, em Lisboa, ou em colecções de privados.

Das muitas obras que realizou na Grande Guerra, foi elaborado um catálogo, produzido pela Academia Nacional de Belas Artes, vindo a ser realizada uma exposição

¹⁶ *Cartas e outros escriptos dirigidos a Affonso Lopes Vieira*, enviada por Sousa Lopes, de Turquel, datada de 9 de Setembro de 1914, Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, vol. 11, p.1-2.

¹⁷ *Blogue Marcelo Sousa - "História dos Nossos Tempos"*, consultado em 18 de Janeiro de 2011, em <http://historia-dos-tempos.blogspot.com/2010/09/sousa-lobes-o-pintor-do-cep.html>.

no espaço do Museu Nacional de Arte Contemporânea, instituição que Sousa Lopes dirigiu durante quinze anos. Afonso Lopes Vieira, seu cúmplice na guerra, prefaciou este catálogo, descrevendo o valor do pintor.

«Pela natureza excepcional de um talento em que a fértil abundância jamais prejudicou a excelsa qualidade; pela sua visão do nosso Mar e das gentes que nele labutam, e que o tornou o maior pintor português... pela sua fé e amor à Arte, à qual dedicou misticamente a vida inteira, Sousa Lopes aparece-nos como um dos Heróis da Pintura Nacional»¹⁸.

O pintor do CEP, com a sua particularidade de expressionista, bem visível nas águas-fortes que produziu, usou uma técnica que, na opinião dos críticos da época, atingiu um nível de mestria rara. O ilustrador mostrou uma forte apetência descritiva dos acontecimentos da Grande Guerra, deixando-nos um registo importante. O seu nome é referido nos principais dicionários e obras literárias de arte.

Jaime Cortesão descreveu Sousa Lopes no seu livro *Memórias da Guerra*, referindo que este é como um ser iluminado, absolutamente excepcional no seu trabalho, que se caracterizou não só pela qualidade mas também pelo método atípico de pintar, directamente das trincheiras da Grande Guerra:

«Pois é verdade. Ainda não lhes disse. Oferecemos ontem um almoço. Mas dia 13... quarta-feira de cinzas... Não vá o diabo tecer alguma... E um almoço a um Pintor. Fazem favor de reparar que é com P grande. Era ao nosso Pintor da guerra, Sousa Lopes. Já tinha visto, lá pela Lísia, uma exposição sua, mais que suficiente para lhe ter amor, como se tem a um grande artista da nossa terra. Mas também lhes digo: se o não admirasse ainda, começava a admirá-lo agora. Porque enfim para pintar a guerra veio fazer os cartões para as trincheiras. Eu vi, eu vi-o na primeira linha, a setenta, oitenta metros do boche sentar-se num saco e, imperturbável, apontar de crayon em punho, demoradamente» (Cortesão, 1919: 135-136).

Durante a sua permanência em França, Sousa Lopes terá sido alvo de inúmeras dificuldades para realizar as suas pinturas. Quem o fez continuar foi o escritor leiriense Afonso Lopes Vieira que o apoiou financeiramente e moralmente.

Na hecatombe, não esqueceu de proceder ao envio regular de cartas e postais ao seu “querido e grande amigo Affonso”, contando as suas peripécias, o que fazia, as

¹⁸ Catálogo *Sousa Lopes*, da Academia Nacional de Belas Artes, 1945.

personalidades com que se cruzava, os horrores beligerantes, o sofrimento e precariedade com que viveu. No seu regresso de França, pelo caminho, necessitando de realizar exposições com alguns dos seus quadros, certamente para angariar dinheiro para continuar a viagem, Sousa Lopes conta ao primo dedicado, como estava a decorrer a sua viagem e como iria proceder para chegar ao País.

«Custa muito confessar que a minha viagem tem sido infeliz. Por isso é que não tenho escripto. Volto para a Côte D'Azur, onde encontro o mais amigo acolhimento. Se puder trabalhar fico mais algum tempo, senão volto brevemente para Portugal. Peço as mais prestáveis lembranças a Helena e você, Affonso que tem sido o meu melhor apoio»¹⁹.

Mesmo depois do seu regresso da Flandres, Sousa Lopes pintou as suas memórias da guerra. *A Rendição* ficou como a sua melhor obra. Trata-se de uma pintura com 12 metros de comprimento, patente no Museu Militar de Lisboa, retratando a duríssima realidade do sector português na guerra, terminada apenas em 1923. A sua acção e trajecto na pintura, viriam a tornar Sousa Lopes como um dos ícones incontornáveis das belas artes do século XX.

¹⁹ *Cartas e outros escriptos dirigidos a Affonso Lopes Vieira*, enviada por Sousa Lopes, datada de Outubro de 1918, Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, vol. 11, p.1-2.

2. A imprensa de Leiria entre Monárquicos e Republicanos

A imprensa leiriense publicou-se no início do século XX entre duas forças assumidamente opositoras. Num País, apenas um regime pode vigorar. Mesmo assim, os monárquicos, quando reinavam, contaram com os partidos republicanos na assembleia parlamentar e mais tarde, depois de instaurada a República, continuaram a sua senda de reconquista de poder, com investidas falhadas de voltarem a estar à frente do destino de Portugal. Estes factores, obviamente, agitaram a imprensa portuguesa, repercutindo-se também na dinâmica comunicação social de Leiria.

Assistimos a uma resistência determinada de José Ferreira de Lacerda que pretende na comunicação social, no seu jornal *O Mensageiro*, inculcar os valores da monarquia, tal como poderemos constatar a força discordante da voz de Tito Larcher, um intelectual que amou a cidade de Leiria e um profundo republicano, fazendo colidir as suas ideias com as do sacerdote, chamando-o mesmo à razão de forma pública, através do jornal *Leiria Ilustrada*. A República viria para ficar, mesmo com grandes vultos a perserguirem-na. Paiva Couceiro foi um dos grandes precursores para restabelecer os destinos do País na Monarquia. Essa posição custou-lhe ser preso na esquadra de Benfica. Um dia, o monárquico leiriense Afonso Lopes Vieira, numa tentativa falhada de visitar o seu amigo Paiva Couceiro na prisão, deixou-lhe um bilhete. Esse acto significou-lhe igualmente prisão. Também a alteração de relacionamento do Estado com a Igreja veio a modificar o panorama da convivência da imprensa leiriense. Verificaremos como essa alteração histórica ganhará visibilidade nos jornais de Leiria.

A Grande Guerra, teve início nos jornais leirienses em 1914. Se Portugal esteve até 1917 como não beligerante, já nos jornais de Leiria o conflito era percebido, através de notícias, crónicas e anúncios do exército.

2.1. Dois regimes, duas forças que disputavam o poder

A imprensa em Leiria tem uma longa tradição mas o primeiro jornal da cidade só iria chegar no século XIX. Para perceber a evolução da imprensa leiriense, será

oportuno recuar no tempo, para verificar que foi nesta cidade que existiu desde 1411 a primeira fábrica de papel em Portugal.

Também na arte da impressão, Leiria torna-se em 1492 numa das primeiras cidades portuguesas com tipografia, apenas 36 anos depois da descoberta da imprensa por Gutemberg, na Alemanha. O ciclo da impressão tipográfica em Portugal tinha sido iniciado em Faro (1487), seguidamente em Lisboa (1489), surgindo Leiria (1492) como a terceira cidade do País que apostou nesta arte.

«Leiria foi, não a primeira, mas uma das três primeiras terras portuguesas que tiveram tipografia, o que é bastante para dar a esta cidade um lugar honroso na história da arte gráfica em Portugal» (Fernandes; 1944: 92).

«É, enfim, em Leiria que se funda a primeira fábrica de papel que houve em Portugal. Tem a data de 29 de Abril de 1411. O documento em que D. Afonso V autoriza Gonçalo Lourenço de Gomide, avô de Afonso de Albuquerque, a fazer engenhos junto ao rio Lis» (Fernandes, 1944: 93).

Volvidos mais de três séculos, surgiu, a 1 de Julho de 1854, o primeiro periódico regional da cidade de Leiria, chamado *O Leiriense*, jornal que sobreviveu até 1908, ano do regicídio.

O período da pré-República, veio a revelar-se para a cidade de Leiria bastante curioso, visto que um ano antes da sua instauração, a 11 de Outubro de 1909, o rei D. Manuel II esteve de visita à cidade, quase evidenciando na sua deslocação, o fim do regime monárquico. Esta era sem dúvida uma época de transição, de mudanças profundas, para um País que carecia de uma reorganização/alteração do seu tecido administrativo, com repercussões para a comunicação social daquela época. Leiria, nesta fase da pré-República até à deflagração da Grande Guerra, também vai assistir a uma mutação da sua imprensa.

«A Monarquia aproxima-se de um fim anunciado. A morte, no ano anterior, de D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe, não são bom augúrio para o reinado de D. Manuel II. É neste contexto de avanço imparável do movimento republicano que a Câmara de Leiria saúda o jovem rei, renovando ‘os seus sentimentos de fidelidade ao trono’. Em 11 de Outubro a cidade engalanada recebe a visita do rei e um ano depois comemora a implantação da República» (Campos, 2000: 17).

As mutações políticas da República também trouxeram novo paradigma às forças vivas da cidade. Para se ter uma noção de como se evoluiu no aspecto político, em Leiria, vejamos como foram surgindo desde o início do século XX, as novas correntes partidárias e as suas novas formas de relacionamento com a sociedade.

«Leiria terá Comissão Política do Partido Republicano português, a nível Distrital, antes de 1910, havendo comissões políticas concelhias a 92%. No conjunto das paróquias o P.R.P. destaca-se em Leiria com uma cobertura de 71%, o que é bastante, tendo em atenção os distritos de Santarém (53%) e Lisboa (52%)» (Gomes, 1987: 2).

Como abordamos neste estudo o tempo da Grande Guerra, importa concentrar a análise nos meios de comunicação escrita de Leiria, no período de 1914 a 1918. Destacamos dessa altura o *Leiria Ilustrada*, *O Anunciador*, *Jornal de Leiria*, *O Radical*, a *Voz Infantil* e *O Mensageiro*. O historiador Oliveira Marques, no capítulo que aprecia a comunicação social não diária das cidades da Província, desde 1910, descreve a imprensa de Leiria dessa época:

«Leiria teve poucos jornais políticos ou noticiosos. Do lado esquerdo republicano, conheceu o *Leiria Ilustrada*, semanário que era propriedade das Comissões Locais do P.R.P. e durou de 12 de Janeiro de 1905 a 30 de Dezembro de 1916. Sucedeu-lhe, com a mesma periodicidade e idêntico partido, o *Jornal de Leiria*, publicado de 7 de Janeiro de 1917 a 31 de Julho de 1919. (...) Os republicanos conservadores começaram com *O Rebelde*, hebdomadário muito chegado à corrente almeidista. Durou de 16 de Novembro de 1910 a 23 de Fevereiro de 1911. Passou então a chamar-se *O Radical* que, apesar do nome, se converteu no órgão leiriense do Partido Evolucionista (2 de Março de 1911 a 12 de Abril de 1917). Depois de uma interrupção de três anos, a linha conservadora local beneficiou da adesão do *Distrito de Leiria*, antes democrático, que se cindiu do Partido em 23 de Setembro de 1920, para durar até 26 de Março de 1921. (...) Finalmente os Católicos conheceram os *Echos do Liz*, semanário que, durando desde 1 de Janeiro de 1907, terminou logo após a proclamação da República, em 9 de Outubro de 1910. Depois de um intervalo de quatro anos surgiu então o hebdomadário *O Mensageiro*, importante órgão local, que começou a publicar-se em 7 de Outubro de 1914 para persistir até hoje» (Marques, 1981: 54-55).

Os novos tempos da República trouxeram a Leiria uma realidade diferente ao jornalismo que se fazia na cidade, com novas correntes, fruto dos ideais republicanos que colidiram fortemente com os princípios monárquicos do passado. Verificamos que,

regra geral, quase todos os jornais se afirmam com conteúdos de apoio à República (à excepção de *O Mensageiro*). Porém dois semanários se vão destacar na cidade pela sua acutilância, assim como dois protagonistas: Tito Larcher (*Leiria Ilustrada*) e o Pe. José Ferreira de Lacerda (*O Mensageiro*).

A República prometeu que trazia ao jornalismo português a imprensa liberal, onde os conteúdos se publicavam sem censura, sem o apertado visionamento das forças partidárias, dos poderes instituídos. Nascia uma nova vaga de jornais que traz mais leitores, porque novos conteúdos passaram a fazer parte integrante das publicações.

«Uma vez criada, a imprensa liberal depressa se transformou num dispositivo produtor de hegemonia ideológica das burguesias. Factor essencial na criação de uma opinião pública favorável ao regime constitucional, desempenhou um papel fundamental na secularização das consciências, especialmente nos meios urbanos. O desenvolvimento das cidades e os avanços, ainda que limitados, da alfabetização, permitiram o aumento do índice de leitura de jornais. A par da escola e da Igreja, a imprensa contribuiu para a recomposição do tecido social e para a consciencialização da cidadania» (Neto, 1998: 227).

Verificaremos que apesar de estarmos perante uma imprensa mais liberal, isso não implica necessariamente em maior distanciamento político. Na vigência do conflito mundial, existia em Leiria uma imprensa constituída por duas lideranças explícitas: os jornais *Leiria Ilustrada*, do Partido Republicano Português, e *O Mensageiro*, da Igreja Católica, embora sob a propriedade do Pe. José Ferreira de Lacerda, ligado à Monarquia. Veremos mais à frente como estes dois títulos vão ser claramente opostos.

Outro dos dados curiosos que constatámos, foi o facto de um político que exercia as suas funções em Lisboa, exercer, em simultâneo, o cargo de director e redactor de jornalismo em Leiria. É o caso de *O Radical* e do seu director, Joaquim Ribeiro de Carvalho, que foi deputado nos primórdios da República, pertenceu à Maçonaria e à Carbonária, mas exerceu em simultâneo, as funções no seu periódico leiriense, escrevendo e fazendo escrever sobre a República, tamém sobre si próprio.

«Joaquim Ribeiro de Carvalho, deputado por Leiria, em várias legislaturas, fundador do Centro Radical Português, membro do Partido Evolucionista quando este foi fundado, director do diário República (1920-1924 e 1930-1943). Pertenceu à Maçonaria e à Carbonária» (Gomes, 1987: 2).

Na análise à imprensa de Leiria, verifica-se que os movimentos adeptos da República passaram a apresentar posições radicais de intolerância à Igreja Católica. Este facto foi visível e muito sentido entre os leirienses, com tomadas de posição fortes, com teores que movimentaram a opinião pública da cidade.

«O Estado deverá ser identificado com o Estado pluralista, incapaz de julgar em matéria religiosa, mas que é capaz de reconhecer os direitos fundamentais da pessoa como o primeiro e mais forte esteio do bem comum. Digamos que se trata dum Estado que se sente discernir o fenómeno religioso, mas é capaz de prestar homenagem à dignidade da pessoa humana, reconhecendo o direito à liberdade religiosa, não somente como direito individual, mas também na sua vertente social» (Nunes, 2005: 320).

Naquela época, também existiam vários ressentimentos de problemas mal resolvidos desde a implantação da República, especialmente entre alguns recentes poderes instalados e as antigas elites, votadas para segundo plano. O início do século XX, registou em Leiria, um significativo emergir de títulos jornalísticos, devendo-se esse facto aos títulos do jornalismo republicano que assumem um papel importante na sua vida social e política da cidade.

A nível literário, a República trouxe à cidade um período fértil, com o surgimento da Biblioteca Erudita, em 1916, e, mais tarde, o Arquivo Distrital de Leiria²⁰. Veremos, como irão surgir novas correntes do pensamento, com acesso público à informação. A formação da opinião pública, a sua partilha com a sociedade, terá eco na imprensa de Leiria. Tito Larcher²¹, melhora o fundo local das publicações ao oferecer os seus livros

²⁰ O Arquivo Distrital de Leiria, inicialmente denominado Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria, foi criado por Decreto n.º 2550-J, de 3 de Agosto de 1916. Fundado por Tito Larcher, funcionou em precárias condições num espaço exíguo, de 1916 a 1927, no edifício do Paço Episcopal, junto à Igreja de S. Pedro. Em 1928, foi transferido para as dependências da Sé, que sofreram algumas adaptações para o efeito, e neste local funcionaria até 1969. Em 1965, o Decreto-Lei n.º 46350, de 22 de Maio, alterou-lhe a designação para Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria. Em Janeiro de 1970, foi novamente transferido, a título provisório, para o rés-do-chão e 1º andar da ala sul do edifício da Câmara Municipal de Leiria, local onde viria a funcionar até Junho de 1997. Em 1997, o Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março, alterou-lhe a designação para Arquivo Distrital de Leiria. E a 4 Junho de 1997, foi inaugurado o actual edifício – um edifício construído para o efeito- sito na Rua Marcos Portugal, na zona histórica de Leiria. A Portaria n.º 372/07, de 30 de Março passa a defini-lo, e atribui-lhe competências, como unidade orgânica nuclear da Direcção Geral de Arquivos. Desde a sua criação, tem assumido um papel fundamental na região de Leiria, como pólo de investigação da História Local, de leitura e de dinamização cultural. (Informações do site <http://adlra.dgarq.gov.pt>, consultado no dia 5 de Abril de 2011).

²¹ Tito Benevenuto de Sousa Larcher, nasceu a 25 de Setembro de 1860, em Braga. Descendente de uma família francesa instalada em Portugal a convite de Marquês de Pombal. Verdadeiro autodidacta, teve empregos relevantes em várias cidades. Em 1894, foi nomeado escrivão-tabelião em Porto de Mós e, um ano depois, tomou posse como escrivão para o 5º Ofício de Leiria. Colaborou em vários jornais e revistas

e outras publicações à Biblioteca Erudita. Este fervoroso republicano convicto, legou as suas obras à Câmara de Leiria porque entendia que o novo regime deveria ser assente em bases educacionais e na tão necessária instrução escolar (Anexo C).

«A primeira realização prática de que Leiria beneficiou com a implantação da República, foi a criação da Biblioteca Erudita. Por Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher, que ofereceu à sua cidade a sua biblioteca, composta de 2.070 obras compreendendo 3000 volumes, tudo avaliado em mais de 1.200.000 réis, que constituiu a base da actual Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria, e representou o seu entusiasmo e a sua alegria pelo novo regime, de que era adepto fervoroso» (Cabral, 1987; 12).

Tito Larcher era natural de Braga, mas viu Leiria como a sua cidade, dedicando-se e dedicando-lhe todo o seu esforço na promoção de serviços culturais. Curiosamente, antes da República, doou 1500 livros para a criação de uma biblioteca, mas os volumes foram recusados pelos poderes políticos instalados na cidade.

Também os primeiros tempos da República não valorizaram a intenção de Tito Larcher, uma vez que, durante mais de seis anos, os novos poderes continuaram a ignorar os seus propósitos.

«Quando chegou o 5 de Outubro de 1910, o presidente da Câmara era João Correia Mateus, ex-padre, professor e advogado culto, muito bem relacionado com alguns dos intelectuais republicanos, como Ernesto Korrodi, João Soares, ou mesmo o visitante da sua casa, Bernardino Machado. Apesar disso e de em Leiria existir um liceu, uma escola de formação de professores, uma de artes e ofícios e um Seminário, Mateus terá desaproveitado uma anterior oportunidade de criação de uma biblioteca na cidade e mais tarde, já com o novo regime instaurado, havia de se envolver no maior dos desentendimentos maçons, Tito Larcher, quando este após uma oferta que fizera, lutava pela dignidade de uma biblioteca, de um arquivo e de um museu que representassem a região de Leiria» (Sousa; Vinagre, 1997: 15).

O ano de 1916 traz consigo uma viragem cultural em Leiria. A partir daqui, veremos como irá evoluir uma República que irá colidir com os poderes e interesses instalados, posições ou estratégias que serão objecto de publicação na imprensa da

do País e foi o fundador do jornal *Leiria Ilustrada*. Criador da Biblioteca Erudita e do Arquivo Distrital de Leiria, assumiu funções de director até ao ano de 1932. Faleceu a 25 de Janeiro deste mesmo ano, em Leiria. (Informações da exposição evocativa aos Directores do Arquivo Distrital de Leiria, Janeiro de 2011).

cidade. São vários os exemplos encontrados da total oposição entre a Monarquia do passado e a República da época. Mesmo assim, poderemos considerar que as disputas que existiram foram essencialmente guerras de palavras, publicadas nos jornais, não havendo tumultos ou outras formas de luta.

«De um modo geral, a aceitação da República foi pacífica por todo o Distrito. Contribuiu para isso uma orientação esclarecida da parte do Governo Civil e dos administradores dos Concelhos.(...) A palavra de ordem era, pois, a de uma República sem violência, sangue, instruída pelo tempo que faria progredir a implantação das ideias positivas da ‘Sciencia’» (Gomes, 1987: 2).

Desde a génese da República que a imprensa também se renova. Os preceitos antigos, as tradições, os costumes de um povo, as querelas políticas e as diferenças no género, começam a colidir com uma imprensa que se demarcava pela diferença dos seus conteúdos, mais afastada das publicações com o símbolo dos valores conservadores monárquicos ou do Clero. A época da mudança na imprensa estava a chegar.

«Dos prelos leirienses sai a 16 de Novembro de 1910, o primeiro número do jornal *O Rebelde* que traz como mote palavras de Goethe ‘Luz, luz, mais luz’.

No *Radical*, surgem artigos sobre a condição feminina, a educação e a libertação da mulher, porventura chocantes para uma Leiria tradicional, envolta na atmosfera de beatas e vizinhas de que Eça de Queiros, no Crime do Pe. Amaro, construiu um mordaz retrato literário. (Gomes, 1987: 2).

As temáticas como o aborto, o divórcio, a conduta de bom cristão, vão ser objecto da nova discussão entre o *Leiria Ilustrada* e o jornal *O Mensageiro* (Anexo D). Com efeito, o recente jornal leiriense da Igreja Católica veio a conhecer uma fase de grande contestação, protagonizada por Tito Larcher e outras personalidades, que escreveram textos de conteúdos opostos ao jornal *O Mensageiro* e ao seu director, o Pe. José Lacerda. No entanto, as peripécias escaldantes dos dois jornais não colocaram em causa a função de *O Mensageiro* e o seu contributo para a história leiriense.

No período da Grande Guerra, publicaram-se, nas suas páginas, as crónicas de guerra que o seu proprietário e director escreveu, enviadas da Flandres, enquanto capelão militar, constituindo um caso peculiar na imprensa regional da época. Um dos objectivos principais da presente investigação é perceber como José Ferreira de Lacerda

interpretou a sua missão de relatar os acontecimentos da Grande Guerra, uma função que exerceu em simultâneo com a de capelão militar.

Para isso, impõe-se que, em primeiro lugar, se entenda o contexto jornalístico de Leiria na vigência da Grande Guerra. O jornalismo, como símbolo de poder, tinha sido alvo de alterações profundas, logo após a instauração da República Portuguesa. Depois da mudança do regime monárquico para o republicano, jornalistas e jornais foram imediatamente objecto de legislação. A mudança decorreu apenas cinco dias após a instauração da República, sendo a regulação da comunicação social uma das primeiras medidas dos novos governantes. Foi promulgado um decreto no dia 10 de Outubro, anulando a lei de 11 de Abril de 1907, considerada repressiva para a comunicação social. Este decreto foi aprovado como lei definitiva a 28 de Outubro de 1910.

«Uma das primeiras preocupações da República foi libertar a imprensa periódica das peias que a limitavam, reconduzindo-a a situação idêntica à dos melhores tempos do constitucionalismo. Nesse sentido, é promulgado o Decreto com força de lei de 10 de Outubro de 1910 pelo qual era ‘revogada a lei repressiva da liberdade de imprensa de 11 de Abril de 1907, suspendendo-se todos os termos de quaisquer processos relativos à imprensa, enquanto não for publicado um novo decreto com força de lei protector da liberdade de imprensa’ (artigo 3º); e, segundo o artigo 4º, ‘o presente decreto entra imediatamente em vigor e será sujeito à apreciação da próxima Assembleia Nacional Constituinte. Desta maneira, apenas cinco dias depois da revolução que implantou no nosso país o regime republicano, restituía-se o direito de livre expressão do pensamento através do jornalismo, o que era considerado um dos mais sólidos alicerces em que devia assentar a República» (Tengarrinha, 1965: 243 e 244).

Com a chegada da Grande Guerra, esta garantia de liberdade de imprensa, preocupação dos primeiros governos republicanos, iria sofrer novamente alterações profundas, porque a censura ou o controlo das edições periódicas voltaram a ser realidade. Os ideais de liberdade da recente República começavam a colocar-se em causa. Ou seja, nos primeiros tempos da República, um regime que proclamou modelos democráticos e de liberdade que não existiriam na Monarquia, também ele começa a controlar novamente as publicações.

«A I República (1910-1926) simbolizou um período de liberdade, mas não total, como o prova a existência da singular censura dos espaços em branco, imposta a partir de

1916 com a entrada de Portugal na I Guerra Mundial (1914 - 1918) e que perduraria até Fevereiro de 1919»²².

Mas este controlo, parecia não vigorar de igual modo em todos os meios de comunicação social. Alguns jornais acusavam expressamente os seus congéneres de publicarem tudo o que queriam e quando queriam, sem serem penalizados. Este facto talvez se explique também por estarmos a falar de publicações próximas do governo ou dirigidas por personalidades com cumplicidades com os protagonistas políticos da época e que, logicamente, não evitaram difundir notícias ou outros textos que colocassem em causa a sua acção.

A censura perdurou, mesmo depois da guerra. O escritor leiriense Afonso Lopes Vieira também sofreu as consequências disso por causa de um poema que escreveu em 1921, intitulado *Ao Soldado Desconhecido*. O autor era próximo das elites culturais e governativas, apesar das suas assumidas e conhecidas tendências monárquicas. Mesmo assim, incomodou alguns membros do sistema político e militar, com a sua criação literária, ao ponto de ser preso em Lisboa e todos os seus poemas *Ao Soldado Desconhecido* terem sido apreendidos, mesmo os que estavam em casa do seu pai.

«Em Março de 1921, com a detenção de Lopes Vieira no Governo Civil de Lisboa, para interrogatório sobre a poesia que acabara de publicar e tinha sido apreendida pela polícia, por se considerar que lesava os interesses da Pátria (...)» (Nobre, 201:141).

Como verificamos, uma vez mais, os interesses e a estabilidade da Pátria são invocados. Esta é uma palavra que habitualmente é usada, quer por políticos como por redacções de jornais republicanos, chegando mesmo a existir interferências na produção cultural, como neste caso, de um simples folheto de quatro páginas de Afonso Lopes Vieira, editado pela Imprensa Libânio da Silva, na cidade de Lisboa.

2.2. A imprensa leiriense no período da Grande Guerra

Na análise aos jornais leirienses, verificamos os conteúdos sobre o conflito mas também algumas das realidades do mundo da imprensa escrita, da vida social, política e

²² Primeira lei de Imprensa em Portugal em <http://www.ics.pt/index.php?op=cont&cid=78&sid=1234>, consultado a 3 de Julho de 2010.

económica, no período 1914-1918. Nos periódicos a que tivemos acesso, constatou-se que promoveram uma comunicação social de causas, com uma informação não isenta. O jornalismo não se regeu por critérios de objectividade e imparcialidade, muito menos por códigos de conduta, éticos e deontológicos. Os seus textos foram revestidos de adjectivos, de provocações, de lutas entre a Monarquia arredada do poder e uma recente República que se queria afirmar objectivamente.

2.2.1. *Leiria Ilustrada* - (12-01-1905 – 30-12-1916)²³

Director e administrador: Tito Larcher (nº 1 ao nº 117).

Redactor principal: Gaudêncio Pires de Campos (nº 118 ao 257); Director político: Gaudêncio Campos (nº 258 ao 484); Alípio Mesquita (nº 485 a 490); Adolfo Teixeira Leitão (nº 491 ao 522); Gaudêncio Campos (nº 523 ao 573).

573 números publicados.

Iniciou-se sob a propriedade das Comissões locais do Partido Republicano Português.

A 3 de Dezembro de 1910, depois da instauração da República, passou a semanário republicano e mudou de cabeçalho.

Atendendo a que analisamos a imprensa de Leiria no período da Grande Guerra, no caso prático do *Leiria Ilustrada*, começámos esta pesquisa a partir do nono ano de actividade, com o nº 450, de 8 de Agosto de 1914, na emblemática edição que dava as primeiras notícias sobre o início do conflito. O texto, assinado por «P.C.», iniciais de Pires de Campos, é um pré-aviso aos leitores por parte do periódico leiriense do que se iria passar na Europa.

«Apesar de estarmos longe do campo onde vão ferir-se as maiores batalhas de todos os tempos, não é completamente desanuviada a nossa situação. A falada, a esperada guerra europêa está, finalmente, iniciada, e ninguém pôde seguramente prever as consequências que ela trará no seu ventre de destruição e morte.

Nações das mais poderosas em haveres e energias vão lançar-se umas contras as outras, num embate de aço e fogo, nos campos e nos mares, e é verdadeiramente admirável como dos pontos mais longínquos do globo acodem os filhos de cada país ao chamamento

²³ Dados recolhidos a partir de pesquisa efectuada no Arquivo Distrital de Leiria.

às armas, no desejo, ou ânsia de que cada um seja o vencedor. Homens de condições, de raças, de sentimentos, de educação as mais diferentes esquecem as suas pugnas íntimas, abandonam os seus mistéres, separam-se das suas famílias, e ei-los em marcha para o lugar que a sua honra de patriotas lhe impõe»²⁴.

Na edição nº 454, de 5 de Setembro de 1914, o jornal faz uma publicação de grande destaque, junto ao seu próprio título, evocando o papel que as mulheres portuguesas desempenhavam na minimização da dor humana no conflito, sobretudo a psicológica:

«A beleza da vossa alma, feita da luz do Amor, da essência do Bem e da alvura imaculada da Bondade, deu-vos o gesto bendito que é o reflexo da índole sentimental e humana d'este povo de poetas, navegadores e heroes... E amenizando a Dôr no meio do longínquo e confuso turbilhão da guerra, lá fareis lembrar este paiz de sol e flores, às mães, mulheres, irmans, filhas e noivas que estreitam ao peito os ente queridos que sofrem os horrores de uma falsa civilização, nesta hora de incerteza e de tragedia e de sofrimento!!...»

Juntando a nossa suplica à vossa suplica, do alto dêste humilde jornal, bradamos também, sob o império da comoção e do dever: Socorro aos feridos na guerra!»²⁵.

Na mesma edição é também publicada na primeira página uma notícia dos «Heroes», descrevendo a luta de belgas e alemães, defendendo aqueles «encarniçadamente» a neutralidade do seu território. A Bélgica estava ameaçada pela Alemanha que necessitava de atravessar o seu espaço para ocupação dos territórios mais a Sul. Ou seja, ou o percorriam a bem ou teriam de o fazer à força... Assim aconteceria mais tarde, as hostilidades decorreram tragicamente, conforme relata posteriormente o jornal leiriense.

Na edição que retratou o quarto aniversário da República Portuguesa, nº 459, de 10 de Outubro de 1914, o *Leiria Ilustrada* apresenta na página dois uma análise de Frutuoso Neto Júnior, com base em informações, como ele próprio refere no início do seu texto, «Colhidas no teatro da guerra». O autor passou a publicar neste periódico leiriense os seus textos dedicados ao conflito, com o título «A Guerra Europêa».

É interessante analisar as publicações leirienses como é o caso específico do *Leiria Ilustrada*, porque se percebe detalhadamente a situação política do País e ao mesmo tempo a evolução do envolvimento de Portugal na Grande Guerra. Na edição

²⁴ P.C.; «A guerra europêa», in *Leiria Ilustrada*, nº 450, de 8 de Agosto de 1914, p. 1.

²⁵ «Mulheres Portuguesas», in *Leiria Ilustrada*, nº 454, de 5 de Setembro de 1914, p. 1.

467, na edição em que o *Leiria Ilustrada* comemorava o seu décimo ano de publicação, no dia 3 de Dezembro de 1914, encontramos mais um artigo escrito por P.C.:

«Seja qual fôr o futuro para onde tenha de lançar-se a Pátria Portuguesa, quer ela surja dêle coberta de gloria e com a sua integridade territorial definida, e a estabilidade do regime consolidada, quer sucumba heroicamente como a epica Bélgica, nos campos de batalha, o Congresso da Republica Portuguesa, interpretando o sentir de todos os seus bons filhos, não poderia tomar outra deliberação do que aquela que tomou, pondo o esforço dos nossos exércitos de terra e do mar ao auxílio das nações aliadas, que lutam decididamente em prol da liberdade, e do progresso»²⁶.

No entanto, a Grande Guerra não foi um acontecimento suficientemente forte para calar as disputas políticas entre monárquicos e republicanos, num País em fase de consolidação de regime. Na análise da imprensa regional de Leiria no período da Grande Guerra, verificarmos como os jornais também competiam uns com os outros, criando uma autêntica rivalidade republicana e monárquica. O jornalismo na época era um instrumento para alcançar causas e o *Leiria Ilustrada* destacava-se por se assumir como Republicano. Aliás, a sua propriedade é exactamente do Partido Republicano Português e é nesse quadro que escreve no seu número 474, de 30 de Janeiro de 1915, pela mão de «P.C.»:

«Certa imprensa e certas criaturas batem calorosas palmas á queda do último governo, e todos se babam de prazer, trazendo nessa baba os raios verdes do seu ódio»²⁷.

Nas suas edições é comum verificar-se a publicação de textos de promoção dos ideais da República, de anúncios de comícios do Partido Republicano Português na cidade de Leiria, assim como de discursos de figuras do regime. Na edição nº 491, de 29 de Maio de 1915, o *Leiria Ilustrada* dava amplo destaque na primeira página ao novo Ministro da Guerra, José de Castro. E é neste periódico leiriense que também são publicadas cartas abertas ao Ministro da Guerra, como na da edição nº 494, de 19 de Junho de 1915.

Na edição nº 511, de 6 de Novembro de 1915, a mesma que apresentou a carta derradeira que dá início à controvérsia entre os jornais *Leiria Ilustrada* e *O Mensageiro*,

²⁶ P.C.; «Portugal e a Guerra», in *Leiria Ilustrada*, nº 467, de 3 de Dezembro de 1914, p. 1.

²⁷ P.C.; «Horas de Tristeza», in *Leiria Ilustrada*, nº 474, de 30 de Janeiro de 1915, p. 1.

é publicado na primeira página um texto de Tito Larcher sobre a situação financeira de Portugal na vigência da Grande Guerra. A temática do autor ganha outra tônica, evitando picardias com a imprensa leiriense. A partir daqui o autor começa a dedicar-se a esta temática no *Leiria Ilustrada*, sempre na primeira página.

«Ninguém ignora que a guerra Europeia, veio desequilibrar os orçamentos de todos os países, mesmo os neutrais, e por conseguinte no nosso país não se podia deixar de reflectir e por uma forma grave êsse estado de coisas. Felizmente que as contas da gerência do ano económico findo, acuzam apenas um deficit de 24:808 contos, apesar da grande crise económica e financeira do Brasil, que nos causa males muito maiores do que os produzidos pela guerra Europeia»²⁸.

Na primeira edição de 1916, a 1 de Janeiro, na edição nº 522, na sua primeira página, o *Leiria Ilustrada* publica um extenso texto de Henrique de Vasconcelos, destacando a pertinência do conflito e a oportunidade que ele confere a Portugal para se reafirmar no mundo.

«A guerra sem fronteiras que hoje se combate dá-nos aso a que procuremos, à custa de sacrifícios inevitáveis, conquistar o lugar perdido, de que a memória não está apagada»²⁹.

No dia 11 de Março de 1916, no seu nº 532, a notícia a ocupar a primeira página do *Leiria Ilustrada* trazia a oficialização da beligerância de Portugal e muito especialmente a declaração de guerra dos alemães ao nosso país.

«O representante da Alemanha em Lisboa entregou, pelas 18 horas de 9 do corrente, no Ministério dos Estrangeiros, a declaração de guerra que o belicoso Kaiser faz ao nosso País. Portugueses! Soou, enfim, o momento de mostrarmos ao mundo culto que somos um País civilizado e que sedento de Liberdade, não vacilamos em verter a última gota do nosso sangue em prol dêste abençoado torrão, que é a nossa querida Pátria! Precisamos provar que somos os legítimos depositários das honrosas tradições que os nossos antepassados ‘por mares nunca dantes navegados... levaram até aos confins do orbe, impondo respeito e vassalagem ao velho PORTUGAL. Soldados e Povo! É a gloriosa herança de um passado de brilho inigualável que o selvático germano tenta calcar; é o berço dos nossos heróis que o desumano alemão quer conspurcar; é a Civilização; é a Humanidade sofredora que

²⁸ Larcher, Tito; «Situação financeira», in *Leiria Ilustrada*, nº 511, de 6 de Novembro de 1915, p. 1.

²⁹ Vasconcelos, Henrique; «Portugal e a Guerra», in *Leiria Ilustrada*, nº 522, de 1 de Janeiro de 1916, p. 1.

reclama o vosso heróico esforço, contra a garra indomável do teutão brutal! Avante, sem desfalecimentos nem divergências! Viva Portugal»³⁰.

A publicação *Leiria Ilustrada* assume uma posição de encorajamento aos soldados portugueses e a todos os seus familiares. Como mensageiro do Partido Republicano, a 13 de Maio de 1916, no seu nº 541, o exemplo é elucidativo.

«Soldados Portugueses! Patriotas Portugueses! A guerra chama-nos ao cumprimento do mais sagrado de todos os deveres! A Alemanha declarou-nos guerra. Ameaça-nos. Quer esmigalhar os nossos lares, as nossas vidas, como fez na Bélgica, na Sérvia e em parte de França, e nós, Portugueses, não podemos nem devemos ficar impassíveis ante as suas enraivecidas ameaças! Parar, hesitar, recuar neste momento, seria cometer um crime de hedionda traição, seria manchar com uma nódoa que jamais se pagaria, nas páginas fulgentes da nossa história»³¹.

A 3 de Junho de 1916, no nº 544, o *Leiria Ilustrada* dá conta, na sua primeira página, da partida do primeiro batalhão para a guerra, entre as aclamações dos naturais de Leiria.

«Por entre aclamações do povo leiriense, sai do seu quartel, na madrugada de 31 de Maio, cheio de entusiasmo, fremente de patriotismo, correcto e disciplinado, o primeiro batalhão mobilizado do regimento de Infantaria nº 7. Como então, nós hoje repetimos, do íntimo da nossa alma, os mesmos vivas que tão levantadamente soaram nesse dia: Vivam as nações aliadas! Viva o Exército! Viva o Regimento de Infantaria 7! Viva Portugal! Viva a República!»³².

A 5 de Agosto de 1916, nº 553, este jornal dedica nova atenção na sua primeira página à partida do primeiro batalhão de Tancos. Escrito no canto superior direito, com muito destaque, podemos ler os pormenores da ida dos soldados para França.

«As demonstrações de alegria com que foi recebido o batalhão mobilizado de infantaria 7, devem ter calado bem fundo na alma dos briosos militares, convencendo-os da muita simpatia que os leirienses tributam ao seu regimento. O ‘Leiria Ilustrada’ saúda os bravos defensores da Pátria, apresentando-lhes as suas boas vindas»³³.

³⁰ «Em plena beligerância», in *Leiria Ilustrada*, nº 532, de 11 de Março de 1916, p. 1.

³¹ «Em guerra – Aos soldados de Portugal!», in *Leiria Ilustrada*, nº 541, de 13 de Maio de 1916, p. 1.

³² «A caminho de Tancos», in *Leiria Ilustrada*, nº 544, de 3 de Junho de 1916, p. 1.

³³ «No regresso de Tancos», in *Leiria Ilustrada*, nº 553, de 5 de Agosto de 1916, p. 1.

As divergências dos editores do *Leiria Ilustrada* com o Pe. José Lacerda voltaram. A base de comparação entre os dois títulos, as diferentes sensibilidades dos promotores dos dois periódicos, conforme se pode ler no *Leiria Ilustrada* do dia 25 de Novembro de 1916, nº 568, página dois, numa redacção com o seguinte conteúdo:

«O jornal do Sr. Prior dos Milagres inseriu o seguinte sujeito: ‘Só se é agora. – A redacção cabumbesca chama correligionário ao sr. José Francisco Alves. Talvez seja esse o melhor daquele sr. adquirir certa renda em atrazo e cujos documentos nos prometeu o que fez arreliar os tais cabumbas.’ Se o que aí fica, à parte a gramática, fôsse escrito neste jornal, não faltariam logo os censores a proclamar que era mais uma infâmia da imprensa demagógica! Entretanto, o sr. Prior não tem pejo em infamar os adversários com insinuações malévolas... Trata-se, porém, da boa imprensa, e não lhe faltarão, por isso mesmo, os aplausos e bênçãos do céu»³⁴.

A última edição do ano de 1916, a 30 de Dezembro, no seu nº 577, o jornal *Leiria Ilustrada* publica uma mensagem para os militares do País.

«Soldados Portugueses: É chegado o momento em que ides cumprir o vosso dever sagrado de defender a Pátria de heróis nunca igualados! Que as gloriosas lutas dos nossos antepassados vos recordem sempre esse dever, animando-vos a cumpri-lo com o mesmo ardor e fé por eles empregados. Que o vosso baptismo de sangue seja mais uma página fulgente de glória a registar no livro da História Portuguesa, onde em letras de oiro figuram os dos Castros, Albuquerque, Nuno Álvares, Duarte de Almeida, Vasco da Gama, Camões e tantos outros. Soldados Portugueses: o *Leiria Ilustrada* sauda-vos, gritando convosco: Viva Portugal! Viva a República!»³⁵.

Esta seria a edição em que o *Leiria Ilustrada* seria suspenso, igualmente com um texto na primeira página a justificar a decisão com a moção do Partido Republicano, que reuniu com as comissões políticas no dia 28 de Dezembro. O final da publicação é justificado pela indisponibilidade do seu director Gaudêncio Campos de não poder dar continuidade a este projecto jornalístico.

³⁴ «Jornalismo católico», in *Leiria Ilustrada*, nº 568, de 25 de Novembro de 1916, p. 2.

³⁵ «Soldados portugueses», in *Leiria Ilustrada*, nº 577, de 30 de Dezembro de 1916, p. 1.

2.2.2. *O Radical* - (02-03-1911 – 12-04-1917)³⁶

Este periódico é a continuidade doutro título chamado *Rebelde* (após o número 14), com início de publicação a 10 de Novembro de 1910.

Directores: Idelfonso Leitão (do nº 14 a 21); Ribeiro de Carvalho (do nº 22 a 281).
Semanário Republicano Independente (do nº 22 a 86); Semanário Republicano (do nº 87 a 217); Órgão do Partido Republicano Evolucionista (nº 218 a 281).
281 números publicados.

O Radical foi um jornal republicano mas mais tarde entrou na linha evolucionista. Foi este título que através do seu director, Joaquim Carvalho, veio a questionar a oportunidade da restauração da Diocese de Leiria, promovida pelo jornal *O Mensageiro* e até por deputados republicanos do PRP que tinham subscrito uma petição a favor dessa causa. Mas é justamente este jornal que mais tarde defendeu as relações do Estado Republicano Português com o clero.

Indo ao tempo da Grande Guerra, *O Radical* surgiu com uma notícia na sua edição nº 170, de 18 de Junho de 1914, onde faz eco das perseguições à imprensa. Veja-se a secção «Ecos e Comentários», normalmente colocada no canto direito da primeira página, um espaço muito nobre nos critérios jornalísticos.

«Affirmam o Dia e a Nação que dos jornalistas que fazem parte da Câmara dos Deputados só um d'elles, o sr. Gouveia Pinto, protestou contra a apprehensão dos jornaes. Pedimos licença para dizer que não é verdade. O director do Radical, Ribeiro de Carvalho, pediu a palavra ao mesmo tempo que o sr. Gouveia Pinto para protestar contra essas apprehensões. E como lhe coarctassem o direito de falar, requerendo a urgencia para diversos projecticulos, Ribeiro de Carvalho levou o seu protesto até ao ponto de ter um conflicto pessoal com o sr. João Meneses»³⁷.

Como verificamos, não era nada pacífica a relação dos jornais com os poderes políticos e dos próprios jornais entre si. O director de *O Radical* mostra-se muito revoltado com a censura que impedia a circulação dos conteúdos jornalísticos em Leiria, talvez por serem incómodos a determinados poderes instalados. Mesmo os órgãos de comunicação republicanos tinham as suas tendências e diferentes formas de o exprimir.

³⁶ Dados recolhidos a partir de pesquisa efectuada no Arquivo Distrital de Leiria.

³⁷ «Apprehensões de jornaes», in *O Radical*, nº 170, de 18 de Junho de 1914, p. 1.

O Radical tinha ligações estreitas ao Centro Republicano Evolucionista de Lisboa³⁸ (CREL), através de Ribeiro de Carvalho, sendo comum aparecerem nas suas páginas alguns discursos e notícias sobre as suas intervenções políticas.

A discussão entre jornais de Leiria era assunto constante na primeira página do semanário *O Radical*, normalmente respostas aos ataques que existiam contra o seu director e proprietário, Ribeiro de Carvalho. Na edição nº 171, de 25 de Junho de 1914, podemos encontrar um exemplo do vigor desse combate na secção «Ecos e Comentários».

«Dizem-nos que um jornal de escrocs e de calumniadores, que se publica em uma caverna alli para os lados das Caldas da Rainha, procurou explorar torpemente um conflito havido entre o director do Radical e o sr. João de Meneses. (...) Pois, apesar de tudo isto, um jornal de escrocs e de gatunos – gatunos da honra alheia – tenta deturpar o facto, com uma torpeza só digna de faquistas e de apaches. Ora, Ribeiro de Carvalho não deve nem teme. Não tem na sua vida nenhum acto, absolutamente nenhum, que o possa deslustrar ou macular. E se não, que apareça algum homem de bem, honesto e digno, a provar o contrário. O repto, claro e terminante, ahí fica. Quanto aos escrocs e aos gatunos, que por ahí andam a assaltar gente honrada, em jornaes que são apenas montureiras immundas, mais uma vez lhe escarrámos em cima o nosso profundo desprêzo, sabendo-se, como se sabe, que pessoas honestas não podem descer e discutir com essa ínfima canalha»³⁹.

Na edição nº 172, de 2 de Julho de 1914, o jornal *O Radical* introduz a temática da guerra, sobre a possibilidade de o conflito poder ser uma realidade perto do canal do Panamá.

«Segundo lemos no jornal inglês Tit Bits, em Sandy Hook foram construídos seis canhões monstruosos para serem collocados nas ilhas á entrada do canal do Panamá, com o fim de impedir alli o accêso em caso de guerra»⁴⁰.

Outro dos assuntos polémicos tratados pelo semanário *O Radical* envolve Afonso Costa. Ao que parece, os redactores do jornal e o seu proprietário e director, Ribeiro de Carvalho, não tinham grande admiração por este republicano, denominando-o como «chefe do bando», como se refere na edição nº 173, de 9 de Julho de 1914. Verificamos que o jornal leiriense não deixava de retratar e de interferir na cena da vida nacional,

³⁹ «Canalha», in *O Radical*, nº 171, de 25 de Junho de 1914, p. 1.

⁴⁰ «A Guerra», in *O Radical*, nº 172, de 2 de Julho de 1914, p. 1.

com os seus tumultos e figuras de eleição, a ocuparem as suas páginas. O jornalismo de causas e de interesses muito específicos, surgem aqui, de forma clara, a tomarem conta das edições de *O Radical*.

«O sr. dr. Affonso Costa nunca passou de um homem inteligente sem senso comum, pretendendo supprir por um atrevimento sem limites as qualidades na luta pela vida asseguram o triumpho mas devagar. A sua cultura geral é hoje menos que medíocre. É dos homens em evidência em Portugal um dos mais ignorantes»⁴¹.

O Radical queria mesmo assumir-se como contra-poder, com posturas consentâneas com o seu nome. Nem mesmo o Governador Civil, Abílio Barreiro, foi poupado das críticas ferozes do semanário leiriense. Na sua edição nº 175, de 27 de Julho de 1914, o exemplo é elucidativo.

«O sr. Abílio Barreiro não dá accordo de si. Vagueia por essas ruas, somnambulo inepto para o exercício do cargo, sem haver meio de o levar a um acto de governo, claro e decisivo»⁴².

O jornal começa a dar grande destaque à Grande Guerra no seu nº 177, a 6 de Agosto de 1914, exactamente com um texto do seu director Ribeiro de Carvalho, numa prosa novelística sobre o conflito, intitulada «A propósito da Guerra – O Festim dos Abutres». Trata-se de uma narrativa ficcional, com partes de diálogo entre dois abutres que procuram as suas presas, relacionando o festim com a batalha mundial. Na mesma edição, na página 3, as «Notas da Guerra», dão conta de várias notícias sobre o conflito.

A partir desta edição, *O Radical* passa a publicar na primeira página uma secção intitulada «A Propósito da Guerra», da responsabilidade de Ribeiro de Carvalho, em jeito de narrativa literária e textos descritivos da evolução do conflito. Igualmente, na primeira página, o director da publicação, no canto superior esquerdo, dá nota aos leitores da batalha inevitável.

Na edição nº 181, de 3 de Setembro de 1914, com a evolução do conflito, *O Radical* revela, como nota na primeira página, que assume o compromisso de dar a maior cobertura da guerra, referindo que a fonte principal serão outras publicações do exterior. Mais tarde veremos que essa premissa não será inteiramente cumprida, mas a

⁴¹ «Affonso Costa», in *O Radical*, nº 173, de 18 de Julho de 1914, p. 3.

⁴² «Governador Civil», in *O Radical*, nº 175, de 27 de Julho de 1914, p. 1.

temática Grande Guerra começa a ganhar maior expressão no semanário republicano leiriense, a partir desta edição. A partir daqui, a maioria das primeiras páginas passa a destacar praticamente o conflito, através de grandes redacções, do director e de outros colaboradores do periódico.

«No intuito de bem informar os nossos leitores, começamos a dar desde hoje mais notícias sobre a guerra europeia, servindo-nos para isso, das melhores revistas imparciais, estrangeiras»⁴³.

Na sua edição 186, de 8 de Outubro de 1914, encontramos um texto sobre os soldados portugueses nas «Notas da Guerra» acerca do rumor da sua partida. O jornal *O Radical* tomava posições claras contra a Grande Guerra e, ao contrário das redacções doutros jornais leirienses, as mensagens de orgulho pela participação portuguesa no conflito são nulas. Também nisso se vê que as relações de Ribeiro de Carvalho e Afonso Costa não eram as mais recomendáveis. Este último era mesmo adepto da participação portuguesa no conflito.

«Diz-se que vão partir para a França, a fim de combaterem contra os alemães, alguns milhares de officiaes e soldados portugueses – tantos que o território da Pátria ficará desguarnecido e escancarado a qualquer aventura extranha. E a notícia revolta-nos. A notícia enche-nos de indignação e de pavor»⁴⁴.

O Radical privilegia a batalha dos mundos nas suas páginas, edição a edição, quer em textos pontuais, quer nas suas secções permanentes «Ecos e Comentários», e «Notas da Guerra».

Na edição de 24 de Dezembro de 1914, nº 196, o jornal trazia na sua primeira página o texto «Natal Sangrento», descrevendo exércitos inimigos no conflito e a notícia de uma das lutas aguerridas a que o periódico deu tratamento durante algum tempo nas suas páginas.

«Diz o Mundo que vae ser nomeado governador civil de Leiria o sr. Visconde de Pedralva, antigo deputado monárquico. Achamos bem. E desde já felicitâmos,

⁴³ «O Radical e a Guerra», in *O Radical*, nº 181, de 3 de Setembro de 1914, p. 1.

⁴⁴ «Notas de Guerra – Soldados Portugueses», in *O Radical*, nº 186, de 8 de Outubro de 1914, p. 1.

principalmente, os intransigentes republicanos históricos de Alcobaça, que só aceitavam, em cargos de confiança da Republica, outros históricos»⁴⁵.

O curioso de *O Radical* é que, embora fosse um título republicano, congratulou-se algumas vezes pelo surgimento de alguns periódicos ligados à Monarquia, assim como não criticava as notícias das tomadas de grandes cargos públicos por elementos monárquicos.

Na edição nº 197, de 31 de Dezembro de 1914, numa nota de primeira página, referia-se que, a partir do próximo número, *O Radical* iria dedicar um espaço para debater sobre «O que custam as guerras». Assim aconteceu. Na primeira página desse número 198, de 7 de Janeiro de 1915, um artigo referia-se às maiores guerras modernas, bem como às somas colossais de dinheiro dispendido e quanto já se tinha gasto na Grande Guerra.

Depois da edição nº 197 e até à nº 204, o jornal deixou de dar tanto destaque à guerra, justificando-se, na edição de 18 de Fevereiro de 1915, com uma profunda ironia jornalística, facto no qual não é alheio o de o jornal ter uma posição contra a participação portuguesa no conflito.

«Por absoluto esquecimento, não temos dado ultimamente notícias da guerra. (...) Em resumo, é sempre esta alegria de notícias: os aliados todos os dias avançam, todos os dias progredem e todos os dias se encontram no mesmo sítio»⁴⁶.

O Radical deixa desde então de dar tanta atenção ao conflito mundial.

Já no nº 208, de 18 de Março de 1915, a notícia na primeira página dava conta do estado grave de saúde de Ribeiro de Carvalho. Tinha uma «pleurizia» e esse era o motivo pelo qual não respondia às inúmeras cartas políticas.

Pouco depois, no nº 210, de 1 de Abril de 1915, o jornal republicano publica um texto que dava conta que o director embora ainda estivesse doente, já se encontraria fora de perigo de vida. Entretanto, a guerra deixou de ter espaço em *O Radical*.

A imprensa de Leiria foi, de facto, muito interveniente nos primórdios da República. Até mesmo nas freguesias, através dos jornais locais, disputaram-se posições políticas ou sociais. No nº 213 de *O Radical*, de 22 de Abril de 1915, o jornal insurge-se contra os ataques de que um amigo, de nome Manuel Pereira, terá sido alvo por parte de

⁴⁵ «Natal sangrento», in *O Radical*, nº 196, de 24 de Dezembro de 1914, p. 1.

⁴⁶ In *O Radical*, nº 197, de 18 de Fevereiro de 1915, p. 1.

um jornal ligado à Igreja, e faz uma defesa num tom contundente, talvez mesmo provocador.

«O nosso honrado e velho amigo Manoel da Silva Pereira, da Ortigosa, homem de carácter que todo o districto respeita e considera, continua a ser anavalhado com calumnias e torpezas por um pasquim immundo que ahi deshonra a cidade: o pasquim do sr. Padre Matheus. Alegre-se com isso o nosso amigo. Ser atacado e calumniado por essa desprezível escória é crescer na consideração e respeito de toda a gente de bem. (...) Se esses bandidos desprezíveis falassem alguma vez verdade, se esses leprosos inclassificáveis não brandissem apenas as calumnias mais tôrpes – não se limitava a insinuações miseráveis a que nenhum homem honrado pode ligar importância. (...) Mas no pasquim do sr. Padre Matheus, dirigido agora por um capirote desgraçado e talvez irresponsável, só escrevem baixos mariolas que fariam a vergonha á vadiagem mais ascorosa das peores velhas de Alfama e da Mouraria»⁴⁷.

O Radical é um instrumento de batalha contra Afonso Costa. São muitos os jornais com amplos destaques, textos, observações, em desfavor deste político que não é poupado às mais severas críticas.

Na edição nº 224, de 14 de Agosto de 1915, um texto volta a introduzir a guerra. Ribeiro de Carvalho descreve a posição dos países, os principais acontecimentos e o combate português contra a Alemanha em terras de África.

«Nós combatemos a Alemanha, porque ella já fez derramar, em terras de África, sangue portuguez. Nós detestámos a Allemanha, porque o seu triumpho, no final da guerra, havia de trazer-nos golpes fatais»⁴⁸.

A guerra passa a constar novamente nos textos publicados por *O Radical*, assinados muitos deles pelo seu director, normalmente com críticas sobre o conflito.

Na edição de 1 de Outubro de 1915, *O Radical* inicia-se com uma publicação de uma grande gravura, a ocupar praticamente toda a primeira página, de Bernardino Machado e a notícia da sua tomada de posse na Presidência da República, no dia 5 desse mês. Mas o maior texto é uma vez mais contra Afonso Costa, quase ignorando Bernardino Machado.

⁴⁷ «Actualidades», in *O Radical*, nº 213, de 22 de Abril de 1915, p. 1.

⁴⁸ In *O Radical*, nº 224, de 14 de Agosto de 1915, p. 1.

«O sr. Affonso Costa não pode fugir, portanto, cobardemente e vergonhosamente, ás responsabilidades do governo»⁴⁹.

No seu nº 239, de 2 de Dezembro de 1915, comemorando o seu sexto ano de publicação, dava conta, na página nº 2, de um novo colaborador. A surpresa era que passará a fazer parte dos redactores do periódico republicano o sacerdote Silva Gonçalves, embora salvasse a sua participação alheia a “qualquer política”. Nesse número é divulgado que *O Radical* se vende em Leiria e, surpreendentemente, em Lisboa, em várias tabacarias desta cidade.

A edição nº 255, de 13 de Abril de 1916, corresponde ao início do controlo da censura em *O Radical*. Na primeira página, na secção «Ecos e Comentários», uma área interrompida do texto, em branco, dizia «Cortado pela censura».

No nº 263, de 6 de Julho de 1916, *O Radical* começa na primeira página com uma nova secção chamada «Coisas da Guerra». Este espaço traz aos leitores determinadas curiosidades, com textos que apresentam os números e organizações envolvidas, assim como outras temáticas relacionadas com o conflito. O jornal passa a ser publicado com alguma irregularidade pela escassez de papel, muito por causa da Grande Guerra.

Na edição seguinte, nº 271, de 6 de Outubro de 1916, a crise do papel é um dos grandes assuntos de *O Radical*. O texto apresenta estatísticas de consumo e toda a problemática em volta desta realidade difícil de quem desejava editar.

«Os jornaes em riscos de suspender a publicação – Não ha papel! – é este o grito que soltam os jornaes, sob a ameaça de terem de suspender a publicação. Não há papel. E o que há é tão caro, que poucas empresas jornalísticas poderão arrostar, talvez com essa tremenda crise»⁵⁰.

No seu nº 275, de 16 de Novembro de 1916, sobre os artigos de *O Radical*, usados noutros órgãos de comunicação, sai na primeira página a observação.

«Os jornaes de Lisboa e Porto continuam a transcrever os artigos políticos do Radical, incluindo está claro, os que tratam do sr. Salema. Pois, apesar de toda a notoriedade, o grande governador não larga o osso. A fome... não conhece leis»⁵¹.

⁴⁹ Carvalho, Ribeiro; in *O Radical*, nº 231, de 1 de Outubro de 1915, p. 1).

⁵⁰ «A crise do papel», in *O Radical*, nº 271, de 6 de Outubro de 1916, p. 2.

⁵¹ «Os nossos artigos», in *O Radical*, nº 275, de 16 de Novembro de 1916, p. 1.

Na edição nº 280, de 27 de Março de 1917, *O Radical* dava conta que o seu director esteve no Porto e Espanha para tratar da sua abalada saúde. Em nota, pedia-se desculpa pela interrupção da edição, facto justificado pelos motivos de saúde de Ribeiro de Carvalho mas também pela crise do papel.

O nº 281, de 12 de Abril de 1917, foi o último número de *O Radical*. Nesta edição, na primeira página, publica-se um texto sobre o exército italiano e o inferno alemão. Na página nº 2, sai uma redacção que explica às pessoas como podem escrever aos soldados e oficiais do CEP, referindo o modo como devem remeter a correspondência e as suas regras para chegar aos seus destinatários. Sobre a crise política que existia, surge um texto sobre os conteúdos políticos nos jornais e os seus promotores: os jornalistas.

«Certos jornalistas, quando teem vagar, entreteem-se a fazer boatos, em vez de fazerem colheres. E d’ahi, as phantazias que todos os dias aparecem... acerca da crise ministerial e do governo. Por emquanto, só uma coisa é absolutamente verdadeira: que está latente a crise. Como ella se resolverá, ninguém o sabe ainda. Fiquem-se os leitores com esta, que não ficam mal e deixem, á solta, pelo mar azul da phantazia, a imaginação febril dos inventores de boatos sensacionaes. Com alguma coisa os jornaes hão de encher-se n’estes tempos de calma política» («Crise Ministerial», in *O Radical*, nº 281, de 12 de Abril de 1917, p. 1).

2.2.3. *O Anunciador* - (19-09-1915 – 11-10-1931)⁵²

Proprietários, Directores e Editores: Pedro D’Aguilar (do nº 1 ao nº 140) e A. M. Barata (do nº 1 ao nº 42)

“Propriedade dos comerciantes republicanos moderados”.

Semanário de Distribuição Gratuita.

140 números publicados.

O jornal de distribuição gratuita *O Anunciador* surgiu com o seu primeiro número, no dia 19 de Setembro de 1915, precisamente em plena Grande Guerra, com a finalidade de promover o comércio e os serviços de Leiria. O projecto, considerado diferente e arrojado para o início do século XX, surge semanalmente com uma edição

⁵² Dados recolhidos a partir de pesquisa efectuada na Biblioteca Nacional de Lisboa.

de cinco mil exemplares. Na sua primeira publicação, é feita uma nota explicativa, na primeira página, que justifica a essência deste periódico leiriense.

«O r̀eclamo é hoje um dos mais usados sistemas de desenvolver a acção comercial, e casos há que, devido ao espírito inventivo, e por vezes engraçado dos anunciantes, teem conseguido obter um aumento de clientela, muito superior às suas previsões»⁵³.

Na sua vigência enquanto jornal de promoção publicitária, embora com alguns conteúdos editoriais, especialmente na primeira página, *O Anunciador* não foi um órgão de comunicação que tivesse dado muito enfoque à Grande Guerra nas suas páginas. *O Anunciador* era mais um periódico ligado à República. A conclusão a que chegamos deve-se ao leque dos seus colaboradores e amigos serem adeptos dos ideais republicanos, como é o caso de Tito Larcher, referenciado na primeira página do periódico, no nº 20 da edição de 30 de Janeiro de 1916, com um artigo sobre educação.

«Do nosso amigo Tito Larcher, recebemos a seguinte carta: (...) Senhor redactor do Anunciador – Uma das maiores necessidades do país é estabelecer uma forte acção educativa, que corrija os defeitos sociais, contribuindo para o bem estar geral e consequentemente para o bem da Pátria»⁵⁴.

Ao longo das suas edições, no período de 19 de Setembro de 1915 (nº 1) até 12 de Março de 1916 (nº 26), a Grande Guerra não surge em *O Anunciador*, sendo os seus conteúdos dedicados especialmente aos assuntos em volta de temáticas como a publicidade (reclamo), Liga dos Amigos do Castelo de Leiria, Teatro D. Maria Pia, contos/histórias de alguns autores, conselhos sobre beleza e saúde, obras de melhoramentos da Câmara Municipal, Banco de Portugal, indicações de meteorologia ou de cataclismos. Os anúncios de publicidade ocupavam praticamente as três de quatro páginas do jornal.

Apenas a partir da edição nº 27, de 19 de Março de 1916, o assunto da Grande Guerra começa a aparecer. Na primeira página, em letras grandes, publica-se o título ‘Em Guerra’. Começava aqui uma série de textos de *O Anunciador* dedicados essencialmente à Guerra, num jornal que de forma pouco comum daquele tempo,

⁵³ In *O Anunciador*, nº 1, de 19 de Setembro de 1915, p 1.

⁵⁴ Larcher, Tito; «Mais uma Iniciativa Louvável», in *O Anunciador*, nº 20, de 30 de Janeiro de 1916, p. 1.

privilegiou os anúncios, diminuindo o espaço de leitura de outras temáticas. Mas a guerra teve o seu espaço em *O Anunciador*.

«Está finalmente esclarecida a situação de Portugal. O Parlamento já disse a última palavra. Entramos, definitivamente, no estado de beligerância. Logo em comêço de guerra o país se declarou resolvido a honrar os seus compromissos internacionais, mais inteiramente devotados à causa dos aliados»⁵⁵.

O jornal justifica nesta edição que não se trata de um periódico político mas que, face às circunstâncias actuais de guerra com a Alemanha, «é nosso dever de bons portugueses fazermos por seu intermédio uma intensa propaganda patriótica».

Na edição seguinte, nº 28, de 26 de Março de 1916, o jornal leiriense volta ao tema da Grande Guerra, num longo texto assinado por Alfredo Carvalho, alertando para a importância da união nacional. Portugal encaminhava-se cada vez mais para integrar a guerra, saindo da sua posição neutral.

«A hora grave chegou. (...) A Pátria está em perigo.» (...). O apelo ao amor à Pátria e o Viva a Portugal.»⁵⁶.

Estas vão ser frases comuns no início e no final dos textos, numa espécie de orgulho mas também encorajamento nacional. As notícias da Grande Guerra ocuparam quase sempre a mancha da primeira página do periódico, até à edição nº 39, de 11 de Junho de 1916. A partir daqui, voltaram a surgir outros assuntos em *O Anunciador*, até que no nº 46, de 30 de Julho de 1916, volta o assunto do conflito, num texto de Aurélio Neto que reflectia em torno da cultura alemã. Novamente, a partir desta edição, a guerra passa a ocupar espaço no jornal leiriense.

A sua edição nº 48, de 13 de Agosto de 1916 dá um dos seus maiores destaques sobre a Grande Guerra. Sem qualquer anúncio de publicidade na primeira página, apenas se edita um texto, letras de caracteres grandes, sobre a participação portuguesa.

«Para a Guerra! – Portugal vai cooperar com os aliados, nos campos de batalha da Europa, no esmagamento do militarismo alemão.»⁵⁷.

⁵⁵ «Em Guerra», in *O Anunciador*, nº 27, de 19 de Março de 1916, p. 1.

⁵⁶ Carvalho, Alfredo; «Pela Pátria», in *O Anunciador*, nº 28, de 26 de Março de 1916, p. 1.

⁵⁷ In *O Anunciador*, nº 48, de 13 de Agosto de 1916, p. 1.

Na edição nº 54, de 24 de Setembro de 1916, *O Anunciador* surge em Leiria com uma renovada paginação.

No seu nº 59 de 5 de Novembro de 1916, de novo na primeira página, *O Anunciador* publicava uma boa nova sobre a participação portuguesa no conflito.

«O exército português alcança um novo triunfo sobre os alemães. O brioso exército português obteve uma brilhante vitória, batendo na África oriental o exército alemão depois de um renhido combate, em que foram feitas importantes prêsas de guerra»⁵⁸.

No nº 64, de 10 de Dezembro de 1916, na página nº 2, publica-se uma notícia sobre o grupo leiriense da Cruzada das Mulheres Portuguesas, importante movimento de apoio e estímulo aos nossos soldados:

«Existe em Leiria uma comissão da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Que essa Comissão promova já um grande festival cujo produto seja aplicado na compra de roupas e agasalhos, para os nossos soldados. Leiria em peso acorrerá ao patriótico apelo»⁵⁹.

O jornal também publica cartas enviadas por militares leirienses nas expedições de guerra. No seu número 82, de 29 de Abril de 1917, chega-nos um exemplo de uma extensa carta enviada pelo 2º Sargento Ferreira da Infantaria 7, de Leiria, que se encontrava em França, no corpo do CEP, descrevendo vários pormenores do que os soldados passavam por terras gaulesas.

A listagem dos mortos e feridos portugueses na guerra, especialmente os da região de Leiria, passam a constar nas edições de *O Anunciador*, a partir do nº 86, de 27 de Maio de 1917.

No nº 88, de 10 de Junho de 1917, *O Anunciador* referia-se aos militares portugueses capturados, através de uma carta enviada por Frutuoso Neto, de Lausanne (Suiça), elemento que fazia parte do comité de socorro aos prisioneiros de guerra. O documento enviado também fazia uma descrição muito sombria da forma como se encontrava a realidade alemã.

«Ninguém, de quantos habitam o nosso velho Portugal, faz uma ideia vaga mesmo do estado de miséria e de fome em que se encontra a Alemanha; e se aqui a dois passos

⁵⁸ In *O Anunciador*, nº 59, de 5 de Novembro de 1916, p. 1.

⁵⁹ «A Cruzada das Mulheres Portuguesas em Leiria», in *O Anunciador*, nº 64, de 10 de Dezembro de 1916, p. 2.

dela mais bem informados o estamos é que constantemente nos chegam notícias frescas por esses pobres e heróicos soldados internados de guerra...»⁶⁰.

O Anunciador não publicava apenas anúncios comerciais. Para além das publicações judiciais da Comarca de Leiria, eram frequentes os editais, com informações cruciais para a vida da região, incluindo a temática da guerra. No seu nº 91, da edição de 8 de Julho de 1917, sai na primeira página uma longa lista de mortos e feridos do conflito de naturais do concelho de Leiria e na página dois é publicado um edital do Regimento de Infantaria de Reserva nº 7, para que segundos sargentos, primeiros cabos, soldados, contramestres de corneteiros e corneteiros, da arma da infantaria, tanto das tropas de reserva como das activas, efectuassem a sua apresentação no quartel de Leiria até dia 13 de Julho. A solicitação foi efectuada pelo então Tenente-Coronel Pedro Oliveira, destacado para Leiria.

As crónicas de guerra, embora sem carácter regular, também foram uma das vertentes das publicações de *O Anunciador*. O jornal, directamente das trincheiras, publicou três textos enviados por Mário Silva, Alferes da Infantaria 7 de Leiria. O autor assinou uma secção chamada “Das Trincheiras”, com narrativas enviadas para *O Anunciador*, com relatos impressionantes da batalha da Flandres. Esses textos são publicados no jornal com a autorização da Censura Portuguesa, junto do Corpo Expedicionário, nas edições nº 105 (21 de Outubro de 1917), nº 106 (28 de Outubro de 1917) e nº 111 (2 de Dezembro de 1917). Não querendo estabelecer um paralelo com as crónicas do Pe. José Lacerda no jornal *O Mensageiro*, até porque se tratou de uma experiência com relativa continuidade, mesmo assim, o conjunto destes três textos constituem um retrato muito interessante da evolução do conflito e da forma como as nossas forças estavam a lidar com a guerra.

Publicados na primeira página, assinados em cada edição com nomes diferentes mas sendo do mesmo autor (Mário R. Silva, R. Silva, e Ramos Silva, respectivamente), os textos apresentam descrições do dia-a-dia do conflito mundial que atingia muitos soldados leirienses e o conseqüente sofrimento dos seus familiares. O autor descreve o cenário do horror, numa espantosa sugestão à imaginação através das palavras, com as suas histórias, vistas da sensibilidade de um militar, directamente da lamacenta Flandres.

⁶⁰ Neto, Frutuoso; O que vai pela Alemanha – Miséria e Privação, in *O Anunciador*, nº 88, de 10 de Junho de 1917, p. 1.

«Imensas campinas esboracadas pela artilharia inimiga, lares desfeitos, casas em ruínas ou destruídas, árvores mortas, estradas vedadas, sepulturas, cemitérios, as linhas, aeroplanos, bombas, gases, metralha e um ou outro civil que não deseja separar-se da sua querida casinha cheia de recordações de que vive, chumbado à Dôr que o turtura e consome»⁶¹.

A terceira e última crónica é publicada no nº 111, de 2 de Dezembro de 1917. Só na edição nº 115 a secção “Das Trincheiras” aparece no jornal *O Anunciador*, desta vez porque o militar graduado estava de licença em Portugal, deslocando-se para Leiria, no sentido de gozar a sua dispensa. Aqui, o *Anunciador* aproveita a vinda de Mário Silva para lhe fazer uma entrevista, publicada na referida edição nº 115 a 6 de Janeiro de 1918. A introdução dessa reportagem efectuava uma ligeira apresentação do entrevistado:

«Mário Ramos Silva, rapaz ilustrado, militar brioso e distinto, no gozo de licença encontra-se nesta cidade vindo de França onde, desde Fevereiro de 1917, faz parte do CEP».⁶²

As edições nº 130, de 28 de Abril de 1918 e 131, de 5 de Maio de 1918 de *O Anunciador*, publicaram-se, com seis e oito páginas, respectivamente, anúncios judiciais em jeito de classificados, para vendas aos maiores lanços oferecidos. No seu nº 132, de 12 de Maio de 1918, o jornal regressa à fórmula de quatro páginas por edição.

Na edição nº 133, de 19 de Maio de 1918, o leitor Varelas escreve sobre a imprensa e a censura, num texto que terá direito a uma nota de redacção discordante, defendendo-se que a censura não era admissível e era contra os «mais rudimentares princípios da liberdade de pensamento». O texto de Varela é uma observação pertinente sobre o controlo de jornais da época.

«Reuniu de novo a imprensa para de novo tratar desse irritante trambolho que se chama censura»⁶³.

O Anunciador, querendo sensibilizar os leitores para o pós-guerra, publica no nº 140, de 14 de Julho de 1918, um texto não assinado na primeira página, numa clara chamada de atenção para os efeitos da presença de estrangeiros na região.

⁶¹ Silva, Ramos; «Das Trincheiras», in *O Anunciador*, nº 106, de 21 de Outubro de 1917, p. 1.

⁶² «Das Trincheiras», in *O Anunciador*, nº 115, de 6 de Janeiro de 1918, p. 1).

⁶³ Varelas; «A Imprensa e a Censura», in *O Anunciador*, nº 133, de 19 de Maio de 1918, p. 1.

«O estrangeiro espreita-nos – Acautelemos os interesses regionais e do país para depois da guerra. (...) Á Câmara Municipal deste concelho e aos outros Municipios dos outros concelhos interessados que são em número de 33, se não estamos em erro, fazemos portanto este aviso para que não se deixem servir de joguetes em qualquer grande negociata que possa prejudicar os seus interesses e do próprio país»⁶⁴.

A Guerra sairá, entretanto, da agenda da publicação deste gratuito que passa a privilegiar os anúncios do comércio, serviços e indústria leiriense, assim como os editais do Tribunal Comercial de Leiria, com as suas imensas linhas de texto de bens para venda em leilões e umas crónicas assinadas por Tito Larcher, de carácter não regular, intituladas «Os Serões do Tio João».

A censura passa a ser novamente perceptível com os cortes de texto a partir do nº 156, de 10 de Novembro de 1918, no jornal que noticiava a prisão do proprietário e director de *O Anunciador*, Pedro Aguilar, na Torre de S. Julião, juntamente com outros republicanos da cidade. Eram acusados de estarem envolvidos no movimento de revolucionários. Na primeira página de *O Anunciador* explica-se de que se trataria de denúncia falsa, faltando a seguir a sequência do texto porque o mesmo foi censurado.

2.2.4. *Jornal de Leiria* - (07-01-1917 – 31-07-1919)⁶⁵

Editor: J. A. Fernandes Ferreira (nº 1 ao nº 25); João Ferreira Valente (nº 26 ao nº 119);

Redactor principal: Henrique Ribeiro (nº 1); Teófilo Santos (nº 2 ao nº 29);

Director: Alípio Mesquita (nº 30 ao 47); Álvaro Neto (nº 48 ao 94); Alípio Mesquita (nº 95 ao nº 119).

Semanário do Partido Republicano Português

119 números publicados

O *Jornal de Leiria* surgiu após o encerramento do *Leiria Ilustrada*, a 7 de Janeiro de 1917, ano em que Portugal entra na Grande Guerra mas também dos históricos acontecimentos das aparições da Cova da Iria, em Fátima. O *Jornal de Leiria*, do Partido Republicano Português, referindo-se ao período difícil da guerra, publica na sua

⁶⁴ In *O Anunciador*, nº 140, de 14 de Julho de 1918, p. 1).

⁶⁵ Dados recolhidos a partir de pesquisa efectuada no Arquivo Distrital de Leiria.

primeira edição um texto que justifica o seu surgimento:

«Cumprindo a praxe, vem a redacção do *Jornal de Leiria* fazer a sua apresentação, com entusiasmo e fervor nos intuitos que, na hora tremenda e grave que perturba o mundo, não sendo dos menos atingidos a nossa querida Pátria, levaram alguns republicanos desta cidade a assumir a grande responsabilidade da publicação dum novo jornal»⁶⁶.

Desde o nº 1 que, tanto no interior do jornal, como principalmente, na primeira página, o *Jornal de Leiria* faz publicar artigos e destaques sobre a Grande Guerra. Particularmente, em letras grandes, o periódico destaca mensagens de coragem, apela à honra e glória, com os emblemáticos «Viva a Pátria! Viva a República!».

O *Jornal de Leiria* também dá espaço aos mobilizados, publicando cartas enviadas à redacção. Na sua edição nº 3, de 4 de Fevereiro de 1917, justifica-se a iniciativa com o argumento de que estas cartas «são dignas de registo, porque revelam a coragem e o patriotismo do soldado português, que em toda a parte em que se encontre há-de dar provas de que é digno de envergar a farda que veste».

Na sua edição nº 9, o *Jornal de Leiria*, querendo prestar um serviço de aproximação e um serviço de expedição de correio dos leirienses para os seus soldados na Grande Guerra, publica um comunicado do Exército Português – CEP.

«No interesse das famílias e pessoas amigas dos militares que se encontram em França, publicamos a seguir o novo modelo para a correspondência a enviar-lhe e que é preferível às outras: Nome, Número ou posto, com designação da Companhia, bateria, batalhão ou regimento a que pertenciam aqui... - Exército Português – P.C.8 – CEP – França»⁶⁷.

No seu nº 13, de 1 de Abril de 1917, faz-se mais uma chamada de atenção acerca dos boatos que parecem circular sobre regulamentação da guerra, a propósito do casamento religioso ou civil, sendo a publicação uma voz assumida contra os conturbados boatos na cidade de Leiria.

«Almas bem formadas e melhor intencionadas (ex digilo, gigaús), propalam a boatagem, que o Estado não paga as pensões ás famílias dos militares, que não sejam casados religiosamente. Não é verdade. O Estado não reconhece o casamento religioso

⁶⁶ In *Jornal de Leiria*, nº 1, de 7 de Janeiro de 1917, p. 1.

⁶⁷ «CEP – Corpo Expedicionário Português», in *Jornal de Leiria*, nº 9, p. 2

para efeito algum. Desde que decretou a obrigatoriedade do Registo Civil, o casamento religioso para nada serve, e para coisa alguma é exigido»⁶⁸.

O mesmo jornal divulga os nomes dos «praças falecidos ultimamente em França», publicando os dados dos combatentes que tombavam no cenário catastrófico que enfrentaram as colunas militares portuguesas. Da região de Leiria e de outras localidades do país, o periódico vai anunciando essas informações, como a que mostramos da sua edição nº 28, de 29 de Julho de 1917:

«Soldado Francisco Carreira, nº 417 da 1ª Companhia; filho natural de Maria Rosa; natural da Caranguejeira e residia no lugar de São Lourenço, freguesia de Ramalhal, concelho de Torres Vedras. Trabalhador; 22 anos de idade»⁶⁹.

A publicação leiriense promove igualmente a figura das Madrinhas dos soldados, publicando na primeira página da edição nº 31, de 12 de Agosto de 1917, um extenso texto assinado por Ana de Castro Osório, escritora, feminista e activista republicana, natural de Mangualde. O texto “Afilhados de Guerra” lembrava e destacava o papel das mulheres no apoio à guerra, como a Cruzada das Mulheres Portuguesas, um importante movimento feminino, também com actividade em Leiria, com tomadas de posição e envio de ajudas para França, apoiando psicologicamente e materialmente os nossos soldados.

Da edição nº 33 à nº 38, passam a ser publicadas as notas officiosas que apresentam as informações do Sector Português, comunicações do general Tamagnini Barbosa. A título de exemplo, vejamos uma que publicou no seu nº 35, de 9 de Setembro de 1917, com um comunicado do oficial militar: «Situação manteve-se calma. Pequena actividade de artilharia e nenhuma captura. Moral das tropas bom. Perdas insignificantes».

Na edição nº 36 é destacada a literatura no jornalismo, explorando o tipo de linguagem usada na imprensa daquela época.

«O jornalismo, mesmo o jornalismo político, representa um ramo da literatura. Não há nenhum jornalista que não se possa considerar um homem de letras»⁷⁰.

⁶⁸ «Aos soldados e Família», in *Jornal de Leiria*, nº 13, de 1 de Abril de 1917, p. 1).

⁶⁹ In *Jornal de Leiria*, nº 28, de 2 de Julho de 1917, p. 1.

⁷⁰ Garção, Mayer; in *Jornal de Leiria*, nº 36, de 23 de Setembro de 1917, p. 1.

No seu nº 44, de 25 de Novembro de 1917, o *Jornal de Leiria* revelava num texto de Mayer Garção, a situação difícil em que os portugueses se encontravam, embora sem hipótese de recuar.

«A situação de guerra é crítica. Razão de mais para não afrouxar um momento a propaganda da guerra ‘ALEA JACTA EST’! O dardo está lançado. Não há outra solução que não seja lutar até ao fim»⁷¹.

A falta de produtos alimentares, as dificuldades económicas que se viveram naquele tempo em Portugal, era objecto de vários textos do periódico leiriense. Também a falta de papel originava a não publicação do jornal ou então o seu atraso, conforme texto do nº 46 do *Jornal de Leiria*, de 16 de Dezembro de 1917.

A edição do Natal de 1917 do *Jornal de Leiria*, nº 47, de 23 de Dezembro de 1917, apresenta um protesto de Bernardino Machado, Presidente da República, a propósito do seu exílio, da dissolução do parlamento, colocando em causa a relação do regime republicano com a Monarquia. Na mesma edição, o Partido Evolucionista justifica-se, dando conhecimento que não tinham responsabilidades sobre os acontecimentos revolucionários ocorridos em Lisboa.

«Não é lícito lançar sobre o presidente da República eleito por um partido que tenha a maioria parlamentar o labeu do seu enfeudamento a esse partido. Seria a condenação do regime republicano, e é esse, com efeito, o argumento maior com que os monárquicos pretendem desvirtuá-lo moralmente»⁷².

O nº 52, de 7 de Fevereiro de 1918, na página 3, o *Jornal de Leiria* destacou a importância da Cruzada das Mulheres. Desta forma, homenageava a organização mas também incentivava as suas colaboradoras. O jornal dava conta do que estas tinham enviado para os soldados da região de Leiria que combatiam na Flandres, como cobertores, camisolas, meias, ceroulas e boinas de lã.

O nº 62, de 18 de Abril de 1918, no rescaldo da batalha dos portugueses, em La Lys, o *Jornal de Leiria* introduz o tema, à semelhança do que muitos jornais portugueses também fizeram, com um discurso de glória e honra.

⁷¹ Garção, Mayer; in *Jornal de Leiria*, nº 44, de 25 de Novembro de 1917, p. 1.

⁷² Machado, Bernardino; in *Jornal de Leiria*, nº 47, de 23 de Dezembro de 1917, p. 1.

«Portaram-se com valentia os heróicos portuguese, suportando com uma coragem extraordinária o formidável embate das hostes alemãs. Os nossos viram-se obrigados a recuar, perante a superioridade numérica do inimigo, mas êsse recuo custou aos ‘boches’ importantes sacrifícios de vidas que o resultado obtido não compensou»⁷³.

Introduzindo novamente a temática do restauro da diocese, o *Jornal de Leiria*, na sua edição nº 65, de 16 de Maio de 1918, denuncia as hostilidades no seio do clero.

«O pretendente Lacerda declara guerra ai influente Carvalho, que já o comeu duas vezes por ocasião das eleições. E tem razão. Ele que tanto trabalhou na restauração do Bispado, para que a pitaça seja mais rendosa a todos os da grei. Entre outras granadas disparadas ao influente Carvalho pelo seu antagonista, dstacamos estas: *espírito odiento e mesquinho; nojenta deslealdade; perseguidor; ameaçador; intriguista; Tartufo*. Os dois são padres. Lacerda parece conhecê-lo. Carvalho, segundo nos dizem, também conhece Lacerda. Vamos vendo a guerra de aero-plano»⁷⁴.

Os prisioneiros de guerra portugueses, nas mãos das forças alemãs, na sequência da batalha de La Lys, são preocupação do director do jornal Álvaro Neto, na edição nº 69, de 13 de Junho de 1918:

«O choque brutal que as forças portuguesas tiveram de suportar no já agora histórico dia 9 de Abril passado, em campos de França, levaram para territórios alemães ou sugjugados à Alemanha, uns milhares dos nossos soldados»⁷⁵.

Nas edições nº 72 e nº 73, o *Jornal de Leiria* destaca os sentimentos monárquicos da população, noticiando o hastear das bandeiras azuis e brancas desse antigo regime, nalgumas freguesias de Leiria, como Caranguejeira e Carvide. O periódico indicava mesmo os “reaccionários, com os padres à frente, “arvorou-se, em dia de São João, a bandeira da Monarquia”.

O *Jornal de Leiria* publicou no seu nº 80, a 5 de Setembro de 1918, um texto do seu director sobre a Guerra, partilhando com os leitores algumas informações da frente de combate.

⁷³ «As Tropas Portuguesas»; in *Jornal de Leiria*, nº 62, de 18 de Abril de 1918, p. 2.

⁷⁴ «Guerra em Família»; in *Jornal de Leiria*, nº 65, de 16 de Maio de 1917, p. 2.

⁷⁵ Prisioneiros de Guerra; in *Jornal de Leiria*, nº 69, de 13 de Junho de 1918, p. 1.

«Os telegramas que diariamente vão chegando e que noticiam com pormenores reconfortantes a acção vitoriosa dos aliados, dizem que os alemães continuam recuando»⁷⁶.

Finalmente, o *Jornal de Leiria* imprimiu na sua primeira página, em letras maiúsculas, na edição nº 89, de 14 de Novembro de 1918, a notícia ansiada do final da guerra. Com oito anos de República Portuguesa, mais de quatro de guerra que trouxeram crise económica, provocando alguns cortes nas suas edições, pela falta de papel, o periódico reporta-se ao importante armistício, com grande destaque.

«Está, finalmente, terminada a guerra! A luta há mais de quatro anos travada teve o seu epílogo no dia 11, sendo os alemães obrigados a assinar um armistício, em condições severíssimas que terão de cumprir e respeitar até à conclusão da almejada Paz! Deste conflito gigantesco, onde tantas vidas se sacrificaram e incalculáveis riquezas se consumiram, saiu vitoriosa, mais pura e, por isso, mais bela, a Democracia!. A queda da Autocracia e do Ministério beneficiou até a própria Alemanha, que está passando por uma profunda transformação social. Regosijando-nos pela vitória da Democracia, para a qual concorreu também o heróico soldado português, manifestando o nosso contentamento por ter terminado a guerra, e desejando para a Humanidade um futuro melhor, saudamos os Exércitos da Liberdade, bradando bem alto: Vivam as Nações Aliadas! Viva a Democracia! Viva a República Portuguesa»⁷⁷.

2.2.5. *Voz Infantil* - (04-09-1918 – 08-02-1919) – Segunda série (impressa)⁷⁸

Editor: Eduardo. A. Oliveira (até ao nº 12); Afonso de Sousa (nº 13 a 22).

Órgão das Comissões Políticas do Partido Republicano Português, distrito de Leiria.

Publicação Semanal.

22 números publicados.

A edição do nº1, de 4 de Setembro de 1918, da *Voz Infantil*, traz um texto assinado por Tónio, que se refere à partida e ao lado heróico dos soldados portugueses. A guerra era introduzida no primeiro número de um jornal que pouco do seu espaço se dedicou a esta temática, muito pela razão de que nascera no ano em que o conflito terminou.

⁷⁶ Neto, Álvaro; in *Jornal de Leiria*, nº 80, de 5 de Setembro de 1918, p. 1.

⁷⁷ «A vitória da democracia», in *Jornal de Leiria*, nº 89, de 14 de Novembro de 1918, p. 1).

⁷⁸ *Voz Infantil*, pesquisa efectuada no Arquivo Municipal de Leiria.

«Era a partida dum regimento para a frente de batalha... Dia triste, decerto, para aqueles que partiam deixando após si, mergulhados na maior tristeza, as mães, esposas ou filhos. Esses bravos, que partem à defeza da Pátria, para verter por ela o seu sangue, saberão defender até à última o seu querido torrão natal, essas terras onde nasceram os seus avós, e em que se resumem todas as suas afeições. Parti, bravos soldados, honrai a vossa Pátria, acompanhar-vos-há nos vossos momentos de desespero a bênção de todos!»⁷⁹.

Na edição nº 5, de 3 de Outubro de 1918, numa nota de redacção na primeira página, avisava-se os leitores da *Voz Infantil* que o jornal se iria apresentar remodelado a partir do seguinte número, com o “dobro do formato”.

O nº 11, de 14 de Novembro de 1918, abordava a paz, uma das palavras mais desejadas durante a guerra e a recente assinatura do armistício. Os militares portugueses já tinham regressado, outros ainda o estavam a fazer. O texto elogiava também o papel crucial das tropas americanas na Grande Guerra, devendo-se a elas a certeza da vitória.

«Tudo prediz a Paz, a suspirada Paz, baseada nos princípios da Justiça e do Direito. As últimas derrotas infligidas aos alemães em todas as frentes pelos exércitos aliados avançando incertamente, e nos quais se destacaram as valentes tropas norte-americanas, que assim vieram decidir a guerra europeia, obrigaram o inimigo a pedir o armistício que acaba de ser assinado»⁸⁰

No seu nº 12, de 21 de Novembro de 1918, fez-se uma redacção do rescaldo da guerra na primeira página, sem ser assinado.

«Eis o brado que sai em unísono dos nossos corações. Mais uma vez Portugal mostrou que jamais esmoreceu o valor e a ousadia dos seus filhos, gravados com letras de ouro nas mais brilhantes páginas da História e da Civilização. A Alemanha, esse colosso, que rasgando tratados, matando velhos e crianças indefesas nas terras invadidas, destruindo monumentos sagrados e profanando igrejas, e que tentou dominar o mundo inteiro, qual outro Napoleão, com as suas forças, aglomeradas durante quarenta anos de preparação foi, enfim, vencida, depois de quatro anos consecutivos de guerra atroz»⁸¹.

Também Tito Larcher participa na curta vida deste *Voz Infantil*, mais propriamente no seu nº 13, de 28 de Novembro de 1918. Depois do final da guerra, o

⁷⁹ «Avante», in *Voz Infantil*, nº 1, de 4 de Setembro de 1918, p. 1.

⁸⁰ «Hora Solemne, in *Voz Infantil*, nº 11, de 14 de Novembro de 1918, p. 1.

⁸¹ «Viva a Pátria», in *Voz Infantil*, nº 12, de 21 de Novembro de 1918, p. 1.

periódico não conseguiu resistir aos tempos difíceis do jornalismo leiriense e de uma época de forte agitação social.

«Acabou-se a luta pelas armas e vai iniciar-se a luta económica, talvez mais terrível nas suas consequências para os povos mais atrasados na civilização»⁸².

Na edição nº 16, de 21 de Dezembro de 1918, o grande destaque recai na morte de Sidónio Pais, então Presidente da República Portuguesa. Sidónio Pais, tinha sido o presidente que esteve no exercício do seu cargo no período mais difícil de Portugal na guerra, nos combates de La Lys. Depois da assinatura do armistício, Sidónio Pais também morre, noutra batalha, noutra guerra, dentro da sua própria nação.

«Varado por duas balas, na estação do Rocio em Lisboa, na ocasião que estava para tomar o comboio que o devia conduzir ao Porto, próximo da meia noite, de 14 para 15, foi pouco depois morrer no banco do Hospital de S. José, para onde foi conduzido, V. Dr. Sidónio Pais, presidente da República Portuguesa.»⁸³

⁸² «Depois da Guerra», in *Voz Infantil*, nº 13, de 28 de Novembro de 1918, p. 1).

⁸³ «Morte do presidente da República», in *Voz Infantil*, nº 16, de 21 de Dezembro de 1918, p. 1).

3. José Ferreira de Lacerda: uma figura multifacetada

José Ferreira de Lacerda (1881-1971) somou ao longo da sua vida um conjunto alargado de experiências e contributos de cidadania, com uma grande multiplicidade e uma enorme riqueza cívica. Da religião à política, do jornalismo às capelarias militares, do sindicalismo à irreverência de cidadão que não abdicava dos seus direitos, de homem esclarecido à beleza da escrita, - de que são exemplo as crónicas de guerra que enviou do palco da guerra para o jornal *O Mensageiro* -, revelou-se como um filantropo excepcional do início do século XX em Leiria.

Foram o jornal *O Mensageiro* e as suas causas, e a sua acção sacerdotal na paróquia de Milagres, as maiores ocupações de uma figura que se interessou como poucos o fizeram pelo desenvolvimento e notoriedade de Leiria, das suas paróquias e, muito especialmente, do seu povo.

3.1. José Ferreira de Lacerda (1881-1971)

A 23 de Abril de 1881, em Monte Real, nasceu José Ferreira de Lacerda (Anexo E), no ano em que Leão XIII autorizou a remodelação diocesana em Portugal. (Ferreira, 1995: 134). Nasceu na casa dos seus pais, Maria da Conceição Lacerda e Jacinto da Silva Ferreira, como era habitual naquele tempo. A pacata vila de *Monreal*, passou a ter no seu seio, um menino muito especial que, mais tarde, se revelou como uma das figuras mais influentes nas mudanças estruturais de Leiria do início do século XX. Agostinho Tinoco, no extenso *Dicionário dos Autores do Distrito de Leiria*, descreve em poucas palavras quem foi José Lacerda:

«Cónego honorário da Sé de Leiria, investigador e jornalista... Ao ardor combativo do Pe. Ferreira de Lacerda, revelado nas campanhas por ele abertas nas colunas do jornal (*O Mensageiro*) em defesa dos interesses espirituais e materiais de Leiria, se devem muitos dos melhoramentos realizados nos últimos tempos nesta cidade. Acompanhou o bispo de Macau, D. João Paulino de Azevedo e Castro, ao Oriente e prestou serviço em França, como capelão militar voluntário, durante a I Grande Guerra (1914-1918). Foi condecorado com várias medalhas pelos serviços prestados em França e agraciado com o oficialato da Ordem de Instrução Pública» (Tinoco, 1979: 260).

A 4 de Maio do mesmo ano, foi baptizado na igreja de Monte Real, pelo padre João Júlio da Silva. Naquela época havia um medo instalado na sociedade portuguesa pela excessiva mortalidade infantil. A sua família era muito pobre, como muitas de Portugal, com a agravante do seu pai ter partido para o Brasil, prometendo sustento, ajuda financeira que nunca chegou.

No mês de Setembro de 1893, com 12 anos de idade, José Lacerda entra no Seminário Menor de Leiria, onde se destaca como aluno exemplar e em 1899 já estava a requerer admissão ao Seminário de Coimbra para o seu primeiro ano de Teologia.

Nos anos de 1902-1903, foi nomeado Perfeito do Seminário, tendo como uma das principais tarefas a orientação dos alunos. Este era um tempo dedicado também à reflexão sobre a vida sacerdotal que se preparava para abraçar. Nesse período, como já não tinha estudos e exames, aproveitou para evoluir culturalmente e espiritualmente, lendo, assistindo a conferências e rezando. Por acalantar ter o desejo de ser missionário, decide viajar pelo mundo fora, antes de ser ordenado sacerdote, partindo para Macau na sua primeira viagem, a 8 de Julho de 1903. Entre as várias coisas que fez no Oriente, destaca-se a aprendizagem e acompanhamento de D. João Paulino de Azevedo e Castro, então Bispo de Macau. Regressou no dia 9 de Dezembro de 1903, a bordo do navio África, ansioso e cansado da diáspora oriental.

Com o seu regresso, desloca-se ao Seminário de Coimbra para se apresentar aos seus superiores e saber quando poderia ser ordenado sacerdote. Mas, só em Maio do ano de 1904 esse desejo se poderia concretizar, daí resolver regressar à sua terra natal. Ainda jovem, José Lacerda destaca-se pelo seu desejo de ser um cidadão interveniente, não se resignando aos problemas que Portugal atravessava na época.

Ambrósio Ferreira, na sua biografia sobre o Pe. José Lacerda, descreve muito bem as suas posições políticas, sempre vincadas pela sua frontalidade.

«Lamenta o crescente descrédito da Monarquia e a constante guerrilha partidária, que impede os sucessivos governos de resolver os graves problemas que o País atravessa e de responder satisfatoriamente aos ataques cada dia mais violentos do republicanismo em ascensão. Lacerda não sabe ser neutro, passivo, indiferente. Será sempre, ao longo da sua vida, um lutador das grandes causas, ao serviço da Igreja e do povo cristão» (Ferreira, 2005: 77).

Só a 6 de Novembro de 1904, na Sé Nova de Coimbra, o jovem José Lacerda é ordenado sacerdote, numa celebração presidida pelo Bispo D. Manuel Correia de Bastos Pina. Nesse mesmo ano, a 13 de Dezembro, então já sacerdote, vai para a paróquia de Alvorge, no concelho de Ansião⁸⁴.

«Os governos liberais aboliram os padroados eclesiásticos de qualquer natureza, reservando-se em exclusivo o direito de nomear e apresentar candidatos para as paróquias e para outros ofícios eclesiásticos. Este sistema vai perdurar até à Lei da Separação de 20 de Abril de 1911, que termina com a usurpação governamental dos padroados» (Ferreira, 2005: 81).

Em Maio de 1906 deixou a paróquia de Alvorge, regressando à sua terra natal para passar umas férias. Mas não fica muito tempo. Mesmo sem definir qualquer acordo com o sacerdote Manuel Pereira, o então prior da Vieira de Leiria, decide ficar nesta localidade a partir de 6 de Junho, por sua própria conta, alugando uma casa. Naquela época o prior da Vieira de Leiria não estava com condições de prosseguir com a sua acção pastoral, de modo que o jovem padre desempregado, assumiu aquelas funções a 14 de Julho de 1906.

O ano de grande viragem na vida de José Lacerda aconteceu em 1908, quando se apresentou a concurso à Paróquia dos Milagres, nomeado por despacho da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, mais tarde publicado no *Diário do Governo*, nº 152, de 11 de Julho de 1908. Com apenas 26 anos de idade, o jovem sacerdote José Lacerda começava uma ligação de sessenta anos aos Milagres (Anexo E), uma das freguesias mais pobres do concelho de Leiria, embora só viesse a assumir a paróquia e a reitoria do Santuário dos Milagres (Anexo F) a 17 de Fevereiro de 1909.

Estávamos a pouco mais de um ano da instauração da República em Portugal mas José Lacerda era um assumido adepto da Monarquia. Mesmo assim não abdicava do seu papel de observador e de interveniente em prol da resolução dos problemas que o País atravessava. Na presidência da Câmara de Leiria estava o sacerdote Joaquim José de

⁸⁴ Verifique-se o que escreveu Ambrósio Ferreira, no seu livro *O Padre Lacerda*, ao retratar a época em que este assume a paróquia de Alvorge: «O direito de escolher os párocos para as freguesias nem sempre foi, como é hoje, atribuição do Bispo da Diocese. Havia muitas igrejas que eram propriedade de pessoas privadas ou de instituições (as chamadas 'igrejas próprias'), que por isso se designavam seus padroeiros. Os reis, os senhores, os mosteiros e ordens religiosas, as confrarias, os moradores de determinado local, tinham os seus padroados, com direitos de apresentar ao Bispo o pároco por eles nomeado. Naturalmente, isto limitava a autoridade eclesiástica do Bispo na sua diocese e dava muitas vezes origem a conflitos e abusos na escolha dos párocos e no funcionamento da vida paroquial» (Ferreira, 2005: 81).

Carvalho que viria a sair da autarquia em 1908, depois da vitória do Partido Regenerador.

De 1908 a 1910, o Pe. José Lacerda assumiu funções de Vereador da Câmara de Leiria, no tempo do novo Presidente, Correia Mateus, um ex-sacerdote e seu amigo. Estas duas personalidades viriam a efectuar mudanças profundas na gestão camarária, e promovendo a electrificação, o saneamento, a construção e renovação de estradas, apostando no ensino, desenvolvendo a figura do médico municipal e aumentando o cuidado e limpeza dos espaços públicos⁸⁵.

A 6 de Outubro de 1910, a República foi proclamada em Leiria, curiosamente pelo ainda Presidente da Câmara da Monarquia, Correia Mateus, que das varandas dos Paços do Concelho, anuncia aos leirienses o novo regime. O Pe. José Lacerda assumiu uma posição menos laudatória. Mais tarde, escreveu sobre esse momento de viragem histórica na cidade:

«Também assistimos em todos os detalhes à proclamação da República em Leiria, desde a colocação de um pedaço de pano vermelho não superior a 40x30 que parecia um lenço tabaqueiro, na varanda da ala nobre dos Paços do Concelho que iria ser inaugurado nesse dia»⁸⁶.

Os censos de 1911 referem que Leiria tinha neste início do século XX, 4.600 habitantes (1.290 homens e 1.020 mulheres). O concelho somava 59.000 habitantes, com cerca de 63,4% a dedicar-se à agricultura, diferente da realidade cidadina que apresentava mais de metade da sua população com instrução escolar.⁸⁷

Com a instauração da República, foi aprovada a Lei da Separação de 20 de Abril de 1911. Esta legislação e os seus efeitos para a Igreja Católica vieram a ser, desde a primeira hora, outro dos combates directos de José Lacerda contra o Governo. Mais tarde, com *O Mensageiro*, já com a Lei da Separação em vigor há alguns anos, não se escusou de apresentar exemplos do quanto a Igreja perdeu com este acto legislativo,

⁸⁵ Elementos recolhidos a partir da intervenção de Acácio de Sousa, *Padre Lacerda e Correia Mateus: duas personalidades e dois percursos próximos e distintos*, no Congresso Nacional *Outras Vozes na República, 1910-1926*, organizado pelo Museu da Presidência, no dia 12 de Maio de 2011, no Palácio Sotomayor, na cidade da Figueira da Foz.

⁸⁶ Lacerda, José; «Ecos do Passado», in *O Mensageiro*, nº 2131, de 18 de Outubro de 1958, p. 2.

⁸⁷ Ver *Estatística Demográfica – Censo da população Portuguesa de 1911*, parte IV – Censos das Povoações, Imprensa Nacional, Lisboa, 1917.

apontando casos concretos dos ‘saques’ que o Estado fazia aos bens do clero da Diocese de Leiria.

A 24 de Julho de 1912 o Pe. José Lacerda é preso, acusado de ter aliciado adeptos da Monarquia, através de Paiva Couceiro, uma das figuras centrais na luta do restabelecimento do regime monárquico em Portugal. Deslocado inicialmente para o Convento da Portela, foi transferido em 14 de Agosto para a penitenciária de Coimbra e só a 10 de Setembro é libertado, com o processo arquivado por falta de provas.⁸⁸

Em 1912, num dos seus livros de contas, interrompem-se os registos com uma memória escrita pelo próprio sacerdote que diz “de 24-7-1912 a 10-9-1912, estive preso como aliciador de gente para o Paiva Couceiro”. Vários outros padres de Leiria são presos pelas investidas que fizeram, numa tentativa de sensibilização dos seus paroquianos para a causa da Monarquia.

A 7 de Outubro de 1914, fomentando um movimento para restaurar a Diocese de Leiria, reconquistando-a à Diocese de Coimbra e ao Patriarcado de Lisboa, José Lacerda funda o jornal *O Mensageiro*, (Anexo H) como veículo de uma causa desejada pelo clero e por muitas forças da sociedade leiriense. Sobre este propósito, refere Afonso Zuquete:

«É da mais elementar justiça reconhecer que a restauração do Bispado de Leiria se ficou devendo, quási exclusivamente, aos esforços do Rev. Sr. Pe. José Ferreira de Lacerda, Pároco da Freguesia dos Milagres, que foi o renovador da campanha pró-bispado, iniciando a terceira tentativa, que conduziu com êxito, até final. É inegável que foi à sua decidida energia e persistente combatividade que Leiria ficou devendo a restauração do seu Bispado secular. A cidade tem o indeclinável dever de lhe ser grata» (Zúquete, 1945: 57).

A Igreja em Leiria vinha de um momento histórico muito difícil, causado pelas muitas mazelas na sua estrutura organizativa e hierárquica, herdadas no século anterior. Em 1833 tinha sido proposto pela Junta de Exame a redução dos Bispados do Reino para apenas oito, pondo em causa o futuro do Bispado de Leiria. No ano seguinte, 1834, dá-se a extinção das Ordens religiosas em Portugal, havendo como consequência o encerramento do Seminário de Leiria. Mesmo assim, o Bispado de Leiria ainda resiste

⁸⁸ Veja-se documento de Luciano Cristino; *O Padre José Ferreira de Lacerda e a Diocese de Leiria, de 1881 a 1920 – Dois itinerários justapostos*, discurso pronunciado pelo autor, no ginásio do Seminário Diocesano de Leiria, dia 24 de Outubro de 1982, nas cerimónias de encerramento das comemorações do 1º Centenário do Nascimento do Pe. José Ferreira de Lacerda, p 17.

até 4 de Setembro de 1882, altura em que surge uma decisão final sobre a sua extinção, do Cardeal D. Américo, aprovada por carta régia. A Diocese é anexada à de Coimbra, com vinte e três freguesias do concelho de Leiria, duas do concelho de Pombal. As restantes vinte e cinco freguesias são entregues ao Patriarcado de Lisboa.

«A política liberal portuguesa não admitia a sobrevivência das antigas estruturas eclesíásticas regulares, tendo uma concepção de pastoral religiosa exclusivamente secularista. A extinção das velhas estruturas eclesiais regulares vindas do Antigo Regime foi extremamente dolorosa na diocese, desenvolvendo-se um clero diocesano que se mostrava incapaz de qualquer renovação significativa. O resultado veio a ser a extinção da diocese em 1882 para só ser restabelecida no século XX» (Gomes; 2001: 79-80).

Na sociedade leiriense, muito especialmente no seio do Clero, existia há 34 anos uma não resignação das principais forças políticas, sociais e religiosas, traduzindo-se numa enorme vontade de recuperar a Diocese de Leiria. A luta foi iniciada apenas três anos depois da sua extinção, com o livro *Um Bispo segundo Deus*, de Silva Araújo, enviado em 1855 a todos os bispos do reino. A publicação veio provocar algum alvoroço mas não conseguiu atingir o seu intento.

A segunda tentativa de restaurar a Diocese de Leiria foi protagonizada pelo Pe. Júlio Pereira Roque quando se apercebeu que no dia 8 de Novembro de 1903 é sagrado o Arcebispo de Mitilene para Auxiliar de Lisboa. Júlio Pereira Roque dinamizava *O Portomosense*, periódico da vila de Porto de Mós. Foi precisamente neste jornal, com publicação bem distante de Leiria, que o sacerdote inicia um ciclo de publicações com artigos pró-restauração, começando no nº 243, de 21 de Novembro de 1903, o artigo a que deu como título “Um Alvitre – o Bispado de Leiria”. Foi mais uma tentativa fracassada. Mesmo contando com o inimaginável apoio do bispo de Coimbra D. Manuel de Bastos Pina, que imediatamente achou boa a ideia de devolução das freguesias de Leiria e Pombal, que lhe tinham sido confiadas em 1882, para o restabelecimento da Diocese de Leiria que não se viria então a consumir.

Em 1904, outros elementos da sociedade leiriense se destacaram na luta da reconquista diocesana. Para se ter uma noção da sua dimensão, em 1904, promoveu-se em Lisboa, um acto público a favor das jornadas pró-restauração, presidida pelo engenheiro José Maria Charters Henriques de Azevedo, que se fez acompanhar de

inúmeras figuras de Leiria, no sentido de efectuarem uma forte argumentação junto ao governo do reino:

«A campanha pró-restauração continuava a congregar vontades e a gerar cada vez mais entusiasmo. No dia 16 de Março de 1904, desloca-se a Lisboa uma grande comissão formada pelas mais altas individualidades do distrito. O Eng^o José Maria Charters Henriques de Azevedo (que a presida), o Visconde da Barreira, o Barão de Salgueiro, o Dr. Afonso Lopes Vieira, o conselheiro Joaquim de Oliveira Rino Jordão, o governador civil Dr. José Jardim, os deputados pelo círculo de Leiria Dr. Alípio Albano Camelo, José Maria de Oliveira Simões e Álvaro Rêgo, representantes dos municípios de Leiria, Batalha e Porto de Mós, o padre Júlio Pereira Roque com numerosos sacerdotes, e várias outras destacadas personalidades da cidade de Leiria» (Ferreira, 2005: 130).

Em 1914, iria chegar o veículo comunicacional que ajudaria de forma determinante na restauração da Diocese de Leiria. *O Mensageiro*, o seu director e um conjunto de pessoas influentes, congregam esforços para esse objectivo. Mas foi uma luta que ainda iria demorar alguns anos.

O empenho de José Lacerda através do jornal católico, por ele fundado, com os redactores Pe. Manuel Pereira da Silva, do antigo jornal *Ecos do Lis*, e de Júlio Pereira Roque, de *O Portomosense*, foi feito de forma intensa e determinada. Mesmo com o perigo da peste que atormentava com a morte dos habitantes leirienses, o Pe. José Lacerda foi um entusiasta do jornalismo regional, nada impedindo que fizesse deslocações semanais à redacção de *O Mensageiro*, dinamizando e preocupando-se com o jornal durante toda a sua vida.

«Possuidor de verdadeiro estofa de jornalista fundou o *O Mensageiro*, em 7-10-1914, à frente do qual se manteve até à morte» (Cabral; 1975:164, vol. II)

José Lacerda, desde a fundação de *O Mensageiro*, combate os ideais republicanos, sendo um dos seus alvos predilectos Afonso Costa, numa acção concertada com o seu fiel amigo Júlio Pereira Roque, conhecido como Jupéro⁸⁹, desenvolvendo um serviço

⁸⁹ Iniciais do nome Júlio Pereira Roque, amigo do Pe. José Ferreira de Lacerda, colaborador do jornal *O Mensageiro*. Era sacerdote da Paróquia de Porto de Mós e jornalista de *O Portomosense*. Viria a ser mais tarde, quando ingressou em *O Mensageiro*, uma figura importante na luta da restauração da Diocese de Leiria.

journalístico objectivamente direccionado para a restauração da Diocese, como nos conta Acácio Sousa:

«Quanto a José Ferreira de Lacerda, também pároco numa freguesia do concelho, fundaria em 1914 o jornal ‘O Mensageiro’ que, com o padre Júlio Pereira Roque, utilizariam como meio de combate à República e em particular a Afonso Costa, mas também de pressão tendo em vista a restauração da Diocese» (Sousa, 2010:12).

Em 1916, dedicando-se ao sindicalismo, o Pe. José Lacerda fundou o Sindicato Agrícola dos Milagres, sendo o seu primeiro presidente da direcção, com os estatutos aprovados em 25 de Junho desse ano. Em 1918, os estatutos do sindicato aparecem publicamente sob a chancela de Bernardino Machado, então Presidente da República Portuguesa, impressos numa brochura para os sócios.

«Bernardino Machado, Presidente da República Portuguesa, faço saber, aos que este meu alvará virem, que, sendo-me presente os estatutos com que pretende constituir-se um sindicato agrícola, com a denominação de Sindicato Agrícola dos Milagres, com sede em Milagres»⁹⁰.

A Grande Guerra, na zona da Flandres, levou-o a voluntariar-se para cumprir a função de capelão militar. Assim aconteceu, de 2 de Maio de 1917 até 21 de Setembro de 1917 (Anexo I). No tempo em que permaneceu em França escreveu crónicas de guerra, quase todas redigidas no cenário bélico, sendo publicadas no jornal *O Mensageiro*, no período 16 de Maio a 29 de Novembro de 1917, caso pouco comum na imprensa regional portuguesa da época. Para se ter uma noção do impacto que estas crónicas tiveram junto dos seus leitores, o semanário católico, quando foi lançado em 1914, imprimia 750 exemplares, mas com a campanha do Pe. José Lacerda na guerra da Flandres, faz aumentar substancialmente a sua tiragem para 2.500 exemplares. Mesmo depois do seu regresso da Flandres, continuam a ser publicados textos que redigiu no conflito em território francês.

A sua acção como capelão militar foi importante. O seu interesse pelos soldados e a necessidade dos valores cristãos, a assistência na doença ou morte, fizeram deste voluntário de guerra um protagonista destacado. A sua participação nesta missão de

⁹⁰ Estatutos do Sindicato Agrícola dos Milagres – Aprovados por Alvará de 19 de Agosto de 1916, Leiria, 1918, p.3.

guerra foi tão decisiva que até nos pequenos detalhes fazia a diferença. Por exemplo, a distribuição de pequenos livros aos militares, enviados pelo grupo das Mulheres Católicas, levando àqueles homens a reflexão, a introspecção, tão necessária nos palcos da guerra, abordando assuntos como a preparação para a morte e orações para os soldados.

A 17 de Janeiro de 1918 a Diocese de Leiria é restaurada⁹¹. Já regressado de França, o Pe. José Lacerda e os seus apoiantes verificam que Leiria e toda a vasta região que compreendia a antiga diocese saem finalmente vitoriosos, com a confirmação do ambicionado restauro diocesano, através da bula '*Quo vehementius*', do Papa Bento XV. Assim, Leiria ganhou novamente a autonomia religiosa, readquirindo a importância perdida no seio da administração eclesial.

O Pe. José Lacerda e o seu amigo Jupéro, depois desta conquista, vão sentir resistências desta restauração, mesmo de dentro do clero leiriense. *O Mensageiro* era o único jornal de Leiria que não pertencia aos fundamentos republicanos. Vejamos o que se publicou no *Jornal de Leiria*, na sua edição nº 58, de 21 de Março de 1918, na sequência de um texto de Jupéro, que tinha reagido a um texto contra o restauro da diocese, publicado nesse jornal:

«Apelamos a todos os liberais, para todos aqueles que vêem no predomínio dos reaccionários religiosos e políticos um perigo para a República e um obstáculo ao progresso da humanidade, para que combatam, por todos os meios ao seu alcance, a restauração do Bispado, que, quando outros motivos não tivesse para merecer a nossa reprovação, só o facto de ser obra do Mensageiro – jornal monárquico reaccionário onde o famigerado e odioso JUPERO ejacula, em convulsões de pociço, a bílis dos seus maus fígados – justificaria todos os ataques que lhe dirigíssemos»⁹².

⁹¹ «Foram três as campanhas, lideradas respectivamente por Vitorino da Silva Araújo (1885-1891), professor do liceu de Leiria; pelo Padre Júlio Pereira Roque (1903-1904), jornalista, mais conhecido pelo seu pseudónimo de *Jupéro*; e pelo Padre José Ferreira de Lacerda (1913-1918). Este sacerdote encetou uma derradeira campanha, em 1913, que foi coroada de êxito, pela bula *Quo vehementius* de Bento XV, datada de 17 de Janeiro de 1918, que restaurou o bispado leiriense: “Com tanta veemência foi doloroso à Sé Apostólica, quando as circunstâncias induziram a suprimir, no dia trinta de Setembro do ano do Senhor de 1881, a Diocese de Leiria, em Portugal, a qual Paulo III erigira em 22 de Maio do ano do Senhor de 1545, quanto agora rejubila porque a feição dos tempos lhe permite restabelecer aquela Igreja Catedral”. Restaurada a diocese e executada a bula respectiva, a 1 de Junho de 1918, por parte do Cardeal D. António Mendes Belo, Patriarca de Lisboa, que foi nomeado administrador apostólico pelo Papa, ficou-se a aguardar a eleição de um bispo próprio. Ainda haviam de passar mais dois anos, até à nomeação do Dr. José Alves Correia da Silva, cônego da Sé do Porto, como primeiro bispo da diocese restaurada de Leiria, a 15 de Maio de 1920, e a tomada de posse a 4 de Agosto do mesmo ano» (Cristino; 2011).

⁹² «O Bispado»; in *Jornal de Leiria*, nº 58, de 21 de Março de 1918, p. 2.

O tempo da Primeira República no jornal *O Mensageiro* é pautado pelas posições claras e frontais de José Lacerda contra um Estado que, na sua opinião, se tinha afastado dos bons valores cristãos. O sacerdote-jornalista veio a enfrentar a censura no jornal que dirige e até mesmo a sua suspensão no início de 1919. Sobre o jornal *O Mensageiro* e dessa fase de controlo da imprensa, refere Carlos Camponez:

«Sem recusar o carácter confessional, *O Mensageiro* esteve longe de ser um jornal reverente, quer dentro da Igreja, quer para as instituições políticas da altura. Pugnando sempre contra o anticlericalismo da Primeira República, o jornal foi objecto de censura, visível em algumas edições onde apenas apareciam excertos de artigos no meio de colunas em branco. O título esteve mesmo suspenso nos primeiros meses de 1919» (Camponez, 2002: 209)⁹³.

É justamente nesse ano de 1919 que o Pe. José Lacerda vem a receber um diploma de honra, oferecido pelo pároco e habitantes de Leiria. Esta distinção é conferida igualmente aos oficiais e soldados de infantaria 7 que integraram o CEP (Anexo J).

A 15 de Maio de 1920, o Pe. José Lacerda vê outro acontecimento surgir na sua cidade, que muito o regozija. D. José Alves Correia da Silva é nomeado nesta data o bispo de Leiria, através da bula *Commissum humilitati Nostrae*, de Bento XV. A sua diocese voltava novamente ao activo, uma causa que tanta noite lhe tinha tirado.

Em 1924, quando já tinha 43 anos de idade, é feito o registo da cédula pessoal do Pe. José Ferreria de Lacerda (Anexo L). Este dado foi apurado na investigação deste trabalho, quando encontrámos o documento num estabelecimento que vendia antiguidades. A cédula é assinada Pelo Pe. Manuel Pereira, em Monte Real, datado de 25 de Junho de 1924. Assim, o Pe. José Lacerda é o primeiro inscrito no livro nº 1, do registo de cédula pessoal da freguesia de Monte Real⁹⁴.

⁹³ Em *Jornalismo de Proximidade*, Carlos Camponez faz a ressalva sobre a censura, recorrendo à publicação de Alberto Arons de Carvalho, *A Censura e as Leis da Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, col. «Que País», 1973, pp 13-31: «A censura exercida nesta altura surge no próprio contexto da I Guerra Mundial. Inicialmente aceite pela imprensa como um corolário da “guerra, da defesa dos interesses nacionais de a imperiosa necessidade de manter e defender a ordem pública”, a censura será, mais tarde, alvo de uma forte crítica dos jornais que denunciavam os exageros cometidos”.

⁹⁴ *Livro de Registo da República Portuguesa* – Concelho de Leiria – Livro de Registo da Cédula Pessoal, ano de 1924, volume nº 1. Destacando-se o registo de José Ferreira de Lacerda, a sua identidade é a primeira do livro, aparecendo também a data de entrega dos documentos para esta legalização e a referência ao registo do seu baptismo (nº 12, fls 72, do ano de 1881, no livro da freguesia de Monte Real.

Estávamos no Estado Novo e é justamente nos seus primórdios, no ano de 1933, que são criadas as Casas do Povo. A empobrecida freguesia de Milagres vai ser umas das primeiras a contar com este organismo do Estado, depois de mais uma acção de luta do Pe. José Lacerda.

Na sequência da segunda guerra mundial de 1945, os alimentos foram racionados, despoletando uma crise de fornecimento de bens e serviços no País. Aqui, o Pe. José Lacerda, consegue através da Cáritas, que o seu povo não passe fome. À sua paróquia de Milagres chegam abastecimentos que minimizam os efeitos deste trágico acontecimento.⁹⁵

O Pe. José Lacerda continuaria a ser cidadão participativo na vida autárquica. Assim, assumiu a função de escrivão contratado na Junta de Freguesia de Milagres, entre 16 de Fevereiro de 1938 e 2 de Janeiro de 1939. A 2 de Janeiro de 1951, tomou posse como presidente da Junta de Freguesia daquela localidade, desenvolvendo o cargo até 15 de Novembro de 1967, de acordo com as actas da constituição, documentos que estão na sede da autarquia.⁹⁶

A sua acção como autarca é reconhecida no jornal *A Voz do Domingo*, destacando que o sacerdote da paróquia de Milagres, obteve sucessos na sua acção dedicada àquela Junta de Freguesia, publicando um artigo que refere que a sua influência e actividade trouxeram “bem-estar material dos seus paroquianos conseguindo estradas, pontes, escolas, fontanários, etc., que tão necessários são para o progresso rural”⁹⁷.

A 5 de Dezembro de 1958, o Bispo D. João Pereira Venâncio, nomeia o Pe. José Lacerda como Cónego honorário da Sé Catedral de Leiria.

⁹⁵ A Cáritas Portuguesa, enquanto serviço da Conferência Episcopal Portuguesa, é uma instância típica e oficial da Igreja Católica para a promoção e dinamização da sua acção social. Inspirada na Sagra Escritura e na Doutrina Social da Igreja, visa a assistência, a promoção humana, o desenvolvimento sócio-local e a intervenção social em ordem à transformação da sociedade. Investe, por isso, na construção de uma sociedade mais justa, com a participação de todos e todas que se regem pelo mesmo ideal, procurando, de modo particular, envolver os que são atingidos por qualquer forma de pobreza ou exclusão social, não esquecendo os que são vítimas de calamidades naturais ou humanas, sem olhar a crenças, culturas, etnias ou origens. Em Portugal, a Cáritas começou a sua actividade após a segunda guerra mundial. Desde a sua fundação até ao presente é possível distinguir três fases: das décadas de 1950 e 1970, salienta-se o acolhimento de crianças refugiadas do centro da Europa, a distribuição, pelo território nacional, de géneros alimentares doados pelos EUA, no âmbito do plano Marshall, e a fundação da Caritas Internationalis. (Informações do site <http://www.plataformaongd.pt/ongd.aspx?info=destaque&id=645>, consultado a 31 de Agosto de 2011.

⁹⁶ Na presente dissertação, apurou-se a informação inédita da vida política do Pe. José Lacerda como presidente da Junta dos Milagres, completando a sua biografia, através de documentos que comprovam o seu exercício autárquico naquela freguesia, com a excepção dos anos de 1952 a 1953, também de 1955 a 1963, anos que não têm comprovativos das suas funções, mas existem actas da constituição.

⁹⁷ Veja-se *A Voz do Domingo*, 8 de Dezembro de 1958, nº 1340, p. 7.

No dia 29 de Novembro de 1964, nos Milagres, o Pe. José Lacerda regista um testamento de todos os seus bens, incluindo nele a propriedade de *O Mensageiro*, a favor do Seminário Diocesano de Leiria.

A 23 de Abril de 1971, o Pe. José Ferreira de Lacerda festeja os seus 90 anos de vida. Ao cumprir nove décadas de existência, encontra-se com a sua saúde bastante débil.

A 20 de Setembro de 1971, dia principal das festas do Senhor Jesus dos Milagres, ao fazer um esforço físico, não se sabendo ao certo se foi a transportar uma peça de arte sacra ou uma alfaia litúrgica, deu-se a rotura de uma hérnia. O estado do sacerdote ficou grave. Viria a falecer naquela manhã, no Hospital D. Manuel de Aguiar, em Leiria, não resistindo a uma intervenção cirúrgica.

José Lacerda, sacerdote, jornalista, capelão militar e cidadão interessado, com as suas posições declaradas na construção da cidadania na cidade de Leiria, deixou uma marca indelével, pelo alcance dos projectos que abraçou mas também pelas suas convicções, assumindo posições por vezes pouco populares para a sua acção de sacerdote, mas defendendo convictamente os seus ideais.

Ouvimos três sacerdotes ainda vivos, que conheceram e privaram com o Pe. José Lacerda. Os depoimentos, recolhidos no Santuário e na Casa do Clero, em Fátima, e no Seminário Diocesano de Leiria-Fátima, ajudam-nos a caracterizar a personagem que estudamos.

O Pe. Luciano Coelho Cristino⁹⁸ falou-nos sobre quem foi e o que fez o Pe. José Lacerda nos principais momentos da sua vida (Anexo M). Sobre a Grande Guerra, objecto de estudo deste trabalho, referiu:

«Ele foi um dos primeiros capelães que se ofereceram. Como se sabe, a assistência religiosa foi muito difícil de ser aceite. Foi o próprio governo inglês que pressionou os governantes portugueses a aceitarem os capelães que se ofereceram. Eles foram numa situação dramática, muito difícil. Este foi um acto de coragem. O Pe. Lacerda tirou os militares do desespero das tabernas de França. Imagine-se, foi este sacerdote monárquico que passou a exigir uma bandeira republicana para cobrir os caixões dos soldados portugueses»⁹⁹.

⁹⁸ Sacerdote, ordenado a 15 de Agosto de 1962, licenciado em Teologia, Historiador.

⁹⁹ Excerto da entrevista realizada na Reitoria do Santuário de Fátima, dia 5 de Janeiro de 2011.

Embora tenhamos recolhido variadas informações nas entrevistas realizadas com os sacerdotes que privaram com o Pe. José Lacerda, destacaremos de ora em diante os que nos falaram sobre a sua participação na Grande Guerra. Em todas essas entrevistas é evidente o testemunho importante da sua missão como capelão militar mas também os traços da figura carismática que sempre o marcou ao longo da sua existência. O testemunho do Pe. Manuel da Silva Gaspar¹⁰⁰ salienta isso mesmo (Anexo N):

«Falava-se muito sobre o seu acto de coragem de se oferecer como voluntário para Capelão Militar. Esse facto era comentado como acto de enorme valentia. Aliás, o Pe. Lacerda era conhecido como pessoa de grande carácter, sempre disposto a pôr as coisas no lugar delas»¹⁰¹.

Mas um outro testemunho era forçoso recolher, pelo seu valor mas também pelo simbolismo que tem no âmbito desta recolha. O Pe. António das Neves Gameiro¹⁰² foi uma figura crucial depois do falecimento do Pe. José Lacerda (Anexo O). Fez a gestão de alguns bens que o sacerdote deixara identificados em testamento e também assumiu a administração do jornal *O Mensageiro*, dando-lhe continuidade, tornando-o um projecto viável economicamente. No fundo, deu continuidade ao sonho do seu fundador. Nas suas memórias sobre a Diocese, recordou-nos o seguinte:

«Tive conversas com o Pe. Lacerda sobre a experiência dele nas trincheiras da guerra, contando as peripécias que viveu no campo de batalha. Aquilo que mais me interessava e gostava de ouvir nos seus comentários, era o amor que ele teve no restauro da Diocese. Foi para isso que ele fundou o jornal. A Diocese de Leiria tinha sido extinta e ele apareceu como um lutador por esta causa. Os primeiros anos do jornal falam disso. Ele falava deste facto com muito orgulho e paixão. Era realmente um homem apaixonado»¹⁰³.

Conforme podemos verificar, foi o Pe. José Lacerda que trouxe valor acrescentado à noção de voluntariado na cidade de Leiria mas também no País. Desde o início do conflito que se mostrou disponível para colaborar na minimização dos seus efeitos sobre os nossos soldados.

¹⁰⁰ Sacerdote, ordenado a 12 de Julho de 1942, licenciado em Teologia, foi Pároco da Sé Catedral de Leiria.

¹⁰¹ Excerto da entrevista realizada na Casa do Clero de Fátima, dia 29 de Dezembro de 2010.

¹⁰² Sacerdote, ordenado a 12 de Agosto de 1956, licenciado em Teologia, nomeado Cónego da Sé Catedral de Leiria, por decreto de 10 de Abril de 1988, administrador do semanário *O Mensageiro*.

¹⁰³ Excerto da entrevista realizada no Seminário Diocesano de Leiria-Fátima, dia 4 de Janeiro de 2011.

A marca do Pe. José Lacerda ficou bem perceptível na sociedade leiriense, sendo ainda hoje evocada, mesmo depois da sua morte no ano de 1971¹⁰⁴. Após o falecimento do Pe. José Lacerda, a *Voz do Domingo* publicava um texto de reconhecimento à vida e obra do sacerdote, fazendo juz ao mérito do seu percurso:

«Com o Sr. Cónego Lacerda, fundador de *O Mensageiro* a 5 de Outubro de 1914, perde a imprensa regional um dos seus mais lídimos representantes e um dos seus maiores valores. Dotado de forte personalidade, combativo, por vezes violento, soube manter-se toda a vida fiel aos seus ideais – a paróquia, a Diocese, o Distrito, a Monarquia. De lança em riste para defesa dos legítimos interesses regionais, tinha uma alma aberta aos mais sagrados interesses da Pátria e da Nação. E conservou até ao fim este vigor de espírito»¹⁰⁵.

3.2. Semanário católico de Leiria *O Mensageiro*

O jornal *O Mensageiro* foi fundado a 7 de Outubro de 1914, volvidos quatro anos e dois dias após a implantação da República Portuguesa. Servindo para difundir os princípios católicos, o periódico serviu também para a obtenção de grandes causas para a cidade de Leiria, nomeadamente para a restauração da extinta Diocese de Leiria, recuperada com o contributo influente das campanhas do Pe. José Lacerda. *O Mensageiro* foi propriedade, como referimos, do Pe. José Lacerda até à sua morte. O Seminário Diocesano de Leiria deu continuidade ao jornal.

Aquando do seu surgimento, *O Mensageiro* começa a desenvolver a temática da Grande Guerra. Vários textos e notícias passam a ter uma presença quase constante nas suas páginas, num âmbito pouco usual para aquela época no contexto do jornalismo regional. Mas, foram os seus textos *Crónicas da Guerra / Em Campanha*, enviados de França, que vieram a mostrar publicamente o cenário difícil das hostilidades na guerra da Flandres, seguidos atentamente por uma comunidade de leitores que cresceu significativamente à medida que estes textos se foram publicando.

¹⁰⁴ A vida e obra do Pe. José Lacerda perduraram para além de 1971. Em pleno século XXI, para além de reconhecimento público que se faz na cidade de Leiria, também o País, invocou José Lacerda como um dos nomes da República. Ele que foi um fervoroso monárquico, não foi esquecido em debates nacionais republicanos como o Congresso Nacional de História e Ciência Política “Outras Vozes na República 1910-1926” do Museu da Presidência da República, na cidade da Figueira da Foz ou no Congresso Internacional de História “100 Anos de Separação: Religião, Sociedade, Estado”, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa.

¹⁰⁵ In *Voz do Domingo*, nº 2008, de 26 de Setembro de 1971, p. 5.

3.2.1. *O Mensageiro* - (7-10-1914 – ainda em publicação)¹⁰⁶

Órgão dos católicos nos concelhos de Leiria, Alcobaça, Porto de Mós, Batalha, Ourém e Pombal

Com licença da autoridade eclesiástica

Director, Proprietário e Editor: José Ferreira de Lacerda (fundador)

O jornal *O Mensageiro*, justificando a sua primeira edição, de 7 de Outubro de 1914, já com os combates da Grande Guerra como realidade no mundo, apresenta a explicação da sua génese, assumindo-se acima de tudo como semanário católico de Leiria. Na primeira página, em letras garrafais, a mensagem aos leitores refere que o restauro da Diocese de Leiria é o principal motivo que vai orientar a publicação.

Católicos da antiga diocese de Leiria: o Mensageiro ao iniciar a sua publicação, ao mesmo tempo que vos saúda, solta o brado que lhe sae do fundo da alma: Viva a diocese de Leiria!¹⁰⁷.

Mas a Guerra é igualmente motivo de análise neste número 1 de *O Mensageiro*. Na página dois surge um extenso texto, numa secção chamada “A Guerra”, que iria continuar a ser publicada no jornal. Fala essencialmente dos alemães e dos franceses, da exploração do tema junto dos leitores por parte da imprensa, do facto de apenas o Papa Pio X pedir uma paz urgente. Mas, depois deste texto, continua outra nota “A nossa opinião”, um texto assinado por “Eu”, dando uma visão pessoal do conflito, colocando em causa a nossa aliada Inglaterra e fazendo uma análise das notícias contraditórias que apareciam.

«Insultam-se os alemães, incitam-se cá de longe os francezes e a cada tiro de peça, a cada grito dos feridos, a cada golpe que lança a viuvez em tanta alma, os de longe incitam, animam, dão apoio. Já não se contentam com as dezenas de mortos; agora só aos milhares e as empresas jornalísticas explorando a ingenuidade doentia dos seus leitores»¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Dados recolhidos a partir de pesquisa efectuada na Biblioteca do Seminário da Diocese de Leiria-Fátima.

¹⁰⁷ «Viva a Diocese de Leiria», in *O Mensageiro*, nº 1, de 7 de Outubro de 1914, p. 1.

¹⁰⁸ Eu; «A Guerra», in *O Mensageiro*, nº 1, de 7 de Outubro de 1914, p. 2).

Na sua edição nº 2, na mesma secção “A Guerra” surge um texto com vários capítulos intitulado “Portugal e a Guerra”, destacando-se na popularidade dos leitores porque informa que os soldados portugueses não vão entrar no conflito.

«Afinal parece que se desistiu de enviar os nossos soldados para França. Se isso acontecer só temos que nos felicitar. Se a Inglaterra precisar do nosso auxílio, que no-lo diga aberta e francamente»¹⁰⁹.

A edição nº 3 do jornal *O Mensageiro* continua a destacar a secção “A Guerra” na sua página dois mas, na primeira página, surge um texto não assinado que faz uma extensa análise à evolução do conflito, introduzindo a discussão dos capelães militares na guerra.

«Todos os exércitos beligerantes teem em campanha os seus capelães militares e a França, onde como em Portugal, fora abolido o quadro, foi a pedido dos oficiais e dos soldados creado novamente.»¹¹⁰.

A análise aponta para o facto de que os jornais abordavam assuntos como o fardamento dos soldados mas não reflectiam as capelanias militares, assunto que o periódico considera de extrema importância. Nesta mesma edição, publica-se uma nota política assinada por Jupéro, numa missiva que assumia que o jornal estava ao serviço da causa pública, não abdicando desse estatuto, por direito próprio.

A edição nº 4 do jornal *O Mensageiro* traz na primeira página uma notícia sobre a apreensão do anterior jornal. Referindo-se que mal houve tempo para o registo do título, no terceiro número da publicação, o cidadão administrador apreendeu *O Mensageiro*. De imediato, houve um apelo ao delegado do Procurador da República em Leiria, considerado de ‘carácter honesto, fiel cumpridor da lei’. Com o assunto resolvido, a sátira surge no final, com um assumir de não irritação no caso, apenas lamentando os prejuízos causados ao periódico.

«Exmo Sr. Delegado do Procurador da república na comarca de Leiria: Tendo o cidadão administrador do concelho de Leiria ordenado no dia 21 do corrente a apreensão do jornal O Mensageiro que se publica na cidade, facto punível pelo artigo 2º da lei da

¹⁰⁹ «A Guerra», in *O Mensageiro*, nº 2, de 14 de Outubro de 1914, p. 2.

¹¹⁰ «Em Combate», in *O Mensageiro*, nº 3, de 21 de Outubro de 1914, p. 1.

imprensa em vigor, vem o director do mesmo no uso legitimo dum direito e no cumprimento dum dever requerer a V. Exa seja dado cumprimento ao disposto no referido artigo.»¹¹¹.

O jornal *O Mensageiro* não estava a ser aceite pelas forças republicanas. O periódico assumia as suas causas, sublinhando também o estado confuso do País, dos políticos, das relações do Estado com a Igreja. Jupéro, um dedicado colaborador do jornal, escreve sobre estas temáticas, colocando em causa a própria comunicação social daquela época.

«O jornalismo actual trocou a sua missão educadora e pacífica por pregões de guerra à Igreja»¹¹².

Na edição nº 10, numa pequena nota de primeira página, *O Mensageiro* saúda o jornal *Leiria Ilustrada* pelo seu 10º ano de vida, mas com bastantes reticências sobre o tipo de conteúdo editorial. Mais tarde, iria desencadear-se uma disputa sem precedentes entre os dois jornais.

«Entrou no décimo ano de sua publicação este nosso colega local. Embora sintamos o seu modus dicendi actual tão diferente do seu passado, isto não impede que o saudemos fazendo votos porque repita muitos e muitos aniversários»¹¹³.

Jupéro assume, em quase todas as edições de *O Mensageiro*, os textos que fazem uma agitação social aos leitores leirienses, colocando em causa o novo liberalismo da República. O combate pela promoção dos velhos valores religiosos e pelos códigos da Igreja Católica, como suporte da estabilidade da sociedade, vai dinamizando conteúdos na primeira página daquele semanário católico que foram alarido entre as arcádias da urbe leiriense. Também se passava a ideia de que, num Portugal com uma significativa taxa de analfabetismo, não seria com o regime republicano que evoluiríamos no conhecimento.

«Portugal é o paiz que tem sofrido nos últimos annos – abrangendo a vigência do constitucionalismo – mais do que qualquer outro, quiçá por motivos de atrazo intelectual,

¹¹¹ «Apreensão d’O Mensageiro», in *O Mensageiro*, nº 4, de 28 de Outubro de 1914, p. 1.

¹¹² Jupéro; «O dever presente», in *O Mensageiro*, nº 7, de 18 de Novembro de 1914, p. 1).

¹¹³ *Leiria Ilustrada*, in *O Mensageiro*, nº 10, de 9 de Dezembro de 1914, p. 1.

da nefasta influência dos modernos evangelizadores, que sob a máscara de liberaes, tentam à compita, deschristianizar, paganizando, o povo português.»¹¹⁴.

O Mensageiro vai continuando nas suas edições a publicar textos que promovem as suas causas mas também não ignora os acontecimentos republicanos. Assim, a tentativa de assassinato de Afonso Costa na cidade do Porto é notícia no semanário leiriense, juntamente com notas do estado da Nação.

«No Porto, um rapaz de 14 anos, estudante, tendo o pae preso desde Outubro, acusado de ter tomado parte no movimento politico daquele mês, tentou assassinar o Dr. Afonso Costa, alvejando-o com dois tiros de revolver, que o não atingiram.»¹¹⁵.

Reforçando o que se escreveu anteriormente, encontramos na primeira página, um texto que promove uma manifestação de apoio ao actual Governo de Portugal. *O Mensageiro* abria o seu leque à divulgação plural dos acontecimentos, tentando ser um jornal aberto para todo o tipo de leitores, embora marcado pelas suas ídoles católica e monárquica.

«Realiza-se brevemente em Lisboa uma grande manifestação de sympathia e apoio ao actual governo promovida por uma commissão de patriotas, á frente da qual se encontra o nosso amigo Américo d'Oliveira...»¹¹⁶.

Em 7 de Abril de 1915, na sua edição nº 27, *O Mensageiro* comunica que brevemente iniciará a publicação de folhetins com as ‘Constituições do Bispado de Leiria’, referindo que esta obra será de grande valor histórico. Nesta mesma edição, numa pequena nota de primeira página, anunciava-se que no dia 15 de Abril de 1915, haverá a entrada solene do Bispo da Diocese, D. Manuel Luiz Coelho da Silva. O novo Prelado iria significar a mudança, a reconquista da Diocese de Leiria. Não se pode dissociar que o jornal *O Mensageiro* também pertencia, naquela época, à Diocese de Coimbra e por isso devia-lhe a divulgação daquela área geográfica com a cobertura dos acontecimentos desta nova entrada Bispal, o que veio a acontecer na sua publicação nº 29, de 21 de Abril de 1915.

¹¹⁴ Jupéro; «Verdades», in *O Mensageiro*, nº 18, de 2 de Fevereiro de 1915, p. 1.

¹¹⁵ «Dr. Afonso Costa, tentativa de assassinato», in *O Mensageiro*, nº 21, de 24 de Fevereiro de 1915, p. 1.

¹¹⁶ «Manifestação de simpatia ao governo», in *O Mensageiro*, nº 26, de 31 de Março de 1915, p. 1.

A Grande Guerra continua com a sua conhecida secção ‘A Guerra’, dando uma panorâmica, semana a semana, sobre o conflito.

Sobre a separação da Igreja do Estado, aparece, embora quatro anos depois, um texto de grande destaque na primeira página de *O Mensageiro*, na sua edição nº 31, de 5 de Maio de 1915. Afonso Costa foi o alvo deste jornal católico que aborda uma lei que não foi consensual no Clero, muito menos aceite pelos católicos e por várias facções do Clero.

«Mandava o Sr. Afonso Costa em casa alheia e que lhe parecia farta – daí grossa fatia ao afilhado Estado que tinha muitos meninos bonitos a sustentar. E conseguiu-o porque até hoje não foi entregue á Igreja, o que da Igreja é, ao clero o que ao clero pertence, aos católicos o que só os católicos podem ceder»¹¹⁷.

É curioso que os conteúdos deste semanário católico passam a dar grande destaque ao novo Bispo, reforçando e tornando cúmplices as relações do Clero de Coimbra com este jornal leiriense. A luta pela recuperação da Diocese de Leiria ganha assim outros contornos, mais discretos no jornal mas com mais intervenção nos bastidores. Passam a existir textos sobre a boa relação de todo o Clero com o Prelado. Aliás, sobre este assunto, da ausência de notas, no periódico, acerca da luta pela restauração da Diocese de Leiria, aparece um texto que justifica esse facto, especialmente depois da tomada de posse do novo Bispo da Diocese de Coimbra.

«Hoje, como no início da campanha da restauração do nosso bispado os mesmos pensamentos e os mesmos desejos nos dominam. Os longos mezes de espera não teem por forma algum influído no nosso espírito levando-o a abandonar uma causa que é justa e de magno interesse religioso e social. Nem um momento ainda esmorecemos nem tão pouco nos atravessou o cerebro o pensamento de que os nossos desejos, que são os de milhares de crentes não seriam dentro em pouco satisfeitos»¹¹⁸.

Na sua edição de 11 de Agosto de 1915, no nº 45, Jupéro publica no jornal *O Mensageiro*, um texto que coloca em causa os conteúdos da imprensa chamada ‘jacobina’, ou seja, jornais ligados à maçonaria. A Igreja Católica reforçava a sua

¹¹⁷ «Bens da Igreja – Quanto o Sr. Afonso Costa tirou à Igreja Católica para entregar ao Estado», in *O Mensageiro*, nº 31, de 5 de Maio de 1915, p.1.

¹¹⁸ «Restauração do bispado de Leiria», in *O Mensageiro*, nº 42, de 21 de Junho de 1915, p. 2.

posição, com argumentos que repudiavam este tipo de edições, como a que exemplificamos no semanário leiriense.

«É um facto que merece registo especial a frequência com que a imprensa vermelha (não pensem que é de vergonha) se refere a coisas catholicas, merecendo-lhe particular interesse a nossa organização.»¹¹⁹.

A secção dedicada ao conflito mundial “A Guerra” deixa também de ter uma publicação regular, pelo que na edição nº 49, de 8 de Setembro de 1915 de *O Mensageiro*, se justifica esta ausência com a falta de informações vindas do teatro da guerra. Mas, tudo continua na mesma, adianta o periódico.

«A carnificina continua, eis o que se depreende da leitura dos últimos telegramas»¹²⁰.

A edição nº 53, de 6 de Outubro de 1915, *O Mensageiro* comemorou um ano de actividade, procedendo a alterações no jornal, aumentando o número de páginas, das habituais 4 para 6. Nessa edição deu-se destaque à visita pastoral a Leiria de D. Manuel da Silva, Bispo de Coimbra. A sua visita começou na paróquia de Colmeias, uma das mais antigas do Bispado de Leiria. Aproximava-se o Bispo de Coimbra a Leiria e aos movimentos para a restauração da Diocese.

«Como noticiámos o Venerando Prelado de Coimbra começou a visita pastoral á sua diocese pelo nosso concelho. A freguezia que teve a honra de receber o virtuoso e sábio antistete que ora preside á diocese de Coimbra foi a freguesia das Colmeias. Acertada foi a escolha, pela religiosidade de seus habitantes e pelo zelo e acrisolada fé do digno pároco, reverendo João Maria d’Assis Gomes»¹²¹.

Quase a terminar o ano de 1915, surge também um texto de Jupéro, enviado de Sintra, justificando a sua ausência na colaboração em *O Mensageiro*. Jupéro, era capelão de Penha Longa e foi preso por haver suspeitas de agressão a um trabalhador, António Alves Trindade, que veio a falecer na sequência de um suposto incidente com o sacerdote. O caso agitou a imprensa da época. No jornal *O Mensageiro* surge uma nota

¹¹⁹ Jupéro; «A organização catholica e a imprensa jacobina», in *O Mensageiro*, nº 45, de 11 de Agosto de 1915, p.1.

¹²⁰ «A Guerra», in *O Mensageiro*, nº 49, de 8 de Setembro de 1915, p. 2.

¹²¹ «Visita pastoral de S. Exa. Rev. o Sr. Bispo Conde», in *O Mensageiro*, nº 53, de 6 de Setembro de 1915, p.1.

de agradecimento por tudo o que o sacerdote foi para o periódico, criticando o jornal *O Século*, que tinha dado notícia desta prisão mas não informando que fora depois colocado em liberdade.

«Nem por um momento sequer acreditamos na aleivosia do Século – que célere em dar a notícia da prisão não deu a da imediata soltura»¹²².

Em Março de 1916, no nº 76, *O Mensageiro* informa que Portugal vai entrar na Grande Guerra, após a declaração de guerra por parte da Alemanha. Logo na edição seguinte, o jornal leiriense dá nota da aproximação de D. Manuel II a Portugal, numa carta enviada ao Conde de Sabugosa, mostrando-se disponível para colaborar com o seu País neste momento difícil.

«Peço que torne públicas quanto possíveis as seguintes instruções: Em vista do estado de guerra, toda a questão política deve ser posta de parte: devemos pensar unicamente na nossa bem amada terra e unir todos os nossos esforços para a victoria final dos aliados. Todos devem oferecer os seus serviços ao governo português.»¹²³.

A censura é operante no periódico *O Mensageiro*, a partir da edição nº 83, de 3 de Maio de 1916, com dois cortes visíveis na secção “Cartas do Brasil”, de João de Leiria, na página dois. Na edição 84, de 10 de Maio de 1916, continua a censura mas apenas com uma pequena falha no texto “Os Celeiros Paroquiais”, também na página dois. A censura começa a ser mais visível, com cortes enormes nos textos, na primeira página de *O Mensageiro*, na sua edição nº 85, de 17 de Maio de 1916 (Anexo P), justamente em três textos: “Pela Semana”, com corte total do seu conteúdo e “Capelães Militares”, com praticamente todo o texto cortado. Existe um terceiro corte, de uma área reduzida mas que não se percebe qual seria o texto porque nem sequer apresenta o título.

Nesta edição nº 85, o jornal *O Mensageiro* começa a reforçar o assunto das capelanias militares, mas pelos vistos, a mão operante da censura cortou o principal trecho do texto.

«A opinião pública está sendo vivamente agitada, no actual momento, por esta magna questão – assistência religiosa aos nossos soldados em campanha. **(corte muito**

¹²² «Padre Júlio Pereira Roque», in *O Mensageiro*, nº 64, de 22 de Setembro de 1915, p.1.

¹²³ «Notas e Impressões», in *O Mensageiro*, nº 77, de 22 de Março de 1916, p. 1.

longo do texto); Desça o Governo do pedestal em que se encontra, e percorra as aldeias de Portugal e verá como se fazem votos ao Altíssimo pela victoria das nossas armas e promessas pelo regresso feliz dos entes que lhes são caros. Penetre nos templos das cidades onde permanecem os soldados mobilizados e verá os actos do culto concorridíssimos por aqueles que amanhã terão de defender a nossa querida Pátria. **(corte muito longo do texto)**; Todos os exércitos em campanha teem a assistência religiosa; o próprio governo inglez, onde a religião official é a protestante, tem a assistência católica junto aos seus regimentos, dirigindo ainda há pouco o Imperador da Inglaterra elogios ao heroísmo dos capelães católicos e condecorando muitos. E são relativamente poucos os soldados católicos nas fileiras porque a maioria da nação é protestante. Imite o nosso governo o governo inglez e demonstre que a união sagrada para que se tem apelado, e de que tão mau uso se tem feito, não é utopia mas um facto,» **(a seguir, houve um corte muito longo do texto)**¹²⁴.

A edição nº 87 de *O Mensageiro*, de 1 de Junho de 1916, exactamente no mês em que a Inglaterra formaliza o convite para as nossas tropas se juntarem com os militares britânicos, aparece com um texto na primeira página que começa a sensibilizar para o cenário de guerra que se avizinhava para os soldados portugueses. As palavras “melhores em todo o mundo”, “Soldados portugueses! Nós vos saudamos”, juntando recordações dos actos heróicos de D. Nuno Álvares Pereira e de Afonso de Albuquerque, são parte integrante de um texto que faz um paralelo do passado como desejável para a futura participação portuguesa na Grande Guerra.

Na edição nº 91 de *O Mensageiro*, de 28 de Junho de 1916, novamente um texto na primeira página sobre os capelães militares, aqui com uma referência do autor identificado como Vasco da Cunha, sobre a probabilidade da censura ser operante na sua redacção. Assim não viria a acontecer porque o seu conteúdo foi publicado na íntegra.

«Vamos escrever este artigo com todos os preventivos contra a censura, não aconteça terem os leitores d’O Mensageiro a desagradável surpresa de ao abrirem o jornal este lhes aparecer em claro. Escrevendo assim coactos, não diremos tudo o que deveríamos dizer e sentimos, mas somente o que julgamos embora e surpreender o cutelo que impende sobre a imprensa» («Capelães Militares», in *O Mensageiro*, nº 91, de 28 de Junho de 1916, p.1).

Na edição seguinte, nº 92, de 5 de Julho de 1916, igualmente primeira página de *O Mensageiro*, um extenso comunicado sobre as capelarias militares do Cardeal Patriarca

¹²⁴ «Capelães Militares», in *O Mensageiro*, nº 85, de 17 de Maio de 1916, p. 1.

de Lisboa, D. António I, dirigido a Bernardino Machado, Presidente da República Portuguesa. A missiva, entre outros assuntos, destacava a necessidade de o Governo se manifestar quanto à sua posição na temática das capelanias militares.

«Quando seja conhecida a forma de aos vários regimentos se assegurar a assistência religiosa, os Bispos tratarão de munir os indispensáveis poderes espirituais os sacerdotes, que se mostrem dignos de exercer o alto ministério, e hajam de acompanhar os seus irmãos ao campo da honra e do sacrificio...»¹²⁵.

Como já foi referido na análise da imprensa de Leiria no período da Grande Guerra, o jornal *O Mensageiro*, embora de propriedade independente, do Pe. José Lacerda, assumiu sempre o seu cariz de imprensa católica. Começam a surgir textos sobre os apoios dos jornais não católicos, com a respectiva sensibilização dos leitores para que esse dado não passe despercebido.

«O jornal católico luta em Portugal com mil dificuldades, não acontecendo o mesmo aos jornais ímpios, aos maus jornais, que, espalhando por toda a parte o veneno das suas doutrinas, teem vida desafogada, nadando as respectivas emprezas num mar de abundância.»¹²⁶.

Na mesma edição nº 93 de *O Mensageiro*, na página nº 3, é publicada uma missiva do Regedor Alves Vieira da Junta da Paróquia do Olival, dirigida ao Presidente da República, solicitando a integração dos capelães junto das tropas portuguesas.

«Continua em todo o país o movimento solicitando capelães militares para acompanharem as nossas tropas umas já nos campos de batalha em África, outras em vésperas de partirem»¹²⁷.

A edição nº 108 de *O Mensageiro*, de 25 de Outubro de 1916, surgiu na página 2, com o título “Portugal na Guerra”, com inúmeras novidades sobre a participação portuguesa naquele conflito mundial. Portugal preparava-se para a Grande Guerra e Leiria não foge a este cenário. Na cidade são feitos requisitos de animais de raça cavalari e muar, aprovados na revista de inspecção, devendo os proprietários apresentá-los sob

¹²⁵ «Capelães Militares», in *O Mensageiro*, nº 91, de 25 de Julho de 1916, p.1.

¹²⁶ Vasco da Cunha; «Imprensa Católica», in *O Mensageiro*, nº 93, de 12 de Julho de 1916, p.1.

¹²⁷ In *O Mensageiro*, nº 93, de 12 de Julho de 1916, p.3.

pena de prisão e da perda dos animas a favor do Estado. Existe ainda lugar à inspecção de todos os indivíduos de 20 anos até menos de 45 anos, mesmo os julgados anteriormente incapazes. Surgiu finalmente a mobilização de alguns sacerdotes para o 1º batalhão de infantaria 10, aquartelado em Bragança, com a identificação do primeiro padre do distrito, Domingos José Raposo, que habitualmente celebrava missa no Mosteiro de Alcobaça.

A Grande Guerra continua a ser destaque em *O Mensageiro*. Na sua edição nº 110, de 8 de Novembro de 1916, na página 3, o relato sobre a já participação portuguesa por terras de África, mostrando o saldo positivo das operações mas também o afundamento de navios estrangeiros em águas portuguesas por submarinos alemães.

«Vitória das armas portuguesas. O comandante das nossas forças em África, telegrafou ao governo comunicando terem as nossas forças ficado vencedoras em vários recontros na colónia de África Oriental alemã, tomando grande quantidade d'armas e munições e obrigando os alemães a internarem-se na sua colónia. (...)

Navios afundados. Causou sensação a notícia de terem sido afundados apenas a 30 milhas da costa do Algarve trez navios, um inglês, outro italiano, um outro noruegues por um submarino alemão»¹²⁸.

A última edição de *O Mensageiro* do ano de 1916 trouxe conteúdos especiais sobre a Grande Guerra. Os preparativos eram uma premência. Novamente se publica um texto censurado sobre os capelães militares, a guerra semana a semana, Portugal na guerra e uma mensagem na primeira página em grande destaque, dando força aos homens que se preparavam para a partida.

«Soldados! A Pátria necessita do vosso auxílio! Não vos esqueçaes que sois Portuguezes! Patenteai aos nossos inimigos e aos nossos aliados que sois descendentes dos heroes de Aljubarrota, Atoleiros, Varverde, Índia, Wagram, das campanhas da Rússia, da guerra peninsular e da Africa! O Mensageiro saúda-vos agora que partis para o cumprimento da vossa missão, e saudar-vos-á quando regressardes cobertos de gloria! Que a padroeira de Portugal – Nossa Senhora – vos proteja!»¹²⁹.

A primeira edição de 1917 de *O Mensageiro* continua com a temática militar, semana a semana, mas introduz uma novidade na imprensa leiriense. O jornal *Leiria*

¹²⁸ «Portugal na Guerra», in *O Mensageiro*, nº 110, de 8 de Novembro de 1916, p.3.

¹²⁹ In *O Mensageiro*, nº 117, de 28 de Dezembro de 1916, p.1.

Ilustrada que teria sido palco de fortes combates jornalísticos com *O Mensageiro*, teria visto o fim da sua publicação. Este dado não passou despercebido à redacção do jornal católico leiriense.

«Suspendeu a sua publicação o jornal ‘Leiria Ilustrada’, que se publicava nesta cidade. Há muito que se falava da sua desapareição e no aparecimento dum outro novo, que, embora republicano, defenderia uma corrente política diferente daquela que seguia o director do que agora se suspendeu. Aguardamos o aparecimento do novo jornal para o saudarmos, mas desde já fazemos ardentes votos para que não siga os processos usados nestes últimos trez anos pelo que suspendeu a publicação»¹³⁰.

A morte dos primeiros portugueses em França começa a ocupar as páginas de *O Mensageiro*, logo na edição 122, de 31 de Janeiro de 1917. Esta pequena nota publicada na página 2 tem a sua parte inicial censurada mas mesmo assim, não escapa a revelação de que a morte de portugueses na Flandres já era uma realidade.

«O sangue portuguez já correu no solo de França, na actual campanha» («Portugal na Guerra», in *O Mensageiro*, nº 122, de 31 de Janeiro de 1917, p.2).

Na edição nº 123, de 7 de Fevereiro de 1917, *O Mensageiro* refere que as tropas portuguesas já se encontram em França. Iniciava aqui um novo ciclo com o CEP a integrar um conflito que viria a abalar a nação com as muitas baixas portuguesas, especialmente na batalha de La Lys.

«Já se encontram em França, algumas das nossas tropas portuguezas destinadas à linha de batalha, tendo sido feita a travessia sem incidente algum. Por telegramas vindos do porto de desembarque, sabe-se terem sido muito victoriados os nossos soldados.»¹³¹.

As edições seguintes de *O Mensageiro* traziam textos sobre o estado dos soldados portugueses, o pedido de apoio monetário para a missão dos capelães militares, a forma como se poderia escrever cartas aos militares. D. Manuel, Bispo da Diocese de Coimbra, a que Leiria ainda pertencia, também tem o seu espaço em *O Mensageiro*, com o incentivo aos párocos para que façam orações pelos soldados portugueses.

¹³⁰ «Novo Jornal», in *O Mensageiro*, nº 118, de 4 de Janeiro de 1917, p.3.

¹³¹ «Portugal na Guerra», in *O Mensageiro*, nº 123, de 7 de Fevereiro de 1917, p.3.

«O Venerando Prelado de Coimbra ordena a todos os párocos que façam nas suas Igrejas preces publicas pela victoria das armas portuguezas»¹³².

Em 18 de Abril de 1917, na sua edição nº 133, *O Mensageiro* abria o véu da possível confirmação de vitória da sua luta inicial. A restauração da Diocese de Leiria era notícia no jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 7 de Abril daquele ano. O jornal referiu-se à criação de mais três novas dioceses no País: Vila Real, Aveiro e Leiria.

«Dá-se como certa, para breve, a criação de duas ou trez novas dioceses ecclesiasticas no nosso país, sendo uma em Villa Real, outra em Aveiro e talvez a terceira em Leiria»¹³³.

Hernâni Cidade, professor, ensaísta, crítico literário, escritor e historiador, que tinha estado na cidade durante dois anos como docente no Liceu de Leiria, desde 9 de Novembro de 1914, escolheu as páginas de *O Mensageiro* para se despedir dos muitos amigos que aqui deixou, na sua partida para a Guerra da Flandres.

«Hernâni Cidade, ao partir para França em cumprimento dos seus deveres militares, despede-se por esta forma, dada a impossibilidade de o fazer pessoalmente, de todos os seus amigos desta cidade. Fá-lo com saudade comovida e com estima e gostosa simpatia. Dois anos de vida em Leiria para sempre lhe prenderam à linda cidade recordações que são das mais belas de que a alma se lhe nutre. (...) Lisboa, véspera de partida, 14-4-917»¹³⁴.

Na edição nº 134 de 25 de Abril de 1917, *O Mensageiro* mostra-se disponível através do seu director José Lacerda, para cumprir o serviço de entrega de recordações aos soldados portugueses em França, através dos capelães militares em serviço, com comunicado publicado na primeira página. Na mesma edição mas na página 3, o triste relato do afundamento de onze navios portugueses em França.

«O director d'O Mensageiro encarrega-se de fazer chegar às mãos dos nossos soldados de infantaria 7, em França, todas as recordações com que os leitores deste jornal ou as pessoas de família e amizade desejem brindar aqueles soldados. Para isso basta que essas recordações como terços, medalhas, imagens, tabaco, agasalhos, etc lhe sejam

¹³² «Preces publicas pela victoria das armas portuguezas», in *O Mensageiro*, nº 128, de 14 de Fevereiro de 1917, p.1.

¹³³ «Transcrição de *O Primeiro de Janeiro*; Novas Dioceses?», in *O Mensageiro*, nº 133, de 18 de Abril de 1917, p.1.

¹³⁴ Hernâni Cidade; «Despedida», in *O Mensageiro*, nº 133, de 18 de Abril de 1917, p.3.

enviadas até ao próximo domingo, 29, sem falta. Essas recordações são entregues em França, por intermédio dos capelães militares e devem ser entregues na Ourivesaria Zúquete ou no estabelecimento do Sr. Francisco d'Almeida Teixeira, aos balcões»¹³⁵.

A edição nº 135 de *O Mensageiro* de 2 de Maio de 1917 é considerada histórica para Leiria. O seu director, que tanto batalhou para que os capelães militares fossem uma realidade no conflito, também ele encabeça a lista dos que partem para a Grande Guerra. A notícia vem na primeira página, no plano central.

«Parte hoje para os campos de batalha, em França, a fim de fazer uso do seu mister aos soldados portugueses, o nosso querido director. A sua partida, se não deu abalo aos numerosos amigos, foi devido a já se esperar a saída mais dia, menos dia. O nosso director disse até a ultima hora que não sabia quando partia, mas dizia-o simplesmente para não dar aos seus amigos um choque inesperado»¹³⁶.

Na edição nº 136, de 9 de Maio de 1917, entre outros textos que davam conta da partida do Pe. José Lacerda para junto dos soldados portugueses da Flandres, é publicado um comunicado daquele capelão, dedicado aos seus leitores e amigos. É justamente nesta edição que se inicia um ciclo de publicações do Pe. José Lacerda os quais mostram a sua presença e cobertura jornalística naquele conflito mundial, através das muitas crónicas que faz editar no seu *O Mensageiro*. Assim, na página 2, dá início à sua primeira edição das *Crónicas da Guerra / Em Campanha*, esta escrita no momento da sua partida desde Lisboa (estação do Rocio).

«A máquina alimentada a lenha e carvão arrasta vagarosamente os muitos vagonos que compõem o comboio, repleto de passageiros»¹³⁷.

Com este primeiro texto do Pe. José Lacerda *Crónicas da Guerra* o periódico leiriense iniciou um novo ciclo editorial. Na cidade do Lis, a dinamizar o jornal, ficou Júlio Pereira Roque (Jupéro) e da Flandres, o Pe. José Lacerda passa a enviar relatos do conflito, publicados praticamente todas as semanas em *O Mensageiro*, identificados como forma de crónica. Estes textos fizeram história no jornalismo leiriense, por

¹³⁵ «Para os Soldados», in *O Mensageiro*, nº 134, de 25 de Abril de 1917, p.1.

¹³⁶ «Pe. José Ferreira de Lacerda», in *O Mensageiro*, nº 135, de 2 de Maio de 1917, p.1.

¹³⁷ «Pe. José Ferreira de Lacerda; Crónicas de Guerra», in *O Mensageiro*, nº 136, de 9 de Maio de 1917, p.2.

conseguirem envolver os leitores, mas também pelos factos relatados conseguirem, naquela época de grande confusão política e social, tocar de forma especial os seus receptores, muitos deles com os maridos, filhos, irmãos ou amigos a combaterem na Flandres. A escrita simples do Pe. José Lacerda é muito descritiva da acção e desenvolvimento do conflito com os seus textos a ganharem em cada edição uma beleza estética, gramatical e uma riqueza humana, bem patentes nas *Crónicas da Guerra / Em Campanha*.

3.3. Confronto ideológico entre Tito Larcher e Pe. José Lacerda

Uma das particularidades da vida jornalística de José Lacerda foi o confronto de opiniões, de forma pública, com o seu rival Tito Larcher. Muitas das edições de *O Mensageiro* e do *Leiria Ilustrada* vão dedicar muitas das suas páginas a temáticas que colidiam com os ideais destes dois protagonistas do jornalismo leiriense do início do século XX.

O jornal *Leiria Ilustrada*, publica a partir da sua edição 495, de 26 de Junho de 1915, várias «Cartas abertas de Tito Larcher ao Rev. Bispo de Coimbra¹³⁸», com conteúdos que se insurgem contra o Pe. José Lacerda e o jornal *O Mensageiro*, colocando em causa a conduta do sacerdote e a génese do jornal, especialmente porque os seus actos não iam ao encontro dos princípios da Igreja.

No fundo, Tito Larcher não queria somente apontar as contradições, os desvios profundos de *O Mensageiro*, então rival do *Leiria Ilustrada*, mas também desejava expor publicamente o que considerasse serem contradições entre a vida do sacerdote e os princípios que professava.

Os republicanos usavam os seus meios para atacar os jornais católicos com posições próximas às dos monárquicos. Este factor, aliado à discussão da lei da separação do Estado da Igreja, aumentou a tensão entre jornais republicanos e monárquicos de Leiria. A agravar tudo isto, passaram a existir vários artigos assinados por Jupéro¹³⁹, publicados no jornal *O Mensageiro*, onde os conteúdos são visionados de forma atenta pelas correntes republicanas. Tito Larcher, na sua primeira carta aberta,

¹³⁸ 58º Bispo de Coimbra, D. Manuel IV, Luís Coelho da Silva (1915-1936).

editada no *Leiria Ilustrada*, dá início a um conjunto de 11 publicações de cartas dirigidas ao Bispo de Coimbra, de 26 de Junho a 16 de Outubro de 1915.

«Exmo. e Rev.mo Sr., Começarei por expôr o que dá causa a esta. Publica-se nesta cidade de Leiria um semanário com o título de – O Mensageiro – de que é Director, Proprietário e Editor o Padre José Ferreira de Lacerda, pároco da freguesia de Milagres, dêste concelho e da vossa diocese.

Declara-se Semanário Católico – Órgão dos católicos do distrito de Leiria (com licença da autoridade eclesiástica). No nº 34 de 26 de Maio, vem um artigo em que um indivíduo assinando com o mesmo nome do director e dizendo-se padre, não tem dúvida em fingir-se atingido pessoalmente num artigo que não tinha carácter pessoal, e que sobre a atitude dos católicos de Leiria se referia somente à do Mensageiro, e não aos seus artigos em especial, - Ele arremessou para longe a batina, e tapou a coroa, para fazer insinuações e proceder por uma forma incompatível com o seu carácter sacerdotal e com a dignidade que caracteriza os homens de bem. (...) É por isso que a V. Exa. Revma me dirijo, como directamente responsável pela atitude de O Mensageiro, contrária ao espírito e doutrina da Igreja, visto estar inibido pelas razões já expostas de me dirigir ao director, e que deixam a descoberto o Bispo da diocese, que consentindo esta atitude se torna solidário com ela. Não quero evitar que cumpra as ameaças que faz o director do Mensageiro, que sem reprovação de V. Exa, desceu já até onde não vão os que presam a sua dignidade, deixá-lo enterrar e descer até ao mais baixo da escala moral.»¹⁴⁰.

Esta carta aberta suscita as respostas do Bispo de Coimbra mas também as do Pe. José Lacerda de *O Mensageiro*. A iniciativa do jornal de corrente republicana vem agitar as relações já difíceis entre republicanos e monárquicos da cidade de Leiria. Mas, esta primeira carta, foi apenas o início de uma guerra de palavras. O próprio artigo é bem explícito e de certa forma provocador, terminando de uma forma quase que a desafiar o Prelado ou outros elementos do clero, para que as respostas fossem surgindo, o que praticamente não veio a acontecer.

«No decorrer desta publicarei o meu artigo, e a resposta do Mensageiro, mostrarei por transcrições ligeiras a atitude incoerente e anti-religiosa desse semanário, e qual a situação de grande parte do clero, em face da doutrina da Igreja, da moral e da sociedade.»¹⁴¹.

¹⁴⁰ Larcher, Tito; Cartas abertas de Tito Larcher ao Rev. Bispo de Coimbra, in *Leiria Ilustrada*, nº 495, de 26 de Junho de 1915, p. 2.

¹⁴¹ Larcher, Tito; «Cartas abertas de Tito Larcher ao Rev. Bispo de Coimbra», in *Leiria Ilustrada*, nº 495, de 26 de Junho de 1915, p. 2.

Tito Larcher insurgia-se sobre vários textos publicados no semanário *O Mensageiro*, alguns deles editoriais, assinados por Jupéro, atribuindo-lhes conotações políticas, referindo que os seus conteúdos fugiam aos estatutos editoriais do periódico e que seria um instrumento de chantagem para persuadir os leitores a valorizarem o Partido Nacionalista, ligado à Monarquia.

Na edição nº 502 de 14 de Agosto de 1915, de *Leiria Ilustrada*, Tito Larcher aponta as verdadeiras razões que justificam a sua ofensiva contra o Pe. José Lacerda e *O Mensageiro*, publicando alguns trechos de conteúdos que considera fora do âmbito de um jornal católico, identificando os referidos textos assinados por Jupéro. Nas edições 1, 3, 7, 8, 9, 16 e 19 de *O Mensageiro*, segundo Tito Larcher, o jornal inicia as notas políticas assinadas por Jupéro. O redactor de *Leiria Ilustrada* pretendia apontar as contradições e incongruências da missão de *O Mensageiro*¹⁴².

«A primeira qualidade que precisam ter os organizadores dos Centros Católicos, é serem católicos - estarem no Grémio da Igreja»¹⁴³.

A resposta do Pe. José Lacerda não demorou muito tempo. Na edição nº 34 de *O Mensageiro*, de 26 de Maio de 1915, desafiava Tito Larcher a provar o que teria afirmado num texto do *Leiria Ilustrada* que colocava em causa o seu bom nome.

«Não me serve esta habilidade, quero nomes e logo que o Sr. Tito atira lama sobre caracteres honestos e dignos, tem de provar com os factos o que afirma e dizer os nomes das pessoas que alveja com profissões tão decorosas. Nunca fiz mal ao Sr. Tito, nunca o provoquei e até por mais de uma vez lhe dei prova de quanto apreciava o seu trabalho.» (..) “Não respondo a insultos que qualquer Zé anónimo me dirige, porque não insulta quem quer, não acontece o mesmo com o Sr. Tito que afirmou o que escreveu. Querendo seguir a lei comum aos seus actuaes admiradores, o Sr. Tito tem o arrojo, a audácia, o atrevimento de chamar nojento ao que escrevi!»¹⁴⁴.

¹⁴² Tito Larcher apontava o dedo ao semanário católico *O Mensageiro*, não poupando a Igreja Católica de usar a sua doutrina para pressionar os seus crentes, no sentido de se aproximarem e valorizarem a Monarquia e o Partido Nacionalista.

¹⁴³ Larcher, Tito; Cartas abertas de Tito Larcher ao Rev. Bispo de Coimbra, in *Leiria Ilustrada*, nº 503, de 21 de Agosto de 1915, p. 2.

¹⁴⁴ Lacerda, José; «Provocação», in *O Mensageiro*, nº 34, de 26 de Maio de 1915, p. 2.

A disputa entre Tito Larcher e o Pe. José Lacerda, a que posteriormente outros leitores do jornal *Leiria Ilustrada* também se quiseram associar, vão ser fogueiras que abrirão crateras enormes nas relações institucionais e pessoais dos dois principais contendores, acabando por afectar igualmente a vida social leiriense. A troca de palavras é tão intensa, conforme se pode verificar no *Leiria Ilustrada*, nº 507, de 4 de Setembro de 1915. Neste número, Tito Larcher publica mais uma carta aberta com excertos do que foi publicado no nº 34 de *O Mensageiro*, do qual se destaca um trecho bem elucidativo.

«Ao publicar o artigo transcrito no último número, esperava que o Mensageiro, cujo redactor bem me conhece, viesse ao meu encontro, e dissesse: Você, foi um pouco áspero, mas não posso deixar de reconhecer que nós, somos os culpados, pois que traindo o nosso programa, não temos feito, senão insultar os republicanos e atacar as instituições, o que é bem contra as máximas da religião de Cristo... (...) E eu diria, o que declarei no último trecho, que o angariador de meninas para um ex-governador civil, não é nenhum dos membros da comissão cujos nomes indicámos. (...) Mas não sucedeu o que eu previra, e o Mensageiro publicou a seguinte insólita declaração no seu nº 34 de 26 de Maio. – Provação – Ou o Sr. Tito Larcher prova o que afirma nos seus artigos ‘Os Centros Católicos e monárquicos’ – ou eu em caracteres dos maiores que encontrar nos caixotins da tipografia lhe direi aqui o nome que lhe fica pertencendo. O Sr. Tito a quem sempre, considerei, acaba de praticar uma acção que envergonharia qualquer homem de bem, atirando sobre o meu nome, a minha reputação e o meu carácter umas suspeitas que ainda mesmo aqueles que vivem do insulto eram incapazes de atirar. (...) Nojento – Sr. Tito eu lhe direi quem é – embora a minha educação e os meus princípios me proibam usar da linguagem lá da casa. Os ingleses ao verem as armas desleais usadas pelos alemães notificaram às nações irem usar dos mesmos processos. Eu não descerei a tanto, limitar-me-ei a dizer quem é nojento e quem é o individuo que me intentou salpicar de lama»¹⁴⁵.

Como verificámos, os azedumes estavam instalados. O curioso nesta carta do Pe. José Lacerda a Tito Larcher é o facto de também nestas disputas existir a temática da Grande Guerra, comparando-o às armas ilegais dos alemães. O Pe. José Lacerda vê a Grande Guerra como um paralelo às querelas leirienses, destacando-se, ao referir que não iria usar as mesmas armas.

Na edição seguinte do *Leiria Ilustrada*, nº 508, de 11 de Setembro de 1915, vem publicada uma carta escrita por «A.P.» enviada de Alvorge, freguesia do concelho de

¹⁴⁵ Larcher, Tito; «Cartas abertas de Tito Larcher ao Rev. Bispo de Coimbra», in *Leiria Ilustrada*, nº 507, de 4 de Setembro de 1915, p. 2.

Ansião, pertencente à Diocese de Coimbra, insurgindo-se também contra o Pe. José Lacerda, reforçando a defesa de Tito Larcher. Este é um dos bons exemplos do envolvimento dos leitores com esta questão, vindo a terreiro igualmente com as suas posições, tornadas públicas com a publicação dos seus pontos de vista sobre o Pe. José Lacerda e o seu opositor Tito Larcher.

«Tenho lido com atenção a vossa carta dirigida ao bispo de Coimbra por intermédio do *Leiria Ilustrada* sôbre a vida e costumes dêsse celeberrimo padre que dá pelo nome de José Ferreira de Lacerda – ou melhor, Laçorda, como também é conhecido – e, com franqueza lho digo, tenho-me desolado por ver V. Exa. com contemplanções demasiadas, não indo logo ao fim de uma vez, pondo-lhe a calva a descoberto: porque eu, sr. Tito Larcher, adivinho que V. Exa lhe sabe tão bem da vergonhosa crónica como êle mesmo o sabe. E começo já por contar-lhe a história do Vale Judeu, visto o desgraçado padre Lacerda já ser conhecido como herói do Vale Judeu.

O caso é este: quando em Maio de 1907 o tal Padre José Ferreira de Lacerda saiu daqui do Alvorge, onde esteve encomendado, levou para a Vieira uma nossa patrícia como criada. Passados poucos meses, essa criada, por via de uma indigestão de pepino, inchou a tal ponto que teve de chamar em seu auxílio um habilidoso. Este habilidoso foi o conhecido barbeiro das Degrácias, freguesia daqui próxima, homem useiro e vezeiro em promover abortos às pessoas que pagassem bem. Foi feito o contacto. Padre José Ferreira de Lacerda queria que o homem fosse a Vieira operar, mas, por dúvidas, lá ficou ajustado ir a criada a Soure, onde a coisa se faria. E fez-se! E operou-se!»¹⁴⁶.

O autor da carta A.P., terminou o seu texto de uma forma determinada, prometendo nova redacção, referindo-se a mais desenvolvimentos, afirmando que “ninguém perderá com a demora... só se forem os católicos do Mensageiro».

As relações formais entre Tito Larcher e o Pe. José Lacerda agudizam-se. De Junho a Outubro, os leirienses vivem cinco meses expectantes da querela entre os directores de *O Mensageiro* e do *Leiria Ilustrada*. Dois lados da força de poder, República e Monarquia, com dois protagonistas que muitas vezes foram acusados de terem ido longe demais com as suas contendas.

Depois de sucedâneas disputas nos dois jornais leirienses, a novela termina no *Leiria Ilustrada*, na sua edição nº 512, de 16 de Outubro de 1915, com Tito Larcher a colocar um ponto final ao caso.

¹⁴⁶ A.P.; «Carta aberta ao Sr. Tito Larcher», in *Leiria Ilustrada*, nº 508, de 11 de Setembro de 1915, p. 2

«Concluindo – Tínhamos ainda considerações a fazer por alguns números mais, mas levantando-se uma campanha de carácter pessoal neste semanário, contra o director do Mensageiro com orientação diversa da que costume seguir, termino esta espécie de autobiografia, que tenho vindo a fazer em relação ao director e colaborador principal desse semanário, e parece-me que bem demonstrado ficou a razão com que escrevi o artigo que deu origem a esta carta, e, que o Mensageiro, poderá intitular-se órgão dos monárquicos do districto de Leiria, ou do que fizerem, mas nunca órgão dos católicos, e muito menos como exemplo da boa imprensa destinada a moralizar. Verdade seja que os Spartanos uzavam colocar diante dos seus filhos exemplares dos vícios que queriam corrigir, e assim para evitar a embriagues, colocaram um escravo completamente ébrio, em frente dos seus, para que vendo a ridícula figura que faziam, não adquirissem o mesmo vício»¹⁴⁷.

Esta última publicação das «Cartas abertas de Tito Larcher ao Rev. O Bispo de Coimbra» deixa, no seu final de redacção, um recado bem explícito.

«... eu pedirei a todos os crentes para que supliquem a Deus, que o Espírito Santo vos ilumine, e ao anjo da guarda, que vos acompanhe, fazendo-vos cidadãos úteis à Pátria e à humanidade, e sacerdotes da religião de Cristo, que tanto ofendeis e ultrajais. Fim»¹⁴⁸.

Mas esta história decididamente não terminaria aqui. O caso da carta enviada de Alvorge, seguiu para a barra dos tribunais, como atesta a edição de 7 de Outubro de 1916, nº 562, do *Leiria Ilustrada*. A chamada de atenção em forma de “lead” da referida edição foi a seguinte:

«O *Leiria Ilustrada*, no Tribunal – Em audiência de júri é condenado por maioria o seu ex-editor, apesar da formidável prova apresentada. Uma condenação que absolve.»¹⁴⁹.

A primeira página do jornal é toda dedicada a este caso, começando com o título «Duas palavras». Foram duas palavras mas apenas de título porque todo o texto multiplicou-se por toda a área gráfica da nobre localização jornalística, estendendo-se também para mais duas páginas do interior do periódico, sendo praticamente toda a edição dedicada a este tema. O artigo incluiu a sentença:

¹⁴⁷ Larcher, Tito; «Cartas abertas de Tito Larcher ao Rev. Bispo de Coimbra», in *Leiria Ilustrada*, nº 512, de 16 de Outubro de 1915, p. 2.

¹⁴⁸ Larcher, Tito; «Cartas abertas de Tito Larcher ao Rev. Bispo de Coimbra», in *Leiria Ilustrada*, nº 512, de 16 de Outubro de 1915, p. 2.

¹⁴⁹ In *Leiria Ilustrada*, nº 562, de 7 de Outubro de 1916, p.p. 1,2,3.

«O relógio marca então 17 e 25 minutos. Enfim. Vai ler-se a sentença... E esta, passados momentos, revela-nos que o editor do 'Leiria Ilustrada', nosso bom amigo José Pereira, era condenado a 10 dias de multa a dez centavos, custas e sêlos do processo e trinta escudos de indemnização ao autor»¹⁵⁰.

O sacerdote Pe. José Lacerda viu-lhe reconhecida a razão na barra do tribunal. A vitória judicial veio colocar um ponto final numa das maiores polémicas mantidas nos jornais leirienses, que decorreu durante a segunda década do século XX.

3.4. Sonho tornado realidade: capelão militar na guerra da Flandres

Como já foi referido anteriormente, Portugal não tomou imediatamente uma posição beligerante na Grande Guerra. A instabilidade política que se vivia também foi motivo que determinou algum recuo na posição governamental no que respeita à participação imediata de Portugal no conflito. A frágil República temia cometer erros que ditassem uma queda de governo, tendo como consequência o regresso da Monarquia.

A 15 de Julho de 1916, o governo inglês lança o convite a Portugal para integrar o conflito, sublinhando que seria imperioso que o CEP fosse acompanhado por capelães militares. Este facto levantava mais uma problemática porque se promovia a separação entre a Igreja e o Estado Português. A sugestão inglesa acabou por determinar o facto de o Estado efectuar um pedido especial à Igreja, solicitando-lhe um serviço que representava dar aos valores religiosos uma importância que as estâncias políticas não queriam reconhecer e assumir publicamente. Este facto movimentou a sociedade portuguesa, incluindo aqui a imprensa que se mobilizou com a publicação de várias posições acerca da decisão do governo, como nos conta João Tiago Sousa:

«Muito cedo, porém, começou a esboçar-se no País uma forte reacção contra esta insólita atitude do Governo da chamada 'União Sagrada'. A imprensa escrita pôs-se em campo, defendendo os direitos da consciência. A campanha que se levantou nos jornais católicos a favor da criação de um corpo de capelães que fossem exercer o seu ministério junto dos nossos soldados em operações de guerra, reacendeu a esperança da criação futura de um corpo de capelães militares voluntários» (Sousa, 1998: 7).

¹⁵⁰ In *Leiria Ilustrada*, nº 562, de 7 de Outubro de 1916, pp. 1,2,3

Sobre esta matéria, também o jornal *O Mensageiro* tinha tomado uma posição clara, na edição de 18 de Novembro de 1914. O periódico assumia uma posição que viria a antecipar a posição final do Governo face ao envio de capelães militares para o conflito mundial. O reconhecimento da fé e da religião no palco da guerra, como forma de auxílio, sobretudo de ordem moral para os soldados, foi um factor indispensável para que se concretizasse um plano português que contemplasse os capelães nos grupos de militares. O texto que então saiu em *O Mensageiro* foi quase uma antevisão para combater a resistência governamental que viria a surgir contra a inclusão dos capelães.

«Os actos heróicos praticados durante a actual guerra são devidos na sua maior parte aos sentimentos religiosos que imperam nos seus autores. Já nos não referimos aos inúmeros sacerdotes que batalham em todos os exércitos e que soldados durante os combates, apenas terminados estes, sem descansar vão recolher os feridos, dar consolação aos moribundos e recitar sobre os cadáveres as orações da Igreja»¹⁵¹.

Só em 30 de Novembro de 1916, com o decreto 2869, o governo português reconhece oficialmente o papel dos capelães militares na Grande Guerra, antecipando o que se iria passar em 1917, com a partida dos soldados portugueses para França.¹⁵²

Foi desta forma que se alistaram os capelães militares para a Grande Guerra, com a sua categoria equiparada a alferes sem que pudessem auferir de qualquer vencimento, facto que provocou um mal-estar na opinião pública que não aceitou de bom grado esta posição do governo. Apenas foi oferecido alojamento e transportes aos padres que ousaram aceitar a missão voluntária de irem para uma frente de batalha, arriscando a sua própria vida numa guerra que não aceitavam, muito menos a promoveriam.

No terreno, viriam a revelar-se outras dificuldades na missão dos capelães militares, tais como os entraves na divulgação dos locais e horários das orações ou eucaristias, para além da existência de um quadro de capelães militares reduzido e insuficiente para o número de soldados portugueses envolvidos na campanha. A 21 de Março de 1917, a dois meses da partida do Pe. José Lacerda para a Flandres, a situação tornou-se insustentável em França, até que o capelão Avelino de Figueiredo, redige um requerimento à secretaria da guerra.

¹⁵¹ Veja-se o artigo «A Religião na guerra», *O Mensageiro*, 18 de Novembro de 1914, n° 7, pp 2-3.

¹⁵² Decreto-Lei n° 2869, 30 de Novembro de 1916, *Diário do Governo*, n° 243, 1ª Série.

«O comando do CEP e o seu Estado Maior reconhecem quanto é necessária a assistência religiosa e moral aos nossos soldados, quer no campo de batalha, quer nos hospitaes. Carecemos de capellães em todos os hospitaes e ambulâncias, na base de desembarque e em todas as formações da primeira linha»¹⁵³.

Ainda Portugal não participava na Grande Guerra, já o Pe. José Lacerda preparava malas para se deslocar para França como capelão militar. Para se ter uma noção do seu sentimento de antecipação, a Grande Guerra teve início em Agosto de 1914 mas logo a 30 de Outubro desse ano, já o Pe. José Lacerda oferecia a sua disponibilidade de serviços ao então Ministério da Guerra. Embora não viesse a integrar o primeiro grupo de capellães, escreveu nos anos seguintes várias circulares, com posições bem vincadas, não só se referindo à importância da assistência religiosa naquele conflito como também mostrando-se disponível para dar o exemplo de solidariedade no alívio da dor dos soldados, na coragem em enfrentar dificuldades extremas e revelando, uma vez mais a sua vocação de jornalista, redigindo as suas crónicas de guerra. O Pe. José Lacerda, convencido que Portugal integraria a guerra no seu início, envia desde logo o requerimento ao governo para que seja integrado no Exército como capelão militar, manifestando a importância desta figura nos campos de batalha.

«Exmo. Senhor General Comandante da 7ª Divisão: Pela leitura dos jornaes e pelos preparativos que se notam em Leiria, vae o nosso valoroso exército seguir dentro em pouco para os campos de batalha. É de crer que à semelhança dos exércitos de todas as nações beligerantes o nosso também tenha a acompanhá-lo capellães militares»¹⁵⁴.

Só no dia 2 de Maio de 1917, de forma inesperada, partiu o Pe. José Lacerda para França, para a realização da vontade de cumprir o seu dever como capelão militar na Grande Guerra. Este facto ficou expresso no jornal *O Mensageiro*, na edição do dia 9 de Maio de 1917, com honras de primeira página.

«Despedida – Pe. José Ferreira de Lacerda, director do Mensageiro, tendo partido para os campos de batalha, em França, e não lhe tendo sido possível despedir-se dos seus amigos e conhecidos, vem por este meio cumprir esse seu dever, oferecendo a todos o seu

¹⁵³ Caixa 1243, requerimento do capelão Pe. Avelino de Figueiredo, Arquivo Histórico-Militar, 1ª divisão, 35ª secção.

¹⁵⁴ Caixa 1243, requerimento do Pe. José Ferreira de Lacerda, 4 de Outubro de 1914, pedindo que integrasse a lista dos capellães militares do CEP, Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 35ª secção, pretensões e requerimentos.

préstimo dentro dos limites dos regulamentos militares. Em caminho de França, 3-05-1917»¹⁵⁵.

De uma pequena cidade do litoral português saiu um capelão militar que acabaria por ser bastante interventivo na sua acção mas também foi um promotor do jornalismo regional, revelando-se um cronista de guerra astuto, com apontamentos históricos e as histórias dos nossos militares, publicados em *O Mensageiro* durante a sua presença no conflito.

Concretizou-se um dos maiores desejos do Pe. José de Lacerda, depois de um período longo de pedidos para conseguir integrar o CEP, como expressão do seu sentimento de dever em estar próximo dos soldados, especialmente os das freguesias de Leiria. Esta posição foi assumida numa carta que enviou ao General Comandante da 7ª Divisão, afirmando igualmente o desejo de distanciamento dos protagonismos da imprensa.

«Natural desta região e mais ou menos conhecido em todas as freguezias do concelho de Leiria e dos concelhos limítrofes, além dos meus serviços religiosos, creio que as famílias dos soldados vendo-os acompanhados por um eclesiástico sentiriam como que uma certa alegria. V. Exa. Muito melhor do que eu sabe se é útil a presença do capelão no exército. O que desejo é que fique oculto este meu oferecimento, bastando só saber que partilharei da sorte dos meus paroquianos, patrícios e compatriotas»¹⁵⁶.

A neutralidade do Estado em relação às capelanias militares foi vencida. Isso ditou que nesta matéria tudo se organizasse, embora tardiamente. Estes voluntários partem para o conflito, conseguindo minimizar os efeitos da guerra nos nossos soldados, prestando o apoio possível às tropas portuguesas, como se pode ver neste excerto retirado de Ferreira Martins, sobre a presença de capelães na Grande Guerra, neste caso específico em Moçambique:

«Dos capelães que acompanharam as forças em Moçambique falam-nos com a maior simpatia alguns dos portugueses que ali se bateram. Foram quatro os que ali

¹⁵⁵ Veja-se artigo «Uma despedida», *O Mensageiro*, nº 136, 9 de Maio de 1917, pp1.

¹⁵⁶ Caixa 1243, requerimento do Pe. José Ferreira de Lacerda, 4 de Outubro de 1914, pedindo que integrasse a lista dos capelães militares do CEP, Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 35ª secção, pretensões e requerimentos.

chegaram, já tarde, pois só partiram de Lisboa em 7 de Março de 1918, chefiados pelo Padre Alfredo Bento da Cunha» (Martins, 1935: 326).

O Pe. José Lacerda chegou a Paris no dia 9 de Maio de 1917 e segue imediatamente para a zona da Flandres, com destino a Calais. Daqui, seguiu para Aire-Sur-La-Lys. Naquela altura, o sacerdote escreveu nos seus inúmeros manuscritos, a forma como foi encontrar uma região marcada pelo conflito, com fome, miséria nas ruas, batalhas de sangue e um caos completo. Para termos uma ideia do seu dia-a-dia, sabendo que se encontrava em condições humanas muito desfavoráveis, podemos ler nas suas memórias:

«Levanto-me às seis, seis ½ estou na Igreja a confessar soldados até às 8 ½ - 9 horas. Tomo o petit-dejeuner e vou dia sim, dia não às trincheiras animar os soldados, regressando à 1. Às 4 vou para a Igreja confessar, às 6 faço o terço e às 8 estou em casa»¹⁵⁷.

A presença dos capelães militares não foi pacífica. A forma como estes foram recebidos em França foi muito precária, sem o devido apoio das estruturas de acolhimento dos aliados, com o olhar desconfiado das autoridades francesas.

O Estado Português estava numa crise de afirmação. O peso da Guerra nas suas acções diárias e o temor de que as coisas em França não corressem pelo melhor, assim como nas colónias africanas, eram o motivo de muitos receios dos governantes no nosso País. Agora, não havia nada a fazer. Portugal estava nas trincheiras e participava no som das armas, assumindo em paralelo as suas consequências. Mas, os capelães militares portugueses que sofreram inicialmente alguns incómodos na forma como foram acolhidos, foram afirmando a sua utilidade com os seus préstimos na Guerra, muito especialmente no apoio moral e religioso que deram aos soldados.

«Os capelães militares recebidos a princípio com desconfiança e frieza, depressa conquistaram a simpatia e respeito do meio militar» (Sousa, 2006: 28).

Entre algumas das dificuldades que o Pe. José Lacerda encontrou, destaca-se o facto de não existirem possibilidades de celebrações móveis da Eucaristia. Mas, o sacerdote veio a conseguir adquirir altares portáteis, dando-lhe a possibilidade de celebrar as missas nos locais mais longínquos e de difícil acesso. Também conseguiu a

¹⁵⁷ *Notas de Viagem*, manuscrito do Pe. José Lacerda, 1917, p 1.

criação da casa dos recreios dos soldados e oficiais portugueses e a aquisição de bandeiras portuguesas para cobrir os corpos dos soldados que tomaram na batalha.

A sua presença na Flandres foi positiva mas, mesmo assim, bem ao seu estilo inconformado, não fez uma campanha absolutamente consensual. Houve alguns conflitos de relacionamento com o capelão-chefe (Pe. José Patrocínio), sendo mesmo alvo de um rigoroso processo disciplinar. Um dos motivos deste desentendimento, era a necessária presença de mais capelães na Grande Guerra e o facto de não existirem esforços do seu superior para usar os seus conhecimentos e influência nas relações com Lisboa, de forma que o Parlamento português autorizasse um aumento do número de padres entre as tropas portuguesas.

De forma inesperada, regressou a Portugal no dia 21 de Setembro de 1917. Na sua bagagem, trouxe uma missão cumprida mas algo frustrada porque assumira recusar desenvolver mais funções sobre ordens do Pe. José Patrocínio. Mas não teriam sido apenas os seus desencontros, com o seu superior na Grande Guerra, o único motivo da sua retirada. O Pe. José Lacerda teria sido informado por telegrama que a residência e o seu passal iriam ser vendidos em leilão.

Mesmo com o seu regresso antecipado, o Pe. José Lacerda recebe as medalhas «Comemorativa da Campanha de 1914-1918» e a da «Victória». Mas outras condecorações o cidadão, jornalista, sacerdote e capelão militar, veio a receber, como a de Cavaleiro e Comendador da Ordem de Instrução Pública e Cavaleiro da Ordem de Cristo. O então ex-capelão e jornalista José Lacerda, é considerado uma figura de destaque na luta pelo envio dos capelães militares para o conflito.

Embora tenham existido muitas resistências do Governo Português para solicitar os préstimos da Igreja Católica, os governantes tiveram de ceder, muito especialmente depois da integração dos nossos soldados no cenário catastrófico de uma guerra que viria a ceifar tantas vidas de portugueses, deixando milhares de feridos graves, muitos deles em desespero total. Foram estes sacerdotes, capelães militares, que conseguiram ser amigos, companheiros, psicólogos, elos de ligação com os seus familiares e, sobretudo, transmitiram aos soldados a força da fé. Neste capítulo, o Pe. José Lacerda deixou a sua marca indelével. Muitos dos acontecimentos da Flandres, ficaram também registados nas suas crónicas de guerra, publicadas no seu jornal *O Mensageiro*.

4. Géneros jornalísticos

O género jornalístico é a forma que o leitor encontra de perceber qual o tipo de texto que está a ler num determinado periódico. É ele que identifica o maior ou menor distanciamento do autor, o grau de envolvimento com as fontes ou com o tema do seu texto, a maior predominância dos factos ou da ficção, o grau de adjectivação, a noção do tempo ou da oportunidade da publicação. Por exemplo, uma reportagem ou uma crónica, até poderão ser publicadas, um ano depois de serem escritas, assumindo muitas vezes o complemento da notícia, formando os seus leitores, dando-lhes outros ângulos da abordagem do assunto. Já o mesmo se não aplica a uma notícia, mais actual, mais esperada no momento da ocorrência, por um leitor que quer estar informado.

Os textos jornalísticos, publicados no jornal leiriense *O Mensageiro*, da autoria de José Ferreira de Lacerda, analisados nesta dissertação, fizeram com que fôssemos perceber este conceito de género jornalístico. Do jornalismo informativo (notícia, entrevista e reportagem) ao jornalismo de opinião (comentário, editorial, carta e a crónica), constituiu-se aquele periódico, dando-lhe estes géneros jornalísticos, o sentido de oportunidade, o rigor, a exaustão da investigação e a consistência da informação publicada.

4.1. Fronteiras entre crónica e reportagem

O homem encontrou para a sua comunicação variadíssimos métodos e géneros de escrita. As técnicas dessa comunicação estiveram sempre relacionadas com os modelos e valores sociais ao longo dos tempos, variando de acordo com os suportes comunicacionais e a realidade dos meios onde foram difundidas, mostrando-nos como a história e as suas vivências específicas sempre foram factores determinantes para nos revelar os modelos diferenciados da difusão da mensagem.

Dos tempos ancestrais, chegam-nos gravuras rupestres, gravadas nas pedras das grutas. Mais tarde, surgiu a era dos escritos nos pergaminhos, no papiro e, só posteriormente, surgiu o papel como meio de difusão da comunicação. Outros suportes existiram mas o papel foi aquele que mais se ajustou à multiplicação das mensagens, e

com isso, fez surgir novos géneros de textos, possibilitando também o aparecimento do conceito de periodicidade (tempo regular da publicação).

A civilização grega e o seu desenvolvimento no ensino, especialmente a partir de 776 a.C., desenvolve no conhecimento e na exploração do pensamento a abertura de novas fronteiras para a necessidade de comunicar.

O conceito de jornal chega-nos antes do nascimento de Cristo, com conteúdos dedicados aos poderes instalados dessas épocas, onde as palavras democracia e liberdade de expressão certamente não existiam. Ou seja, comunicar nesse tempo seria o mesmo que divulgar os interesses desses indivíduos, ricos e influentes.

«O verdadeiro jornal iniciador foi obra de César; teve por título *Acta Diurna* e publicou-se, em Roma, no ano de 131 antes de Cristo. Noticiava tudo quanto dizia respeito à família imperial, aos magistrados, à alta sociedade, às novidades políticas, às festas, quanto podia interessar ao mundo culto e abonado. Por vezes, nem faltavam as informações das magníficas e obedientes colónias; inseria-se só o que era conveniente conhecer-se; enviavam-se exemplares para os municípios, e os traslados vendiam-se, não sabemos se apregoados ante as turbas, se distribuídos aos domicílios» (Martins, 1941:10).

Já nos longínquos séculos XII e XIII d.C., através dos médicos, figuras influentes e muito próximas das populações, começou-se a evoluir para a noção da imprensa. Um pouco por toda a Europa, com especial incidência para França, o País da cultura, a noção da imprensa e dos seus sistemas de distribuição ganham aqui um sentido concreto. É curioso verificar que são estes médicos que passam a ser autores dos conteúdos mas também os distribuidores das publicações, lançando aqui a noção de periódico. Ou seja, a regularidade da notícia, nas folhas de papel manuscritas, muitas delas copiadas de mão em mão, permitiram encetar a origem do jornal periódico.

«O médico organizava a sua lista de assinantes com o meticoloso cuidado de engenhoso conhecedor do público. Começou a escrever umas notícias que distribuía pelos seus amigos e conhecidos, tiradas as diversas cópias, tantas quanta a curiosidade desperta por essas coisas de que ele se fazia informador, redactor, agente e propagandista» (Martins, 1941:12)

A crónica e reportagem são um género descoberto desde há muitos séculos, embora organizada com modelos diferentes do jornalismo do século XX. Os seus precursores fizeram destes géneros (na época, não estavam obviamente inseridos no

conceito jornalístico), o suporte do sucesso dos seus escritos na literatura portuguesa ou nos registos da Corte. Mais tarde, quando surgem os jornais e o jornalismo, estes conceitos ganham outros enquadramentos, fugindo dos conceitos medievais da crónica histórica, afastando-se da relação da memória, para efectuar aproximações com relatos mais do tempo presente e do quotidiano.

«Andando pelo fio do tempo, descobrimos que a história da literatura portuguesa é liderada por grandes cronistas e ilustres repórteres. De Fernão Lopes, o pai da crónica, a Pêro Vaz de Caminha, o progenitor da reportagem, sem esquecer o patriarca dos enviados especiais, Fernão Mendes Pinto» (Freitas, 2002: 56).

No século XIX aparece-nos o folhetim como uma força viva nos jornais. O escritor passa a ocupar espaço nos periódicos, notabilizando-se com um protagonismo mediatizado. Para conhecermos melhor a evolução da crónica, obrigatoriamente teremos de perceber o que foi o folhetim, a sua génese, com textos que mexeram com a sociedade, movimentando paixões, induzindo o leitor para uma quase verdade sobre o que não passava de uma mera história inventada. Os jornalistas e escritores eram praticamente uma figura única, não existindo fronteiras entre o escritor do livro ou do periódico. O folhetim apareceu para abordar assuntos de interesse do País, da sociedade intelectual, mas também como forma de passar o tempo, para divertir e fazer criar expectativa na leitura. Era quase a novela da sociedade contemporânea, com compradores assíduos dos periódicos que publicavam este género de textos, muitos deles autênticos romances ou policiais, no realismo ou ficção. É este folhetim a nova crónica da imprensa.

«Naqueles tempos, a crônica chamava-se folhetim e não tinha as características que tem hoje. Era um texto longo, publicado geralmente aos domingos no rodapé da primeira página do jornal, e seu primeiro objectivo era comentar e passar em revista os principais fatos da semana, fossem eles alegres ou tristes, sérios ou banais, econômicos ou políticos, sociais ou culturais. O resultado, para dar um exemplo, é que num único folhetim podiam estar, lado a lado, notícias sobre a guerra da Criméia, uma apreciação do espectáculo lírico que acabara de estrear, críticas às especulações na Bolsa e a descrição de um baile no Casino»¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Informações do site <http://sitedeliteratura.com/teoria/cronicas.htm>, consultado a 15 de Julho de 2011, texto da autoria de João Roberto Faria no prefácio da obra *Crónicas Escolhidas*, de José de Alencar, Edições Atila e Folha de São Paulo, 1995.

No jornalismo oitocentista encontramos Eça de Queirós como um caso singular. Desde a sua experiência nos anos sessenta, no jornal *O Distrito de Évora*, passando depois por inúmeros órgãos de comunicação da época, o envolvimento de Eça de Queirós com o jornalismo e literatura foi efectuado de forma intensa e regular, mesmo quando o autor estava no estrangeiro, remetendo para os jornais textos epistolares e outros géneros de textos. Afirmou-se, não só pela sua intelectualidade mas também pela pertinência das temáticas que abordou, pela originalidade dos seus textos, também pela forma como descreveu a realidade do País, muitos deles com uma visão futurista que, mais tarde, se veio a constatar muito oportuna e acertada.

«À semelhança de muitos escritores portugueses do século XIX, Eça de que Queirós manteve durante toda a sua vida activa uma relação de grande proximidade com o mundo da imprensa, em pleno florescimento durante toda a centúria» (Cristo, 2010: 105).

Eça de Queirós, em 1869, protagoniza uma renovação da crónica e da reportagem no *Diário de Notícias*, quando juntamente com Luís Pamplona (Conde de Resende) vai acompanhar a abertura do Canal de Suez. A crónica, vivida na primeira pessoa, incorporada pelo primeiro enviado especial português, ao serviço do *Diário de Notícias*, faz uma aproximação ao realismo da guerra¹⁵⁹.

Sevindo-nos uma vez mais do exemplo de Eça de Queiroz, abordaremos o romance-folhetim *Mistério da Estrada de Sintra*, publicado juntamente com o seu amigo Ramalho Ortigão, na primeira página do *Diário de Notícias*, de 24 de Julho a 27 de Setembro de 1870. É exactamente nesta sequência de textos, publicados durante dois meses, que os autores fazem uma ligação do romance com o jornalismo, a partir de uma notícia verídica. São igualmente publicadas notas que alegadamente eram enviadas ou escritas ao director do *Diário de Notícias*, querendo parecer que *O Mistério da Estrada de Sintra* seria realmente uma notícia verdadeira, indignando e amedrontando os leitores.

Não passou de uma história bem contada, de uma narrativa de contornos policiais daquela época, apresentada sob a forma de textos anónimos. Fundiram-se aqui literatura com jornalismo, numa espécie de relato pormenorizado de um crime que alegadamente se teria passado em Sintra. Para além do sucesso editorial, os autores quiseram puxar à

¹⁵⁹ Informações do site [http:// ww.esalvide.edu.pt/recursos/eca/jornalista.htm](http://ww.esalvide.edu.pt/recursos/eca/jornalista.htm), consultado a 15 de Julho de 2011.

atenção dos maus costumes daquele tempo, do adultério e de uma sociedade que vivia nos subterfúgios da aparência. Aqui, o romantismo como forma de escrita ganhou outros contornos. Foi muito além disso. Foi uma aproximação formal ao realismo da notícia, tendo em conta as suas exigências de rigor com os acontecimentos.

«Trata-se de uma publicação serial, feita ao longo de dois meses, que envolveu não apenas o trabalho dos seus autores, mas também a cumplicidade do próprio órgão que as suportava. De facto, a acompanhar as cartas que compõem o romance, existem inúmeras da redacção que muito contribuíram para autenticar a narrativa, conferindo-lhe um aspecto real e fidedigno: mesmo sabendo-se hoje serem da lavra dos nossos dois escritores, estas notas foram publicadas sob a responsabilidade do director do jornal e eram lidas e entendidas pelos leitores como notícias verídicas» (Cristo, 2010: 404-405).

A formação da opinião pública traz novas correntes de edição ao jornalismo, logo nos primórdios do século XX. Com a instauração da República em Portugal e aprovada a Lei de Imprensa de 1911, que veio regular o sector da comunicação social em Portugal, a crónica e mais tarde a reportagem, começam a afirmar-se gradualmente como dois géneros cúmplices.

Os géneros nos textos jornalísticos são uma forma de distinção dos modelos de comunicação que o emissor utiliza para difundir a sua mensagem. Com eles, medimos a sua proximidade ou maior distanciamento, a questão temporal (periodicidade ou publicação pontual), a isenção ou o maior envolvimento do autor em relação ao conteúdo, assim como o maior apuramento de investigação ou o recurso à opinião pessoal do escritor. Estes são alguns dos factores que nos podem sugerir uma análise mais cuidada sobre o género jornalístico, identificando-o e para sobre ele podermos verificar como foram tratados os textos.

«Os géneros informativos constituem a matéria-bruta, a substância primeira a partir da qual cada um poderá fazer uma opinião própria» (Lagardette, 1998: 58).

Mas o género jornalístico insere-se num contexto sócio-profissional. Factores como o País da publicação do texto ou os códigos deontológicos dos jornalistas que tentam separar acontecimentos de comentários, a notícia da opinião, são pistas essenciais para identificarmos com mais precisão, por exemplo, a diferença entre crónica ou reportagem. Parece-nos que a primeira recorre mais à opinião e a segunda ao rigor do apuramento do

facto. Mas, no jornalismo, nem sempre se consegue apurar com certeza absoluta, onde está a crónica ou a reportagem.

«Os géneros jornalísticos não obedecem, pois, a um conjunto de normas imperativas, mas apontam direcções assumidas pela produção do texto jornalístico. É nesse sentido que se costuma tipificá-los em géneros informativos (notícia, reportagem, inquérito e entrevista), géneros de opinião (editorial, comentário, tribuna livre, crítica) e géneros ligeiros (notas, ecos). Não existem fronteiras rigorosas, nem definições acabadas de cada uma destas formas jornalísticas. Mas é possível carrear um certo número de elementos históricos, estilísticos e até pressupostos éticos que permitem, pelo menos aproximativamente, delimitá-las.» (Mesquita, 1984: 208).

Centralizemos esta análise mais incisivamente na crónica, como género da imprensa escrita, analisando-a nas publicações do Pe. José Lacerda, no jornal *O Mensageiro*, enviadas do palco da Grande Guerra. Mas, antes de aprofundar a crónica também é elementar efectuar um estudo sobre a reportagem, até porque ambos os géneros, em muitos casos andam lado-a-lado nos trabalhos desenvolvidos, fundindo-se por vezes. Mas, como constataremos adiante, não sendo sempre fácil identificá-las, verificamos que a crónica e reportagem, também têm linhas que as distinguem uma da outra, sendo obviamente dois estilos diferenciados. No fundo, crónica e reportagem, poderão estar em sintonia mas diferenciam-se entre si, quer na forma como o seu autor redige o texto, na sua apresentação, modelo organizacional e no tipo de tempos verbais (crónica normalmente reporta-se ao passado vivido, enquanto que a reportagem tende a descrever o presente, a actualidade).

A reportagem, embora possa ser desenvolvida com algumas técnicas empregues na crónica, dando-lhe mais substância, maior atractividade, até mesmo um enquadramento que puxe o leitor até ao último parágrafo, é normalmente efectuada por jornalistas seniores ou com boa experiência na profissão. O resultado de uma boa reportagem, salvo raras exceções, não resulta de estagiários ou jornalistas menos experientes, visto ser um texto de uma maior responsabilidade, onde o apuramento dos factos não se compara à habitual superficialidade da crónica. Este é outro dos aspectos que distingue a crónica da reportagem. O dever do repórter de constatar a autenticidade das suas informações, distancia-se da subjectividade do cronista. Mesmo assim, também na reportagem poderemos encontrar vários géneros, dando substância à escrita informativa, a necessária escrita interpretativa, própria da crónica.

«Existe un género periodístico que contiene en su texto – o puede contener -, todos y cada uno de los demás géneros. Es informativo, pero también de opinión. Puede tratar de la actualidad, aunque también permite la inclusión de algún texto de creación. Muchos autores lo consideran un híbrido entre los escritos informativos y los interpretativos, pero realmente se trata de la fusión de todos los géneros periodísticos. Es el reportage» (Mesa, 2004: 195).

Antes de abordar propriamente a crónica como género, parece-nos elementar caracterizar o que é um bom cronista. Uma das condições essenciais do cronista de excelência é ser um bom escritor, normalmente com um domínio exemplar da gramática, numa aproximação clara com a literatura, portador de uma forte capacidade de observação da acção/objecto, vendo-o de um prisma diferenciado, podendo recorrer à opinião pessoal.

A crónica pode surgir no conceito de estilo informativo ou numa visão formativa. Pela sua elementar qualidade descritiva mas também pelo forte poder de envolver o leitor na história, sobretudo pela sua continuidade, foram inúmeras as crónicas que deram livros que resultaram em autênticos 'best sellers'. Mas, quer em jornais ou em livros, a crónica é um género que pode remeter ao campo da imaginação, ou contar um determinado acontecimento, onde o autor e o objecto de notícia não se distanciam um do outro.

Outros factores podem caracterizar a crónica, tais como o tipo de temáticas ou o recurso ao sensacionalismo, levando-a ao grande sucesso. Se a crónica pode descrever um acontecimento da história, uma viagem a um País longínquo, poderá igualmente trazer-nos uma descrição pormenorizada de uma guerra ou outro assunto da actualidade, com recurso ao sensacionalismo, com o propósito mais de impressionar do que informar.

«Entendemos por crónica de sucessos aquella sección habitual de los periódicos en la que se trata de acontecimientos cualificados básicamente por dos rasgos: a) ausencia de interés político, económico, cultural o estrictamente desportivo; b) presencia de fuertes dosis de interés humano con una evidente tendencia hacia un tratamiento sensacionalista del tema» (Albertos, 351: 1992).

Se a reportagem relata factos, acontecimentos, numa narrativa actual, já a crónica poderá ser tudo isso ou então uma abordagem ao passado, quase a cem por cento (pouco comum na reportagem), com uma componente interpretativa do autor, ou seja, a partir

do seu ponto de vista, mais ou menos explícito no texto. Mas, no cruzamento de bibliografia sobre crónica, verificámos que este género também poderá surgir como conteúdo jornalístico de muita actualidade. Contudo, o factor opinativo do autor afasta-a da notícia pura, da boa reportagem isenta, daquele trabalho feito no terreno pelo jornalista, com perguntas aos intervenientes das histórias, com levantamentos arquivísticos de documentos que comprovem a veracidade do assunto. A crónica, poderá ter um sentido lato e o seu autor não tem o requisito do efeito da prova que o jornalista deverá ter em relação aos seus trabalhos de reportagem ou de outros géneros jornalísticos. Resumindo, um jornalista que queira uma boa reportagem, não a publicará apenas sobre aquilo que ouviu falar, na superficialidade de um tema. Mas, o cronista, goza dessa liberdade, desse confortável lugar de uma cadeira de secretária, podendo produzir um texto mais sedutor. Normalmente, a qualidade da escrita na crónica, obedece a uma maior atractividade, sendo mais rica.

São inúmeros os autores com opiniões diferenciadas. Rafael Mesa, numa tentativa de efectuar a separação da crónica e reportagem, aponta um caminho pouco consensual. Diz-nos que a crónica se realiza no lugar do acontecimento e que no caso de uma reportagem o autor poderá estar afastado do lugar do acontecimento. Esta análise, parece sugerir-nos colocar o jornalista a fazer uma reportagem na sua redacção mas o cronista a efectuar as suas crónicas directamente no terreno. Um conceito que foge um pouco à ideia que se foi formando na história do jornalismo. Atendendo a sustentação deste autor, a título de exemplo, parece difícil perceber como é que um jornalista conseguirá efectuar uma reportagem de uma guerra ou de uma manifestação pública se não a viveu ou pelo menos sem ir apurar os factos no local dos acontecimentos. Por outro lado, sabemos ser possível que um cronista desenvolva os seus textos, exactamente no local da sua redacção, na própria casa ou café.

«Mientras una crónica la realiza un periodista desde el lugar de los hechos, en el caso del reportage su autor puede estar ausente. Esta es la diferencia fundamental entre ambos géneros periodísticos. Si se hace una crónica de una sesión parlamentaria, de la guerra de Irak o de un partido de fútbol, la condición sine qua non es que el cronista se encuentre en el Parlamento, en el frente de batalla o en el estadio»¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Artigo La crónica, un género del periodismo literario equidistante entre la información y la interpretación, <http://www.ucm.es/info/especulo/numero32/cronica.html>, 24-01-2009.

Voltando a Eça de Queirós, na sua primeira crónica escrita em *O Distrito de Évora*, o autor distingue claramente quais as balizas da crónica em relação aos outros géneros jornalísticos. É bem verdade que naquela época, 6 de Janeiro de 1867, data do número um do periódico de Évora, ainda não existia a reportagem como género, pelo menos na forma desenvolvida do século XX. O jornalista-escritor, numa linguagem limpa, relata o que é para ele a crónica. Mesmo assim, Eça de Queirós, parece-nos de certa forma relativizar a importância da crónica como género de criação literária.

«A crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema, sem nexos, espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, dos enfeites, fala em tudo baixinho, como quando se faz um serão ao braseiro, ou como no Verão, no campo, quando o ar está triste. Ela sabe anedotas, segredos, histórias de amor, crimes terríveis; espreita, porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, umas vezes melancolicamente, como faz a Lua, outras vezes alegre e robustamente, como faz o Sol; a crónica tem uma doçura jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China; ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opiniões, não sabe do resto do jornal; está nas suas colunas contando, rindo, pairando; não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico; tem uma pequena voz serena, leve e clara, com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando. A crónica é como estes rapazes que não têm morada sua e que vivem no quarto dos amigos, que entram com um cheiro de Primavera, alegres, folgazões, dançando, que nos abraçam, que nos empurram, que nos falam de tudo, que se apropriam do nosso papel, do nosso colarinho, da nossa navalha de barba, que nos maçam, que nos fatigam... e que, quando se vão embora, nos deixam cheios de saudades»¹⁶¹.

Trata-se de uma análise cuidada da crónica daquele tempo mas parece que escapou um aspecto ao escritor (facto compreensível pela época em que Eça de Queirós produziu este texto), que a crónica viria a ganhar futuramente mais envolvimento com a componente informativa, mesmo com a opinião como centralidade do texto. A crónica, na vigência do século XX passou a ter elementos que no século XIX não constavam. Ou seja, passou a ser crónica mais informativa, com outros actores, diferenciadas temáticas, que começaram a surgir das mãos dos cronistas, numa maior aproximação à reportagem. Poderá mesmo resultar desta componente informativa, o desenvolvimento do género

¹⁶¹ Eça de Queirós, *O Distrito de Évora*, nº 1, 6 de Janeiro de 1867.

jornalístico reportagem, até porque a crónica, com o passar do tempo, viria a diminuir a sua importância nos periódicos, que foram ocupando os seus espaços com o jornalismo informativo, afastando-se de forma gradual do literário.

«La crónica informativa – Es aquella en la que el componente informativo es la base fundamental del texto. Por supuesto, contiene interpretación sobre lo ocurrido, ya que de lo contrario sería una noticia aunque el periodista la firme desde el lugar en el que ocurren los hechos. Pero la faceta informativa es preponderante en el texto. Lo importante es la información, y la valoración del relato es un elemento secundario» (Mesa, 2004: 189).

Com mais presença de literatura ou com mais componente informativa, a crónica é um género jornalístico que movimenta a paixão da leitura. Embora muitos analistas não lhe reconheçam a presença da opinião, o certo é que, de quando em vez, o cronista não se inibe de o fazer, de forma mais ou menos directa. O modelo de crónica e a sua estrutura, resultam da estética e imaginação do seu autor, muitas vezes sem parâmetros definidos. A crónica poderá surgir-nos de um acontecimento diário que também poderá ter cobertura com a reportagem, mas o que as distinguirá obviamente será o cunho pessoal no texto do cronista ou da ficção que poderá promover na sua narrativa. Já a reportagem é mais autêntica, distanciando-se o seu autor de emitir a sua própria opinião ou especulação.

«Praticamente não há regras para realizar uma crónica, e todavia um bom leitor reconhece imediatamente a presença de uma boa crónica: ela prende-o, propõe, sugere, diverte e é fonte de prazer e estímulo intelectual» (Graoim, 2000: 97).

A crónica surge-nos então como recurso à criação jornalística, talvez a única que possibilite escrever com muita componente criativa do autor. A crónica viaja no passado, descreve o presente e permite entrar no futuro.

Como forma de expressão jornalística, também a crónica poderá ser feita quase numa missão de reportagem. O cronista, que tem a possibilidade de fazer os seus textos de longe dos acontecimentos, também poderá desenvolver a passagem das suas ideias através da deslocação à proximidade da acção, quer para perceber algum aspecto actual ou para efectuar um maior envolvimento com o meio, ou os protagonistas da narrativa que quer construir.

A crónica aparece como texto de excelência, normalmente assinada por autor

consagrado, com opiniões muito próprias deste escritor. Surge a crónica como género de comentário e a reportagem como género que aproxima o leitor do ambiente, do cenário, do contacto pormenorizado. Mas a crónica surge-nos com uma ligação forte à vida quotidiana, numa narrativa intimista e mais familiar, com o recurso à oralidade. Jean-Luc Martin-Lagardette identifica dois estágios que distinguem a crónica:

«Existem duas espécies de crónicas. - Artigo publicado com intervalo regular, mas não em todos os números do jornal, sobre um tema dado: literário, histórico, filatélico... - Comentário livre, reflexões sobre a actualidade, aparecendo com intervalos regulares sob a assinatura de um colaborador, geralmente de renome. Tomadas de posição e chamadas de atenção muitas vezes pessoais» (Lagardette, 1998: 67).

Sobre a reportagem, o autor não parece distanciar a visão pessoal do jornalista mas colocando ênfase no facto de o repórter ter como principal função perceber e viver os acontecimentos.

«A reportagem é o contacto com o conhecimento e os homens. O jornalista deixa-se impressionar como uma chapa fotográfica. Com os cinco sentidos alerta, observa o espectáculo que está diante dele integrando-se ao máximo, colocando questões, escutando conversas, lendo tudo o que pode ser lido (cartazes, documentos, livros, jornais, etc), eventualmente ajudando (bom meio de se tornar simpático e de obter uma fonte de informação). Será toda curiosidade. (...) A reportagem é um género muito apreciado por ser um testemunho directo encenado com arte. Anima-o, dá-lhe cores, relevo, humanidade. Exige tempo e disponibilidade pois é necessário ir ao terreno. Utiliza-se o mais frequentemente possível, nem que seja para dar vida a um acontecimento que, sem isso, permanece baço e impessoal» (Lagardette, 1998: 72).

Este comentário parece refutar a ideia de que é na crónica que se pode desenvolver a criação de um texto com visão pessoal. Mas a reportagem também poderá trazer uma visão muito aproximada do seu autor em relação ao objecto da sua notícia.

Na realização do seu trabalho jornalístico o distanciamento do autor do acontecimento será a grande diferença da crónica em relação à reportagem. Também a forma de expressão, na primeira pessoa ou numa visão mais afastada da escrita pessoal, poderá caracterizar estes dois géneros tão distantes mas tão

próximos.

A reportagem pode seguir rumos tangentes à crónica como refere Martín Vivaldi, incluindo a própria notícia como forma de desenvolvimento deste género jornalístico. O autor escreve que todos os textos jornalísticos que não sejam estritamente noticiosos ou artigos como opinião ou crónica, são puras reportagens.

«En sentido amplio, reportage equivale a información. Todo trabajo informativo que no sea la estricta noticia, el artículo literario o de opinión o la crónica, es reportage. Incluso la propia noticia, desarrollada, puede dar lugar a diversos informes» (Vivaldi, 1993: 65).

O que se poderá concluir é que tanto a crónica como a reportagem vão muito além da notícia informativa, embora ambos os géneros possam ser também de carácter informativo. Podem trazer realismo, actualidade, comentário, comparação, exactidão e descrição. O que as distingue mesmo é a subjectividade do texto e o toque explícito do autor, com opiniões na primeira pessoa. Quando isso acontece, teremos certamente uma crónica, mesmo que inserida numa forma de reportagem.

«Distingue a la crónica del reportage el matiz subjectivo, personal. U mismo suceso narrado por un reportero o por un cronista se distinguirá en uno y otro trabajo, no por lo que se narra, sino por cómo se cuenta. El estilo de la crónica es libre: puede ser directo o indirecto» (Vivaldi, 1993: 335).

4.2. Serão crónica os textos *Crónicas da Guerra / Em Campanha*?

Entre 4 de Maio e 21 de Setembro de 1917, o Pe. José Lacerda escreve, para além do seu pormenorizado diário de guerra, 31 textos que viriam a ser conhecidos como *Crónicas da Guerra / Em Campanha*, publicados semanalmente até 29 de Novembro desse mesmo ano, no seu jornal *O Mensageiro*. Só as edições nº 151 de 22 de Agosto de 1917 e a nº 153, de 5 de Setembro de 1917, não apresentam esta secção *Crónicas da Guerra / Em Campanha*.

Desde o início da sua viagem até ao regresso a Portugal do palco da Grande Guerra, o capelão militar desenvolve no terreno, em paralelo com a sua acção religiosa, imensas narrativas da guerra que fizeram história no jornal de sua propriedade. Depois

da sua chegada, ainda faz publicar durante mais de dois meses os seus relatos e observações do conflito, narrativas que trouxe consigo e que pretendeu dar continuidade ao conhecimento dos leitores de *O Mensageiro*. A imprensa ainda gozava do privilégio de não ter concorrência de outros suportes comunicacionais. Estávamos bem distantes dos anos 30 em que surgiu a rádio e dos anos 50 da primeira emissão da televisão.

A imprensa escrita cumpria também uma função cultural que mais tarde se viria a reformular com o surgir de outros órgãos de comunicação social, associados a novas tecnologias. A crónica era uma presença habitual nos periódicos do início do século XX e permitia uma comunicação com maior proximidade e cumplicidade. Mesmo quando surgiu o novo paradigma comunicacional da rádio e da televisão que introduziu outros métodos de comunicação, a crónica continua com o seu espaço e função nos muitos jornais que a publicam, distinguindo-se da frieza e da notícia propriamente dita.

«A possibilidade de aprofundamento da notícia, nomeadamente através de crónicas, dossiers, opiniões, confere à imprensa escrita uma capacidade de recuo ou de distanciação crítica em relação à notícia ‘bruta’» (Rodrigues; Dionísio; Neves, 1981:9).

A crónica surgiu mesmo como um reforço da notícia ou um aprofundamento maior de uma informação. No caso das *Crónicas da Guerra / Em Campanha* do Pe. José Lacerda, verifica-se no seu conjunto, uma visão muito pessoal, embora muito realista e profissional da Grande Guerra, numa linguagem na primeira pessoa, com discurso muito próximo da opinião. Numa verificação dos textos, não para apurar o seu conteúdo mas antes o tipo de discurso, ponderou-se a análise em volta da crónica e da reportagem.

Dado o discurso ser essencialmente efectuado numa visão particular do conflito, o também jornalista José Lacerda, função que acumulou com a de capelão militar, desenvolve um conjunto de crónicas sobre um acontecimento de repercussão mundial, publicadas num jornal regional, longe do seu País mas na proximidade dos seus leitores leirienses. Num ritmo de tempo bem identificado nos seus textos, com relação de determinadas horas e dias, o sacerdote-jornalista, tendo em conta a difícil divisão da reportagem com a crónica, destaca-se sobretudo como um verdadeiro repórter de guerra, apurando muitos factos, mas numa descrição perfeita dos cenários, quase colorindo os escritos com a adjectivação, numa lógica de relato pormenorizado. Esta é uma das pistas

que nos conduziu a não concluir que se tratava de reportagens as suas *Crónicas da Guerra / Em Campanha*.

José Lacerda com o recurso à divulgação de notícias dos soldados de Portugal, com especial enfoque dos leirienses na guerra, mas também as observações que fazia sobre as suas saudades de Leiria, das festas, dos costumes e até da falta dos jornais da cidade, certamente não se coaduna com a linguagem jornalística da reportagem.

A sua produção escrita na Flandres foi ampla no registo histórico da guerra mas não se distanciou da visão particular do Pe. José Lacerda daquela batalha sangrenta, numa descrição pormenorizada dos traumas vividos, num discurso descritivo constante, sempre com a opinião própria de um observador. Pela estrutura dos seus textos, verificamos que se trata da crónica. Um jornal regional como *O Mensageiro*, ao publicar textos em exclusivo da Grande Guerra, fugia à normalidade dos jornais regionais que se centravam essencialmente pelos enfoques mais localizados.

«Toda a gente sabe que o êxito dos jornais regionais não depende essencialmente da sua boa gestão nem da originalidade das informações sobre acontecimentos mundiais. O coração do jornal, a sua razão de ser, a sua justificação é a 'local'. Informar os leitores do que se passa à sua porta» (Rodrigues; Dionísio; Neves, 1981:43).

Mas a primeira pessoa, os comentários e até o envio de pedidos do Pe. José Lacerda, deixam antever mesmo que o perfil da sua escrita é predominantemente inserido na crónica, por vezes mais distante e com poder de descrever a guerra quase como um repórter, mas muitas vezes de uma forma cúmplice com os seus leitores, numa visão partilhada, quase entrando em diálogo e em pedidos especiais, para comunicar que está «fino» na Flandres, expressão vulgarmente utilizada pelo sacerdote jornalista.

«Dentro de poucos dias devo ir ver a rapaziada de Leiria. Continúo em artilharia 7, que é a jóia dos regimentos em soldados e oficiaes. Se o meu amigo adivinhasse o que se passa por cima de nós, neste momento, *ria-se a valer*. Daqui a pouco os *boches* são capazes de nos cumprimentar com os gases asfíxiates, repetindo as proezas das noutes anteriores. Temos de dormir de mascara ao pescoço. Peço diga, a quem por mim perguntar, que estou fino. Escreva e conte coisas daí. Abraça-o este seu amigo. Padre José Ferreira de Lacerda - Alferes capelão-militar de Artilharia 7 Director de *O MENSAGEIRO*» («Crónicas da Guerra, Notas e Factos, Em Campanha»; in *O Mensageiro*, nº 143, 27 de Junho de 1917, p.p.1-2).

As crónicas do Pe. José Lacerda caracterizam o seu meio (a guerra na Flandres) mas Leiria estará muitas vezes nos seus destaques. Assim, estará fora da conformidade dos textos noticiosos ou da reportagem. Mesmo longe, o capelão militar não esquece nas suas crónicas a campanha da sub-comissão da Cruzada das Mulheres Portuguesas na ajuda aos soldados portugueses, fazendo registar igualmente a acção de algumas forças contrárias que tentavam desincentivar este movimento feminino. Ou seja, de França, o autor também se reportou imensas vezes aos acontecimentos ou instituições/movimentos ou personalidades da sua cidade. Essa sua nostalgia começou bem cedo, ainda em solo português, quando passava por Pombal, mostrando aqui um dos muitos medos pessoais: a morte.

«São cinco os que partem neste momento e a todos reina a mesma vontade de ser útil á pátria, que o mesmo é dizer aos soldados que a defendem nos campos da Europa, onde se trava a luta mais gigantesca que a história regista. (...) Acordamos á paragem do comboio em Pombal. Levantamo-nos e vamos á janela ver, quem sabe pela ultima vez! – terras do distrito de Leiria» (Crónicas da Guerra, Notas e Factos, A Caminho...); *O Mensageiro*, Leiria, 9 de Maio de 1917, nº 136, p.2).

O sacerdote e jornalista José Lacerda descreve pormenorizadamente os horrores da guerra e as problemáticas em volta dos soldados, a falta de condições, a religião junto dos militares, levando o leitor a imaginar o palco da Flandres, incluindo aqui os sons das metralhadoras, dos canhões e dos aeroplanos. Toda esta realidade daquele tempo difícil é descrita na sua óptica de capelão mas também de cronista, não esquecendo a visita dos governantes portugueses naquele País. Outro aspecto curioso é a transmissão de emoções do que vivia na Grande Guerra. O Pe. José Lacerda chega mesmo a escrever sobre as causas e consequências da artilharia portuguesa nas linhas do inimigo, nos gritos que ouvia, sentindo de forma profunda a tristeza e o choro.

As ruínas dos efeitos da guerra são outra temática abordada. França destruída ou a destruír-se. Ao lado de paisagens maravilhosas, o sacerdote questionava a lógica da guerra, mostrando a sua indignação pessoal.

«Isto por aqui é lindo, e se não fôsse a guerra isto era um paraíso. Que lindas rosas e begonias! Que lindas searas por aqui se vêem! Que estúpida é a humanidade, com esta guerra!» («Crónica da Guerra», Pe. José Lacerda, escrita em campanha a 6 de Julho de 1917).

Outro aspecto que ficou bem vincado nas suas *Crónicas da Guerra / Em Campanha* é obviamente a sua acção como capelão militar. O seu registo de 14 de Julho de 1917 conta a sua celebração de missa junto de mil soldados. A crítica aparece com a ausência de qualquer rendimento face ao muito trabalho que desenvolvia como capelão militar. Apenas auferia 185 francos, enviados pela sub-comissão da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Aqui, é o Pe. José Lacerda que aparece nos conteúdos das suas próprias crónicas, sendo também esta mais uma forma de distanciar os seus textos da reportagem. Nenhum repórter faz reportagem sobre os seus próprios actos. O repórter, por norma, não está na reportagem. O cronista já o poderá fazer, introduzindo-se na história, fazendo também ele parte do elenco.

Conforme o tempo vai passando, as suas crónicas ganham mais força na descrição do conflito. É manifesto o seu conhecimento total do palco da guerra mas também a sua frustração pessoal por não ver mudanças necessárias.

«Conheço o nosso soldado, actualmente, desde a caserna até às trincheiras, desde o sobrado da casa que nos serve de capéla e onde centenas e centenas deles, todos os dias, vão orar, buscar alentos, revigorar a fé, até ao momento onde os vejo saltar a trincheira, altas horas da noite, para seguirem ou voltarem d'alguma patrulha ou raid» («*Crónica da Guerra*», Pe. José Lacerda, escrita em campanha a 20 de Julho de 1917).

As suas narrativas da guerra contam o que viu e ouviu, fazendo o leitor viver os acontecimentos, descrevendo como se num tom de voz o fizesse. O retrato, a análise apaixonada mas também revoltada, a retrospectiva dos acontecimentos, os resumos explicados nos seus textos, com a sua opinião em forma de tribuna, fizeram das suas crónicas um êxito no jornal *O Mensageiro*. De 9 de Maio de 1917, nº 136 (Anexo P), data da primeira publicação, até 29 de Novembro de 1917, nº 164, o Pe. José Lacerda publica os seus textos que mostram os seus pontos de vista, distantes da sua redacção de Leiria, numa rubrica regular.

Este conjunto de textos revelam um Pe. José Lacerda intuitivo mas também observador do quotidiano, dos movimentos, dos pormenores, do ângulo diferenciado, da força da descrição detalhada, qualificada e quantificada, com o poder de contar boas histórias verdadeiras. Os textos do Pe. José Lacerda, publicados no seu jornal *O Mensageiro*, foram um 'casamento' perfeito da literatura com o jornalismo, com um

‘sabor’ de aproximação à reportagem, fazendo recordar o que nos diz a este respeito Helena de Sousa Freitas.

«Se por um lado, na crónica, os jogos de palavras podem misturar o real com o imaginário para realçar o primeiro, por outro podem servir para dar a entender o que de facto se esconde sobre uma determinada ocorrência» (Freitas, 2002: 62).

Se é verdade que escrevemos que o cronista poderá efectuar uma boa crónica desde um local distante do acontecimento, no caso das crónicas do Pe. José Lacerda, verifica-se que elas nunca iriam ter a mesma qualidade e força descritiva do cenário se o mesmo não as tivesse efectuado do local onde as escreveu. Se referimos na nossa investigação que a reportagem é feita, quase sempre, com o jornalista como testemunha ou então como enviado para apurar factos, também a crónica poderá ter mais veracidade e autenticidade, se elaborada no palco dos acontecimentos. Vejamos um dos muitos exemplos das crónicas, num relato impressionante do luto, só possível se presenciado.

«Saímos para a *gare*. Vemos mulheres a limpar as carruagens, mulheres a dirigir serviços, mulheres a trabalhar e todas elas cobertas de luto! Que sensação! Debaixo daqueles vestuários tão tristes, quantos corações não sentirão a perda de ente queridos! Não se queixam. Ocupam longe das linhas os logares, que os heróicos soldados da França ocupavam antes de irem cumprir o seu dever, defendendo a Pátria invadida pelo secular inimigo.

Da mulher saem sempre os melhores exemplos e na hora actual vamos encontrar na mulher actos de heroísmo e abnegação que o homem não seria capaz de praticar. A mulher franceza entregou á Pátria o marido, o filho, o irmão, as jóias, a alegria e a própria vida, entregando-se a misteres a que não estava acostumada» (Crónicas da Guerra, Notas e Factos III, Hendaye a Pau»; (*O Mensageiro*, Leiria 23 de Maio de 1917, nº 138, p.p.1 e 2).

A profissão de jornalista está em constantes mutações, não só pela evolução tecnológica do século XXI, que não era ainda perceptível no início do século XX em que viveu o Pe. José Lacerda, onde actualmente, o jornalismo e os seus suportes continuam a evoluir numa velocidade alucinante nas alterações dos seus conceitos, estando a crónica a voltar à ribalta na comunicação social da actualidade, entrando na esfera da notícia e da reportagem. O jornalismo e os sistemas políticos estão, neste ainda início de milénio, a encontrar espaços próprios, num tempo onde os valores, os

imperativos económicos e a noção de informação credível se questiona largamente. A crónica pode colocar um político a comentar a sua própria acção, sendo este factor tolerável. Pelo contrário, nunca o poderia fazer no género reportagem. Poderá ser a crónica uma forma de introduzir a imparcialidade disfarçada no jornalismo? Ou teremos a crónica como género de produção literária da era romântica do século XIX e século XX?

«A evolução das estruturas políticas marcou também profundamente a imprensa e o exercício do jornalismo» (Gaillard, 1971: 7).

As crónicas que o Pe. José Lacerda escreveu teriam lugar no jornalismo contemporâneo? As novas oportunidades comunicacionais que surgiram como os blogues deram oportunidade a que surgisse uma nova geração de cronistas. A “internet” abriu alas a uma difusão imensa de crónicas escritas sem ser por jornalistas profissionais ou as ditas personalidades de peso de outrora. Também o tempo em que são difundidas é completamente diferente. Se as crónicas manuscritas do Pe. José Lacerda levariam uma ou mais semanas a chegar ao seu destino através do envio de correio postal, actualmente, o jornalista pode estar no campo de batalha a relatar ou escrever em tempo real. O leitor ou espectador poderá, sempre que queira, acompanhar a evolução dos acontecimentos.

Actualmente, diminuíram as grandes reportagens nos jornais portugueses e proliferaram na internet as produções de cronistas profissionais ou cidadãos que as cultivam nas suas edições electrónicas, difundindo as suas narrativas à escala mundial. Ficam acessíveis em todo o planeta, à distância de um *click*. Mas, também os jornais de papel estão a introduzir, cada vez mais, a crónica como elemento atractivo, que se dispersa no tempo, de edição em edição. As próximas gerações certamente irão analisar a sua isenção e o cruzamento das mesmas com a internet. Mas parece-nos que crónica e reportagem continuarão na senda da publicação, seja em papel ou suporte digital.

O cidadão, sacerdote, capelão militar e jornalista José Lacerda, o mesmo que inspirou esta investigação, demonstrou nos seus textos, a capacidade de elaborar na distância da guerra, narrativas que criaram um cenário de realismo, numa observância pessoal do conflito, num regime voluntário, sem as condições técnicas e os salários que os actuais jornalistas de guerra auferem no século XXI.

Conclusão

Esta dissertação trata de uma das figuras mais importantes do século XX leiriense. José Ferreira de Lacerda caracterizou-se pelo seu elevado sentido de cidadania, facto que o levou a participar nas grandes causas da sociedade leiriense. Foi sacerdote e jornalista, autarca e sindicalista, um leiriense interessado pelo protagonismo da sua cidade mas também pela recuperação da Diocese perdida, capelão militar mas também cronista da Grande Guerra.

Como fundador e director de *O Mensageiro*, procurou em toda a sua vida, desde a fundação do periódico, a 7 de Outubro de 1914, colocar a sua cidade como um dos pontos centrais da agenda jornalística. Entre as várias causas que promoveu no seu jornal, destacamos a restauração da Diocese de Leiria, que antes fora espartilhada por decisão papal – objecto de grande constestação na região – entregue à Diocese de Coimbra e ao Patriarcado de Lisboa.

A fundação do jornal *O Mensageiro* foi um instrumento absolutamente crucial nesta luta. Depois de mais de três anos de posições assumidas no periódico, a 17 de Janeiro de 1918, o Pe. José Lacerda e os seus pares vêem reconhecidos os seus esforços, graças a um jornalismo de causas, sem o qual, muito provavelmente, essa viragem histórica da Diocese de Leiria não teria ocorrido.

Outra das causas que marcou *O Mensageiro* foi o serviço de informação regular do que se passava na Grande Guerra, conflito que tinha iniciado pouco tempo antes da fundação do jornal. No contexto do jornalismo regional da época, ter um correspondente de guerra que enviasse todas as semanas crónicas sobre o conflito era um facto pouco comum e, na maioria dos casos, economicamente irrealizável. No caso leiriense, a única excepção é encontrada no jornal *O Anunciador*, semanário que também teve uma breve colaboração de um militar que, igualmente da Grande Guerra, enviou apenas três apontamentos de França, publicados sob o título “Das Trincheiras”. No conjunto de títulos de imprensa de Leiria do período que compreende a Grande Guerra, apenas o semanário católico *O Mensageiro* se destacou com o acompanhamento integral do conflito mundial, primeiro com as notícias da guerra (até a partida do Pe. José Lacerda) e depois com as crónicas, enviadas de França pelo sacerdote e jornalista.

O presente estudo traçou também um balanço historiográfico da implantação da República em Portugal. Para melhor se compreender o período da guerra (1914-1918) foi elementar efectuar a observação dos acontecimentos da primeira República Portuguesa, quer no campo interno do País, como na dimensão externa. As conclusões conduzem-nos a um Portugal que andou entre o liberalismo e o autoritarismo, entre as hesitações e certezas do seu envolvimento no conflito, com uma imprensa de causas, assumidas explicitamente nos seus conteúdos.

Da implantação da República em Portugal (1910) até ao surgimento da Grande Guerra (1914) passaram apenas quatro anos. Depois da imprensa de Leiria ter destacado a vida do regime republicano em Portugal e na cidade, depois do ano de 1914, passa a privilegiar a Grande Guerra nas suas edições. Os jornais de Leiria daquela época, publicaram de forma regular, informações do conflito, mas, na sua maioria, provenientes de outras fontes. Só mesmo *O Mensageiro* teve um jornalista presente no terreno.

Analizaram-se as publicações leirienses daquele tempo, com uma ordem de natureza cronológica, porque desta forma se percebe melhor o evoluir dos acontecimentos da Grande Guerra, mas também do País, numa observação às realidades políticas, económicas, legislativas, sociais, culturais, ideológicas e muito especialmente as históricas.

À luz de um serviço útil que os leirienses desejavam, a Grande Guerra torna-se bastante relevante na missão de *O Mensageiro*, jornal da propriedade do Pe. José Ferreira de Lacerda. Este acontecimento trouxe dois factos marcantes para a própria vida do jornal: o aumento significativo das tiragens e a introdução de um novo estilo de jornalismo, patente nas *Crónicas da Guerra / Campanha da Flandres*, e que o distinguem das características do jornalismo do século XIX, onde a literatura ou a ficção foram um dos suportes principais.

O objectivo principal desta investigação foi perceber a acção do capelão militar e do jornalista José Lacerda. O sacerdote, que partiu como voluntário para a Grande Guerra, escreveu um conjunto de textos que se tornaram leitura habitual de *O Mensageiro*, no período da sua publicação, entre 4 de Maio e 29 de Novembro de 1917, totalizando 31 narrativas.

Para chegarmos à conclusão que os seus textos se inseriam no género crónica, estudámos a teoria sobre os géneros jornalísticos, especialmente a reportagem e crónica.

O sacerdote e jornalista, viveu na primeira pessoa a realidade da guerra. As suas crónicas, conforme vão sendo regularmente publicadas no jornal *O Mensageiro*, vão descrevendo o evoluir do conflito, visto pela sensibilidade do capelão militar mas também pelo profissionalismo do jornalista. Os seus registos foram feitos na proximidade, na vigência dos acontecimentos, tornando-os mais autênticos.

As crónicas do Pe. José Lacerda diferem da reportagem ou de outro género jornalístico, porque revelam uma visão muito particular dos acontecimentos, embora com o propósito de os relatar para os seus leitores. Mesmo assim, pela dimensão e riqueza do vocabulário empregue, o discurso das suas crónicas, em certos textos, situou-se entre a reportagem e a literatura, entre o realismo e a sua sensibilidade ficcional.

Outro dos aspectos que julgamos importante destacar nesta conclusão, é o facto de as suas crónicas terem alcançado uma dimensão descritiva tão perto da acção que transporta o leitor como se estivesse lá, só possível se feito no terreno, na proximidade com as fontes e acontecimentos. Não fosse a sua aproximação aos métodos da reportagem, embora não o sendo, o Pe. José Lacerda não teria alcançado o valor acrescentado da proximidade que as suas narrativas transmitem, descrevendo sons, cores, sentimentos, lamentações, costumes e muito especialmente os horrores da Grande Guerra.

Os textos do Pe. José Lacerda, *Crónicas da Guerra – Campanha da Flandres*, revelaram o aspecto factual do acontecimento, bem distante do cronista ancestral que relatou acontecimentos que os seus senhores lhe pediam para divulgar, embora muitos desses textos, alguns autores os considerem de pré-jornalísticos. Este estudo de caso, do semanário católico *O Mensageiro* e do Pe. José Lacerda, mostra a ousadia de uma personalidade querer inovar ainda num tempo de francas limitações da comunicação, tão distantes do email e da rapidez de envio do correio postal, da sociedade contemporânea. A regularidade dos seus textos de guerra comprova uma visão estratégica e de coragem de um proprietário e director do jornal leiriense, mesmo quando a censura aumentou com o surgimento da Grande Guerra, já que os jornais foram um dos alvos preferidos dos governantes dos países em guerra.

O jornalismo de *O Mensageiro* revelou que um projecto privado se tornou de carácter público, com uma afirmação legítima da partilha de ideias, no confronto e no reafirmar de posições assumidas. Mesmo com maior liberdade do início do século XX, verificamos que a censura não deixa de ser operante. O que destaca verdadeiramente a

acção do Pe. José Lacerda são os acontecimentos da guerra e as causas da cidadania por Leiria. Não se demitindo dos seus interesses pessoais, tomou como bandeira os interesses da sua cidade e dos seus cidadãos, colocando-se como personalidade que viu o jornalismo como forma de abordar, contrapor, difundir e dissuadir, sempre numa lógica de enriquecimento cultural, mas também de engradecimento do património público e religioso de Leiria.

Por isso, outra das conclusões deste estudo, é o facto de *O Mensageiro* ter sido um jornal que foi a voz do seu proprietário e director, mas juntando também os interesses da Igreja Católica e de alguns movimentos da cidade de Leiria. *O Mensageiro* constituiu a mais significativa forma de pressão para atingir objectivos da sociedade leiriense mas também os de natureza religiosa e monárquica, numa disputa declarada e assumida do seu director, contra todos os outros cinco periódicos republicanos da cidade, com especial destaque para o jornal *Leiria Ilustrada*.

O Mensageiro e a restante imprensa leiriense daquela época, à luz dos conceitos do jornalismo de hoje, apenas se assemelham no interesse de serem jornais cujo sentido de serviço público se espelhava pelo vigor das suas posições assumidas, diferindo do jornalismo contemporâneo que resulta de um aparente distanciamento profissional, nomeadamente político ou religioso.

O Pe. José Lacerda ficou como uma figura incontornável para se escrever a história de Leiria do século XX. Assente em convicções, tomando posições difíceis para um sacerdote de uma época em que a crença tinha raízes profundas, mostrou-se um cidadão ousado e de coragem. Se em pleno século XXI, a Diocese de Leiria-Fátima se prepara para comemorar os seus cem anos de existência – e cuja dimensão mariana a projecta ao nível mundial – esse facto muito se deve a dois elementos fundamentais: o jornal *O Mensageiro* e o seu proprietário e director, José Ferreira de Lacerda. Por curiosidade, mas com pistas para outros investigadores poderem desenvolver trabalhos que caracterizem a imprensa leiriense e o seu contributo para as causas ou cobertura dos grandes acontecimentos do século XX, como o foi a Grande Guerra, chamamos à atenção que em 2014, assinala-se no mundo a efeméride do início da Grande Guerra mas em Leiria, no mesmo ano, o surgimento do jornal *O Mensageiro*, um periódico monárquico mas que surge em plena República. Já em 2018, vai ser evocado o final da Grande Guerra, lembrando a assinatura do armistício, mas em Leiria também se

assinalará a restauração da Diocese de Leiria, com o contributo decisivo do Pe. José Lacerda.

Do conjunto de conclusões, destacam-se ainda dois dados desconhecidos noutras investigações do Pe. José Lacerda. Descobrimos que fundou um sindicato na aldeia de Milagres e também conseguimos apurar o tempo em que foi autarca nessa terra.

Se o papel de um jornal é dar voz às populações, sendo um veículo para fazer chegar a identidade ou actividades dessas comunidades mais longe, fica demonstrado neste estudo o contributo da imprensa do século XX nas causas das populações locais e seu papel crucial no desenvolvimento regional.

Se neste século XXI os jornais regionais estão em mudança de paradigma comunicacional, também *O Mensageiro* se afirmou nas muitas mutações de que foi alvo, com as pouco comuns crónicas de guerra, publicadas num jornal de uma cidade do início do século XX que vivia a adaptação do jornalismo do passatempo, do texto literário, para a publicação de serviço público, onde a informação passou a ser feita numa lógica de distanciamento do jornalista da notícia que publica, afastando-se gradualmente do jornalista-escritor.

Bibliografia

- ALBERTOS**, José Luís Martínez; *Curso General de Redaccion Periodistica* (edición revisada), Madrid, Editorial Paraninfo, 1991
- AFONSO**, Aniceto; **GOMES**, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Diário de Notícias, 2003
- AFONSO**, Aniceto; **GOMES**, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra*, Matosinhos, Quidnovi, 2010
- CABRAL**, João; *Anais do Município de Leiria* (volumes 1 e 2), Leiria, edição do autor, 1975
- CAMPONEZ**, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*, Coimbra, Edições Minerva, 2002
- CAMPOS**, Graça; *Leiria 2000: Um balanço do século*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2000
- CAROL**, Anne; **CARRIGUES**, Jean; **IVERNEL**, Martin; *Resumo de história do Século XX e início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2011
- CASTRO**, José Ferreira Borges; *Nova Coleção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos: celebrados entre Portugal e as mais potências*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916
- CATROGA**, Fernando; *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, segunda edição, Lisboa, Editorial Notícias, 2000
- CHALABY**, Jean; *O Jornalismo como invenção anglo-americana*, The London School of Economics and Political Science, in *Media & Jornalismo*, Coimbra, 2003
- CORTESÃO**, Jaime; *Memórias da Grande Guerra*, segunda edição, Porto, Renascença Portuguesa, 1919
- COSTA**, Pimenta; *O Relato Secreto da Implantação da República Feitos pelos Maçons e Carbonários*, Lisboa, Guerra e Paz, 2010
- CRISTO**, Ana Teresa Fernandes Peixinho de; *A Epistolaridade nos Textos de Imprensa de Eça de Queirós*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010
- GÓMEZ**, Hipólito de La Torre; *Na Encruzilhada da Grande Guerra, Portugal - Espanha*, Lisboa, Imprensa Universitária - Editorial Estampa, 1980
- FERNANDES**, Graça; *A Imprensa e a República – A Monarquia e a República 1900-1925*, Lisboa, Papiro Editora, 2010

Bibliografia

- FERREIRA**, Ambrósio; *O Padre Lacerda – Reitor dos Milagres 1881-1971*, Leiria, Diocese de Leiria-Fátima, Folheto, 2005
- FERREIRA**, António Matos; *História Religiosa de Portugal*, volume 3, Casal de Mem Martins, Círculo de Leitores, 2002
- FERREIRA**, Américo; *450º Aniversário da Diocese e Cidade de Leiria*, Leiria, Órgão oficial da Diocese de Leiria-Fátima, nº 8, Maio-Agosto 1995
- História da República – Edição Comemorativa do Cinquentenário da República*, Lisboa, Editorial Século, 1960
- FERNANDES**, L. Xavier; *Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria (23 a 26 de Setembro de 1943)*, organização de um leiriense, Lisboa, Imprensa Municipalista, 1944
- FREIRE**, João; *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2010
- FREITAS**, Helena de Sousa; *Jornalismo e Literatura: Inimigos ou Amantes – Contribuições para o estudo de uma relação controversa*, Lisboa, Peregrinação Publications, 2002
- GAILLARD**, Philippe; *O Jornalismo*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1971
- GOMES**, Saul António; *Diocese de Leiria-Fátima, Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, vol. 3, Círculo de Leitores, 2001
- GRAOIM**, Anabela; *Manual de Jornalismo*, Estudos em Comunicação, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2000
- HOMEM**, Amadeu Carvalho; *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001
- LAGARDETTE**; Jean-Luc Martin; *Manual da Escrita, Escrevo – Informo – Convenço*, tradução portuguesa, Lisboa, Editora Pergaminho, 1998
- Livro de Orações do Soldado Portuguez*, Lisboa, 1917
- MARQUES**, A. H. de Oliveira; *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988
- MARQUES**, A. H. de Oliveira; *História da Maçonaria em Portugal – Política e Maçonaria 1820-1869*, vol. 2, Lisboa, Editorial Presença, 1997

- MARTINS**, Ferreira; *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Empresa Editorial Ática, vol. II, 1935
- MARTINS**, Rocha; *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Cadernos Inquérito (série G) – Crítica e História Literária XV, Lisboa, Editorial Inquérito, 1941
- MAURÍCIO**, António; *Salvo para Servir*, Leiria, edição do autor, 1937
- MEDINA**, João; *História de Portugal – Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Amadora, Ediclube, 1993 (Tomos 1 e 2)
- MESA**, Rafael Yanes; *Géneros Periodísticos y Géneros Anexos – Una propuesta metodológica para el estudio de los textos publicados en prensa*, Madrid, Editorial Fragua, 2004
- MESQUITA**, Mário; *Deve & Haver*, Lisboa, Distri Editora, 1984
- NETO**, Vitor; *O Estado, a Igreja e a Sociedade Civil (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998
- NOBRE**, Cristina; *Afonso Lopes Vieira na Correspondência e Imprensa da Época*, Leiria, Imagens & Letras, 2011
- NOVAIS**, Noémia Malva; *João Chagas – A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*, Coimbra, Minerva, 2006
- NUNES**, Rosa Dionísio; *Das Relações da Igreja com o Estado*, Coimbra, Edições Almedina, 2005
- OLIVEIRA**, Manuel Alves; *O Grande Livro dos Portugueses*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1991
- PINTO**, António Costa; *Os Presidentes da República Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2001
- PORTELA**, Miguel; **LUCAS**, Margarida Herdade; *A Idade do Ouro da Imprensa do Norte do Distrito de Leiria*, Pedrógão Grande, Câmara Municipal de Pedrógão Grande, 2010
- PROENÇA**, Maria Cândida, *História de Portugal – Da República à União Europeia*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2009
- REIS**, António; **MAGALHÃES** Ana Maria; **ALÇADA** Isabel; *O 5 de Outubro e a Primeira República*, Alfragide, Caminho, 2010
- RAMOS**, João; *História de Portugal – A segunda fundação* (Direção de José Mattoso); sexto volume; Lisboa, Editorial Estampa, 1994

Bibliografia

- RODRIGUES**, Adriano Duarte; Dionísio, Eduarda; Neves Helena G.; *Comunicação Social e Jornalismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981
- RODRIGUES**, António Simões; *História de Portugal em Datas*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 1994
- SANTOS**, José Eduardo Rodrigues; *Nova História Militar de Portugal*, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004
- SOUSA**, Acácio; *Leiria – Roteiros Republicanos*, edição promovida pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República Portuguesa, Lisboa, QUIDNOVI, 2010
- SOUSA**, Acácio; Vinagre, Ana Bela; *Tito Larcher: a luta do Filantropo, Austero e Erudito*, Leiria, Arquivo Distrital de Leiria, 1997
- SOUSA**, João Tiago; *O Cónego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, Leiria, Folheto, 2006
- SOUSA**, Manuel; *Reis e Rainhas de Portugal*, Mem Martins, Sporpress, 2001
- STONE**, Norman; *Primeira Guerra Mundial – Uma História Concisa*, Alfragide, D. Quixote, 2011
- TENGARRINHA**, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugália Editora, 1965
- TINOCO**, Agostinho Gomes; *Dicionário dos Autores do Distrito de Leiria*, Leiria, Edição da Assembleia Distrital de Leiria, 1979
- VIVALDI**, G. Martín; *Géneros Periodísticos, Reportage – Crónica – Artículo*, Madrid, Editorial Paraninfo, 1993
- ZÚQUETE**, Afonso; *Leiria: Subsídios para a História da sua Diocese*, Leiria, Gráfica, 1945

Jornais

A Voz do Domingo, Leiria, nº 1340 (8 de Dezembro de 1958)

Jornal de Leiria, Leiria, nº 1 (7 de Janeiro de 1917) ao nº 89 (14 de Novembro de 1918)

Jornal do Comércio e das Colónias, Lisboa, nº 18.143 (4 de Agosto de 1914)

O Mensageiro, Leiria, nº 1 (7 de Outubro de 1914) ao nº 164 (29 de Novembro de 1917)

Leiria Ilustrada, Leiria, nº 450 (8 de Agosto de 1914) ao nº 577 (30 de Dezembro de 1916)

O Radical, Leiria, nº 170 (18 de Junho de 1914) ao nº 281 (12 de Abril de 1917)

O Anunciador, Leiria, nº 1 (19 de Abril de 1915) ao nº 156 (10 de Novembro de 1918)

O Distrito de Évora, nº 1 (6 de Janeiro de 1867)

Voz Infantil, Leiria, nº 1 (4 de Setembro de 1918) ao nº 13 (28 de Novembro de 1918)

Documentos

CRISTINO, Luciano; *O Padre José Ferreira de Lacerda e a Diocese de Leiria, de 1881 a 1920 – Dois itinerários justaposto*, discurso pronunciado pelo autor, no ginásio do Seminário Diocesano de Leiria, dia 24 de Outubro de 1982, nas cerimónias de encerramento das comemorações do 1º Centenário do Nascimento do Pe. José Ferreira de Lacerda, p 17

FERNANDES, Carlos; **SILVA**, Carlos; *II Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Actas (volume 2), Leiria, 1995

LACERDA, José; *Notas de Viagem*, manuscrito, 1917, p 1.

- *Estatutos do Sindicato Agrícola dos Milagres – Aprovados por Alvará de 12 de Agosto de 1916*, Leiria, 1918

LOPES, Adriano Sousa; documentação epistolográfica, manuscritos endereçados a Afonso Lopes Vieira, vol. XI, espólio de Afonso Lopes Vieira, Biblioteca Afonso Lopes Vieira, Leiria, carta de 9 de Setembro de 1914 e carta de 10 de Outubro de 1918

- *Estatutos do Sindicato Agrícola dos Milagres – Aprovados por Alvará de 12 de Agosto de 1916*, Leiria, 1918

NETO, Vitor; *Estado, Igreja e Anticlericalismo na 1ª República*, Separata das Actas do Colóquio sobre o Anticlericalismo Português, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2002

SOUSA, João Tiago; *O Padre José Ferreira de Lacerda e a Assistência Religiosa na Campanha da Flandres*, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1998

- *Estatística Demográfica – Censo da população Portuguesa de 1911*, parte IV – Censos das Povoações, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917

- Catálogo *Sousa Lopes*, da Fundação Calouste Gulbenkian, 1990

- Catálogo *Sousa Lopes*, da Academia Nacional de Belas Artes, 1945

- Decreto-Lei nº 2869, 30 de Novembro de 1916, *Diário do Governo*, nº 243, 1ª Série.

- Caixa 1178, Arquivo Histórico Militar, I Divisão, 35ª secção

- Caixa 1243, requerimento do capelão Pe. Avelino de Figueiredo, Arquivo Histórico-Militar, 1ª divisão, 35ª secção

- Caixa 1243, requerimento do Pe. José Ferreira de Lacerda, pedindo que integrasse a lista dos capelães militares do CEP, Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 35ª secção

- Caixa 1243, requerimento do Pe. José Ferreira de Lacerda, 4 de Outubro de 1914, pedindo que integrasse a lista dos capelães militares do CEP, Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 35ª secção

Caixa 1343, Arquivo Histórico Militar, Confidencial, CEP, Batalhão de Infantaria 13, Relatório da ação do 13 na Batalha de La Lys, I Divisão, 35ª secção

Webgrafia

Artigo La Crónica, un género del periodinismo literário equidistante entre la información y la interpretación, consultado a 24 de Julho de 2011, em <http://www.ucm.es/info/especulo/numero32/cronica.html>

Arquivo Distrital de Leiria, consultado a 5 de Abril de 2011, em adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1034993

Blogue Marcelo Sousa - "História dos Nossos Tempos", consultado a 18 de Janeiro de 2011, em <http://historia-dos-tempos.blogspot.com/2010/09/sousa-lobes-o-pintor-do-cep.html>

Diário do Senado, sessão nº 12, Agosto de 1916, consultado a 2 de Agosto de 2011, em http://www.primeirarepublica.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2998:1916-08-07&Itemid=26

Eça Jornalista, consultado a 15 de Julho de 2011, em <http://www.esalvide.edu.pt/recursos/eca/jornalista.htm>

Primeira Lei de Imprensa em Portugal, consultado a 3 de Julho de 2010, em <http://www.ics.pt/index.php?op=cont&cid=78&sid=1234>

Crónicas Escolhidas, consultado a 15 de Julho de 2011, texto da autoria de João Roberto Faria no prefácio da obra *Crónicas Escolhidas*, de José de Alencar, Edições Átila e Folha de São Paulo, 1995 em <http://sitedeliteratura.com/teoria/cronicas.htm>

ONGD – Plataforma Portuguesa, consultado a 31 de Agosto de 2011, em <http://www.plataformaongd.pt/ongd.aspx?info=destaque&id=645>

Entrevistas

SANTOS, Joaquim; *Entrevista ao Pe. Manuel da Silva Gaspar*, realizada na Casa do Clero de Fátima, dia 29 de Dezembro de 2010

SANTOS, Joaquim; *Entrevista ao Pe. António das Neves Gameiro*, realizada no Seminário Diocesano de Leiria-Fátima, dia 4 de Janeiro de 2011

SANTOS, Joaquim; *Entrevista ao Historiador/Cónego Luciano Cristino*, realizada na Reitoria do Santuário de Fátima, dia 5 de Janeiro de 2011

Anexos

Anexo A1: Cemitério Militar Português em Richebourg (França)



Anexo A2: Cemitério Militar Português em Richebourg (França)



Anexo A3: Monumento de homenagem aos combatentes portugueses (Richebourg)



Anexo A4: Felícia, filha de um ex-combatente português na Grande Guerra



Anexo A4: Objectos de guerra de João D'Assunção, pai de D. Felícia



Anexos

Anexo A5: Os campos que se perdem de vista, local dos confrontos de La-Lys



Anexo B: Dados do documento analisado
do Ministério das Finanças relativo às Pensões de Sangue

**Identificação e relação nominal dos soldados leirienses mortos na Grande Guerra
(pensões de sangue a pagar aos herdeiros)**

Data produção final

1921-07-27

Assunto

Na base desta investigação, foram analisados dois cadernos com averbações das pensões de sangue a pagar aos herdeiros dos soldados leirienses mortos na Grande Guerra Mundial. Além dos tipos de herdeiros (viúvas, filhos, pais, avós e irmãos), a listagem tem os nomes dos soldados falecidos, a graduação militar, causa de morte (mais propriamente, local da morte), data de falecimento, importâncias da pensões e os cofres pelos quais as mesmas foram abonadas. Faz-se ainda referência ao n.º dos processos individuais dos soldados, parte dos quais integra o acervo documental do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças.

Secção: Arquivo/DGCP/16 - Repartição das Classes Inactivas;

Colecção: Arquivo/DGCP/16/00, Relação nominal dos soldados portugueses mortos na 1.ª Guerra Mundial;

Código de Referência: ACMF/Arquivo/DGCP/16/001

1 - Processo número

2 - Livro

3 - Nome dos soldados leirienses falecidos a cuja famílias receberam pensões de sangue

4 - Causa da morte

5 - Data do falecimento

6 - Campanha onde combateu

1	2	3	4	5	6
1043	4	Joaquim Alexandre	1º Cabo de Infantaria	20/10/1917	França
1041	4	Laurindo Bernardo	1º Cabo de Engenharia	21/11/1917	França
1101	4	Bernardino Alves	Soldado de Cavalaria	15/07/1917	França
0556	4	Francisco Júnior	2º Sargento de Infantaria	14/03/1918	França
0815	4	José Gonçalves	Soldado de grupo metralhadoras	11/07/1917	França

Anexos

0236	4	José da Silva	Soldado de Infantaria	05/07/1917	França
0019	5	Luciano Romão	2º Cabo de Artilharia	27/10/1917	África
0296	5	Manuel Souza	Soldado de Infantaria	03/05/1917	França
0300	5	Júlio Timóteo	Sapador Caminhos de ferro	25/9/1917	França
1023	4	António Ortigão	Soldado de Infantaria	03/07/1917	França
1411	5	António Paulino	Soldado de Artilharia	14/03/1917	África
1986	5	Vitorino Ferreira	Soldado de Infantaria	02/05/1918	França
0314	5	Cacilio dos Santos	Soldado de Infantaria	12/03/1918	França
1170	5	Albino de Sousa	1º Cabo Pentoneiros	09/04/1918	França
1364	5	Manuel Bernardo	Soldado de Cavalaria	18/10/1918	França
1078	3	Manuel Cerpetus	Soldado de Artilharia	30/10/1916	África
0989	4	António Gomes	Soldado de Infantaria	03/07/1917	França
1150	4	Afonso dos Santos	2º Sargento de Artilharia	13/04/1918	França
1454	5	Joaquim da Silva	Soldado de Artilharia	28/10/1917	África
1433	5	Joaquim Júnior	Soldado de Engenharia	08/02/1918	França
0336	5	José Afonso	Soldado de Artilharia	27/02/1918	França
0874	5	Emídio Gonçalves	Soldado de Artilharia	26/05/1918	França
0019	4	Manuel da Silva	Soldado de Infantaria	03/07/1917	França
0120	4	José Filipe	Soldado de Engenharia	22/11/1917	África
0733	4	António Soares	Soldado de Infantaria	15/03/1918	França
0180	5	Júlio dos Santos	3º Maquinista	03/09/1918	Transp. Marítimos
0770	5	Armando dos Santos	Soldado de Artilharia	20/06/1918	França
0558	5	Joaquim Maurício	Marinheiro	16/09/1918	Transp. Marítimos
0379	3	José Simões	2º Sargento de Infantaria	10/04/1916	África
0846	3	Manuel Carrapeiro	Soldado de Infantaria	12/07/1917	França
1060	2	Joaquim Ferreira	Soldado Campanha Saúde	10/08/1916	África
0603	5	João Moita	Soldado de Cavalaria	03/09/1917	França
1086	5	José de Lemos	Soldado de Infantaria	05/07/1917	França
1259	6	José Gerjão	Soldado de Infantaria	14/05/1918	França
1259	5	Júlio Capinha	Soldado de Infantaria	07/03/1919	França
1291	6	João Simões	Soldado de infantaria	17/03/1917	França
1232	5	José Maurício	Soldado de Artilharia	17/05/1918	França
1231	6	Ângelo Godinho	Soldado de Infantaria	08/03/1918	França
0619	6	José Fanha	Soldado de Artilharia	18/07/1918	França

0523	6	Hermenegildo Faria	Capitão de Infantaria	05/12/1919	França
1848	6	António Lopes	1º Sargento de Infantaria	04/05/1919	África
0634	6	João Martinho	2º Sargento de Infantaria	14/03/1918	França
1352	6	Gerardo Miguel	Soldado de Infantaria	07/04/1918	França
0642	6	José António	Soldado de Artilharia	08/02/1918	França
0972	6	Manuel Pinto	Soldado de Infantaria	27/07/1917	França
0988	6	Augusto Costa	Soldado de Infantaria	11/09/1917	França
0134	6	José Simões	Soldado de Infantaria	09/04/1918	França
0156	6	Abílio Lopes	Soldado de Infantaria	12/10/1918	França
0748	6	Bento da Cruz	Soldado de Artilharia	08/10/1917	França
1493	6	António Gregório	1º Sargento de Infantaria	14/11/1918	África
1059	6	Augusto Gamelas	Soldado de Artilharia	27/06/1918	França
0795	7	Francisco Miranda	Soldado de Infantaria	08/01/1918	França
0870	7	Ricardo Pacheco	Soldado de Cavalaria	24/03/1920	França
0659	7	Armando dos Santos	Soldado de Artilharia	20/06/1918	França

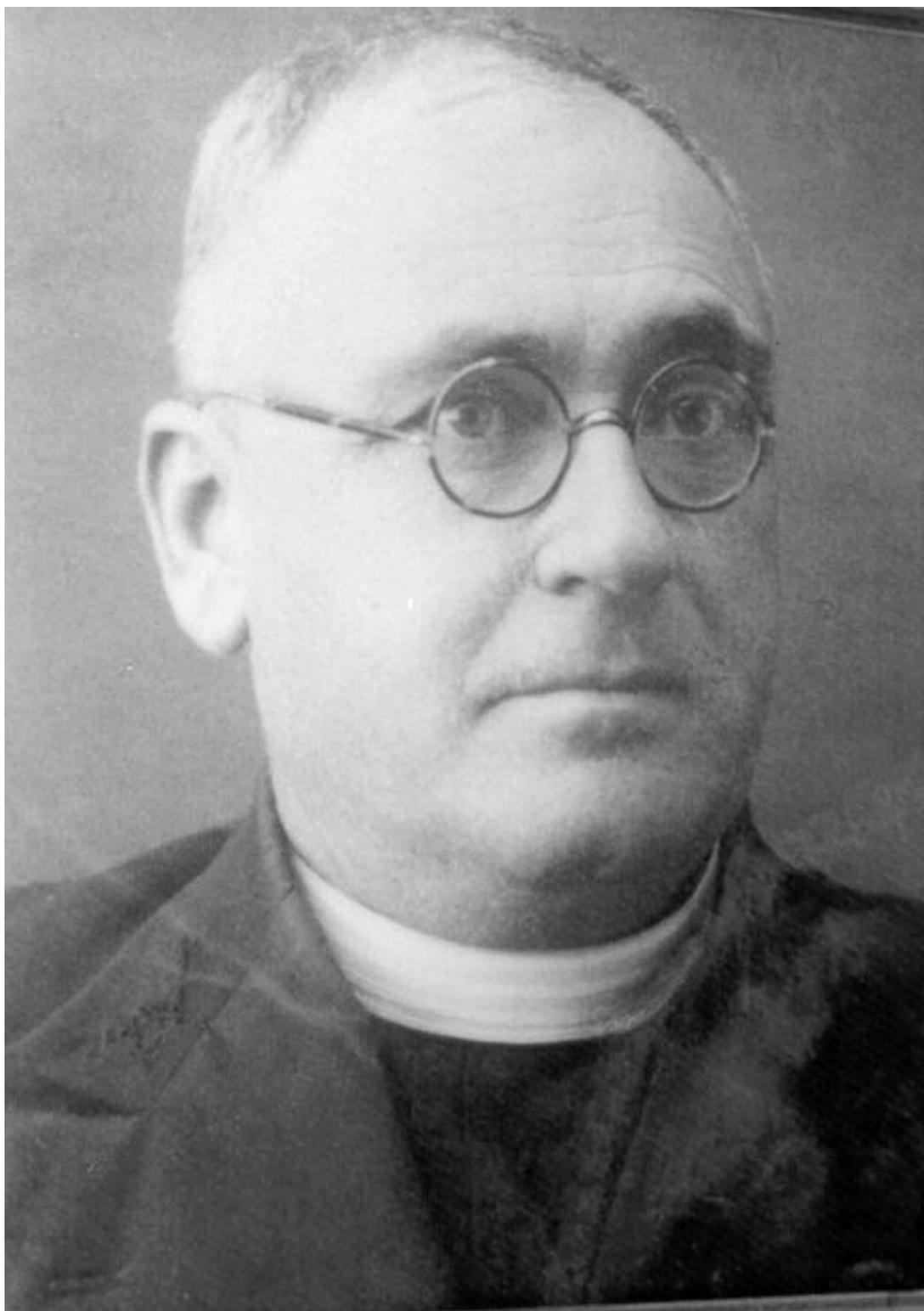
Anexo C: Tito Larcher



Anexo D: O jornal republicano 'Leiria Ilustrada', o grande rival de 'O Mensageiro'



Anexo E: José Ferreira de Lacerda



Anexo F: Ficha biográfica do Pe. José Ferreira de Lacerda

José Ferreira de Lacerda (Rev.) — Reitor e 1.ª Paróquia colada dos Brilhantes, preparada para a freguesia em 4-III-1908, tomando posse em 17-II-1909 (Lacerda, frag. 62). — (Ver João Saraiva, II, pag. 163).
— "Estou em honra real... digo paróquia em Alentejo, concelho de Gavião." "Aparição Ilustrada", 18-V-1905. Com alguns dados retirados da estufa. ("ib.", 3-VIII-1905). Os "Anais" referem de alguns dados biográficos (vol. II, frags. 163 e 44, e 233).
Partido para a Alemanha em 2-V-1917. ("O Mensageiro", 2-V-1917).
Foi vereador da Câmara Municipal em 1908-1909 e em 1910 (Outubro).
— nasceu a 23-IV-1881, de Jacinto da Silva Ferreira, em Monte Real.
Matriculado no seminário de Leiria, em 1893.
A mãe chama-se Felicidade da Conceição Lacerda.
Ordenou-se de presbítero em Dezembro de 1903. — (6-11-904)
— Paróquia de Alentejo, logo depois da ordenação. Em 1907, paróquia de Leiria da Leiria, e no dia supra, dos Brilhantes.
— faleceu no Hospital de D. Manuel de Aguiar, em Leiria, a 23-IX-1978, e foi sepultado nos Brilhantes.
— Admitido na Universidade de Coimbra a 10-III-1911.
— Foi nomeado cônego honorário, por D. João Pereira Tenreiro, em Bravães de 5-XII-1958.

Anexo G: Santuário Senhor dos Milagres



Anexo I1: Ficha do CEP do Capelão Militar José Ferreira de Lacerda

AHM/DIV / 1/35A/1/04/878

Corpo Expedicionario Português

SERVIÇO DE ESTATISTICA (Modêlo 5)

(a) C. G. da 3.ª B. I. (c) _____

(b) _____ (d) _____

Placa de identidade nº _____

Boletim individual de (e) José Ferreira de Lacerda

(f) Capelão, equiparado a alferes de estado _____

(g) _____, filho de _____

_____ e de _____

natural de _____ O parente vivo mais proximo é _____ residente _____

Embarcou em Lisboa, em 2 de Maio de 1917.

~~Abatido ao effecto do C. B. P.~~
~~Desembarcou em Lisboa, em~~ 8 de Fevereiro de 1919.

Observações

1917: Maio: Presente na Legação Portuguesa em Paris, em 7. - Seguiu para o Ariz, em 9. - Junho: Colocado no C. G. da 3.ª B. I. pela O. S. C. n.º 100 de 16. - Julho: Colocado no C. de Al.ª da 2.ª Divisão, pela O. S. C. n.º 138 de 26. - Agosto: Colocado na H.ª B. I. pela O. S. C. n.º 152 de 10. - Setembro: Licença de campanha por do dias, desde 26.

1918: Janeiro: Do antecedente de licença de campanha.

1919: Fevereiro: Abatido ao effecto do C. B. P., nos termos do art.º 2.º da O. S. C. n.º 37 de 8.

Conta tempo de serviços em campanha desde 2 de Maio de 1917 até 15 de Outubro de 1917.

(Do seu registo disciplinar nada consta)

Esta confome

(a) e (b) Unidade do C. E. P. de que faz parte; (c) e (d) Unidade territorial a que pertence; (e) Nome completo do mobilizado; (f) Posto e serviço que desempenha, e sendo praça de pré, indicar o respectivo numero e companhia a que pertence na unidade territorial; (g) Indicar o nome da pessoa com a qual o mobilizado é casado ou de quem é viuvo ou divorciado.

Anexo I2: Ficha do CEP do Capelão Militar José Ferreira de Lacerda

1.º Corpo Expedicionario Português

Serviço de Estatística _____ Modelo A

(a) *Com.º 3.ª B. Inf.* (c) _____
(b) _____ (d) _____

Placa de identidade n.º _____

Boletim individual de (e) *José Ferreira de Lacerda*

(f) *capelão* de estado *voltêiro*
(g) _____, filho de _____
e de _____
natural de _____. O parente vivo mais próximo é _____
residente _____

Embarcou em Lisboa em _____ de _____ de _____.

Desembarcou em _____ em _____ de _____.

Colocado no comando da 3.ª B. T. O. G. nº 100 de 26. 8. 917. Colocado na 4.ª B. T. pela o. G. nº 152 de 10-8-917. Presente em 14. O. G. da 4.ª B. T. nº 77 de 14-8-917.

Observações

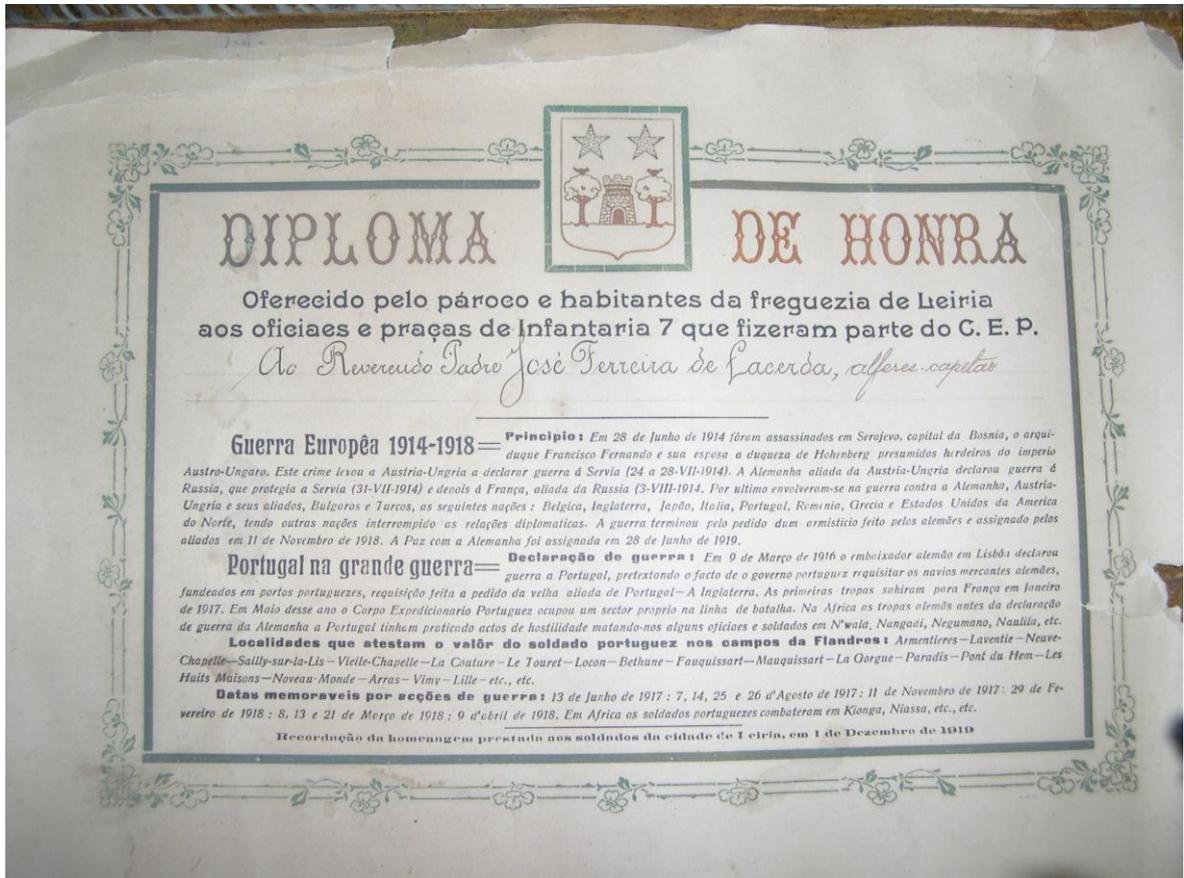
Colocado no comando d'artilharia da 3.ª Divisão em 26 de julho de 1917. Colocado na 4.ª B. T. em 1.º de agosto.

1917

1917

(a), (b), (c) e (d) indicação do regimento, batalhão, formação, grupo, companhia, esquadrão ou bateria de que o mobilizado faz parte; (e) nome completo do mobilizado; (f) posto e serviço que desempenha e, sendo praça de pré, indicar o

Anexo J: Diploma de Honra que o Pe. José Lacerda recebeu em 1919



Anexo L: Registo do Pe. José Ferreira de Lacerda de 25 de Junho de 1924

LIVRO DE REGISTO DA CEDULA PESSOAL
(Artigo 4.º § 2.º do Decreto 9591 de 14 de Abril de 1924)

Fls. n.º 1

ANO DE 1924 4 MEZ DE Junho

Nome Pe. José Ferreira de Lacerda

N.º de ordem 1

domiciliado Monte Real (Vieira)

natural de Monte Real

nascido aos 23 de Abril de 1887 filho de Jacinto da Silva Ferreira e de Maria da Conceição Lacerda

Registo de nascimento N.º 12 a fls. 12 do ano 1887 do livro da freguesia de Monte Real

requisitou a sua cedula pessoal na qual na foi aposta a sua fotografia e impressões digitais.

A cedula foi entregue no dia 25 de Junho de 1924 com a data de 25 de Junho de 1924 e com o numero 82700.

Observações: ()

Assinatura do interessado, () Monte Real aos 25 de Junho de 1924

O funcionario, Pe. Emmanuel Pereira

Nome Maria Pinheiro

N.º de ordem 2

domiciliado Cruzeiro dos Claros - Amor

natural de Serra, freguesia de Monte Real

nascido aos 18 de Novembro de 1872 filho de Manuel da

Registo de nascimento N.º 19 a fls. 47 do ano 1872

Impressões digitais e fotografia ()

Anexo M: Entrevista Pe. Luciano Coelho Cristino

Trabalho realizado por Joaquim Santos, dia 5 de Janeiro de 2011

Luciano Coelho Cristino, nasceu a 26 de Setembro de 1938, é natural de Maceirinha, um lugar da freguesia da Maceira, concelho de Leiria, cumpriu o ensino primário na escola particular da fábrica de cimentos daquela localidade. Depois de terminar a quarta classe, foi fazer o exame à escola do magistério no Santo Estêvão e depois rumou para o Seminário de Leiria na Rua Marcos de Portugal (onde actualmente funciona o Arquivo Distrital). Nessa altura, entrou com mais vinte e dois colegas, não existindo a falta de sacerdotes como actualmente.

A sua ordenação aconteceu a 15 de Agosto de 1962 no Convento da Faniqueira, das Irmãs Visitandinas, com o Bispo D. João Pereira Venâncio. Imediatamente começou o seu percurso religioso ligado à história, por instruções do Bispo que já teria conhecimento das suas apetências para essa especialização. Foi para Roma fazer Teologia Dogmática na Universidade Gregoriana de Roma que terminou em 1964 e depois ingressou em Itália no curso de História Eclesiástica. Iniciou aqui o caminho da investigação com a sua tese dedicada ao «Priorado Cruzio de Leiria», os próprios fundamentos da Diocese. No entanto, só veio a terminar esses altos estudos em Portugal, no ano de 1967, ingressando imediatamente a seguir no quadro de professores do seminário novo. O Pe. Luciano Cristino recorda perfeitamente a bênção da primeira pedra quando ainda seminarista, tendo assinado o próprio auto daquele acontecimento (a certa altura foi roubado), mas quando regressou de Roma já entrou com o edifício terminado, sendo professor e perfeito. Como docente deu aulas dentro e fora do seminário, lembrando que deu aulas de Teologia Dogmática e História, em Leiria e Coimbra, somando uma vida intensa dedicada ao ensino. Nesse mesmo ano de 1967, o Pe. Luciano Cristino não esquece de assistir à visita histórica do Papa Paulo VI a Portugal.

Em Junho de 1974 a sua vida deu uma viragem total. O seu destino era Fátima, para desenvolver um trabalho arquivístico e de investigação na Documentação Crítica de Fátima. A partir dessa altura também ingressou no quadro dos capelães.

Mas o que nos levou até Luciano Cristino foi o facto de também ele ser das poucas pessoas vivas que privou com a figura que estudamos. O Pe. José Ferreira de Lacerda

esteve bem próximo deste sacerdote que dedica a sua vida ao conhecimento, à história da Igreja e da Diocese de Leiria-Fátima.

Quem foi o Pe. José Ferreira de Lacerda que tão bem conheceu?

Conheci muito bem o Pe. Lacerda. Já no Seminário, quando aluno, lia o jornal «O Mensageiro». Naturalmente conheci o Pe. Lacerda com todo o seu vigor. Mais tarde como teólogo e bibliotecário no Seminário, tinha o acesso mais facilitado a ele. Um dia pus-me em contacto com o historiador Alfredo de Matos, um amicíssimo do Pe. Lacerda, que muito escreveu no «O Mensageiro». O Pe. José Lacerda era Monárquico assumido e tinha outras correntes, incluindo no seio da própria Igreja, como o caso do Pe. Carvalho, um assumido Republicano. Foi um homem de valor que assumiu sempre as suas posições.

Mas, quando tomou consciência do valor do Pe. Lacerda?

Foi quando comecei a ler os seus artigos do jornal e outros que ele dava a escrever a Alfredo de Matos. Quando um dia consultei Alfredo de Matos que tinha sido seminarista quase até ao fim, disse-me «você agora têm muita sorte porque no meu tempo não nos era permitido ler os jornais». Nessa altura, comecei a privar mais com esse amigo do Pe. Lacerda, aproximando-me ainda mais destes. Cheguei mesmo a escrever a Alfredo de Matos por causa de uma dúvida que subsistia sobre umas inscrições romanas da Maceira. E o que aconteceu? O Pe. Lacerda tinha publicado o documento do Brás Raposo da Fonseca, co-regedor da Comarca de Leiria, a personalidade que escreveu o manuscrito que está na Universidade de Coimbra. Lá, tem algumas inscrições que foram encontradas em Maceira. O Pe. Lacerda que tinha publicado o texto no «O Mensageiro», não editou as gravuras junto do texto. É aqui que me chega uma memória extraordinária do Pe. Lacerda, decorrida num domingo de manhã em que atendia os paroquianos que lhe iam levar o dinheiro das bulas. Aquela manhã foi uma autêntica aula de pastoral, tão amigo e conselheiro que ele era com o seu povo. Ele recebeu muitas pessoas com carinho e a seguir convidou-me para almoçar. Estava sempre bem disposto, ao ponto de me dizer naquele dia «os médicos proibem-me de comer carne de porco mas não me proibiram de comer carne de marrã».

Que outros registos recorda da sua relação com o director de «O Mensageiro»?

Um acontecimento incrível foi eu próprio ter entrevistado o Pe. Lacerda sobre a campanha dele no restauro da Diocese, um trabalho publicado na «Voz do Domingo» em 1968. Nesse trabalho explicou-me que quando morreu o Bispo Manuel Basto Pina da Diocese de Coimbra (o mesmo que o tinha ordenado, daí nutrir por ele uma admiração), aproveitou o momento para conseguir reaver a Diocese de Leiria. Quando o Pe. Lacerda recebe a confirmação da sua morte pelo Vigário José Maria Dias, a caminho dos Milagres, depois de ter estado na tertúlia das cartas na Praça Rodrigues Lobo, começou a tentar encetar as suas estratégias. Pelo caminho, cogitou: estamos com a lei da separação, o Estado já não tem a ver com a divisão eclesiástica, o bispo acaba de morrer, é uma boa altura para lançar a campanha do restauro da diocese. Regressou à Tipografia Comercial à Sé e com um lápis rasquinha uma circular e questionário que distribuiu a todos os padres que viessem às exéquias. Iniciou desta forma o movimento para restaurar a Diocese com este documento lançado pelo Pe. José Lacerda, papéis esses que vim a encontrar mais tarde no Vaticano. A partir daqui acompanhei o processo, o Bispo D. João Pereira Venâncio pediu ordens superiores para que eu tivesse acesso ao processo de restauração da Diocese. Todo este trabalho que vim a encontrar em Roma é fruto do Pe. Lacerda.

Mas esse questionário originou um movimento assente em que bases?

Ele tinha muitas perguntas que foram feitas à população. Uma delas era: deve criar-se um jornal? Foi assim que nasceu o «O Mensageiro», com um questionário que circulou por todas as paróquias. Aqui, o Pe. Lacerda teve a ajuda do Pe. Jupéro (Júlio Pereira Roque). A certa altura houve a intervenção do padre Joaquim José Carvalho, todo amigo do bispo auxiliar de Coimbra. Tinha sido indicado como possível bispo, António Antunes, da Barreira. Mas, a certa altura pararam isso e nomearam D. José Alves Correia da Silva. O clero esteve dividido.

O Pe. Luciano Cristino também foi escritor nos dois jornais católicos de Leiria? Escreveu sobre o restauro?

Sim. Lembro que na «Voz do Domingo» escrevi sobre o grande animador e impulsionador, Monsenhor Mazela, do Vaticano, juntamente com o Pe. Lacerda. Quando se confirmou esta soberania de Leiria em relação a Coimbra, é este Mazela da Santa Sé que escreve um telegrama sobre essa felicidade. Portanto, escrevi vários

artigos sobre os grandes vultos da restauração. Um deles, figura incontornável, foi o Pe. José Ferreira de Lacerda.

De forma humanitária, o Pe. José Lacerda vai para a guerra?

Ele foi um dos primeiros capelães que se ofereceram. Como se sabe, a assistência religiosa foi muito difícil de ser aceite. Foi o próprio governo inglês que pressionou os governantes portugueses a aceitarem os capelães que se ofereceram. Eles foram numa situação dramática, muito difícil. Este foi um acto de coragem. O Pe. Lacerda tirou os militares do desespero das tabernas de França. Imagine-se, foi este sacerdote monárquico que passou a exigir uma bandeira republicana para cobrir os caixões dos soldados portugueses.

Volvidos pouco mais de cinco meses o Pe. Lacerda volta para Portugal. Qual terá sido a verdadeira razão? Como se reintegrou?

Julgo que o que mais o motivou a deixar a guerra foi a venda do seu passal dos Milagres. Veio para cumprir esta missão. Como foi o ano das aparições, foi o Pe. Lacerda que entrevistou os pastorinhos. A Jacinta mostrou-lhe imensas resistências mas este disse-lhe a certa altura, «tenho aqui um terço que trouxe de Lourdes, é para ti». Ela começou a estar mais à vontade mas quem correspondeu ao seu interrogatório foi a irmã Lúcia.

Em 1926, numa tentativa de se aproximar da realidade da Cova da Iria, o Pe. Lacerda lança um jornal «O Mensageiro» em Fátima mas o bispo chama-o à atenção muito severamente. Aqui, afastou-se desta intenção. Em 1952 publicou esses relatórios no jornal «O Mensageiro» na secção novidades.

O Pe. Lacerda salvou as primeiras notas que o padre de Fátima fez nas aparições. Tinha feito anteriormente uma cópia integral do que o padre de Fátima tinha redigido. Deste modo, o padre, capelão e jornalista tem um lugar muito importante na história da região. Em 1958, D. João Pereira Venâncio, quando foi nomeado bispo residencial, nomeia quatro cónegos de honra, entre os quais está o Pe. José de Lacerda, juntamente com os Pe. Góis (Monte Redondo), Pe. Geraldo (Souto da Carpalhosa) e o Pe. Simões (Espite).

Qual é a sua opinião sobre a comunicação social da Diocese de Leiria-Fátima?

Anexos

A «Voz do Domingo» decaiu bastante, estou a ver aquele jornal a definhar. Não sei qual é o pensar do Sr. Bispo D. António Marto mas vejo «O Mensageiro» como um projecto mais definido. Ouço falar numa certa remodelação da comunicação social da Diocese...

Anexo N: Entrevista ao Pe. Manuel da Silva Gaspar

Trabalho realizado por Joaquim Santos, dia 29 de Dezembro de 2010

Manuel da Silva Gaspar, nascido em Outubro de 1921 no Souto da Carpalhosa, foi ordenado sacerdote em 1942, tendo no seu exercício a felicidade de ter conhecido pessoalmente o Pe. José Ferreira de Lacerda. Na Casa do Clero em Cova da Iria, no dia 29 de Dezembro de 2010, com os seus muito vividos 92 anos de idade, o Pe. Manuel da Silva Gaspar revela-nos com uma lucidez contagiante, o que a memória ainda muito lhe permite, embora nos tenha confessado que, apesar de tudo, já não consegue expressar alguns resquícios históricos vividos outrora. Mesmo assim, ainda fomos a tempo de registar factos sobre o nosso protagonista Pe. José Ferreira de Lacerda mas também de um sacerdote que o conheceu ainda no seu tempo de criança, quando ia às pregações das «40 horas» do Souto da Carpalhosa, por alturas do Carnaval.

O Pe. Manuel da Silva Gaspar, depois da sua ordenação durante 30 anos como professor de francês, latim e português no Seminário de Leiria. Posteriormente, esteve nos Marrazes a assistir os alunos do Seminário Maior e mais tarde foi o Pároco da Sé de Leiria, exercendo durante 20 anos.

Actualmente, na Cova da Iria, na Casa do Clero da Diocese de Leiria-Fátima, desde 1990, encontra-se em sintonia perfeita com Deus, vive na proximidade com a natureza, nuns dias de paz e muita tranquilidade. A serenidade é o espelho de um sacerdote que nos relatou a sua vida de forma resumida, exactamente do tempo de criança em que conhece o Pe. Lacerda numa maior distância das cerimónias das «40 horas» e mais tarde na proximidade, quando já está ordenado sacerdote.

Nasceu em 1920, pouco tempo depois dos milagres de Fátima e do final da Grande Guerra. A sua escolha de abraçar o sacerdócio teve como uma das suas referências o Pe. José Lacerda que era visitante habitual da sua Paróquia. Quer contar-nos como chega à sua ordenação?

É uma pergunta muito interessante e incontornável para se perceber o meu percurso sacerdotal mas também para explicar a razão que o traz aqui, querer saber o meu contacto pessoal com o Pe. José Lacerda. Ao meu Pároco Jacinto Lopes, vindo de Carvide para o Souto da Carpalhosa em 1907, apareceu-lhe a lepra. Em 1917 ficou cego

mas as feridas curaram-se. Continuou como Pároco, fez a remodelação da Igreja, incluindo aqui o lindo texto que é uma obra de arte. Ele não podia andar sozinho, tinha de andar sempre com uma pessoa para o auxiliar. O centro do seu apostolado era a Eucaristia e a catequese das crianças. Tinha um desgosto muito grande de não ter nenhum sacerdote do Souto da Carpalhosa, até que resolve fundar a «Escola Católica» naquela localidade, com um edifício que tinha todas as condições. Eu tinha feito a terceira classe e nessa altura ele convidou-me para frequentar aquele estabelecimento de ensino. Falou também com o meu pai... Na sequência da minha frequência na «Escola Católica», com 13 anos de idade, depois de feita a quarta-classe, um dia o Pe. Jacinto Lopes perguntou-me: «ouve lá, tu queres ir para o Seminário?», sendo este um momento de viragem na minha vida porque aceitei com gosto. É este momento histórico da minha vida que me levou a abraçar o sacerdócio e me conduziu a conhecer pessoalmente o Pe. Lacerda.

Em que circunstâncias conheceu pessoalmente o Pe. José Ferreira de Lacerda, fundador do jornal O Mensageiro?

Conheci-o na minha Terra-Natal, o Souto da Carpalhosa. No meu tempo de criança, o Pe. Lacerda ia pregar as «40 Horas», por altura do Carnaval. Estávamos nas décadas de 30-40 do século XX. Naquela época era habitual termos o Santíssimo exposto todo o dia na Igreja, sendo igualmente um momento oportuno para nos confessarmos. O Pe. Lacerda era uma presença assídua nessas «40 horas», com as suas inesquecíveis pregações. Naquele tempo já ia de automóvel... Iam também outros sacerdotes, sobretudo para as confissões, para a chamada «Desobriga». As pessoas adoravam o Santíssimo e aproveitavam para se confessarem. As «40 horas» duravam três dias, com oração, confissões e às tardes havia a pregação, sendo o Pe. Lacerda uma presença muito respeitada.

Que tipo de relação teve com o Pe. Lacerda?

Não foi muito próxima, embora a pedido dele tivesse ido a pé, do Vale da Pedra à Bidoeira, para celebrar a eucaristia naquela localidade aos Domingos. Outras vezes me cruzei com o Pe. Lacerda mas não privámos muito, até porque ele pertencia a outra geração de sacerdotes mais velhos. Por outro lado, a minha memória também já não me ajuda muito, são os 92 anos a acusar.

Sobre a Grande Guerra, o que se falava desta personalidade que resolveu partir para a assistência religiosa no conflito?

Sobre a guerra, falava-se muito sobre isso, sobre o seu acto de coragem de se oferecer como voluntário Capelão Militar. Esse facto era comentado como acto de enorme valentia. Aliás, o Pe. Lacerda era conhecido como pessoa de grande carácter, sempre disposto a pôr as coisas no lugar delas. Lembro-me de um conflito que teve com a Câmara de Leiria. O Pe. Lacerda usou o jornal para dizer o que tinha a dizer. E dizia-o sempre, com firmeza, convicção e de forma interveniente.

O restauro da Diocese de Leiria foi outra conquista com que o Pe. Lacerda muito contribuiu para que se tivesse obtido êxito.

Sem dúvida. Fundou o jornal O Mensageiro que serviu para a restauração da Diocese de Leiria. Batalhou muito por isso, resultando num desfecho feliz, ganhando proporções Municipais.

Como caracteriza a figura do sacerdote-capelão-jornalista José de Lacerda?

Um homem alto, simpático, muito comunicador, gostava de ouvir as pessoas sendo estimado por elas pela sua inteira abertura.

O envolvimento da Autarquia e da própria população com a causa do restauro da Diocese, num claro apoio às publicações do Pe. Lacerda para esta causa, desvendamos tempos diferentes na comunicação. Naquele tempo existia um jornalismo claramente de causas específicas.

Claro que sim. O Pe. Lacerda conseguiu dinamizar um projecto jornalístico que deu alma ao restauro da Diocese de Leiria mas obteve também uma participação activa da sociedade. Actualmente, existe uma crise económica que nos chega da crise moral. Sem dúvida nenhuma que as pessoas não procuram apoiar o bem comum, as causas de interesse público, como no tempo do Pe. José Lacerda. Hoje, as pessoas vivem mais distantes do bem. A vida modificou-se em todos os sentidos. Também os dirigentes civis, fizeram especialmente na Europa, uma coisa chamada Estado Laico. As pessoas não sabem o que perdem por não estarem tão próximas de Deus, da Igreja. O jornal O Mensageiro foi um bom exemplo da partilha e da luta pelas melhores causas de Leiria.

Anexos

Foi um jornal combativo e sempre o vi como um órgão importante no contexto histórico de todo o distrito de Leiria. A região muito lhe deve pelo seu extenso manancial de textos publicados, registos que perpetuam tantos acontecimentos que hoje estariam no esquecimento.

Anexo O: Entrevista ao Pe. António das Neves Gameiro

Trabalho realizado por Joaquim Santos, dia 4 de Janeiro de 2011

António das Neves Gameiro, nasceu em São Simão de Litém, concelho de Pombal, na quarta-feira de Cinzas, 14 de Fevereiro de 1934, sendo baptizado no fim-de-semana seguinte na igreja paroquial da sua terra-natal. Foi o menino António que depois frequentou a escola primária da Bica (por cima de uma taberna) até à terceira classe, indo depois para a escola nova do Carvalhal para concluir a quarta classe.

O exame de admissão ao Seminário de Leiria na Rua Marcos de Portugal foi um passo na sua vida que lhe ditaria seguir uma vida religiosa de que se orgulha. A ordenação sacerdotal aconteceu em 12 de Agosto de 1956, pelo Bispo D. João Pereira Venâncio, naquela época auxiliar de D. José Alves Correia da Silva, celebrando posteriormente a sua primeira missa na capela de Riba D'aves a 15 de Agosto.

Seguidamente residiu no Seminário de Leiria. Nesse período, assumiu ser pároco interino da Sé, de 2 de Novembro a 6 de Janeiro de 1957, altura em que entrou o Cónego Perdigão para prior, ficando como Vigário Paroquial, juntamente com o Pe. Jacinto de Sousa Gil num período de dois anos. Depois houve a necessidade de Jacinto de Sousa Gil seguir para Angola, ingressando seguidamente como capelão militar. O Pe. António Gameiro assumiu a Sé de Leiria durante doze anos com o Cónego Perdigão e o Pe. Manuel Sapata Ribeiro, que veio substituir o Pe. Jacinto de Sousa Gil, oito anos como Coadjutor e quatro como Pároco. Foi justamente nessa época, em 1964, que viria a fundar o «Ninho», uma instituição que acolhia as crianças das mulheres trabalhadoras, funcionando numa casa nas escadas de Santo Estêvão.

Volvidos esses anos veio para o novo Seminário de Leiria como orientador espiritual durante onze anos, assumindo outras funções como ecónomo. Na sua administração que considera de grande dificuldade, o Pe. António Gameiro recorda o falecimento de um caseiro que faleceu debaixo de um tractor, sendo esse momento de grande tristeza e complexidade.

Mas, uma das suas maiores dedicações seria a Paróquia de Marrazes onde como ele próprio nos referiu «estive durante vinte e cinco anos, um mês, uma semana, um dia e uma hora». Este longo período viria a significar uma experiência muito agradável e

quando perdeu a sua visão e por consequência a faculdade de leitura, ingressou na Casa do Clero em Fátima, onde actualmente reside.

Nos seus cinquenta e quatro anos de vida sacerdotal, agradece a Deus ter descoberto este caminho, trilhado com imenso amor e sentido de vida. Foi esta fé e este acreditar que deram e continuam a dar substância a um Homem que tem sempre no seu dia-a-dia, um lindo sorriso para todos os que com ele se cruzam.

Por amar a cidade de Leiria, tem nas suas recordações a urbe de outrora. Em relação ao seu tempo, recorda os tempos de menino com 11 anos que ingressa o Seminário, passeando na cidade com ruas de calçada de calhau, existindo nestes tempos outra realidade, mais evolução. Está irreconhecível. Mas, é grato por ter vivido com o aglomerado populacional do centro de Leiria, lembrando as antigas visitas pascais porta-a-porta, quase como hoje existem nas aldeias. Mais tarde perdeu-se. Lembra-se também do lugar onde está a rodoviária, dos campos imensos onde hoje são avenidas, dos locais onde se prendiam os burros quando os seus donos vinham ao mercado.

O Pe. António Gameiro foi uma pessoa próxima do Pe. José de Lacerda. O vínculo iniciou aquando da sua morte, tendo-lhe pedido que o jornal «O Mensageiro» fosse sempre uma voz da Diocese de Leiria, restaurada com o decisivo contributo do periódico. Assim aconteceu, assumindo acumular o cargo de administrador de «O Mensageiro», dinamizando-o até ao ano de 2008.

O Pe. António Gameiro foi um guardião de «O Mensageiro» do Pe. José de Lacerda, ao ser administrador do jornal durante várias décadas. Como é que surgiu essa tarefa?

Quando faleceu o Pe. Lacerda, em Setembro de 1971, ele deixou ao Seminário Diocesano de Leiria, em testamento, o jornal «O Mensageiro». Eu era ecónomo do Seminário e foi neste momento de quase luto que senti que tínhamos de prosseguir com este projecto que tanto tinha dado ao Seminário, também a Leiria.

Desde o tempo da sua morte, transporto comigo uma imagem tão dramática. O seu corpo foi velado sozinho, num caixão que foi colocado na igreja dos Milagres. Um homem daqueles que dedicou toda a sua vida à freguesia e aos seus pobres, não merecia aquele fim. Senti uma tristeza profunda.

Este acontecimento também o impulsionou a dedicar-se ainda mais ao «O Mensageiro»?

Sim. Eu quis continuar com o jornal como um valor, um património do Seminário de Leiria. Durante os anos em que estive na sua administração, procurei que não fosse um encargo para o Seminário. Graças a Deus conseguiu cumprir. O Pe. Francisco ficou como director e eu como administrador. Quando tive de ir para a Paróquia dos Marrazes, deixei a administração do Seminário mas pedi ao Dr. Pascoal que nunca deixasse morrer «O Mensageiro». E disse-lhe, eu vou para os Marrazes, deixo a administração do Seminário mas fico com a administração do jornal, até quando for preciso. Assim me mantive.

Como é que surge uma ligação tão forte e dedicada a um jornal?

Surge de uma grande paixão pessoal. Sempre achei que um jornal é um valor da Igreja. Se deixarmos perder um periódico como «O Mensageiro» é um púlpito que a Igreja perde para se transmitir a mensagem cristã ao povo de Deus. Tive a preocupação de este jornal nunca ser um peso ou empecilho para o Seminário ou para os outros sacerdotes, encarregados da orientação daquela casa como escola de vocações sacerdotais. Este jornal que trabalhou nas instalações do Seminário, fez com que tivesse uma graça de proporcionar alguns benefícios para o Seminário com o dinheiro de «O Mensageiro». Comprámos uma carrinha para o Seminário e outras coisas que na minha memória não lembra. Beneficiou também a Diocese e a Sé de Leiria. O Órgão de tubos da Sé foi pago através de uma campanha do jornal, não o prejudicando, apenas com o espaço ocupado com a campanha dos benfeitores. Depois do órgão estar montado e pago, iniciámos a campanha do carrilhão, outro encargo económico suportado pelo esforço do jornal. Mesmo assim não se conseguiu todo o dinheiro mas a dívida foi saldada pelo Presidente do Cabido, Pe. Luciano Cristino.

Quer rebuscar nas suas memórias a sua intimidade com o Pe. José de Lacerda?

Estive particularmente com ele no período da sua doença rápida e fulminante. Morreu com uma hérnia estrangulada, vitimando-o em poucos dias. Posso dizer que o jornal me caiu nas mãos com a morte do Pe. Lacerda.

E as suas conversas com o Pe. Lacerda? Falou com ele sobre a sua presença na Grande Guerra?

Tive conversas com o Pe. Lacerda, sobre a sua experiência nas trincheiras da guerra, contando as peripécias que viveu no campo de batalha. Aquilo que mais me interessava e gostava de ouvir nos seus comentários, foi o amor que ele teve no restauro da Diocese. Foi para isso que ele fundou o jornal. A Diocese de Leiria tinha sido extinta e ele apareceu como um lutador por esta causa. Os primeiros anos do jornal falam disso. Ele falava deste facto com muito orgulho e paixão. Era realmente um homem apaixonado.

Ele era uma figura de grande carisma.

Sim, a freguesia dos Milagres e os seus pobres eram a grande família do Pe. Lacerda. Ele viveu para o seu povo até ao último momento. E volto a lembrar aquele momento triste, em que o seu caixão estava sozinho na Igreja. Mas, sei que um padre se dá ao seu povo, sem esperar qualquer recompensa. Esta coisa do celibato tem muito que se lhe diga. O celibato é alguém que se dá sem interesse nenhum. Foi como Cristo que morreu abandonado por todos, menos pelo Pai. «Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?». O Lacerda ficou assim, na Igreja do Senhor dos Milagres. Não quero com isto dizer que o seu povo fosse ingrato para com ele, porque não foi.

O Pe. Lacerda nem sempre conseguiu ser uma figura consensual, assumindo mesmo funções que não promoviam a sua popularidade.

Ele era uma pessoa que se dedicou ao seu povo. Quis educar o povo e conseguiu educá-lo. Eu não me esqueço daquilo que acontecia com os baptizados. As pessoas iam ter com ele ao seu escritório para baptizar os seus filhos fora do período convencionado. Ele, cheio de regras, quando ouvia os pais que de forma desmazelada tinham deixado passar o prazo de um mês, questionava-os «então, traz a licença?». Quando a resposta era negativa, dizia «então vá buscá-la a Leiria». Ele obrigava os paroquianos que não cumpriam com o requisito a virem a pé à Câmara Eclesiástica, tirarem a licença como castigo de não terem baptizado os filhos no prazo que estava marcado, até um mês de idade. Ele procurava de algum modo educar os seus paroquianos. Ele foi o pai daquele povo, à sua maneira. Penso que foi um bom pastor, no tempo dele.

O que distingue «O Mensageiro» da «Voz do Domingo», periódico que surgiria mais tarde?

«O Mensageiro», jornal mais antigo, surgiu com a finalidade de restaurar a Diocese de Leiria. Depois manteve-se até aos nossos dias, graças a Deus. Depois a «Voz do Domingo» nasceu com o Dr. Galamba e seguiu o seu caminho como órgão oficial da Diocese. O jornal «O Mensageiro» não cheirava a cera, teve um carisma mais secular, do mundo, das lutas de ordem política e material e não tanto doutrinal, da Igreja, da sacristia. São dois jornais que caminham lado a lado.

Acha que a Diocese deveria continuar com os dois títulos?

No meu entender é de continuar com os dois. Caso contrário será uma grande perda. As igrejas antigas tinham sempre dois púlpitos. Eu, considero que os dois jornais que existem na Diocese de Leiria, são dois púlpitos com finalidades distintas, válidas para o nosso tempo. Oxalá, se mantenham, cada um com a sua linha, o seu próprio caminho. Desejo que o jornal «O Mensageiro» continue, com unhas e dentes.

O Pe. José Lacerda foi sacerdote, capelão militar e jornalista?

São as três insígnias que ficam bem no peito daquele grande homem chamado José Ferreira de Lacerda.

Foi ousado um homem sair de uma cidade com fortes características rurais e com o conforto da sua actividade, ter partido e arriscado a sua vida no palco da Grande Guerra, na Flandres?

Sim. Muito ousado. Deixou cá o Jupéro (Pe. Júlio Pereira Roque) que continuou a sua missão no jornal. Não sei se ele foi porque já tinha esse espírito combativo ou se o forjou esse espírito entre a metralha dos canhões da Grande Guerra. Se calhar, uma coisa e outra são verdade. Foi prestar apoio religioso aos soldados. Sobretudo o ânimo, uma vontade férrea de caminhar com os seus homens.

Que tempos são estes em relação aos do Pe. José de Lacerda e ao período em que o Pe. António Gameiro foi criança e jovem?

A sociedade evoluiu. O materialismo entrou muito na vida das pessoas. Muitas também entraram em crise de fé. A juventude entrou num rumo muito próprio. O que

Anexos

salvaguarda a Igreja é o facto dos seus responsáveis continuarem sempre atentos ao que o Espírito Santo vai fazendo aparecer na Igreja, como tábua de salvação. Se não se aproveita isso, a Igreja vai atrasando o seu passo. A Igreja há-de encontrar a sua porta de saída. Quem dirige a Igreja é o Espírito Santo e não a esperteza saloia dos homens importantes.

Anexo Q: Crónicas da Guerra / Campanha da Flandres

Texto 1

Crónicas da Guerra

Notas e Factos

A CAMINHO...

- Às cinco no Rocio com as bagagens, diz-nos o nosso major: - *A's nove e trinta e cinco devem embarcar.* – Conclue.

São estas as ordens recebidas no dia 2 de Maio de 1917 às catorze horas no Q.G.T. do C.E.P. (Quartel General Territorial do Corpo Expedicionário Português).

Às cinco comparecemos no Rocio, para despachar a bagagem, às nove e cinco começámos a abraçar os amigos, que num excesso de amabilidade tinham vindo dar-nos o abraço de despedida e, às nove e trinta e cinco, um silvo agudo da máquina, diz-nos, que vamos deixar Lisboa e caminhar em direcção aos campos de batalha, onde o exército português vai continuar as gloriosas tradições do Portugal antigo.

Vivas ecoam na estação do Rocio e salvas de palmas transmitem-nos que a nossa missão de capelães junto dos nossos soldados é apoiada calorosamente. São cinco os que partem neste momento e todos reina a mesma vontade de ser útil á pátria, que o mesmo é dizer aos soldados que a defendem nos campos da Europa, onde se trava a luta mais gigantesca que a história regista.

A máquina alimentada a lenha e carvão arrasta vagarosamente os muitos vagonos que compõem o comboio, repletos de passageiros.

As nossas malas de viagem ocupam os seus lugares nas redes da carruagem e, por acordo unânime, deliberamos aproveitar o tempo o melhor possível, que, neste momento, era cada qual procurar dormir um pouco para que durante o dia se pudesse contemplar a paisagem, que íamos atravessar.

Acordamos á paragem do comboio em Pombal. Levantamo-nos e vamos á janela ver, quem sabe pela ultima vez! – terras do distrito de Leiria. A noite estava estava esplêndida e a lua derramava lá do alto uma luz clara, não havendo a menor viração.

Feitos os cumprimentos deitamo-nos novamente e só a obrigação da mudança de comboio em Pampilhosa nos obriga a levantar da pouco cómoda cama.

São cinco e meia da manhã. Uma neblina fria e densa envolve-nos a todos. Não há meio de partir o comboio da Beira. Saímos com uma hora de atraso, o que nos faz arreluiar. Cançado, ofegando como os bois ao lavrarem em dia calmoso a terra seca, o pesado maquinismo lá se arrasta com enorme dificuldade. Deixamos o Bussaco, Luso e outras povoações, envoltas pela névoa e a-i pelas dez horas o sol radiante vem mostrar-nos a paisagem.

Esperávamos outra cousa. Da sua monotonia apenas nos distraía aqui e além as giestas floridas e as macieiras em flor.

Nada mais. Terrasquasi áridas, penhascos enegrecidos pela acção do tempo e ao chegar ao Carregal descortina-se um lindo panorama – um vale estensíssimo, de vegetação luxuriante, descortina-se entre a verdura o caiado das casas. *Nellas* – lemos numa estação e á direita depara-se-nos a Serra da Estrela, coberta de neve. Parece-nos que devemos estar em grande altitude. O Mondego começa a aparecer-nos arrastando as suas águas por entre penedias; mais acima apresenta-as *barrentas* – sinal evidente de ter havido chuvas para os lados de Manteigas.

Guarda! Vilar Formoso e o comboio sempre no meio de penhascos interna-nos na Espanha. São 8 da noite.

Fuentes de Onôr! Niñas passeiam na gare e os garotos insistem pela dadiva de uma *perra chica*. Azinheiros, terras de centeio e algumas oliveiras povoam agora o trajecto.

E' noite, vamos dormir. *Salamanca!* Que bela taça de chá! Saboreando-o escrevemos estas notas ás 24 e 35 minutos da madrugada de 4 de Maio de 1917.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

«Crónicas da Guerra, Notas e Factos, A Caminho...»; *O Mensageiro*, Leiria, 9 de Maio de 1917, nº 136, p.2

Texto 2

Crónicas da Guerra

Notas e Factos II

DE MEDINA A HENDAYE

- O *Expresso Madrid-Irun* chega e sai á tabela. São 2 e 50 da manhã quando nos instalámos no nosso compartimento dispondo-nos a dormir, visto que – felizmente – atravessamos parte da árida região de Castela-a-Velha, de noute. Não sabemos porquê, mas os engenheiros parece terem escolhido as regiões mais feias da Península – com raríssimas excepções – para nos dotarem com os meios de comunicação ferroviários.

Instalados no compartimento, em breve Morfeu veio em nosso auxílio e todos os companheiros dormíamos, tão tranquilos como quando as nossas avós nos balouçavam o berço e cantavam o

«Oh! Papão vae-te embora

De cima desse telhado.»

Acordámos já dia claro. Amáveis nuestros hermanos tinham-se esquecido de colocar toalha no lavatório e, como sinalde protesto, deliberámos não lavar a cara, que o pó do carvão e da linha encobria. De pé, vamos passar parte das quasi estéreis campinas de Castela, Vascongadas e mais não sabemos o quê. Os terrenos amanhados apenas nos mostram centeio ou trigo, tudo enfezado e raquítico.

Burgos! Exclama o empregado do comboio. Não nos detem nem a velha cathedral, nem os costumes pitorescos dos habitantes da região. Para os hespanhoes só há Burgos; para nós só há a Batalha, e para que não se trocassem notas diplomáticas pelas nossas teimas, não nos demorámos. A vegetação começa a ser outra.

O *Expresso* corta velos os campos, galgando numa linda marcha enormes distancias. Inúmeras estações ficam sem a honra da nossa visita. Miranda, Victoria e poucas mais estações recebem a paragem do *Expresso*. Arvores sem sombra ainda de vegetação, povoam as várzeas e encostas. Ao longe, há ainda neve nos montes; raríssimas são as arvors que ostentam flores. O Ebro corre tranquilo para o mar, sem que as margens estejam cobertas ainda de copadas arvores.

S. Sebastian! – E’ a praia nobre de Hespanha, mas nós achamos muito superior a nossa Figueira. Bem sabemos que S. Sebastian é maior e que o rei de Hespanha honra esta praia com a sua presença; que a terra é mais pitoresca; tem melhores edifícios, maiores atractivos; mas a Figueira é melhor w não discutamos mais. E’ melhor – está dito tudo. Daí a um quarto de hora estávamos em Irun e daí a cinco minutos em Hendaye – primeira terra francesa que pisávamos pela segunda vez.

Enfim! Livres de Hespanha, que não tolerâmos por mil e uma razões a que se vêm juntar mais uma de enorme peso na nossa algibeira.

Comprámos o duro a 1\$800 réis! A peseta a 360 réis! Uma peseta, que nunca custou mais de 150 a 180, custa agora 360 réis!! Irra!!

O *duro*, é agora bem duro; a *perra chica* e a *perra gorda*, que nós olhávamos com desprezo, pagam-nos agora com capital e juros. Os nossos passaportes foram respeitados. Os *carabineiros*, *guardas civis* e dezenas de vários agentes de ordem, embora nos mirassem não nos obrigaram a retroceder.

4-5-1916.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

«Crónicas da Guerra, Notas e Factos II, De Medina a Hendaye»; *O Mensageiro*, Leiria, 16 de Maio de 1917, n° 137, p.1

Texto 3

Crónicas da Guerra

Notas e Factos III

HENDAYE A PAU

Estávamos em França. Agentes do governo francez pedem-nos os passaportes. Ao examina-Loa, são amabilíssimos. Todas as facilidades para as nossas malas e bagagens, que nem tão pouco são abertas. *Vou setes alliés messieurs!* E nós impamos, ficamos reconhecidos e dispomo-nos a ir comer alguma cousa no *restaurant* da estação, visto a saída do comboio nos permitir esta comodidade.

Esqueciamo-nos que estávamos num paíz em guerra, que há leis regulando tudo, desde o consumo do pão e dos ovos até à manteigae á carne. Ficámos surpreendidos quando nos apresentam um pedaço de pão escuro, com milho triturado, uns ovos mechidos e um pequeno peixe que aí, - como uns *valientes*, - atiraríamos pela janela ou porta, segundo a distancia que nos separasse das mesmas. Aqui comemos e embora o nosso estômago e o nosso paladar protestassem, a nossa sã razão dizia-nos que comêssemos e comemos sem um protesto. Nada! Que não havia *escolhas*.

Saímos para a *gare*. Vemos mulheres a limpar as carruagens, mulheres a dirigir serviços, mulheres a trabalhar e todas elas cobertas de luto! Que sensação! Debaixo daqueles vestuários tão tristes, quantos corações não sentirão a perda de ente queridos! Não se queixam. Ocupam longe das linhas os logares, que os heróicos soldados da França ocupavam antes de irem cumprir o seu dever, defendendo a Pátria invadida pelo secular inimigo.

Da mulher saem sempre os melhores exemplos e na hora actual vamos encontrar na mulher actos de heroismo e abnegação que o homem não seria capaz de praticar.

A mulher franceza entregou á Pátria o marido, o filho, o irmão, as jóias, a alegria e a própria vida, entregando-se a misteres a que não estava acostumada.

Não inquirimos de nenhuma razão do seu luto, porque sabemos d'antemão que o luto que cobre no actual momento a mulher franceza é um luto nobre, honroso, é um luto nacional. Cobre-as porque a sua Pátria careceu da vida dos ente queridos a essas mulheres.

S. Jean de Luz! Soldados na gare, convalescentes uns, arrimados a bengalas outros, e apoiados em muletas. Soldados que partem – quem sabe se regressarão! – animam, com os seus ditos esfusiantes de graça, os feridos e regressam alegres ao *front*. Regressam, sim! Porque na França não há homemvalido que a não defenda no *front* ou onde é necessária essa defeza.

A vegetação agora é outra. As arvores já teem folhas, as roseiras já nos apresentam botões de roza, os canteiros dos jardins já teem algumas flores. Algumas terras estão incultas porque... há falta de braços.

Bayonne! Apeamo-nos. Deliberámos ir a *Lourdes* apresentar os nossos cumprimentos a Nossa Senhora e fazer-lhe alguns *pedidos* e desempenhar-nos de várias *encomendas*. Aguardamos uma hora a saída do comboio e durante este tempo temos ocasião de observar o que se passa na alma fraceza. Os soldados partem sem lágrimas, com o sorriso nos lábios. Os que se despedem conteem as lágrimas e se algumas vimos querer saltar dos olhos de noivas, esposas, irmãs e mães, eram logo sufocadas. Lenços adejam nos ares e despedidas alegres saem dos lábios de todos.

Au revoir! Exclamam, e quantos não tornarão a ver os seus! Partimos para *Pau* onde chegámos às 11 horas da noute.

Jantar! – pedimos nós no *Hotel de La Paix*.

«*Seulement viandes froids! Messieurs*» - diz-nos a *empregada*. «Que é proibido dar comida áquela hora; que nada há que nos possa fornecer além de comidas frias!»

Maldita guerra! Até nos proíbe que comamos o indispensável, visto que o nosso estômago pedia qualquer cousa que o entretivesse. *Restaurants*, estabelecimentos, tudo fechado. Resignámo-nos e fomos dormir visto que o nosso corpo necessitava repousar. Nada faltava no nosso luxuoso *appartement*, desde o aquecimento a agua quente; o nosso estômago não dizia o mesmo.

Amanhã, 5, parimos para Lourdes.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

Texto 4

Crónicas da Guerra

Notas e Factos IV

LOURDES

5 de Maio de 1917. – Regressei há momentos da Gruta. E' pouco o espaço de que pôde dispor O Mensageiro para transmitir o que se sente defronte do local em que a Virgem santíssima apareceu a Bernardette Soubirous. Já conhecia Lourdes das Peregrinações; agora vim conhecer a Lourdes dos Soldados, a Lourdes dos Feridos.

Apenas desembarco corro logo para o local da aparição. Atravesso a cidade e eis-me na esplanada onde por vezes presenciei a procissão das velas, a bênção dos doentes e outros actos de culto, tão imponentes, que jamais se apagarão da minha memoria. Relanceei o olhar para o asilo de N. D. Lourdes onde outr'ora os doentes eram hospitalizados e donde, conduzidos pelos *brancardiers*, eram levados à piscina ou ao local da bênção. Reconheço os carros de diversos feitios, as cadeiras, os bancos, mas... vejo tudo agora ocupado por soldados!

As enfermarias repletas; debaixo das copadas arvores passeiam uns de braço ao peito, outros tem os olhos vendados por espessas camadas de algodão, passeando agarrados áqueles, estes ensaiam-se no andamento com pernas de pau, aqueles são passeados pelos menos feridos nos carros que eu já citei. Um horror! Irmãs da caridade passam celeres sob meus olhares, atravessando as enfermarias com medicamentos e com comida para os feridos e para os mutilados da guerra.

Desvio o olhar e vou orar à Virgem, defronte de quem ardem centenas de círios. As lágrimas saltam-me dos olhos pelo que vejo: Uma mulher indica a uma creança que ore por alguém de que não percebo o nome, mas talvez seja o pae que, lá longe, lhes defende a Pátria; e a creança com os olhos postos na Virgem, balbucia eu sei lá o quê?! Os olhos sei eu que se não desfitavam da Mãe de Deus. Soldados rezam o terço; homens e mulheres de braços abertos elevam as suas orações para junto do trono do Filho da Virgem, epdindo a sua protecção para eles e para a França. Resa-se d'alto e balbuciam preces.

Novos e velhos, homens e mulheres ali estão orando. A sua oração não pôde deixar de comover a Mãe dos homens. Se a França é grande na maldade, é grande, é mestra na penitência.

Feitas as minhas orações vou para a basílica ouvir missa. Inúmeras pessoas se acercam da Sagrada Meza, com um respeito que comove, que encanta.

Eu mesmo ajudei à missa a um colega, recebendo a Jesus Cristo o alferes nosso companheiro.

Cumpridos estes deveres vou procurar hotel para almoçar – pois é uma hora – e comprar umas recordações o que feito, vou visitar a *Via Crucis*. Quem vem a Lourdes não pôde deixar de ver, de percorrer a Via dolorosa e, podendo, subir a Escada Santa. Somos precedidos por soldados que, descobertos, alguns arrastando-se ainda a custo, sobem a íngreme ladeira. Não falam uns com os outros; oram. E quem são esses soldados? São belgas, que ao verem a sua Pátria invadida a defenderam até ao sacrifício da própria vida; são soldados da Conchichina e do Senegal, da Tunísia e da Algéria e de todas as colónias francezas, que acorreram para junto da Mãe-Pátria ao vê-la invadida pele secular inimigo. Todos oram, todos agradecem.

Paro um momento no trajecto todo erigido de pedras. Que vejo? Uma mulher nova, que há uma hora vira sentada à meza do meu hotel, vestida com todos os rigors da moda e do luxo, caminha na minha vanguarda, mas... descalça! Sem meias, com os pés brancos como a neve, onde se vêem manchas vermelhas de sangue, que acode à epiderme, tocada pelas arestas das pedras, aquela mulher, sobe a íngreme colina. Também há vinte séculos uma *Mulher* praticou igual acção. Era a Mãe de Jesus, que acompanhou o Filho até ao cume do Calvário. Os pés desta mulher não costumados a pisar tão duras pedras fazem com que ela se contorça, mas não desanima. Procura o caminho mais escabroso e segue. Todos a contemplam, todos a admiram. Defronte das estações prostra-se; feita a meditação ergue-se altiva e caminha. A tarde vejo-a novamente no comboio cobertade jóias e de luxo e desembarca em Pau comigo. Que mercê lhe não faria o Céu para assim a obrigar a praticar tal acto de penitencia!

As horas aproximam-se e eu trago várias missões a cumprir. Tenho Ave-Marias a rezar por várias *encomendas*. Não esqueci os leitores do Mensageiro e peço que me retribuam o mais breve possível. Defronte da gruta desempenho-me das encomendas e às cinco da tarde regresso a Pau. O tempo não pôde ser mais agradável. Do comboio

Anexos

descubro.me e saúdo mais uma vez Nossa Senhora de Lourdes. Defronte da Gruta descortino uma multidão compacta de crentes.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

Director d'O Mensageiro

«Crónicas da Guerra, Notas e Factos IV, Lourdes»; *O Mensageiro*, Leiria, 30 de Maio de 1917, nº 139, p.1

Texto 5

Crónicas da Guerra

Notas e Factos – V

DE PAU A PARIS

Pau, 6 de Maio de 1917. – É domingo e tenho de ouvir ou celebrar missa. Sigo para a catedral, vasto edifício que se encontra próximo do hotel onde pernoitei – Hotel de la Paix – Paz no nome mas de guerra na conta.

À porta da catedral gentos meninas, colocam-me, e a todos os que entrem, no casaco, um emblema: dum lado tem as cores francezas, azul, branco e vermelho (substituída esta ultima cor produzia um lindo efeito) e do outro um soldado chorando sentado numa pedra. *Pour les prisonniers, mr!* Dei também a minha esmola pelo fim que vai ter e por me ser pedida com tanta graça, com tanto animo.

Lembrei-me da *festa da flôr* em Leiria e fiz votos para que ela revestisse um brilho desusado. Após a minha entrada no templo chegou um colégio de *rapazes*. Atravessam a dois e dois a nave central e vão sentar-se nos bancos da frente. O perfeito é um homem forte, de bigode e com farda militar de que prende uma condecoração. Feita curta oração, é cantado um hino com acompanhamento a órgão, cântico executado por todos os alunos desde os mais pequenos aos maiores, alguns já de barba. Sobe ao púlpito o perfeito agora de sobrepeliz e batina. Lê o Evangelho e faz uma curta mas entusiástica alocução aos colegiais. Dez minutos apenas. Vai começar a missa. Todos os colegiais cantam a Glória, o Credo e de permeio lindos cânticos. À comunhão muitos saem dos seus lugares e aproximam-se da meza eucarística. Que compustura! Firmes, erectos, de olhos baixos, com as mãos cruzadas no peito afastam-se após a recepção de J.C. nos seus peitos.

Oficiais constelados de medalhas e simples soldados, senhoras vestidas de seda e mulheres do povo imitam colegiais. As comunhões – ministradas por sacerdote diverso do celebrante – são numerosas, prolongando-se ainda após a missa. Terminada esta, o perfeito sobe acima duma cadeira e dirige um novo cântico a que associa todo o povo. Um baixo canta uns versículos e nós afastamo-nos apressados para a estação de Pau.

Pau e um paraizo em vegetação e em clima. Magníficos parques e jardins e lindas alamedas. Suntuosos edifícios e esplendidos panoramas.

Bordeaux, 6 de Maio de 1917. – Chego às 4 da tarde. De Bayona a Bordéus o caminho de ferro é terrivelmente enfadonho. São dezenas e dezenas de quilómetros através de pinhais, vendo-se apenas aqui e além pequenas cearas de centeio e trevo. Em todas as estações do percurso inúmeros soldados entram no comboio. São os *permissionnaires*, ou como nós diríamos, os que tiveram uns dias de folga das trincheiras e vieram abraçar as famílias. O comboio é extensíssimo. Alguns milhares de soldados, voltam para o seu posto, alegres e satisfeitos.

Nas várias povoações atravessadas pelo comboio só descortino pessoas cobertas de luto. Não vejo uma única que não traje de preto. É um luto nacional, como já disse.

Tenho trez horas e meia de demora que aproveito para jantar e ver a cidade. Enorme multidão de ruas e nos cafés defronte da *Comedie*. Atravessa-se com dificuldades os passeios. Por toda a parte soldados e oficiais. Bordeaux, a quarta cidade de França é uma cidade comercial. Os cães estão repletos de mercadorias e as chaminés das fábricas fumegam embora seja domingo.

Às 7 saí um comboio de soldados para o *front* e eu quero vê-los partir. Vou para a estação. Estugem os vivas. Os soldados beijam as mães, as irmãs e as noivas. Quem sabe se não será aquele o ultimo beijo. Não vejo lágrimas. Apenas um soldado se abraça à mãe e a irmãzita dos seus 8 anos. Vejo-lhe lágrimas nos olhos, mas sorrisos nos lábios. Ah incitamentos dos que ficam, há promessas dos que partem. O comboio vai repleto de soldados.

Quantos deles não tornarão a pisar a terra Natal? Embora tardiamente devo dizer que não pretendo nem me é possível fazer estilo com estas crónicas. Escritas a correr, *à la diable*, nem leio o que escrevo por falta de tempo. Tracejo uns gatafunhos em linguados e mete-os na primeira caixa que encontro. São impressões de momento, transmitidas ao papel apos a sua recepção.

Saindo de Bordéus às 7 e 50 instalei-me o melhor possível no compartimento, dormindo durante toda a noute. Às 8 horas estava em Paris.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

Director d'O Mensageiro

«Crónicas da Guerra, Notas e Factos, De Pau a Paris»; *O Mensageiro*, Leiria, 6 de Junho de 1917, nº 140, p.1

Texto 6

FESTA DA FLOR

Em Campanha, 2 de Junho de 1917

Ex. ma Comissão

Calar-me perante a vossa generosa acção era o mesmo que albergar no meu peito o sentimento indigno da ingratidão; não juntar o meu humilde protesto ao de todos os homens de bem que, sem dúvida, ter-se-ão colocado ao vosso lado, quando uma *prevenção* nojenta e ridícula vos tentou enlamear e, desvirtuando a vossa intenção, esperava indispor-vos com o bom povo de Leiria, era uma cobardia e um crime.

Por isso, Ex. mas Senhoras, aqui estou e, bem de longe, vos saúdo. Não é aí, dentro dos muros da vetusta cidade, que a vossa acção é totalmente compreendida. Os energúmenos que, de vezes a tempos, desvirtuam acções, mancham caracteres e, por todas as formas, empregam armas que mais ninguém seria capaz de empregar contra pessoa alguma e muito menos contra vós, deveria vir para junto dos nossos soldados e aqui mudariam de ideias. Esses, que vos tentaram debalde caluniar, não pertencem à raça portuguesa. São arrivistas na cidade e são farejadores de vagas donde possam mandar. A sua cobardia é tanta, que se ocultam sempre no anonimato. Vivem na lama e da lama. Pena é que o nosso bom povo não compreenda o fim desses *meneurs* e se deixe levar por eles, muitas vezes.

Minhas Senhoras: Se a vossa caritativa acção pretendeu ser desvirtuada por esses *meneurs*, ela é e será bem compreendida aqui, pelos nossos soldados. Sirva--vos isto de compensação aos vossos desgostos, aos vossos trabalhos. Não há um único soldado que vos não agradeça. Vós, minhas Senhoras, estais imitando as mulheres francesas, que tendo dado os filhos, o dinheiro, as casas, tudo pela Pátria, agora procuram as portas das igrejas, as carruagens dos caminhos de ferro e todos os pontos em que há *gente civilizada*, para solicitarem uma pequena esmola para os feridos de guerra, para os prisioneiros – *pour les blessés, pour les prisonniers, s'il vous plait* - é o seu apelo constante.

Mal vós sabeis, ex. mas Senhoras, a consolação que o produto da vossa encantadora festa causará. Por melhor que seja a protecção do Estado, este nunca poderá acorrer a todas as necessidades. É necessária a iniciativa particular; vós assim o

compreendestes e só o não compreenderam os falsos patriotas que, tendo empurrado os seus irmãos para a guerra, até tentam impedir que almas generosas e boas os vão aí consolar, ao serem atingidos, ou visitá-los nos hospitais de campanha, onde se sofre mais do que passeando no *Marachão* e onde há gritos diferentes dos que se costumam ouvir em certas *lojas*.

Que diferença, minhas Senhoras, entre o que aí se passa e o que se passa sob os meus olhares! Ao passo que aqui cada qual procura, na esfera da sua acção, levantar o espírito do nosso soldado, esquecendo tudo para só se lembrar que aqui, longe da Pátria, só há portugueses, vejo, com infinita mágoa, que aí continuam fervilhando os mesmos rancores que outrora e que esses falsos patriotas fomentam por todas as formas!

Os energúmenos referem-se aos padres no “front”. Ainda bem, minhas Senhoras, que essa raça de gente sabe que no “front” há padres que, não tendo dado vivas à guerra, ao verem partir os nossos soldados, os acompanharam, sem remuneração, além do alojamento e transporte, cedidos pelo Governo, e de 185 francos, dados pela Comissão de Lisboa, e que são integralmente gastos em comida, transportes e recordações para os nossos soldados. Os padres do “front” percorrem as primeiras linhas animando os soldados; falam-lhes da Pátria, que de longe os contempla, e não se esquecem de lhes dizer que escrevam aos seus. Aqui não há ódios nem malquerenças. Aí, é o que vemos. Aqui, os mais ateus reconhecem a necessidade do padre e por isso o respeitam e estimam. Há excepções? Há, infelizmente, mas essas excepções fazem sobressair ainda mais a auréola de carinho de que é rodeado o padre no “front”, que se sacrificou pelo soldado português.

Não é pois aí, minhas Senhoras, que a vossa acção é totalmente compreendida. Aí só é compreendida pelos oferentes, que lançaram na vossa bolsa a sua esmola. Aqui é compreendida por todos. O coração da mulher portuguesa manifestou-se mais uma vez na vossa *feira*, que em espírito foi acompanhada cá de longe, dos campos de batalha, por todos os que dela tiveram conhecimento. Perdura ainda hoje o milagre da Rainha Santa Isabel! A sua memória, conservada tão vívida no ânimo do nosso povo, frutifica todas as vezes que o coração da mulher portuguesa quiser.

É claro, ex. mas Senhoras, que não pretendo refutar a infame calúnia de desvirtuades o fim da vossa festa, o que pretendo é agradecer-vos em nome dos feridos de amanhã a vossa festa de ontem e de todos os dias. Em nome de todos esses feridos –

e oxalá que o produto da vossa festa não chegasse a ser necessário – vos beija as mãos o que, com o máximo respeito e estima, se confessa,

De V. Ex. cias, Cr.º At.º e Obg.º

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar de Artilharia 7

Director de *O MENSAGEIRO*

«Festa da Flôr»; *O Mensageiro*, Leiria, 13 de Junho de 1917, nº 141, p.1

Texto 7

EM CAMPANHA

O MÊS DE MARIA NAS TRINCHEIRAS

...,7 de Junho de 1917

Meu caro Perdigão

A correspondência da vila da Marinha Grande veio avivar no meu coração saudosíssimas recordações. Não há, para os portugueses, mês mais belo que o de Maio. As flores mais lindas são ofertadas à nossa Mãe do Céu e todas as igrejas ostentam, durante o mês das rosas e em lugar de honra, a sua imagem, onde vão joelhar, apresentando suas mágoas, desabafando seus corações, entoando seus hinos, os povos das nossas aldeias, das nossas vilas e das nossas cidades. Que encanto o mês de Maio na nossa Pátria! À tardinha, auxiliados por amena temperatura, os crentes portugueses dirigem-se às igrejas, prestando à Virgem o culto que lhe é devido. Aqui, meu amigo, vais assistir comigo ao mês das flores, numa terra que esteve na posse dos alemães e que depois de a terem *pillado*, a vão destruindo a pouco e pouco com a sua artilharia.

Estamos em...; não procuremos a igreja que foi formosíssima e cuja origem remontava ao século XVI. Da igreja apenas restam algumas paredes, na maior parte esburacadas pelas granadas. Os seus retábulos jazem sepultados no entulho à mistura com a madeira do tecto, telhados e cantarias das ogivas. Destas, algumas se vêem ainda em pé, como que a atestar quanto devia ser artística e formosa aquela igreja. Do seu campanário apenas restam duas paredes e, lá no alto, um coruchéu teima em não querer cair, não obstante o tremor contínuo da terra, tremor causado pelo explodir das granadas e pelo descarregar das peças de todos os calibres. Igreja, pois, não existe em...; a imagem da Virgem está exposta num vasto salão que outrora foi teatro; hoje é o templo consagrado a Deus. No palco está o altar mor com o sacrário, dum dos lados onde outrora tocava a orquestra, está a Virgem. Foi nesta igreja que assisti, durante quase todo o mês de Maio, à devoção à Mãe de Deus e dos homens.

Todas as tardes bandos de crianças e muitos devotos acorriam para a igreja. Os nossos soldados, embora houvesse para eles o terço e meditação, antes da Bênção, enchiam o recinto paroquial e várias vezes lhes tive de pedir para que, ou saíssem ou se conservassem de pé. Recitava-se o terço, lia-se a meditação e após o cântico de alguns

salmos, as crianças elevavam ao céu as suas argentinas vozes nos cânticos mais entusiásticos e alegres. *Sauvez, sauvez la France!* exclamavam elas, chamando o auxílio da Virgem para as desgraças da Pátria.

Mas não julgues que só aqui se realizava a devoção do mês de Maria! Nas trincheiras, na primeira linha, onde os olhos se cansam a ver se descobrem no periscópio o vulto de um alemão, os nossos soldados, ou joelhados nas trincheiras ou dentro dos abrigos, recitavam diariamente o terço.

Num dos abrigos das peças de artilharia, fui eu encontrar um altar, ornado de flores, no chão um pequenino jardim e sobre o altar um busto da Virgem das Dores, que os nossos soldados tinham encontrado num campo.

Meu amigo, se o mês de Maria, na tua freguesia, foi imponente, aqui nas trincheiras, foi singelo mas comovedor, toca-nos a alma esta simplicidade, esta fé tão necessária ao coração humano. Oxalá tu te não tenhas esquecido de pedir aos concorrentes que recitassem uma Avé Maria pelos nossos soldados! A França ora. Imitemo-la nos seus rogos, nas suas orações, já que com ela partilhámos das angústias desta maldita guerra.

Abraça-te o teu condiscípulo muito amigo

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar de Artilharia 7

Director de *O MENSAGEIRO*

«Em Campanha, Mês de Maria nas trincheiras»; *O Mensageiro*, Leiria, 20 de Junho de 1917, nº 142, p.1

Texto 8

EM CAMPANHA

..., 22-5-917

Meu caro amigo

Não calcula como se aguardam notícias de Portugal. Ainda não recebi carta alguma daí nem jornaes.

Os *alimoos* teem estado danados hontem e hoje. Não cessam de atirar *ameixas*. Esta carta é feita sentindo-as passar por cima da casa que habito. Estão a bombardear uma fábrica. Os marotos atiram-lhes a mais de 5 quilometros e quasi lhes acertam. Se ouvisse o assobiar das granadas devia gostar, mas o peor são os efeitos...

Encontrei hoje, na rua, o major Lacerda. Não o reconheci á primeira vista; foi ele que me veio falar.

Hontem os *alimões* não me deixaram dizer missa. São danados!...

O Armando, filho do Larcher, consta-me que está aqui perto. Ouvi hontem tecer-lhe elogios, porque sabe do ofício – telefones ou telegrafia. Devo ve-lo de muitos dias. Hoje apareceu-me um rapaz que esteve no Matos. Como vê há por aqui muita gente conhecida.

Olhe: lá vai uma esquadrilha de aeroplanos e ouve-se a metralhadora cujo som me faz lembrar os sapos em noite quente ou as rãs. O canhão, é claro, não cesse de troar.

Vou ver se lhe envio recordações do bombardeiro de 19 e 20. Veja um *prove home* com um estilhaço daqueles na cabeça onde ia parar!... Quasi servem para esferas.

Ando fino; o peor é a lama porque chove e não há lama mais pegajosa do que esta. Até me custa sair á rua.

Tinha tanta coisa que dizer, mas...

Fui á primeira linha, vendo aí, a 100 metros, as linhas alemãs. Não é feio, mas é perigoso. Os nossos soldados são finos e estão suspirando por entrarem em combate. Percorri tudo e se Deus quiser lá irei bastas vezes.

Os capelães aqui são indispensáveis. A Igreja, ou melhor o teatro transformado em Igreja, porque essa foi destruída pela passagem dos alemães, é visitada continuamente por soldados, que rezam o terço, fazem oração, visitam a via sacra, etc. Que belos soldados nós temos! E também oficiaes.

Isto por aqui é cada vez mais lindo. Os silvados são todos de espinheiros que agora estão a desabrochar. São estradas lindíssimas e só se respiram cheiros de flores.

Se visse os soldados escocezes com saias curtas e pernas à mostra, ria-se a perder.

Hontem estive em... onde disse missa, debaixo de umas arvores, num sítio bem poético. Parecia o nosso marachão!... Se me visse militarizado não me conhecia.

O meu cavalo é bom e o meu impedido, que se chama Justino, diz a tudo que *está vem* e é um excelente rapaz. O pior é não saber ajudar á missa nem ler, que o ensinava.

Não se acredite no que dizem os jornaes sobre o termo da guerra e propostas de paz.

Diga ao major Almeida Lopes e ao major Teles, que se vierem, que tragam vinténs e dez réis que aqui correm. Se eles comprarem francos devem custar 15 vintens cada um e se trouxerem vinténs cada 10 são um franco. Que se não preocupem com os fatos, pois core e é quasi certo que estão trabalhando umas fábricas inglesas para o nosso exercito ser dotado com um tecido mais resistente do que o actual embora permaneça a mesma cor. Que tragam lençoes, travesseiros e roupa branca. Calçado não comprem que aqui não serve; tudo usa as botas inglesas e tanto mais que isto nunca mais acaba.

Dentro de poucos dias devo ir ver a rapaziada de Leiria.

Continúo em artilharia 7, que é a jóia dos regimentos em soldados e officiaes.

Se o meu amigo adivinhasse o que se passa por cima de nós, neste momento, *ria-se a valer*.

Daqui a pouco os *boches* são capazes de nos cumprimenta com os gazes asfixiantes, repetindo as proezas das noutes anteriores. Temos de dormir de mascara ao pescoço.

Peço diga, a quem por mim perguntar, que estou fino.

Escreva e conte coisas daí.

Abraça-o este seu amigo.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar de Artilharia 7

Director de *O MENSAGEIRO*

Texto 9

EM CAMPANHA

..., 24 de Junho de 1917

Meu caro amigo

Comecei hoje a sentir uma grande verdade – estou velho. Ao mirar-me ao espelho, descobri que o meu mento se torna dia a dia alvo. Senti ontem o primeiro arrependimento em ter vindo arriscar a vida, mas breve passou esse arrependimento pelas consolações que nos dão os nossos soldados nas manifestações de suas crenças. Há dias o nosso 7 teve seiscentas comunhões!

O Ministro da Guerra, por mero acaso, assistiu a uma missa campal, onde presenciou a Comunhão de **soldados e oficiais**. É isto que nos anima. Se por vezes sentimos desalentos, pouco depois sentimos consolações.

Não tem havido coisa de maior por aqui, apenas a noite de Santo António e o dia foi rijamente festejado, havendo brincadeiras de todas as espécies, provando o nosso soldado mais uma vez o seu valor.

Eu nem quero que me lembre o que tenho presenciado! Mal diria eu quando falava sentado na *chaise* longa do escritório de certo advogado, sobre os horrores de um combate, que viria presenciar esses horrores! É a guerra ao vivo, ao natural, que aqui se sente.

O moral do nosso soldado é bom. Se calhar canta e dança no dia seguinte ao combate. Preferem, têm dito muitos, estar ali nas trincheiras a serem compelidos a fazer grandes marchas e exercícios na retaguarda.

Ao verem os seus camaradas estendidos, só têm esta exclamação: Coitados!

Outro dia, um com uma perna esfacelada, a quem eu estava a animar, lembra-se do efeito da nossa artilharia nas linhas inimigas e dos gritos que de lá partiam, e diz-me: - Ó meu alferes, quase chorei quando ouvi tanto grito!...

É assim o nosso soldado.

Veio entregar-se um *boche*, e os ingleses pretendem matá-lo, porque o grande princípio é não fazer prisioneiros; e os nossos soldados impõem-se e não consentem! São bons e são valentes.

Um soldado do 22 esteve umas poucas de horas enterrado num abrigo. Os alemães ocupam por horas o local e ele, embora ferido, não dá um grito; ouve mais tarde falar português e ei-lo a chamar para o tirarem e, ao ver-se livre, ri-se e quer ir combater.

Foi feito prisioneiro um soldado aí do 7. Conduzido para as trincheiras alemãs, começa a ser interrogado. Cai uma granada nossa próximo do local, os *boches* fogem, e ele, cumprida a formalidade, vem para o seu posto, atravessando o arame e chegando todo roto!

Um cabo do 22 impede um avanço alemão com a sua metralhadora. Só ele está de pé! Uma patrulha alemã arrebatou-lhe o capacete e a máscara, e ele tenta recuperar os seus objectos. E conseguiu. Foi às linhas alemãs, trouxe o que lhe pertencia e, para provar que fora lá, trouxe um cinturão alemão. Nesse dia é promovido a sargento e, nessa noite, uma bala alemã atravessa-lhe o crânio dando-lhe morte instantânea! Morreu cingido com o cinturão alemão, olhos esgazeados e os braços estendidos pela trincheira, todo ferido dos estilhaços das granadas, assim o encontraram horas depois.

Enregelado ajudei a concertá-lo na mortalha. Tinha o retrato de uma filhinha na carteira, filhita que ele na véspera dizia desejar abraçar! Estava manchado de sangue. Parece que o estou a ver ainda. Um horror!

Há soldados que pedem os Sacramentos, mas não há padres!

Há dias, o primeiro da festa, fiquei extenuado. Ao romper da manhã, escondido com as árvores e silvados, fui para onde me chamava o dever, embora me não pertencesse, absolver os agonizantes, confortar os feridos e animá-los, dar-lhes remédios, consolá-los, enterrar os mortos. Pois estava eu só, porque os outros capelães estão em lugares donde não podem prestar serviços.

Meu amigo, um horror! Esses *malandrotas* que dão vivas à guerra deviam vir presenciar a morte dos nossos soldados e recolher-lhes as últimas palavras para aqueles a quem vão os seus pensamentos.

Choramos sem querer! E, por vezes, temos de voltar a cara para que nos não vejam as lágrimas!

Se eu escapo, não lhe digo nada! Os *herozes* estão nos lares, os outros estão a honrar Portugal. Que bons soldados nós temos!

O Jaime mais tarde lhe contará onde o fui abraçar e onde fui depois, debaixo de *ameixas* grandes. O Carneiro lhe poderá dizer às horas em que me viu atravessar campos e saltar valas, para ir prestar os meus serviços. Que actos de heroísmo do nosso

bisonho soldado! Se eu lhós fosse a narrar! Se visse os mortos, a sua atitude, como foram mortos, um horror!

Se visse morrer um homem com gases, fugia! Que barbaridade! Pedi a um médico inglês que desse morfina a um moribundo para o não ver sofrer mais.

O que me aflige é o calor. O 7 não tem tido baixas. Apenas dois mortos e um deles, com tanta infelicidade, que era da minha freguesia, o outro era da Marinha. Pois os *alimões* fizeram bem os esforços para lhés fazer mal.

Se visse as *covas*! Mas os nossos soldados riem-se e não temem o perigo.

O meu paroquiano morreu por... querer. É claro que, de lado a lado, não se vêem cabeças. Os boches prepararam três bonecos que mexiam. O meu paroquiano ria do caso, chamou outros e deitou a cabeça de fora. Um bela alemã atravessou-lhe o capacete e a cabeça. Teve morte instantânea. Já lhe fui rezar um Padre Nosso sobre a campa e os soldados juncaram-na de flores. O outro morto é da Marinha Grande – Ordem.

Os outros mortos não são do 7. Eu creio que o Governo já deve ter publicado as baixas aí, e por isso nada direi.

Todos os oficiais estão bem, e quando houver novidade, avisarei... se tiver tempo.

Hoje vi-me *em calças pardas* ao regressar de dizer missa. Os *alimões* têm mesmo péssimas brincadeiras. Lembraram-se de brincar, atirando obuses de 15 para a estrada que eu atravessava. Não lhe digo nada. Eu não fugi, mas retirei-me apressadamente! Como sabe, retirar não é fugir, como me explicava um capitão...

São seis e meia da manhã. Acabei agora de dizer missa num barracão. Gostava que visse o meu altar portátil. É microscópico. Basta dizer-lhe que o transporte às costas na bicicleta, que pesa cinco quilos e que tem tudo: castiçais, velas, cruz, missal, paramentos, calix, galhetas, tudo que necessito e algumas coisas em duplicado. É curioso.

Ainda não vi aqui o Telo Azevedo Gomes, que deve estar lá para Inglaterra a estudar, se é que já veio. É o que vem melhor de todos, pode dar de minha parte os parabéns ao pai.

Estão de saúde e cumprimentam suas famílias e amigos os seguintes oficiais: Capitães Tomaz da Fonseca, Pereira dos Reis, Carneiro, Santos, Turpia e Sousa; Tenente Pascoal; Alferes Dr. Azevedo, Ernani Cidade, Larcher, e alferes-capelão Lacerda.

(...) Abraços a todos os amigos a quem envio juntamente os meus respeitosos cumprimentos.

Seu amigo

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar da 3.^a Brigada de Infantaria

Director de *O MENSAGEIRO*

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 4 de Julho de 1917, nº 144, p.p.1-2

Texto 10

EM CAMPANHA

Meu caro amigo

Nada mais difícil do que corresponder aos desejos manifestados em sua amável carta. Irei por partes para o não fatigar. Pena tenho eu de a minha descolorida prosa não poder dar o verdadeiro brilho ao que vejo, ao que sinto. O meu amigo desculpará atendendo só à boa vontade que me anima para de algum modo aceder ao seu pedido.

Os campos são lindos! Não vejo senão silvados floridos e, como compensação, casas derrubadas e famílias na miséria. Um horror! Há povoações grandes sem uma única casa! As igrejas, como edifícios mais elevados e para evitar serem aproveitadas para observatórios, não escapam à guerra.

Em V..., dentro das ruínas, apenas se vê a imagem de Jesus Cristo em tamanho natural, está intacta. Respeitaram-na os estilhaços das granadas, as balas das espingardas e as paredes ao derruirem!

Em L..., apenas existem da igreja uns restos de parede, mas à entrada do largo da igreja, distante desta uns vinte metros apenas, lá está intacta uma cruz grande, elevada e, pendente dela, a imagem de Jesus Cristo sem vestígios de balas ou estilhaços.¹ É vulgar, dizem-me os franceses, factos destes! Não aconteceu o mesmo em L... Ontem, ao passar por lá, de olhos alerta e ouvido à escuta, detive-me a contemplar uma imagem de Jesus Cristo que estava na encruzilhada das estradas. É bela a imagem, mas os tiros não a pouparam. A parte da cruz onde estava o letreiro foi estilhaçada por uma granada; um dos braços está pendente; pelo corpo da imagem há vestígios de estilhaços. Comove-nos o contemplar aquela imagem. Como se não fossem suficientes as feridas do Calvário, vieram mais estas! Há vontade de orar diante daquela imagem mutilada, orar para que termine este flagelo terrível. Mas não, a Justiça Divina ainda não achou compensação no que se tem passado. Curvemo-nos perante os desígnios de Deus!

Os nossos soldados oram, confessam-se, sem respeitos humanos imitam os soldados franceses e ingleses. Rezam o terço nas casernas e na igreja, lêem livros de orações na igreja e assistem à bênção do S.S. e à missa. Mas se vir algum “sócio do registo civil”, diga-lhe que os encontrei nas primeiras linhas cheios de ânimo, valentes, intemeratos e que mesmo ali eles oram e se confessam. De olhar alerta, nunca

assomasse na linha inimiga um *boche*, eu assisti à confissão de um soldado. Quem tem assim fé, quem assim procede está disposto a honrar a sua Pátria. Que pena, meu amigo, eu não ter terços, nem medalhas, nem livros piedosos. Todos mos pedem e eu tenho de dizer que não!

Sabe como disse a minha **primeira missa campal**?

Eu lhe conto. Na véspera, uns soldados do regimento de..., ao passarem por mim, trocaram impressões de que desejavam ter no dia imediato missa no seu regimento. Aquele dia (o Espírito Santo) trazia para eles saudosas recordações de sua Pátria lá tão longe, que eles nem sabiam para que lado ficava. Nesse dia costumavam eles percorrer a estrada coberta de pó e dirigirem-se a uma grande romaria nas proximidades de uma das cidades mais encantadoras de Portugal e, acompanhados ou pelas irmãs ou pelas noivas, comprar a sua corneta de barro, a sua campainha, o seu vintém de cerejas e, à tardinha, regressarem alegres e contentes ao seu lar, onde os pais os aguardavam para ceiar e rezar o terço em família. Este ano não faziam isto, mas queriam solenizar por qualquer forma aquele dia, dizendo depois a suas famílias que, longe da Pátria, um padre português, cujo nome ignoravam, lhes dissera uma missa a que todos tinham assistido.

Tranquelizei-os. No dia imediato teriam a sua missa e assim aconteceu.

Nascera há pouco o sol quando eu percorria a estrada que me separava do local onde estacionava o regimento. Quando cheguei saíam os soldados de receber a sua ração. Ao verem-me, li-lhes nos olhos a satisfação de irem assistir ao Sacrifício por excelência. Procurei o comandante do regimento, que me recebeu no próprio quarto, onde ainda descansava da longa viagem da véspera. Concedeu-me todas as facilidades e o que é mais, também ele desejava assistir, lamentando-se que o seu regimento não tivesse um capelão privativo, pois tanto os soldados como oficiais eram religiosos.

Saí dos aposentos do digno comandante e procuro local apropriado. Copadas de árvores escondem da vista do aeroplano todos os soldados. Dois sargentos preparam-me o altar, mas que altar, meu amigo! Duas *caixas da ordem* ao alto e por cima uma caixa comprida coberta por um lençol de borracha. Uns soldados vão buscar panos de uma tenda de campanha para que o vento não apague as velas; outros espetam numas tábuas uns pregos para que se segurem as velas; eu coloco sobre a mesa a pedra d'ara e os paramentos e daí a momentos, com a assistência de todo o regimento, incluindo a

distinta oficialidade, eu, ajudado por um cabo, celebrava a minha primeira missa campal.

Meu caro amigo, não sei o que se sente, mas creio que assim a nossa oração é mais sincera e fervorosa. Descortinei lágrimas nos olhos dos soldados e eu por minha vez me comovi. Como é bela a oração feita quer nos grandes templos, quer sob as copadas das árvores, desde que saia do coração! Ao longe, o troar incessante do canhão e o gargalhar das metralhadoras acompanhava o murmúrio das preces saídas dos lábios dos soldados portugueses.

Desmanchado o altar, percorri novamente a estrada para assistir a novas cerimónias religiosas, que mais tarde lhe contarei.

Bem, para a outra vez serei mais curioso. Abrace este seu amigo

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar da 3.^a Brigada de Infantaria

Director de *O MENSAGEIRO*

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 11 de Julho de 1917, nº 145, p.1

Texto 11

EM CAMPANHA

6-7-917

Meu caro amigo

Isto por aqui é lindo e, se não fosse a guerra, era um paraíso. Que lindas rosas e begónias! Que lindas searas por aqui se vêem! Que estúpida é a humanidade com esta guerra!

Recordo-me com saudade dos passeios de Leiria aos Marrazes e outras freguesias, mesmo daqueles que eram feitos debaixo de chuva e pisando lama de palmo e meio. Tudo isso é nada para o que tenho contemplado e para o que o soldado passa.

Nunca serás capaz de fazer ideia dos horrores de uma guerra e do final de um assalto ou de uma pequena escaramuça que seja. Nem por um momento ainda senti remorsos de ter vindo. Chegamos a gostar destes horrores. Sempre com o Credo na boca, vivendo no meio da morte, sentimos saudades quando se não ouvem tiros, e acordamos quando para o tiroteio. O troar da artilharia é a *cantiga* que nos faz adormecer, o tremer da terra é o embalar do berço. O pior é se a cantiga é junto dos ouvidos, que se fica surdo para sempre...

Apenas tive um dia de descanso após a minha chegada. Parti logo para onde se ouve o zumbido das *ameixas*. O mesmo não aconteceu aos meus colegas, nem a outras pessoas. Eu fui mais feliz, crê. Desde o princípio que tenho acompanhado isto, conhecendo bem a nossa linha e os nossos soldados, que são o orgulho da nossa raça.

Quem nos diria aí que o nosso bisonho e analfabeto soldado é um autêntico herói! Se a linha ocidental fosse ocupada por tropas portuguesas – desde o mar do Norte à Suíça – podes crer que a guerra só durava uma semana. Assim, durará um século.

Não contes em a guerra acabar pelas armas. Só quem vê isto é que sabe. Há-de acabar pela luta económica. Os alemães serão vencidos neste campo. Pelas armas isto nunca terminará, por causa desta maldita guerra de trincheiras. Para se avançar um quilómetro, sacrificam-se milhares de homens, para no fim se esbarrar com outras barreiras piores.

Isto não é guerra, é selvageria e canibalismo. Nós não saímos das trincheiras. Três alemães vieram até nós e falando português aproximaram-se de uma sentinela e à

queima roupa deram-lhe três tiros, atravessando-lhe o coração. Foi um oficial o autor da proeza porque os tiros foram de pistola. A outra sentinela conseguiu escapar; os alemães, pressentidos e não esperando pela paga, fugiram deixando uma arma deles e levando a nossa. Tive-a na mão. Ainda hoje, ao rezar um Padre Nosso sobre a sepultura desse nosso soldado, que foi morto à traição e depois roubado, o verifiquei. Mas fica certo que pagam a dívida, mas nunca à traição. Nós somos leais. Nenhum dos outros o é.

O nosso soldado é valente. Ao vê-los caminhar alegres para a morte, rio-me com eles, mas sofro tanto ou mais do que eles quando os vejo feridos e, ao sepultar algum, choro por tal forma que me chego a envergonhar. Que queres? Tenho pena deles e dos nossos, e no entanto, nos discursos que lhes faço, entusiasmo-os por tal forma que eles sentem-se bem e julgam-se os soldados mais valentes do mundo. E é verdade. Orgulhemo-nos deles. Se não têm os lindos fatos, nem as continências dos outros, têm a mansidão aliada à bravura.

Meu amigo, não sei se aí voltarei, porque eu passo os mesmos perigos que eles, mas se eu não voltar, **ao passares próximo de um soldado que tenha estado nas trincheiras, descobre-te porque é um herói.** Mal tu sabes o que ali se sofre, os momentos que ali se passam.

Os que aí se queixam da carestia dos géneros deviam vir até aqui dar um passeio e ver o que isto é. E esses lançadores de bombas deviam ser aproveitados aqui nas trincheiras para as granadas de mão, pela prática que têm.

A nota do Governo é verídica nos mortos, até ao dia 12 ou 13. Podem acreditar. Assisti a tudo, desde o desespero até à morte e sepultura dos nossos valentes soldados. O 7 de Infantaria está bem. Aí é que *matam* soldados e oficiais por uma pá velha! Terríveis! Até já me *mataram* a mim, aí, por umas poucas de vezes! Nós aqui rimo-nos com essa fúria de matar gente!

Se eu fosse autoridade, fazia isto:

- A quem ouviu você dizer que morreram tantos soldados?

- Ouvi dizer a Beltrano.

Pois, meu caro, o tal Beltrano apanhava um destes calores!... Obrigava-o a vir aqui verificar. Acabavam logo os boatos. O sofrimento que causam às famílias é horrível.

As listas dos jornais são verdadeiras. O nosso 7 não tem um único oficial morto nem sargentos. Desde o princípio apenas tem 12 mortos, 42 feridos, alguns levemente, e dezasseis desaparecidos. Isto não é nada para o que foram os ataques.

O Barbosa diz-me que ando gordo. Pois se assim é, não é por falta de trabalho.

Vou jantar, mas escuta: Ontem, ao ir ao *cortiço*, encontrei um rapaz lá dentro que reconheci como sendo daí próximo. Capote esburacado, manta toda furada e a mochila parecia uma peneira. Ri-me com o caso e felicitei-o por ele não ter o capote vestido. Quis saber a sua história. É dos Parceiros e é gago; não sei se já o era. Eu ri-me a valer com a sua exposição. Ao ouvir a *trovoada* e sentir o *pedraço*, escondeu-se no abrigo, mas... pouco depois, caía-lhe tudo em cima e o pobre soldado ficou protegido pelo banco, debaixo do qual se tinha metido. Já vês que era inteligente. Além da couraça do abrigo, a do banco. Ali estive, ele nem sabe quanto tempo. Sabe que ouvia chamar pelo seu nome, mas não podia responder. Sente cair uma granada de gazes e não pode pôr a máscara. Felizmente, para ele, os gazes eram lacrimogéneos e ele chora sem vontade. A pouco e pouco, consegue abrir um buraco e, horas depois, estava cá fora, sem uma beliscadura. O mesmo não aconteceu ao seu alferes, que tivera umas leves arranhaduras. Estava radiante o nosso herói. Convidei-o para ir às festas dos Milagres e perguntei-lhe pelo amigo e sr. José Pereira, dizendo ele que tanto o sr. Pereira como mais quatro pessoas lá de casa estavam doentes. Pois estimo as melhoras.

O troar do canhão é incessante. Simplesmente belo. São milhares de obuzes que cruzam os ares com o seu assobio diferente.

Não escrevo mais por não ter tempo. Ainda hoje quero ver se chego a um hospital ver um paroquiano meu e outros soldados.

Sargentos e oficiais de Leira tudo bem.

Cumprimentos aos amigos. Quando houver novidade, avisarei, se tiver tempo.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar da 3.^a Brigada de Infantaria

Director de *O MENSAGEIRO*

Texto 12

EM CAMPANHA

14-7-917

Meu caro amigo

Andei todo o dia envolvido com trabalho. Levantei-me às seis. Fui para a igreja que, por sinal, é um teatro em ruínas e que fica a quatro quilómetros da minha dormida, onde disse missa a perto de mil soldados, falei e dei comunhão aos confessados da véspera. São nove horas; às onze parte o correio; ao meio dia almoço, à uma vou felicitar o Jaime Tomaz e todos os leirienses; às quatro queria ir abraçar o Ernani Cidade no *cortiço*, pois que lhe coube agora a vez; às cinco queria estar noutra ponto do *cortiço* e visitar um dos meus batalhões; às seis na igreja para fazer o terço e confessar; às oito jantar e assim todos os dias. Já vê que se trabalha.

Recebi ontem 11 cartas e três postais. Há dias que nada recebia. Não calcula o quanto apreciei a leitura das suas. Consegui ler *O Mensageiro* nas trincheiras. Estava na primeira linha. Aquilo é que é coragem, hein!

Isto não é guerra, é selvageria. Tudo serve para matar. Estamos independentes dos ingleses, o que não é sem tempo. Vamos por conseguinte ter liberdade de movimentos, se liberdade pode haver nas trincheiras.

Assisti agora à saída dos nossos soldados para o *cortiço*. Quantos regressarão? Talvez todos porque os *boches* não têm atacado agora muito, talvez poucos se eles, querendo limitar o nosso sector, se moverem a fazer *raids*.

(...) Ontem às quatro horas da tarde chegou o Barbosa, chefe da banda de Infantaria 7. É meu comensal e dormiu até no meu quarto. À noite fomos procurar um piano e ele deliciou-nos com as modinhas da nossa terra, fados, saricoté, etc.

Recebi o cheque que muito agradeço.guardo ordens sobre o mesmo. Quem será o anónimo que entregou essa quantia? Essa quantia é para distribuir pelos soldados com certeza, pois fique o anónimo certo que será contemplado o 7.

Calcule, eu não recebi ainda um centavo desde que vim, além do meu fabuloso ordenado de 185 francos, dado pela Comissão, ordenado gasto em roupa (lavagem), água mineral, não há aqui água potável, nem mesmo fervida se tolera, gorjetas, etc. Outro dia recorri a um amigo, mas já satisfiz. O capelão-chefe, como está na retaguarda,

disse que o ordenado era suficiente e eu faço ideia dos contos de réis que os meus colegas daqui levarão... Eu não quero nem aceite aumento, porque quero pedir de cabeça erguida para os outros. O que me falta é tempo para mexer isto. Agora tenho aqui dois dos meus companheiros de viagem, mas por sinal os mais moles. Ajudam-me nas confissões, visto que os Batalhões deles não *usam* por enquanto.

Pede-me para ir aí. Nem penso nisso. Pensava se tivesse tempo. Mas não tenho. Pouco me demorei em Paris quando fui comprar as capelas portáteis, e só à força lá voltarei. É medonho. Não se vêem senão militares aleijados. Estive lá apenas vinte e quatro horas e calcule que só pelo quarto me levaram 22 francos. Quarto num 4.º andar. Ladrões!

Eu ando a ver se consigo fundar umas casas junto dos Batalhões, onde os nossos soldados possam ler jornais de Portugal e ter papel, tinta e envelopes para escrever às famílias. Se conseguir isto, fico satisfeito. Recorri a uma santa religiosa portuguesa que está em Paris e creio que levarei a ideia avante.

Todos aqui lutam com dificuldades. Isto é uma exploração. O nosso soldado passa mal, não porque seja má a comida, pelo contrário, mas porque não é a sua comida. Até tem doce! Tem chá, queijo, pickles, etc., mas falta-lhe *casqueiro*, grão de bico, e outras coisas portuguesas. Um ovo custa-lhe um tostão e mais, e ele compra porque precisa.

Os ingleses apanham cada *taxada* que é de caixão à cova!

Aí julgam que aqui não há tempo nem direito a brincadeiras e os soldados passam o tempo o melhor que podem.

Como sabe, os abrigos são pequenos, alguns comportam só um, dois ou três companheiros, de sorte que os outros esperam a vez de *ir molhar a palavra*. Sabe quantos lá vi? Dez! Cumprimentei-os de capacete de ferro na mão, que fazia um calor horrível, e fui-me de largada comer passas de pera e bombons para o abrigo do Tomaz da Fonseca, onde estive com o Martins que se recomenda para todos.

Agora sentem-se muito os morteiros de trincheiras; qualquer experiência dos *boches*, que estão impossíveis de aturar. Isto cada vez está mais sério. Vou ver se sou necessário, pois os *boches* estão furiosos com os morteiros. Não estão sossegados e o pior é que lhes vamos sentindo as fúrias. Aí devem horrorizar-se com as baixas. Aqui admiramo-nos como são tão poucas.

O 7 tem sido muito experimentado. Tenho pena dos que morreram, mas mais tenho dos que ficaram prisioneiros.

Ontem um soldado do 35 passou às oito horas da noite alegre e satisfeito para as trincheiras; daí a horas, estava sem cabeça! Uma granada de mão cortara-lha e fizera-a desaparecer! Um soldado da Marinha Grande (Amieira) ficou sem o braço direito, rente! Parecia cortado à guilhotina. Percorreu-se tudo por ele, para ser enterrado com o corpo, mas não se encontrou. Um horror!

O Jaime Tomaz teve uma destas sortes monumentais. Um *presente boche* entrou-lhe pelo tecto do abrigo, passou junto dos pés da cama e sepultou-se na terra, deixando um enorme buraco! Não rebentou, foi o que valeu. O Jaime não estava lá. São ou não brutos os alemães?

Agora estão as granadas a rebentar a uns 500 metros donde estou. Não vejo o efeito porque não tenho tempo a perder, mas sinto os franceses a passar debaixo da janela do meu quarto a retirarem das proximidades dos rebentamentos. Os *alimões*, com os tiros que fazem neste momento, não matam a milésima parte.

Tenho três feridos da minha freguesia, um gravemente, mas todos por desastre.

Se quiser amanhã de manhã ver os efeitos das granadas, venha daí. Agora não, que é perigoso!

Cumprimentos aos amigos. Abrace este seu amigo

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar da 3.^a Brigada de Infantaria

Director de *O MENSAGEIRO*

« Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 25 de Julho de 1917, nº 147, p.1

Texto 13

EM CAMPANHA

20-7-917

Meu caro amigo

A guerra continua no mesmo estado. O canhão não cessa de troar. Ontem então quase se podia ler com o reflexo dos tiros. Deve recordar-se do ruído longínquo dum trovão. Pois multiplique isso por mil e terá o efeito aproximado do que é o bombardeamento que precede um avanço. Não se admire de ouvir dizer que há soldados que enlouqueceram durante os grandes bombardeamentos e que no ataque de Verdun muitos dos defensores tiveram essa sorte. Apenas presenciei uma vez de perto, e digo que o caso não é para menos. Sentir por cima de nós o sibilar de milhares de granadas, cambalearmos como se estivéssemos embriagados, pelo tremer contínuo da terra, vendo os reflexos das peças por todos os lados, diga-me se não é para enlouquecer.

Ontem o canhão troava assustadoramente para os lados da Bélgica. Até agora ignoro o que se passou, mas confio em que os ingleses devem ter inscrito nos seus anais algum acto de heroísmo. No sector português, verá pelo comunicado do Governo, que nada tem havido de notável, embora aí continuem a matar soldados, cabos, sargentos e oficiais todos os dias. A mim não sei quantas vezes me mataram já, mas o que é certo é que eu continuo de saúde.

Não é possível satisfazer em tudo a sua curiosidade. O meu amigo não faz ideia dos meios que os alemães se servem para obter informações. Ninguém me pode garantir que a carta que eu envio para qualquer pessoa, chegue às mãos dessa pessoa. Os alemães têm mil modos de colher informações, desde a espionagem vulgar, comprada a peso de ouro, até aos grandes meios em que a sua imaginação é fértil. Não lhes bastam os pombos correios, os espiões que, altas horas da noite, os seus aeroplanos vêm largar no terreno francês, a recepção de telegramas e telefonemas... Têm outros meios engenhosos, como vai ver. Foi preso e fuzilado um francês que comunicava aos alemães certas informações com a forma de lavar a terra. Um quartirão de certa cidade nunca era bombardeado pelos boches, averiguando-se depois que um espião colocado na torre regulava o tiro inimigo com o movimento dos ponteiros do relógio, indicando assim as posições ocupadas pelos ingleses. Um simples postal inglês, colhido pelos alemães, em

que um oficial transmitia à esposa certos esclarecimentos, fez com que o regimento desse oficial tivesse duro revés. Nada se pode dizer e nada se deve dizer. *C'est la guerre!*

Creio já lhe ter dito que outro dia um oficial alemão assassinou uma sentinela nossa, iludindo-a, fazendo-se passar por um oficial inglês. Se são para lastimar estes factos, vêm ao mesmo tempo provar quanta vigilância e cuidado são necessários.

Ao princípio os nossos soldados riam-se dos gazes. Que não matavam, que eram inofensivos; mas apenas souberam o que aconteceu a Infantaria 22, na noite de Santo António, que jamais esquecerei, mudaram de ideias e é ver como agora já não há casos a registar. Tudo isto vem a propósito de eu não poder satisfazer a sua curiosidade neste ponto, por enquanto.

Pergunta-me pelos nossos soldados. Não sou capaz de lhe exprimir o que sinto a seu respeito. Conheço o nosso soldado, actualmente, desde a caserna até às trincheiras, desde o sobrado da casa que nos serve de capela e onde centenas e centenas deles, todos os dias, vão orar, buscar alentos, revigorar a fé, até ao momento em que os vejo saltar a trincheira, altas horas da noite, para seguirem ou voltarem de alguma patrulha ou *raid*. Sempre risonhos, sempre valorosos. Não há soldados como os nossos. Eu lhe descreverei um dia como assisti a uma patrulha, como passei a primeira noite nas trincheiras. Agora não, falta-me o tempo. Digo-lhe que não pode ser mais solene o momento em que os nossos soldados saltam o parapeito para a *Avenida Afonso Costa*, para o incógnito, para o misterioso e quem sabe se para a morte. A preocupação em que se fica até ao regresso é compensada pelos abraços que se dão à chegada e, se não estoirar o *champagne*, se não há vivas nem *hurrahs*, há o contentamento íntimo, que não há palavras que o definam.

O povo é inconsciente, é a eterna criança. Às horas que eles aí dançam e cantam, estão os irmãos e os filhos a cair varados por balas, estilhaços de morteiros e gazes. Não calcula o que sinto, o sofrimento do nosso soldado. E são tão bons, tão dóceis! Que impressão ao verem a morte sempre diante deles!

O nosso soldado é *blaguer* com a graça portuguesa. Quer saber uma deles? O terreno que existe entre as nossas trincheiras e as alemãs é chamado pelos ingleses *terreno de ninguém*. O nosso soldado mudou-lhe o nome, chama-lhe *Avenida Afonso Costa*. E há dias, discutia-se seriamente o caso seguinte: a uns cinco metros das trincheiras, existem as vedações de arame farpado, tendo o terreno entre as nossas

trincheiras e a dos inimigos maior ou menor extensão, que pode ir de 50 a 500 ou 800 metros. Pergunta-se: a *Avenida Afonso Costa* é composta pelo terreno entre as duas defesas de arame, ou começa logo na parte exterior das trincheiras?... O caso é *bicudo* e de parte a parte há argumentos de peso. Eu optei para que fosse submetido o assunto à próxima conferência da paz...

Há dias, sentado nas trincheiras, conversava amavelmente com os soldados, quando, sobre as nossas cabeças, passa uma granada. Nenhum se mexeu. Um soldado, ao senti-la, diz com a maior naturalidade: *aquela é deles*. Protestei, visto sentir o *levantamento* feito nas trincheiras inimigas. Daí a momentos, segunda granada. – *É deles!* – dizem os soldados. Estava intrigado com o caso, que teve solução imediata. Por cima de nós passa com um silvo muito especial uma granada que cai no nosso terreno. – *É nossa!* – exclamam os soldados. Aquela, que já passou as trincheiras, é nossa; as outras são deles... Ri-me com o caso e fui contá-lo ao Comandante que, por sua vez, se riu a valer. O meu amigo não se rirá, porque *ai há tristezas, o contrário daqui*.

Bem, sinto bombardear um aeroplano e vou ver se ele cai. Escusa de fugir. A coisa mais inútil da guerra são as baterias contra os aeroplanos. Causam mais dano a quem apanha com a metralha do que aos aeroplanos. Entre dois ou três milhões de tiros conseguem atingir um aeroplano. Logo vou ver se encontro qualquer *cabumba* par lhe dar um cigarrito.

Cumprimentos aos amigos.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar da 3.^a Brigada de Infantaria

Director de *O MENSAGEIRO*

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 1 de Agosto de 1917, nº 148, p. p.1-2

Texto 14

EM CAMPANHA

25-7-917

Meu caro amigo:

Por mais esforços que faça, não me tem sido possível escrever; apenas me tenho limitado a simples postaes, com meia dúzia de palavras, e agora mesmo, apenas tenho na minha frente 15 minutos.

Acabei de dizer missa e devo ter um enterro ás 11. Um solado de artilharia 7 que morreu afogado. Foi tomar banho e lá ficou. No resto nada tem havido. Lançamento de morteiros, granadas, gazes, etc., mas de que pouco caso se faz. Os “alimões” têm feito raids ás nossas tropas, mas sem resultado algum. Sempre firmes. As baixas mesmo teem sido poucas, apenas alguns ferimentos causados por imperícia e desastres. Hontem é que ficou ferido um sargento do 35 com uma granada de espingarda e gravemente. Chegou hontem aqui o eco do Agostinho Fortes. Brevemente lhe escreverei sobre o assumpto e outros se tiver tempo.

Abrace o seu

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar da 3.^a Brigada de Infantaria

Director de *O MENSAGEIRO*

« Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 8 de Agosto de 1917, nº 149, p.1

Texto 15

EM CAMPANHA

3 de Julho de 1917.

Exma. Senhora

Recorreram a mim os bons soldados portuguezes cujos nomes e indicações vão na inclusa relação, para que lhes alcançasse madrinhas de guerra.

Eis o que me leva a escrever a V. Exa. A vossa tão simpática e patriótica associação só é bem compreendida aqui.

Quem lida com os nossos soldados, quem os ouve, quem escuta as suas palavras, sente o que eles sentem, é que sabe quanto é nobre a missão a que vos impostes.

A madrinha de guerra, sem conhecer o seu protegido, tem por vezes taes palavras, que o soldado comove-se e chora. Falar-lhe da Pátria, receber noticias da terra, tão distante que ele nem sabe para que lado fica é para o nossos soldado e para os que aí estão, motivo de indisivel alegria, é vel-os anciosos, á chegada do correio, aguardando noticias dos seus, dos pães, dos irmãos, das noivas; é lêr-lhes nos olhos a alegria, ao receberem a almejada carta que eles não dariam por riqueza alguma, e é sentir-lhes os desalentos nos queixumes que transmitem nas cartas enviadas para a terra!

Escreva-me sempre, pede um!

Parece-me estar a ouvil-os, quando recebo as vossas cartas, diz outro!

São tão bons e tão simples os nossos soldados!

Que perguntas eles fazem aos seus!

E então, nas trincheiras, onde é tão aborrecida a vida, onde se vive debaixo de terrivel impressão moral, como o nosso soldado aprecia o receber uma cartada Pátria, que ele está a defender contra um inimigo tão forte!

Quantas vezes eu não tenho sentido a sua magua, ao perguntar-lhes se teem recebdo noticias dos seus, e ao ouvir-lhes dizer baixinho, como que suspirando, que há muitos dias não sabem nada! Tenho suplicado a muitos que escrevam novamente, e nunca me esqueço de lhes pedir que pelo menos duas ou tres vezes por semana escrevam aos seus. Só quem aqui está é que sabe e avalia quanto é importante uma carta para o soldado.

Por isso, Exa. Senhora, solicito-vos mais do que fôra para mim próprio, a graça de alcançardes madrinhas de guerra para estes soldados que tudo merecem. Convivendo com eles, sentindo-lhes as suas dôres, eu lembrei-me de acorrer a uma das suas grandes necessidades no *front*: distrair-os nas trincheiras durante o tempo livre do tiroteio, desviar-os dos estaminets (especie de tabernas) quando no descanso das trincheiras, preparando-lhes o espírito para a lucta, não lhes entibiando o animo, o que parece-me conseguir-se com o estabelecimento, junto de cada batalhão, onde cada acantonamento, duma sala onde o nosso valoroso soldado tivesse jornaes da sua Pátria e da sua terra natal, papel e envelopes para escrever e no fim de semana, quando a ração de tabaco estiver esgotada, o seu cigarro.

Ocupado durante o dia em exercícios, o soldado portuguez tem apenas disponiveis umas horas após o jantar, horas que ele aproveitaria em escrever á familia, em lêr noticias da Pátria, em lêr contos ou livros bons.

O nosso soldado tendo tantas obras de assistencia, muitas são quasi inuteis por falta de direcção. Aqueles que mais precisam da leitura dos jornaes e que muitas emprezas enviam, não os adquirem, porque nunca lhes chegam ás mãos, os cigarros são distribuidos antes de chegar ao *front*, outras coisas perdem-se e assim tantas obras boas tornam-se inuteis e até algumas prejudiciaes.

Por mim nada posso fazer apelei para uma das Santas Protectoras dos nossos soldados, para a Madre Ornelas, e creio que no generoso coração da boa Religiosa Portugueza, este alvitre há de encontrar o melhor acolhimento.

Distribuir uma caixa de papel a cada soldado não é possivel; dar a cada soldado um jornal ou um livro não é facil, mas reunidos estes livros e jornaes em salas, onde haveria papel, tinta e envelopes, estes acorreriam aos locais e distrair-se-iam, fugindo assim aos ‘estaminets’ onde são explorados por todas as fórmias.

Eu creio que todos os meus colegas capelães se prontificarão a ser os directores d’essas salas ou casas e se duvida encontraremos no C.E.P. toda a protecção.

Pouco valho, mas o meu fraco prestimo está sempre ao dispor de tudo, tudo o que sirva para animar o nosso soldado, distrair-o e fazer com que ele mantenha a tradição dos nossos antepassados.

Para o seu valor não é necessario apelar. Embora lucte contra um terrivel adversario, embora as armas que se empregam n’esta guerra, sejam indignas, embora a

crueledade e barbárie tenham ressuscitado, até hoje o nosso soldado tem mantido e manterá a fama e a gloria de ser o melhor soldado do mundo.

O seu arrojo, a sua coragem sobrepujam todos os perigos; o que aos outros foi necessário adquirir em contínuos exercicios, o nosso bom soldado adquire-o em poucos dias. Contribuir, pois, para o animar, para o não fazer meditar nos perigos em que vive, parece-me um dever nosso. As senhoras portuguezas continuam nos tempos de hoje a obra da Rainha Santa Isabel, mudando as flôres em esmolos; pois que, sendo possivel, uma pequenina parte seja aplicada em papel, envelopes, canetas e lapis, cigarros, livros, revistas e jornais para os nossos soldados.

Serei atendido?

Por enquanto não são necessarias roupas para os nossos soldados; para as creanças de alguns, para as esposas de muitos, para os pais, sim que esses luctam aí com a miséria. Se V. Ex^a patrocinar o meu alvitre, eu rogo o favôr de o comunicar à Protectora dos soldados e capelães militares, a Madre Ornelas, Instituto Pasteur, Rue Vaugirard 213 – Paris, que ela se encarregará de adquirir o papel e envelopes.

A remessa pelos navios do Estado nunca mais aqui chegaria, e se chegasse, era em condições de não poder ser aproveitada.

Eu creio que todos os jornais de província concorreriam com 10 exemplares de cada numero, que seriam postos á descripção dos soldados, oriundos dessas terras, ou dos batalhões que ali tiverem residencia.

O pouco tempo de que posso dispôr e o local não me permitem ser mais extenso nem expôr melhor a minha ideia.

Beijo as mãos de V. Exa. pela sua dedicacão a favôr dos nossos soldados, e em V. Exa. as mãos generosas de todas as Senhoras portuguezas, que portodas as fórmias nos tem auxiliado na nossa missão.

A minha direcção é: 3^a B. de Inf. – C.P.C.3 – C.E.P – France.

Com a mais subida estima e consideracão se assigna

De V. Exa. Cr^o. At^o vem.or mt^o obg^o.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes-capelão militar da 3^a brigada de infantaria

Director d'O Mensageiro

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 8 de Agosto de 1917, nº 149, p.1

Texto 16

EM CAMPANHA

31 de Julho de 1917

Meu caro amigo

Na impossibilidade de lhe comunicar o que vejo e sinto a cada passo, vou hoje recordar-lhe o meu passado e confrontá-lo com o presente. Que locais e que factos tão diversos! Isto não agradará ao meu amigo, mas tenha paciência. Eu também preciso de viver para mim e, recordar o passado, é prepararmo-nos para o futuro.

Chuva miudinha e fria cai nestas ruas de lama pegajosa, que nos prende a tal ponto as botas inglesas, com três solas e com ferraduras nos tacões, que ao fim de um quilómetro estamos mais molhados nas roupas interiores que no impermeável inglês, que nos custou 52 francos. Decididamente, hoje não posso sair até às trincheiras e por isso vou avivar o meu passado.

31 de Julho de 1903 – *O Isla de Luzón*, navio da Companhia Transatlântica, singra no mar das Índias, na parte que o meu atlas denominava Golfo de Bengala. Um calor asfixiante impedia os passageiros de se conservarem nos beliches, obrigando-os a estar na tolda, coberta com um pano para nos abrigar do calor. De vez em quando caíam tão grandes chuvadas, que quase se fechava o escuro, para de novo voltar o sol a dardejar-nos com os seus raios.

O navio balouçava um pouco, o que para mim era das melhores coisas. Tínhamos deixado Colombo, a capital de Ceilão, onde eu presenciara as festas da “deusa da riqueza”, onde passara nos campos de canela, onde visitara “a árvore a cuja sombra se abrigara Adão, chorando a sua desdita, depois de expulso do Paraíso”, segundo a tradição hindu. Pela primeira vez eu me tinha servido do meu semelhante, como um animal, puxando um carro e transportando-me através das ruas desse paraíso terreal, para gozar dessa vegetação luxuriante e bela, e contemplar os hindus, os malabares, os bengaleses e todas as raças orientais que se acumulam na capital da nossa antiga Taprobana.

Havia dois dias que eu, com os meus olhos, lera epitáfios de nobres portugueses que, em épocas remotíssimas, tinham dado “novos mundos ao mundo” e levado bem

longe o nome de sua Pátria. As lousas sepulcrais, as moedas e os cruzeiros, conservados religiosamente pelos ingleses, mo atestavam.

Deixado Colombo, eu caminhava para o Oriente, para Singapura, Batávia, Malaca, Filipinas, China, Macau, Japão, para os países do sonho, dos homens de rabicho, das *mashumes* e das mulheres de pés pequeninos e deformados, cheirando pior que as casernas de certos quartéis em dia de calor. Nesse dia navegávamos perto de Samatra: às onze horas, a sineta chama-nos para a missa, que se ia celebrar a bordo do navio. Era dia de Santo Inácio de Loiola – cruces, liberais! – e três jesuítas, *de verdad*, autênticos, que se dirigiam à ilha de *Mindanao* para chamarem à civilização os naturais, que no interior ainda se alimentavam de carne humana, mimoseavam-nos nesse dia com missa e homilia. À noite, sarau no salão do navio. Uma actriz espanhola apresentou-nos canções *por uma pá velha*; D. Manoel Rabago y Rabago, dr. e director de um jornal filipino, há muito refugiado em Espanha, encostado a uma das colunas do salão, fez um discurso tão patético e comovente, que as lágrimas marejaram os olhos dos assistentes quando ele recorda a dor que sentiu ao ver arrear o pendão de Castela do forte de Manila, quando esta cidade se entregou aos americanos. Dor superior às que sentiu quando retirou de um rio o cadáver de sua mãe, que caíra de uma canoa e morrera afogada; quando acompanhou ao cemitério o cadáver de um filho que morrera pelo veneno inoculado por uma serpente! Triste sina!

Uma gentil portuguesa, filha de um capitão de cavalaria, que, hoje, julgo ser esposa de um dos reis de Timor, tocou ao piano a primeira lição de um livro de músicas para o ensino daquele instrumento...

No final, dançou-se animadamente até que balouços maiores do navio fizeram recordar à sociedade presente que navegávamos no mar das Índias.

Assim passei o dia 31 de Julho de 1903.

31 de Julho de 1912 – Lembraram-se os Franciscanos, um dia, de construir na cidade do Lis uma casa de educação e ensino e lembraram-se as autoridades de Leiria de transformar essa casa numa prisão para os atacados de *monarquite*, ou supostos de sofrerem de tal doença. Ali fui bater com o costado em 24 de Julho desse ano.

Acusavam-me de não sei quê e meteram-me numa cela onde o ex-patriarca de Lisboa, D. José, muitas vezes elevava ao céu as suas orações. O mobiliário era riquíssimo! No chão, um colchão, a um dos cantos um lavatório, duas ofertas do meu amigo Dr. Dias. Servia-me de mesa e cadeira esse colchão e os meus apontamentos

eram escritos tomando eu a posição horizontal. Se tivesse o luxo de uma mesa e cadeira, não poderia passear e, por isso, dispensei esses objectos.

À porta do quarto, um soldado de baioneta armada, nunca eu fugisse! De vez em quando, os 2.ºs cabos, filhos do Primitivo e do Joaquim Abel, acompanhavam-me até ao fim do corredor, aproveitando eu a ocasião de admirar os meus muito amigos Sousa Lopes, Portelas, Zé Diogo, Luciano, Cândido Maria Dias e os heróis da Rotunda da Azoia que, havia muito, eram donos de um dos corredores e celas do magnífico palácio, de que não pagaram renda pela ocupação. Eu estava incomunicável. Não podia falar, mas ouvia. E o que eu ouvia... Que noites e que dias eu passei naquela cela!

Um dia, o *nosso querido amigo Soisa*¹ leva aos oficiais, que estavam instruindo processos, esta terrível notícia: os Bentos, os dois padres, o filho de Sousa Lopes, o Dr. Gaspar de Matos, enfim os fugitivo da Azoia, estavam em... Para ali partira o João Miranda e outros, em automóvel. Era sua opinião que não conseguiriam prendê-los, porque ali era fácil encontrar contrabandistas, que os poriam na fronteira... etc., etc.

Meu amigo, eu sabia que isto era verdade! Que noite terrível eu passei! Eu sabia que fora chamado um indivíduo a quem se dissera: - “Já temos presos de mais... O que precisamos é de...”. Meu amigo, tive insónias e em visões cheguei a ver *os fugitivos da Rotunda* atravessados por balas, cobertos de lama, arrastados pelas ruas da cidade. Eles, que tinham escapado da caça que lhes fora feita nas serras do Alqueidão e Reguengo, iam cair nas mãos dos voluntários! O *Soisa* ali estava a marcar o local, a indicar o itinerário! De ouvido colado à parede, eu não perdia uma palavra do *Soisa*. Sentia as pulsações do meu coração. Foi um alívio quando, no dia imediato, eu soube que o automóvel regressara como fora!

O dia 31 de Julho de 1912 passei-o encerrado na tal cela, incomunicável, enquanto o instrutor do meu processo estava na Figueira, jogando a roleta e vendo dançar as espanholas no Casino Peninsular, onde estava tranquilo, depois de ter mandado encerrar numa cela da Penitenciária de Coimbra o meu muito querido amigo Dr. José Jardim. O denunciante, o que me fizera prender, passeava as suas netas, a sua obesidade e o seu olhar vesgo nas ruas de Leiria; não! estava em Santarém partindo uma máquina de costura na casa onde, por favor, o acolheram!

31 de Julho de 1917 – Em Campanha. Tiros, gases, trincheiras, morteiros, arames farpados, gritos, dores, homens feridos, contorcendo-se com dores! Eis o que vejo! Pelas estradas, filas intermináveis de automóveis conduzindo metralha, balas,

espoletas! Nos ares, aeroplanos carregados de bombas que, quem sabe onde irão lançar o luto, a morte! No subsolo, minas, dinamite! E isto no século XX! Nas ambulâncias, nos hospitais, nos comboios da Cruz Vermelha, nos automóveis, feridos, soldados sem sentidos, lívidos, cadavéricos, sentindo dores, deixando ver no embaciado do olhar um vago sonho de felicidade, se um dia vão abraçar os seus! O céu, carrancudo e gotejando chuva, parece condenar tudo isto. E, além de amanhã, faz três anos que se iniciou esta carnificina. Quando chegará o dia de as armas se ensarilharem no cimo das trincheiras, das bandeiras brancas adejarem e dos soldados saltando se abraçarem *no terreno de ninguém*, onde os cadáveres, agora insepultos, servem de pasto aos ratos e vermes?! Que horrores os desta guerra! Vou visitar hoje uma ambulância.

Não há novidades que lhe transmita. Abrace este seu muito amigo

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

Director de *O MENSAGEIRO*

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 16 de Agosto de 1917, nº 150, p.1

Texto 17

NOTAS E FACTOS

EM CAMPANHA

27 de Julho de 1917

Meu amigo

Pode gabar-se de ainda não ter mortos nem feridos na sua freguesia. O mesmo não digo eu, a quem, para nada faltar, até tenho desaparecidos e creio que inutilizados.

Os *boches* estão cada vez pior. Há momentos, quando celebrava missa, não pode fazer ideia do que se passava daqui a uns quatro quilómetros. Era um barulho terrível com os morteiros de trincheiras. Para lá parto daqui a uma hora, ver se serei necessário.

Aqui trabalha-se a valer. Não faz ideia do número de confissões e do que se passa. Soldados, sargentos e oficiais, alguns que nunca se confessaram, procuram os sacramentos.

Felicito-o pela sua festa. Eu não poderei ir fazer a minha. Se houvesse capelães em número suficiente, ia, mas assim não poderei.

Agradeço o lembrarem-se de mim e melhor agradeceria se me mandasse um prato de arroz, daquele que sua irmã fazia quando eu aí ia. Não importava mesmo que fosse um quilo de bacalhau, que é cousa que por aqui se não apanha. O que nos lembra mais são essas coisas que aí temos todos os dias e aqui nem por um óculo, pois todos estão empenhados a descobrir os aeroplanos...

O que me conta dos *embuscados* não me surpreende. Olhe o... - não era assim que se chamava um alferes que alcançava adeptos para o Centro Democrático? Esse... não vem para onde elas mordem e matam, porque, como a senhora é nervosa, se ele viesse, ela morreria com um ataque. Mas não morre, sabendo que ele anda em *deboches* com as francesas. São assim os heróis! Viva a guerra, mas para os outros é que deve ser a guerra...

Eu sou partidário desta. Precisávamos desta sangria. Sabe o que me disse ontem um capitão, e que o ouvira a quem, por dever, nunca devia falar nestas coisas? - *Que têm morrido poucos portugueses!!*

Eu choro mais uma gota de sangue português que todo o derramado desde o início da guerra. Ainda ontem, ao percorrer as trincheiras, eu pedi para lançarem terra sobre o sangue derramado por um soldado e, à noite, ao presenciar uma patrulha, eu senti menos impressão que quando vejo sangue derramado.

Tenho ido várias vezes ao 7. Nada tem havido no nosso batalhão, apenas alguns desastres, mas nenhum de gravidade. Os nossos soldados estão finos. A todas as pessoas que têm perguntado pelos filhos e parentes, pode dizer que estão bem.

O Pereira dos Reis meteu-me um *susto*, se é possível eu saber o que isso é. Conhecendo todo o nosso sector, eu fui encarregado de um serviço que nada valia, mas percorrer o inferno das trincheiras, de noite, digo-lhe que não é brincadeira. Tenho mais medo das sentinelas que dos *boches*. Deviam ser duas horas, noite escura, e eu errava pelo local.

- Ó sentinela, tem cuidado, conheces-me?

- Quem é você? Está preso! – diz-me um tipo a certa altura. Eu fiquei para não viver. O que me prendia era o Pereira dos Reis, que me conheceu logo e fez-me a partida.

Logo vou ver se encontro qualquer *cabumba* para lhe dar um cigarrito. Cumprimentos aos colegas.

Abrace este seu amigo

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

Director de *O MENSAGEIRO*

«Crónicas da Guerra, Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 16 de Agosto de 1917, nº 150, p.1

Texto 18

EM CAMPANHA

10-8-917

Meu bom amigo

Não me escreva sem nova direcção. O meu amigo não faz ideia do que é uma carta enviada para um soldado que esteve, mas já não está, no local para onde lhe foi enviada, ou mesmo de um soldado que escreve a outro, encontrando-se ambos aqui.

Quer um exemplo? Eu sabia que o filho do meu paroquiano Francisco Pereira estava aqui na ambulância 7. Escrevera-me e eu escrevera-lhe. Nesta ocasião estávamos a uns 50 quilómetros um do outro. Ele fora mudado e eu fora mudado. Perguntando em todas as repartições, ninguém (está passando neste momento um aeroplano, a uns 20 metros por cima da casa onde estou a escrever) sabia dizer onde era a ambulância 7. Bem, escrevo ao rapaz. Escrevi-lhe no dia 28 pp. Esperei, esperei, nada de resposta. Tornei a escrever e... moita. Ontem fui dar um passeio de máquina. Vejo uns soldados, pergunto o que estava ali. Era a 7.^a ambulância! Estava a quatro quilómetros de mim! Procuo o soldado e ele diz-me que recebera a minha carta havia momentos! Já vê, levava doze dias, daqui até junto dele.

Eu recebi anteontem correspondência, que foi escrita em 18 de Junho. Sabe porquê? Porque me escreveram para Artilharia 7 e eu já lá não estava. E aí, andaram as cartas à minha procura. Às vezes, cansam e descansam um ou dois meses nas prateleiras. Soldado que seja ferido e lhe escrevam para a unidade, receberá a carta por milagre dois meses depois. Eis a razão por que lhe digo que me não escreva sem nova direcção e eis a razão por que às vezes as famílias dos nossos soldados recebem cartas atrasadas.

Seu amigo

Padre Lacerda

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 29 de Agosto de 1917, nº 152, p.1

Texto 19

EM CAMPANHA

11 de Agosto de 1917

Meu caro amigo

Tenha paciência, mas hoje vai comigo visitar um cemitério de soldados. É triste e longa a viagem, mas o tempo convida-nos. Este mês, desde o seu início que se nos apresenta carrancudo. A paz, que muitos supunham fazer-se logo no início de Agosto, arvorando-se as bandeiras brancas nos parapeitos das trincheiras no dia em que se comemorava o aniversário da declaração da guerra – dois de Agosto -, desapareceu à vista de novas crueldades. À ofensiva inglesa da Bélgica, responderam os alemães com novos processos de matar – um novo gás – o *gás alho*, assim baptizado pelo cheiro que tem. Este *progresso* da ciência tem sobre o outro a vantagem de não produzir rapidamente os seus efeitos e de se conservar nos fatos durante bastante tempo. Qual a sua composição ignora-se por enquanto, mas os químicos dos aliados trabalham para alcançar um antídoto que lhe inutilize os efeitos.

A comemoração do aniversário da declaração de guerra passou-se nas trincheiras ao som do mais violento bombardeio de toda a campanha. O assalto de Verdun, a tomada de Vimy, a batalha do Marne e tudo o que de mais horrível se conta desta guerra em bombardeio fica aquém do que foi este novo avanço das forças inglesas, francesas e belgas. Avançou-se, eis tudo.

Dias e noites consecutivas, canhões de todos os calibres despejaram metralha sobre as linhas inimigas; a terra tremia continuamente, estilhaçando-se a largas distâncias os poucos vidros que ainda conservavam as habitações desta zona de guerra; os ares eram de contínuo iluminados pelos *very-laits* e pelo fulgor causado pelos obuses e granadas, ao saírem da boca das peças e ao rebentarem nas linhas inimigas. Para lá do *terreno de ninguém*, não deve existir um único ser vivente, calculamos nós. A terra deve estar revolvida a tal profundidade que os inimigos não podem, por forma alguma, viver ali... e, na verdade, não vivem. A infantaria, ao avançar, só encontra destroços, terra revolvida.

Embriagados pelo cheiro da pólvora, loucos com o troar do canhão, os soldados avançam, caminham, sempre e só param quando encontram as novas fortificações

inimigas, situadas muito à retaguarda e que pouco tinham sofrido com a artilharia. Passam sobre os escombros de, outrora, florescentes povoações, agora transformadas em terras de desolação; nem uma casa de pé, nem um ser vivente encontram. A atmosfera, tentando associar-se à guerra, perturba-se; as nuvens despejam catadupas de água e o terreno conquistado torna-se, com a chuva e com a passagem das tropas, numa lama viscosa que os não deixa fortificar, construir trincheiras. E assim se passou o aniversário da declaração da guerra. Mas...

O dia convida-nos. Embora estejamos em Agosto, a chuva e o tempo um pouco frio e agreste, auxiliados por um céu pardacento, convidam-nos a ir visitar cemitérios. Vamos lá! Tome o seu impermeável e o seu chapéu de ferro. Traga também, por precaução, a máscara, porque pode ser mimoseado com um presente *boche* de gases asfixiantes ou lacrimogéneos. Contra o resto – granadas, obuses e balas – o remédio é não virem... Não sei por onde o deva levar para tornar mais *alegre* esta visita. Vamos por aqui.

Pare aí um momento e leia: *Soldat inconnue*. É a primeira sepultura que encontramos. Não se admire; encontrará muitas sepulturas assim. Está só, neste lugar. Não se soube deste soldado nem o nome, nem a Pátria. Morreu e os camaradas sepultaram-no aqui. Ao alistar-se, devia vir com muitas esperanças, quem sabe se teria família ou se seria, pelo contrário, um vagabundo. Não tem nome, é um *desconhecido* que ali está. Aquela cruz e aquela elevação de terreno indicam que ali morreu e ali foi enterrado.

Sigamos! Se quer, salte esta valeta e leia o que está escrito naquela cruz, se não, eu resumo-lhe a história: numa mesma cova foram sepultados 16 cadáveres; os nomes dos mortos estão ali gravados... Vamos andando. Ali é um dos cemitérios de muçulmanos e hindus. Deixaram as suas florestas e as suas mesquitas para virem combater pela civilização e aqui morreram. Vê aquela cruz encimada por um barrete? É a sepultura de um oficial inglês.

Sem querer, fomos ter a um cemitério inimigo. Lá tem a cruz sobre cada sepultura e na cruz insculpido o nome e o grau que ocupavam no exército. Escolheram a sombra desta velha noqueira para sepultar os seus mortos; veja se os conta. Mas... são soldados ingleses que aí estão também sepultados. A morte igualou-os no heroísmo e na sepultura. Apenas os separa esta pequena sebe. Há três anos quase que aqui estão estes dois cemitérios: há três anos que ingleses e alemães aqui *vivem* juntos e não consta que

entre eles tenha havido discussão. Os soldados do nosso 7 mo afirmaram! Que paz e que sossego há na morte! Ali são iguais, amigos e inimigos.

Não vamos hoje às primeiras linhas porque se faz tarde. Voltemos e entremos agora neste recinto.

Silêncio...reze um P.N. que estão aqui sepultados os soldados do nosso 7. Não perturbemos hoje a sua tranquilidade. Outro dia lhe viremos aqui depor sobre as sepulturas um ramo de flores. Vê, os nossos soldados não esquecem os camaradas. Flores plantadas e *bouquets* juncam as sepulturas. São sempre bons e generosos os nossos soldados.

Não gostou da viagem, pois não? Tenha paciência.

Padre Lacerda

P.S. – Já depois de escrita e fechada esta carta, recebi a notícia da transferência. Ainda bem, ou ainda mal. É curioso, sem saber para onde ia, ao conduzi-lo aos cemitérios segui o caminho que tenho de seguir agora com esta marcha. Este aborrecimento deve passar com a vida das trincheiras. Avise os amigos da minha nova direcção, porque eu não tenho tempo de escrever a todos. Ao chegar, escreverei. Vou para perto do nosso 7. Uns quatro quilómetros, se tanto.

Creio que vou ser vizinho do Pascoal e do Larcher, se me não engano. Eu avisarei. Agora vou dizer missa que é domingo e aproxima-se a hora, 9.00.

Cumprimentos aos amigos e abraçe o seu muito amigo,

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

Director de *O MENSAGEIRO*

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 29 de Agosto de 1917, nº 152, p.1

Texto 20

EM CAMPAHA

24-8-917

Meu caro amigo

É fama corrente que neste dia o diabo anda às soltas uma hora. Ignorando nós qual seja a hora da sua libertação, andamos durante todo o dia com o Credo na boca, nunca aconteça, estando nós desprevenidos, o dito diabo pregar-nos partida. Não aposto, mas parece-me que neste momento – onze da noite – o príncipe das trevas, ou alguém por ele, anda às soltas nos espaços, incomodando-me e obrigando-me a pôr em execução recursos vários para que o mesmo não saiba aonde estou.

Eu me explico melhor: Há muito que não desfrutava as honras de um tão belo aposento. Desde Maio que não tinha o prazer de me deitar em tão fofo leito, nem de possuir um quarto tão luxuoso. É certo que tenho dormido, mas os ossos, às vezes, bulhavam por tal forma com a carne que esta, vencida, obrigava os mesmos a espetarem-se no lençol impermeável e nos arames da grade que serve de leito, enxergão e colchão. Agora, não. O meu quarto, em casa do Sr. Cura, tem todas as comodidades.

Vejamos: O leito é de ferro e o colchão de macia e fofa lã. Tenho três cadeiras de palhinha, uma de verga e uma mesa de pé de galo, onde estou escrevendo; lavatório, bacia e um jarro. Tudo isto eu não via há muito tempo. Isto, quanto ao interior, porque, se passar ao panorama que desfruto das duas janelas que o meu quarto tem, eu não posso exigir mais. Em frente, as ruínas da igreja, de que só existem as paredes e as grades de ferro das janelas. A torre traz-me a recordação da Torre de Menagem do Castelo de Leiria, sem cúpula, sem sinos e com os vestígios das granadas e obuses atirados contra a igreja e contra ela mesma. O cemitério que a circunda tem cruzes partidas, coroas espalhadas, oferecidas aos mortos, jazigos quebrados, mas, no meio dessas ruínas, lá está a imagem do crucificado em tamanho natural.

A cúpula da torre e as paredes da igreja, ao caírem, fizeram derruir a cruz que encimava a parede, junto à qual está essa imagem, mas esta ali está firme, erecta, e ainda há momentos, ao passar junto dela, me descobri. É vulgar, mas é extraordinário. A cruz conserva-se erecta no meio dos destroços. No sector português, no meio das linhas, no local onde outrora existiu uma vila, hoje só está de pé a cruz e pendente dela a

imagem do Filho de Deus. O resto são ruínas, são escombros. As trincheiras cortam parte dessas ruínas, tendo servido os materiais das outrora opulentas e ricas casas, para construir abrigos e trincheiras.

Vamos seguindo o panorama. À direita, uma sentinela inglesa vigia a estrada. Durante a noite profere uns sons guturais – quem vem lá? – que arrepiam os mais valentes. Casas derruídas e, ao largo, terrenos incultos.

Da outra janela, vê-se uma barraca de madeira, oferecida pela Universidade de Cambridge, e onde existe uma sala que serve de templo protestante, onde estão mesas e os soldados escrevem e lêem jornais, onde está a cantina inglesa e ainda uma outra parte transformada em sala de aula. Por baixo do meu quarto é a igreja paroquial: outrora era uma sala de jantar da residência paroquial, conservando ainda os armários, espécie de guarda-louças, hoje cheios de paramentos. Junto a esta casa foi construído um pequeno barracão, onde se abrigam as pessoas que vêm assistir aos actos religiosos, vendo o sacerdote e o altar pelas duas janelas que a sala tinha. As janelas do meu quarto e todas as outras têm restos de vidraças. Estas foram substituídas, com vantagem, por tábuas, papelão e linhagem. O tremor contínuo da casa não faz assim dano aos vidros do meu aposento.

Estou sentado à mesa do meu aposento – meu, embora o não comprasse nem pedisse autorização ao proprietário para o ocupar. É a guerra... Sentado, eu meditava em várias coisas, quando uma ronda inglesa me chamou à realidade: - *Feche a janela! Apague a luz!*

Sabe o meu amigo o que era? Era o diabo transformado em aeroplano *boche* que andava a cruzar os espaços e que se percebesse cá neste montão de ruínas uma luz, era capaz de atirar lá de cima algum apagador, que neste caso era uma bomba. Sinto-o andar lá por cima, como sinto ali nas linhas o rebentar dos morteiros. Arrancado o cobertor da cama e colocado numa das janelas, e na outra o meu lençol impermeável, eu consigo ocultar a luz e escrever tranquilamente esta carta.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

Director de *O MENSAGEIRO*

Texto 21

EM CAMPAHA

01-8-917

Meu caros amigos

Há três longos meses que debalde tenho percorrido estas regiões em procura dos cabumbas. Não é possível encontrá-los e daí o não poder desempenhar-me da missão que me foi confiada.

Da “base ao front” da terceira á primeira linha, do escalão ás posições, eu tenho procurado encontrar aqueles *nossos amigos* e não é possível!

Procurei-os nos abrigos, nas ruínas das casas, nas linhas; percorstei cuidadosamente a Avenida Afonso Costa, com o auxilio de periscópios, descí ás minas, fui aos campos d’aviação e... nada. Só me resta subir em aeroplano a ver se *êles* vivem lá no alto. Já pedi; já meti valiosos empenhos a vêr se conseguia subir, só para ver se os *tais* vivem nas nuvens, mas até hoje não vi realizados os meus desejos. Se o conseguir, eu avisarei. Ninguém me dá noticia de *tal raça de gente* aqui. Se aí não estiverem, aqui também não os encontro. Encontrei nas bases alguns *parentes*, e estes mesmos, segundo me afirmam, são afastados. Onde estarão *êles* escondidos?

Se alguém o souber queira avisar o que se confessa

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

Director de *O MENSAGEIRO*

«Crónicas da Guerra, Notas e Factos, Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 20 de Setembro de 1917, nº 154, p.1

Texto 22

NOTAS E FACTOS

22-8-917

Meu caro amigo

Desde o princípio do mês que os soldados falavam abertamente em paz. *O Jornal da Caserna* espalhava a notícia e raro era o soldado que nas suas cartas não indicava a data em que iria abraçar os seus. Os mais entusiastas esperavam ir comer das castanhas e provar a água-pé, para a qual pediam o emprego de todos os cuidados; outros menos esperançados, mas confiando no entabolamento de breves negociações para a paz, marcavam o dia de Natal para irem comer as *boroas e as filhozes*. Qual o motivo destas esperanças, não o sei. Mas o que é certo é que se respirava uma atmosfera em que havia germens de paz.

O ribombar do canhão, o ruído dos morteiros, as bombas dos aeroplanos e o perpassar contínuo de automóveis conduzindo feridos e intoxicados pelos gases não abalavam a convicção de, dentro em pouco, se fazer a paz. Esta atmosfera não era própria do *sector português*. Se inquiriam dos ingleses, dos canadianos, dos franceses e até do próprio povo, todos à uma porfiavam em delimitar o fim da guerra. Porquê? Os *boches*, em arivesado espanhol, escrito em taboetas colocadas nos parapeitos das trincheiras, convidavam os nossos valentes soldados à deserção, prometendo-lhes um regresso próximo a seus lares. Onde vinha esta atmosfera que se respirava do lado de cá e do lado de lá, conforme o confirmavam os prisioneiros?

Seriam as propostas de paz do Papa que, por transmissão de pensamento, se incutiram na imaginação dos nossos soldados, ou seria a confiança em que, do congresso de Estocolmo, viesse o grito de paz, proferido pelos milhões de operários das nações em guerra? Não o sei, o que sei é que, nas ruas, nas casernas, nas *messes*,

Quem supunha que a guerra acabaria brevemente, enganou-se. Os cheiros dos explosivos e pólvoras, acumulados com os gases asfixiantes, fizeram que desta vez falhasse *O Jornal da Caserna*. A guerra não termina nem terminará tão depressa. *Guerra económica*, acabará pela morte de um dos contendores. As propostas de paz, feitas pelo representante do Deus da Paz sobre a terra, falharam, assim como nada

resultará da conferência de Estocolmo, que nem mesmo se chegará a realizar com a imponência que os operários esperavam.

O sangue continuará a regar este solo sublime da França, as auras da paz desapareceram. A metralha continuará a ceifar vidas e a mutilar corpos, até que um dos contendores desapareça e, não tenhamos dúvidas, a Alemanha será vencida. Quando? Não o sei. Como? Não o sei também. Pelas armas nunca o será, porque esta guerra de trincheiras, não permitindo o encontro de grandes massas, nem permitindo grandes avanços, jamais dará a qualquer das partes uma vitória, que obrigue o adversário a pedir a paz.

É necessário, pois, procurarmos outro meio de vencermos os impérios centrais. Produzem eles tudo o que lhes é necessário? Evidentemente que não. E, embora a fome que mata, não exista na Alemanha, a abundância é que ali não existe. Todos sabem que a campanha submarina, se não deu o que a Alemanha esperava, deu mais do que supunha a Inglaterra. Conseguirá esta campanha meter todos os navios que circulam nos mares, no fundo?

Não. Daí a superioridade da Inglaterra, nação forte e poderosa, que não conta a sua existência por horas, mas por séculos. A Inglaterra bem sabe que, se deixar o inimigo com vida, este, antes de muito, repetirá a proeza. Por isso, não conta o tempo nem soma o dinheiro que despende para o vencer.

Há-de vencer, como venceu Napoleão, embora se aliasse então com a Alemanha para esmagar a França. Há-de vencer, como venceu na Guerra dos Cem Anos. Há-de vencer, como venceu o Transvaal e como tem vencido sempre.

É rica, é poderosa, é invencível.

Basta olharmos para o exército que criou em poucos meses e que dotou de tudo, desde o mais simples arremate, até aos grandes canhões, aproveitando tudo, nada desperdiçando, para vermos que a Inglaterra vencerá. É claro que não falo dos outros aliados.

Eles não marcam. A luta é entre a Inglaterra e a Alemanha; os outros são acessórios, que só conseguem entravar o final desta luta gigantesca.

Mas quando terminará a guerra?

Não sei. O que sei é que a carnificina é cada vez mais, cada vez se usa de mais barbaridade, cada vez se acirram mais os ódios. A paz, de que andava impregnada a

atmosfera, desapareceu e, em seu lugar, aparecem os preparativos para a passagem de mais um Inverno nas trincheiras.

A civilização e o direito dos povos pequenos assim o exigem e, repita-se a história: só há paz e tranquilidade onde existir o direito, baseado na religião do Crucificado. O resto são utopias e a força continuará a prevalecer ao direito.

La force prime le droit!

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

Director de *O MENSAGEIRO*

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 27 de Setembro de 1917, nº 155, p.1

Texto 23

EM CAMPANHA

Como Infantaria 7 se cobriu de gloria no 'raid', de 5 de Setembro - - Scena comovente.

Infantaria 7 e 35 ocupavam a parte do sector portuguez em que as nossas trincheiras mais se aproximam das trincheiras inimigas. Não devem distar umas das outras e certa parte mais do que 80 a 100 metros; tenho fundadas razões para supor que defronte duma celebre *cratera* os postos avançados inimigos não devem distar do nosso posto nenhuns 40 metros. Se não fôsse o arame farpado, que de parte a parte defende as trincheiras, os assaltos seriam terríveis nesse ponto pela facilidade com que os soldados poderiam após os assaltos procurar refugio nos abrigos. Assim, sendo ás vezes presentidos no córte ou no lançamento de torpedos, que fazem voar em estilhas essas bareiras de arame, os assaltos são menos frequentes, o que não impede que não sejam terríveis. Ou por este motivo – proximidade de trincheira – ou por outro qualquer que ignoro, o que é certo é que a infantaria 7 e o 35 tem sofrido o pêso dos mais violentos *raids* alemães e, estes, embora tenham sido sempre repellidos, teimosos, como certos animais, não desistem de os fazer.

Eu creio que todos sabem o que é um '*raid*'. E' um assalto feito às linhas inimigas com o fim de fazer prisioneiros, que fornecerão elementos de informação necessarios. Por esses prisioneiros sabe-se qual o numero de tropas que existem nas linhas, posições de morteiros e metralhadoras, moral dos soldados etc. etc.

Na noute de 14 para 15 de setembro a artilharia inimiga mostrava grande actividade e os 'morteiros' de todos os calibres batiam sem cessar a nossa primeira linha. O capitão Tomaz da Fonseca dispõe as suas forças para repelir o assalto, visto ser a sua companhia a que estava sofrendo o bombardeamento e, pela situação que ocupava, esperar pelo '*raid*' inimigo fôsse feito na parte ocupada pelos seus soldados.

Não se enganou. Seriam duas horas da manhã – quando cessou o lançamento de morteiros inimigos para a nossa primeira linha e 52 *boches* autênticos saltam o parapeito das nossas trincheiras e correm velozmente todos os abrigos no intuito de fazer prisioneiros. Aqui e ali há recontros com as nossas sentinelas: há gritos, há assaltos, há granadas de mão e chega-se a lutar corpo a corpo. De parte a parte resiste-se.

Os nossos soldados que se tinham afastado para que os alemães entrassem facilmente nas trincheiras acodem agora em massa, ferindo os *boches*, atacando-os e repelindo-os. Vê-se que estão seguros do terreno e que a coragem é a mesma de sempre. Ouvem-se apelos á Padroeira dos soldados – Nossa Senhora da Encarnação! – e otram-se prodígios de bravura. Tropas escolhidas e d’assalto compõem a força inimiga, mas os nossos soldados, que indolentes e moles por combaterem um inimigo que não vêm, tornam-se ágeis como corças, pulam, saltam, ferem, tornam-se heróis ao vê-lo, ao apalpa-lo, ao sentir a sua baioneta enterrar-se nas carnes, ao ouvir os seus gritos.

E’ noute: os alemães começam a saltar novamente as trincheiras. Soldados! Grita o comandante do pelotão! Careguem sobre eles! A’ luz dum fomegão vê-se uma luta curiosa: Um capitão alemão faz prisioneiro um soldado dos nossos; dá-lhe voz de prisão e pretende obrigá-lo a caminhar para a Alemanha. Ha empurrões , ha convites, ha ameaças! E o nosso soldado – Joaquim Evaristo... - que quem sabe se nessa tarde não estivera pensando no seu Sítio da Nazaré, onde os ranchos dançavam a essa mesma hora recordando a sua baía, o seu mar, as suas rêdes, resiste, pretende fugir, não obedece e num impulso fere mortalmente o capitão inimigo e é por este igualmente ferido mortalmente. Morreram ao lado um do outro! Assim os encontraram os nossos soldados. Por entre gritos de vitória os nossos soldados percorrem as trincheiras encontrando o oficial e a ordenança mortos e conservam três prisioneiros. Feita a chamada dos nossos, apenas faltou o soldado da Nazaré e havia dois feridos levemente. Todas as vezes que encontrava qualquer soldado daquela vila – o capelão Caetano perguntava-lhe se faltava já algum dos 120 que estão em França! A esta pergunta respondiam eles na sua pitoresca linguagem que a Virgem Senhora da Nazaré tal não consentiria. Morreu agora este, mas baixou á terra coberto de glória.

O 7 contava desde essa madrugada de 15 mais um facto glorioso a juntar a muitos outros. A primeira companhia comandada pelo capitão Tomaz da Fonseca repelira sem – póde dizer-se – perdas o assalto dos inimigos.

Rompe a aurora. Os nossos soldados cheios de alegria percorrem ainda as trincheiras, encontrando aqui um cunhete de granadas, além um cinturão, mais além uma espingarda, etc. etc. despojos que o inimigo deixara e que nem o ouro pagaria. Ha alegria; não se chora o morto que morreu no sue posto; não se lamentam os feridos porque o sangue, que corre, serve para inscrever nos fastos da história do batalhão mais um acto glorioso. Mas... num dos periscópios uma sentinela descobre quasi junto do

arame inimigo um vulto que se contorce, que se resolve com dores. E' um alemão ferido! Exclama-se. Nos parapeitos das trincheiras e nestas há poças de sangue alemão, mas estes tinham levado os seus feridos. Porque se encontrava aquele no meio da orvalhada erva, contorcendo-se com dôres? Seria laço armado aos nossos? Não importa. O soldado portuguez é compassivo. E' incapaz de maltratar um prisioneiro, de deixar morrer á mingua um ferido.

Maqueiro! – grita capitão, sobe acima do parapeito desta trincheira e leva a tua maca; mostra bem o braçal da Cruz Vermelha para que o vejam os inimigos. Lestamente obedecido, o maqueiro conserva-se durante momentos de pé, tendo junto de si a maca, não se observando nas linhas inimigas um único movimento, não aparecendo um unico sinal.

Suba outro! – brada o capitão! Ha anciedade, há receio. Das linhas inimigas não parte um tiro, não há um único sinal. Parece que lá só deve existir a morte.

Descem os maqueiros as trincheiras conduzindo a maca, atravessam o *terreno de ninguem* – Avenida Affonso Costa – e aproximam-se do ferido que está quasi sem sentidos. Colhem-no carinhosamente e estendem-no na maca.

Neste momento a trincheira alemã cobre-se de soldados, que fazem a continência aos nossos maqueiros e, perfilados, em atitude altiva e respeitosa se conservam até que o ferido entra nas nossas trincheiras. Apenas um oficial alemão pediu que lhe entregassem o ferido o que não foi atendido. Foi assim que foi repellido o *raid* alemão e que o comunicado portuguez referiu nos seguintes termos:

“Na manhã do dia 15 o inimigo fez um **raid** nas proximidades de *Neuve Chapelle*, sendo repellido, tendo-se-lhe infligido baixas e deixando nas nossas mãos 5 prisioneiros e três motos dos quais um oficial”.

Padre José Ferreira de Lacerda

Aleferes capelão-militar

Director d'O Mensageiro

No próximo número o *raid* alemão feito ao 35. Heroísmo do alferes Ernâni Cidade.

Texto 24

PARA OS NOSSOS SOLDADOS

O meu apelo feito em alguns jornais para que fossem enviados aos capelães militares no ‘front’ livros, jornais e papel para serem distribuídos pelos nossos soldados, obteve o melhor acolhimento, principalmente no generoso coração das Senhoras Portuguesas. Diariamente nos chegavam ao ‘front’ massas de jornais de todas as regiões de Portugal, e diariamente os soldados e oficiais portugueses tinham leitura que os distraía, que os divertia.

Os meus queridos leitores não podem calcular o que é passar horas e dias encerrado no quarto duma ambulancia, onde se baixou ferido pelas balas e estilhaços ou com o espírito cansado, nem mesmo fazer ideia do que é passar horas e dias nas trincheiras quasi immobilizado, falando baixo para que os inimigos não ouçam, não caminhando para que os *balões captivos* e aeroplanos os não descubram. Pois bem, é para esses doentes dos hospitais e ambulancias, para os soldados nas trincheiras que eu fiz um apêlo, apêlo que foi escutado, que foi atendido.

Ricos e pobres, nobres e plebeus todos acorreram ao meu apêlo e quando uma saída inesperada me obrigou a deixar os meus soldados doentes e feridos da ambulancia nº 3 e os meus soldados do Minho eu já tinha para os divertir uma pequena livraria composta de leitura fácil e atraente, como contos, ilustrações e jornais.

E tudo me tinha sido enviado. Ao soldado que entrava e ali se conservava não faltava papel e o lapis para escrever aos seus e aqueles que não podiam ou não sabiam escrever tinham sempre em mim um fraco secretário. Até cartas para as suas *mais que tudo* eu tinha de fazer! São tão bons, tão meus amigos os nossos soldados que para lhes evitar qualquer dissabôr eu dava metade do meu ser.

Podem os meus queridos leitores fazer ideia de quanto prazer eu sentia ao vêr-me rodeado deles, ouvindo-lhes as suas narrativas as suas maguas, as suas queixas! Desabafavam comigo e eu procurava tranquilisar-lhes o espírito sempre.

Foi atendido o eu apêlo, a minha iniciativa fructifica e é apoiada pelos capelães militares no ‘front’. Nem outra cousa era de esperar porque o coração portuguez chora por aqueles que lá longe defendem as tradições da Pátria e do soldado mais valoroso, e

os capelães militares, entre os quais eu sou o mais obscuro, só procuram trabalhar para o bem estar do soldado portuguez.

Leiria não quiz fazer excepção na perfilhação do meu apêlo. Uma Comissão de Senhoras, tendo á sua frente pessoas que teem na guerra entes queridos, acudiram os meus desejos e assim sei que me foram enviados muitos jornais, papel e envelopes.

Bem hajam estas senhoras! Se a sua grande modéstia me impede de por enquanto lhes citar os nomes, isso não obsta a que lhes beije as mãos deixando cair nas mesmas lágrimas de reconhecimento peo bem que esparguem entre os nossos soldados.

O meu apêlo continúa: Enviai aos capelães militares pequenos livros, jornais e papel para cartas, que no ‘front’ é caríssimo e ordinário e assim tereis prestado uma grande serviço aos soldados, o mesmo que á Pátria.

Todas as remessas qe me fôrem enviadas para Leiria enquanto eu aqui estiver serão remetidas imediatamente para o ‘front’.

Padre José Ferreira de Lacerda

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 4 de Outubro de 1917, nº 156, p.1

Texto 25

EM CAMPANHA

O batalhão de infantaria 35 repele um raid inimigo. O alferes Ernâni Cidade comandante do pelotão atacado porta-se como um português doutros tempos.

É fácil fazer jornalismo cá de longe, pois só se sofre o risco de se ser desmentido a cada passo. É o que acontece à maior parte das informações publicadas em certos diários que, dizendo terem no “front” redactores, estes passeiam a 100 e 200 léguas das trincheiras, arrotando nas colunas dos seus jornais heroísmo por todos os poros, tendo valentia nas solas das botas, ao calcorrearem os passeios de Paris. Ouvindo, a um ou outro, um boato, bordam sobre ele considerações, desvirtuando factos, e, caindo no ridículo a cada passo, são diariamente desmentidos. Mas, os jornais que lhes pagam, para não caírem no descrédito, recusam-se à publicação desses desmentidos.

O nosso soldado, como todo o soldado do mundo, é *um blagueur* inconsciente. Falta à verdade sem querer. Um dia, percorria eu as trincheiras, conversando com os soldados, quando um me dá uma notícia sensacional: Um soldado do 34, feito prisioneiro pelos alemães e empregado por estes na condução de armas, da retaguarda para a primeira linha, conseguira fugir e viera apresentar-se na brigada. Coitado! – dizia-me o soldado. Vinha todo roto e trazia na cara um carimbo que nunca mais se apagaria!

Ao ouvir isto, tenho desejos de correr a abraçar esse soldado que, segundo o camarada e muitos outros... não viram o fugitivo, mas afirmam o caso do carimbo...

Corro à brigada e... diz-me o digno comandante:

- Nunca se fie nos soldados! Faltam à verdade sem querer! É falso isso! Console-se que até oficiais têm vindo perguntar.

Protestei nunca mais acreditar se não no que me dissessem os próprios autores ou eu presenciasse e, por isso, são verdadeiras todas as notas que *O Mensageiro* publica.

Uma grande parte dos leitores de *O Mensageiro* conhece o alferes Ernani Cidade. Toda a cidade de Leiria o conhece. Professor distintíssimo, poeta mavioso, como o demonstrou na “Zara”, orador fluente e correcto, conversador sempre alegre e fazendo considerações sobre todos os factos, descrevendo-nos com todas as minúcias uma paisagem, um facto que lhe caísse sobre os olhares, o actual alferes Cidade alia a tudo

isto o heroísmo dos antigos portugueses. E, se a sua terra natal, não tem brasão, como, um dia, um companheiro e amigo lho fez notar, para o rebaixar, o alferes Cidade demonstra agora nos campos de batalha que, sem distinção de classes e de terras, os portugueses de agora são como os de outras épocas – sempre valorosos.

Passava nesse dia o aniversário da batalha de Aljubarrota. Nessa batalha, um punhado de portugueses derrotara o inimigo castelhano. Nun'Álvares – herói e santo – alentado pela Fé, sentindo no peito o ardor patriótico, demonstrou ao rei de Castela que Portugal, embora pequeno em terreno, era grande na Fé e no heroísmo.

No norte da França, em 14 de Agosto de 1917, repetiu-se igual proeza. O inimigo de hoje – rindo-se da nossa pequenez ou pobreza – experimentou nesse dia o que somos, o que valem.

Todos os assaltos são de noite.

Nem um só soldado descansa, desde o anoitecer até que rompe a madrugada. De ouvido à escuta, os soldados não se mexem, não fazem o menor ruído. Não sei o que se sente. O que é certo é que, passar uma noite nas trincheiras, não é o mesmo que *dar vivas à guerra e ficar em casa*. Ao romper da manhã, o nosso soldado descansa um pouco nos abrigos, para onde entra quase de rastos.

Eram tantos os boatos que corriam sobre o que se passara na madrugada de 14 de Agosto, que eu queria ir abraçar e felicitar, no local onde alcançara mais uma vitória para o exército português, o alferes Cidade. Eis o que me contou *o nosso Alferes Cidade* – como lhe chamam os seus soldados:

“V. sabe que pela manhã os nossos soldados descansam um pouco das fadigas e tensão nervosa da noite e conhece o pequeno saliente que a nossa trincheira tem no local... Pois bem, alguns dos nossos soldados já estavam nos abrigos e eu preparava-me para fazer o relatório do que houvera durante a noite, pois como sabe, temos de fazer relatórios de tudo, quando sinto grande barulho fora do meu abrigo e vejo retirarem desordenadamente os soldados. Salto para fora e ouço os soldados: *Os boches! Os boches!* Não sei o que se passou em mim, porque eu...

(...) Oponho-me à retirada, grito, gesticulo, pego numa arma e brado: *Prá frente!* E os soldados obedecem-me. Quantos tinha? Seis ou oito? Não importa. Avanço e instalo-me no saliente. Os inimigos recuam, mas levam prisioneiros. Soldados! Fogo sobre eles! Ah! Marotos que não acertam as pontarias! Sangue frio, que a vitória é nossa! Fogo! Fogo! Nos abrigos há gemidos de moribundos, os alemães atiravam para dentro

dos abrigos com granadas e os nossos soldados ali morriam sem combater. Os alemães foram por fim repelidos.

É dia claro. Os alemães atravessam *o terreno de ninguém* e levam alguns soldados nossos, mas não é possível libertá-los pois vão muito longe. Vejo saltar as trincheiras um alemão alto e espadaúdo. Corro sobre ele e brado-lhe que está prisioneiro! Como um gamo, o alemão salta, corre e não o alcanço. Ordeno a dois soldados que o cerquem, que atirem e o alemão é feito prisioneiro. Interrogo-o e ele diz-me que era um atleta e mostra os músculos, fazendo movimentos com os braços”.

Assim me contou o que se passara o meu querido amigo alferes Cidade. Muitas outras coisas ele me contou naquela tarde de Agosto, encostado ao parapeito de uma trincheira, que os leitores de *O Mensageiro* saberão.

Novamente abraço o alferes Cidade. Fala-me sempre com saudades de Leiria e, creio bem, esta cidade retribui-lhe a amizade que ele lhe consagra.

Os alemães tiveram nesse dia um capitão e um soldado mortos e um soldado prisioneiro, e nós tivemos 14 soldados mortos e alguns prisioneiros.

Padre José Ferreira de Lacerda
Alferes capelão-militar
Director de *O MENSAGEIRO*

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 11 de Outubro de 1917, nº 157, p.1

Texto 26

NOTAS E FACTOS

Nas trincheiras: scena comovente. O respeito perante a morte. Os nossos soldados.

20-9-917

Meu caro amigo

Nem sei por onde deva começar. Como nas suas cartas me pede que lhe narre o que por aqui se passa, eu vou contar-lhe um facto ocorrido no dia cinco do corrente.

De noite, uma patrulha, composta de soldados do 23, saíra em reconhecimento do *terreno de ninguém*. Infelizmente não voltaram todos quantos tinham ido. Um dos valorosos soldados que compunham essa patrulha lá ficou atravessado por uma bala alemã. Ao proceder-se à contagem, reconheceu-se a sua falta, não sendo possível ir procurar o cadáver que, dentro em pouco, a luz do dia veio indicar onde se encontrava.

Os maqueiros desejavam ir buscá-lo, mas, cabeça que saia fora das trincheiras, é atravessada por uma bala, como a prática tem demonstrado. Entre os maqueiros e soldados permanece o desejo de ir arrancar às moscas, aos vermes, aos ratos e à chuva o cadáver. Mas como? Um cabo apresenta e põe em prática este alvitre.

No braço coloca um braçal branco com uma cruz vermelha e, enchendo-se de coragem, salta para cima da trincheira. Do lado da trincheira alemã não sai um tiro. Porquê? Ignora-se. Cilada? Assentimento ao acto que os nossos maqueiros iriam praticar? Não haveria alemães na linha? Tudo isto os nossos soldados conjecturam, mas não desanimam. O cabo pede uma maca e coloca-a bem visível no alto da trincheira e a seu lado um soldado. Do lado do inimigo, o mesmo silêncio, o mesmo mistério!

Cheios de ânimo, o cabo e soldado descem da trincheira, atravessam o arame farpado e vão recolher na maca o cadáver do seu camarada. Neste momento surgem na trincheira alemã um oficial e vários soldados. Perfilam-se, fazem a continência ao morto, na ocasião em que os nossos maqueiros estendem o cadáver na maca e até ao momento em que o mesmo desaparece nas nossas trincheiras. Durante a condução não há uma palavra, há respeito! Há estupefacção! Desaparecido o cadáver, ouvem-se nas trincheiras alemãs estas palavras:

- *Guerre non bonne!*

Os nossos soldados responderam com igual exclamação.

À noite, nas nossas trincheiras, caíam morteiros de todas as qualidades e nas linhas alemãs choviam granadas de 7,5 e obuses de vários calibres. O respeito pelos mortos acabara, continuando a matarem-se uns aos outros os soldados.

Padre José Ferreira de Lacerda

Alferes capelão-militar

Director de *O MENSAGEIRO*

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 18 de Outubro de 1917, nº 158, p.2

Texto 27

EM CAMPANHA

E' tão curiosa a carta que a seguir inserimos, mostrando-nos uma das modalidades dos nossos soldados e campanha, que não podemos resistir a transcreve-la, consignando aqui á pessoa a quem foi dirigida, os nossos sinceros agradecimentos por no-la conceder.

Nada perdem os leitores destas humildes crônicas com esta publicação. Fugimos sempre de narrar os actos do culto, praticados pelos nossos soldados, receiando que possam ser postas em duvida as nossas narrações. A carta que inserimos é a expressão da verdade. Por ela se vê como os nossos soldados oram nas horas vagas dos combates e como êles se preparam para a lucta com os socorros da Religião.

Segue a carta:

França, 15 de Outubro de 1917.

Minha estimada e saudosa Madrinha:

Entre regosijos, venturas e mil felicidades encontre V. xa em companhia de sua Exma. Família que eu ao fazer d'esta nada tenho que lastimar felizmente. Minha boa madrinha tem constado aqui que apoz a nossa partida para França, se tem efectuado em todos os templos d'essa terra préces em favor dos soldados portuguezes, e pela victoria das armas portuguezas. Isto enche-nos de jubilo, porque enquanto nós aqui estamos empunhando as armas, dispostos a cumprir o dever sagrado na defeza da Pátria, centenas de almas piedosas imploram a Deus a nossa protecção... Pois aqui, minha madrinha, os sentimentos religiosos, ainda não estão esquecidos pelos nossos soldados.

Todos os Domingos, assim como os mais dias da semana os nossos capellães celebram o Santo Sacrificio da Missa, assim como de tarde a devoção á Virgem Nossa Senhora da Victoria, seguida d'alguns hinos que os nossos soldados cantam em portuguez. Todos os soldados têm assistido em grande numero a estes actos religiosos, tendo merecido os mais altos elogios da parte dos francezes, e tambem dos nossos capellães. Ainda agora, ha bem pouco tempo, tendo eu estado numa Igreja, ouvindo Missa, mais de seis centos receberam a Sagrada Comunhão, cumprindo assim o seu dever de verdadeiros católicos portuguezes; fico deveras maravilhado com a assistencia dos meus camaradas a estes actos implorando a protecção da Virgem, para batermos o

inimigo, e fazer com que brevemente regressemos ao convívio das nossas famílias, cobertos com os louros da Victoria e conscientes d'um dever cumprido.

Termino, minha bôa madrinha, não me fazendo mais maçador. D'este ser afilhado que a vida lhe deseja a V. Exa.

Deus guarde a V. Exa., cumprimentos a sua Exma. Mãe.

Seu afilhado

António Monteiro

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 1 de Novembro de 1917, n° 160, p.1

Texto 28

EM CAMPANHA

Meu caro amigo

Os soldados afirmam nas cartas que irão passar o Natal com suas famílias. Eu afirmo precisamente o contrário. Não irão. O avanço dos alemães na Rússia, a queda de Riga, a fuga desordenada dos soldados do Grande Império e o avanço dos impérios centrais na Itália vem alentar a Alemanha que, no caso da possibilidade duma conferência de paz, exigirá, no actual momento, compensações que não exigia há dois meses. A Grande Guerra não se liquidará nos campos de batalha. Isto, que todos sabem, só é ignorado pelos jornalistas que, a soldo da maçonaria, proclamam a cada passo fraquezas, revoluções, fomes e quejandas coisas para *épater le bourgeois*.

Um dos meios de finalizar a guerra era obrigar todos os jornalistas que descrevem combates, de que tiveram conhecimento a cem ou duzentas léguas de distância, a irem colher informações erradas, que dão aos seus leitores, no local dos acontecimentos. Ao lerem as *patranhas e aventuras* de certos correspondentes de jornais no “front”, os nossos soldados riem-se e, não poucas vezes, têm mandado desmentidos que, ou não chegam às redacções ou estas propositadamente os ocultam. Se todos os jornalistas fossem obrigados a pernoitar uma noite nas trincheiras, escrevendo as suas crónicas à luz dos foguetões luminosos, sentindo rebentar junto deles os morteiros de trincheiras, as granadas, os obuses, experimentando a sensação de uma chuva de balas, ao mesmo tempo que se ouvem as risadas das metralhadoras, eles deixariam de elogiar a guerra, de impingir patranhas ao público ignaro destas coisas. Mas não, os jornalistas, os que fazem opinião, se vão à primeira linha, vão lá uma vez por diletantismo, tendo o cicerone o cuidado de escolher certas horas em que a prática tem demonstrado haver sossego. Eu queria ver esses jornalistas na primeira linha, quando do ataque ao 22 na noite de Santo António, do ataque ao 7, na noite de seis de Julho, ao 35, na noite de 14 de Agosto e, ultimamente, ao 29. Eu queria que esses jornalistas experimentassem o que isso é. Depois, dando-se-lhes liberdade de escrever o que desejassem, se lhes dissesse ao mesmo tempo:

“Têm um mês de permissão, acabada esta, voltarão para a primeira linha”.

Querem acreditar que esses jornalistas mudavam das mirabolantes descrições para a realidade dos factos? Se nos fosse possível experimentar! Há coisas que causam náuseas aos que estão no “front”. Eu conto uma dessas, entre muitas:

Certo oficial *pregou a guerra*: que era necessário, útil e conveniente ir para a guerra. Não se ofereceu, é certo, mas tocando-lhe a vez de ir, foi. Lá – lá, é claro, na França, que é muito grande – lá estive, até que o seu batalhão recebeu ordem de marchar para um acto preparatório de ir para as linhas. Ao ter conhecimento disto, perdeu o apetite, adoeceu gravemente e... foi isento! Isto é natural e lógico nos pregadores da guerra. Regressando a Portugal, faz-se entrevistar por um jornalista e ele que nunca esteve nas linhas, que não sabe o que isso é, que nem tão pouco chegou a pôr na cara uma máscara anti-gaz, tem o arrojo de vir dizer que os inimigos estão fracos, que a paz se não deve fazer, etc., etc.! É típico, mas não é único. O que vale é que o sentimento patriótico é inato nos nossos soldados e, ao verem certos factos, troçam de quem os pratica e não lhes seguem o exemplo.

Querem outro facto? Ele aí vai e, para melhor, passou-se no nosso 7. Nomes não os dou, por enquanto. Serviço ou curiosidade, para o caso não importa, levaram certo alferes... ao abrigo de um oficial. Amável, como são todos os oficiais, ofereceu à visita chá, cerveja, e empregou todos os esforços para o reter até certa hora em que os *boches* lhes dá na gana atirar para as nossas trincheiras os seus *donativos*, mostrando a sua generosidade, aliada à proverbial amabilidade. Não se enganou. A essa hora, embora longe, começaram a chover granadas e a visita pretexta afazeres, compromissos de horas, etc. para se retirar. *Retirar não é fugir*, já o dissemos muita vez!

Faz-se verde, amarelo, branco, de mil cores a visita, até que o oficial, vendo o que se passava, a dispensou, nunca mais sendo visto nas trincheiras.

São assim os... jornalistas. Dizem coisas lindas, de longe.

Padre José Ferreira de Lacerda

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 8 de Novembro de 1917, nº 161, p.1

Texto 29

EM CAMPANHA

Meu amigo

Pergunta-me como são tratados os feridos e eu não devo deixar de satisfazer a sua curiosidade. A pior arma, a que causa mais mortes e ferimentos é o *morteiro de trincheira*. Os nossos soldados batisaram essa arme terrível com vários nomes – *meninas sem braços, adelaides, porcos gordos, etc.*

A guerra actual é quasi uma guerra de sitio e por isso estão em vigor as armas que longos séculos obrigaram a ir para os museus. Os descobridores da Índia e os guerreiros da cidade média usavam couraças, armaduras protectoras, painéis de pólvora, traquetes, morteiros, azeite fervente, etc. Pois agora os sábios na arte de matar foram a êsses museus buscar todas essas armaduras e dotaram com elas os nossos soldados; não satisfeitos com isso os ingleses foram mais longe ainda e inventaram os *tanks*, imitação das *catapultas* dos romanos. Veja o meu amigo êste progresso de caranguejo. Mas se isto é assim na sciencia da morte, a sciencia oposta não lhe fica atraz e por cada arma que aparece, os sábios procuram logo a forma de a inutilisar.

Apareceram aeroplanos, gases, morteiros, estilhaços, etc? Pois o antídoto contra êstes venenos são os canhões anti-aerios, mascaras, capuzes, chapéus de ferro, buracos a 5 metros de profundidade, casas de sacos de terra e quando tudo isto não é suficiente há *retirada a tempo*, que nunca foi uma fuga. Os soldados portugêses ainda não empregaram êste ultimo antídoto, e posso afirmá-lo nunca o empregarão.

Mas vamos ao assunto. Ferido na primeira linha, o ferido é conduzido ás costas de qualquer companheiro ou em maca para o posto de socorros do batalhão, que fica a 1 ou 2 quilómetros da primeira linha. Já nesta o ferido, caso tenha grande perda de sangue, é socorrido pelo maqueiro ou o companheiro que o véda com o auxílio do penso individual ou doutros pensos. Entrando no *posto de socorros* o ferido é logo injectado com sôro anti-tetanico e lavando-se as feridas e procedendo-se ao reconhecimento e gravidade dos ferimentos, os feridos são pensados e tratados de forma que sem perigo possam ser conduzidos em macas rodadas – macas sobrepostas em rodas de biciclete e conduzidas por dois soldados – até um sitio mais afastado onde um automovel com cobertura branca e uma cruz vermelha recebe esta maca ou macas – pode levar 4 feridos

em maca, ou 8 sentados – e pondo-se logo em marcha os conduz para a *Ambulância* que pode ser recolhido imediatamente ao receber o ferimento, entra na ambulância o mais tardar uma hora depois. Ha casos de maior demora, mas são raros e consequência de ataques violentos estando impedidas as trincheiras de comunicação, de sorte que atravessá-las com os feridos era sujeitar êstes e os maqueiros a morte certa.

Ao principio os nossos feridos era conduzidos para ambulâncias inglesas, mas agora é tudo português e bem português. Só temos que invejar os ingleses as suas *libras*, os seus *schelings*, mais nada. O tratamento que os nossos soldados recebiam das enfermeiras inglesas não podia ser mais carinhoso. Quantas e quantas vezes elas me não perguntaram a significação de palavras portuguesas para poderem compreender os desejos dos nossos feridos! Eram mais do que irmãs. Eram mães. Agora são soldados portugueses que tratam os seus camaradas. Vamos visitar uma ambulância. Não aça caso dos gritos que ouve ali, nem do cheiro dêstes medicamentos. Entre. Vamos falar com êstes que ainda não foram pensados.

Padre José Ferreira de Lacerda

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 15 de Novembro de 1917, nº 162, p.1

Texto 30

EM CAMPANHA

A carta que a seguir publicamos do nosso querido amigo, o distinto oficial Ernani Cidade, vem desfazer um equívoco publicado numa das nossas crônicas. Sentimos até alegria na publicação desse equívoco, só pelo prazer, que temos, em publicar n' *O Mensageiro* uma carta do distinto professor e valoroso oficial.

Ernani Cidade, de todas as vezes que falámos, tinha sempre para a Cidade de Leiria e para os seus habitantes palavras de amizade e carinho que me captivavam. Certo estava eu de que a cidade lhe retribuía essa amizade.

Como os prezados leitores destas humildes crônicas vão ver, o heroico oficial mal fala dêle para mostrar o valor dos seus soldados, que é o da raça portuguesa.

A Ernani Cidade tributamos o nosso respeito, a nossa admiração a nossa amizade.

Padre Lacerda

França, 21-10-917

Pe. Lacerda, meu querido amigo:

Que pena V. não me dizer da marota intenção de me falar em nome e feitos no seu jornal, a quando da nossa conversa nas trincheiras!

A primeira coisa que eu lhe teria pedido, seria que não me falasse do caso de 14 de Agosto, pois já a essa altura a parlapatice da imprensa e a inconfidência, já castigada, dos amigos, me tenha arranhado suficientemente os nervos. E o segundo pedido seria o de, caso não podesse dominar a fatalidade da sua decidida vocação de jornalista, sujeitar a crônica a indicações que eu por escrito lhe havia de dar, com vista a desviar-lhe a memória de maus caminhos e descuidos de difícil remédio.

Positivamente, meu amigo, nenhum de nós se encontrava, nessa tarde, junto ao ponto de observação de artilharia, em boas condições para preparar a história. V. tinha ouvido a muita gente as narrativas desvairadas da sarrafusca. E fôsse qual fôsse a

reacção do seu espírito inteligente, uma ou outra afirmação suficientemente se repetiria, a ponto de triunfar, na sua sub-consciência desprevenida, contra palavras que eu dissesse à pressa, sem bem as precisar e salientar, no descuido duma conversa sem responsabilidades. Quanto a mim, falava na atitude menos professoral dêste mundo, como em geral se usa, como se o interlocutor já conhecesse o assunto e a mim apenas cumprisse dar-lhe retoques complementares – e assim omitindo muita circunstância e incidente que era preciso pôr em relêvo, fortalecer, para poder triunfar de possíveis germes que os boatos, à *votre insu*, lá lhe tivessem depositado, nos escaninhos do cérebro.

O caso é, sem mais demorar explicações, que a crónica não saiu bem, contra a sua e a minha vontade. E porque ha uma afirmação básica, essencialissima, que vem contra o que eu *viva voce* já tinha assegurado e, por escrito, numa carta minha que pessoa amiga, magoando-me sem querer, me publicou n' *O Seculo*, igualmente tinha dito, eu não posso deixar passar, sem lhe pedir que o corrija, o seu artigo, aliás amavel a tantos titulos e escrito na melhor das intenções de dizer a verdade. Refiro-me à inexactidão de que os homens dormiam nos abrigos e eu no meu fazia os relatorios, à altura do alarme.

Bem ao contrario, porque era a hora do «a postos», os homens estavam todos *a postos* e eu passava a revista da manha, encontrando-me, não quando se gritou o alarme, mas quando rebentou êsse bombarde a que o meu amigo se referiu e foi entretanto o maior que aqui se tem feito, na extrema esquerda da Companhia, distante uns 200 metros da brecha por onde *êles* entraram.

Mas eu julgo saber o motivo da sua inexactidão; no seu espírito, como no de muita gente, levantou-se a seguinte questão:

«Mas como não foram sentidos os alemães antes de chegarem ás trincheiras e puderam assim tirar um certo partido do fulminante do ataque?»

E a esta pergunta, pela necessidade da razão de ordem, dos motivos explicativos, mal recordando palavras a que eu não tinha dado relêvo, surge-lhe no espírito a explicação que, á força de repetida, subrepticamente e inconscientemente se lhe tinha lá insinuado: «porque os homens estavam já a dormir».

Entanto, a explicação do caso é apenas a que resulta do conhecimento do sub sector, onde havia então e ao tempo do *raid* ao 7 já não existia, uma brecha de cento e tal metros de trincheira desmantelada e desocupada já em tempo dos ingleses, poupada nesse dia pela brutalidade do bombardeamento para facilidade da manobra boche. Era

perto dela que êles já estavam quando a trovoada rebentava, por ela entraram imediatamente, bifurcando para a direita, para outra companhia, uns, os vitoriosos, os que tiraram algum partido do número, da surpresa e do bombardeiro; para a esquerda, para o meu pelotão, outros, os vencidos, aqueles que os meus homens, por que me obedeceram e foram bravos, conseguiram dispersar, aprisionando um, ferindo outro e matando dois.

Quanto ao número de baixas alemãs, tiveram 2 mortos, um dos quais oficial, 4 prisioneiros, 3 dos quais feridos. Isto, o que se pode autenticar. Porque dos que, embora feridos conseguiram escapar, não podem os relatórios falar.

Isto o essencial. Aquilo que eu lhe peço faça saber aos seus leitores, em rectificação do que descuidadamente me atribuiu na sua crónica. Uma ou outra pequenina inexactidão referente à minha acção pessoal, inevitavel desde que tudo isso foi confiado à memoria, e mesmo sem importancia, passo a em claro, mas esta rectificação, o meu querido amigo, que conhece destas coisas, porque anda metido na trágica sarabanda, não lhe desconhece o capital relêvo. Trata-se do meu Batalhão, dos meus homens, e sobretudo – da Verdade.

De resto, meu querido Padre Lacerda, o seu artigo comoveu-me, tão penhoramente é de sincera estima. V. exalta-me com o olhar transfigurador dos amigos, e fá-lo deante de Leiria, cuja consideração e simpatia são o meu contentamento e o meu orgulho. Obrigado por tudo. E a V. que por aqui anda por amor aos princípios, por estas terras de expiação onde, no geral, estão presos os patriotas que de todo em todo não podem *cavar*, (I) deixe que lhe dê um grande abraço de solidariedade e estima e admiração e reconhecimento.

Hernani Cidade

(I) **Cavar** – Termo empregado nas trincheiras e que quer dizer: retirar-se, fuga.

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 22 de Novembro de 1917, nº 163, p.1

Texto 31

EM CAMPANHA

Do nosso prezado coléga do Porto – *A Liberdade* o intemerato campeão da causa católica recortamos com a devida vénia a presente carta dum soldado, que está no «front». E’ a expressão da verdade. Nas trincheiras não ha respeitos humanos e assim vemos nos actos do culto oficiais e soldados que numa prece comum, levantam ao céu os corações pedindo ao Deus dos Exércitos a vitória para as nossas armas: Eis a carta:

França, 21-9 917

«Ex.mo Sr. Abade: - A religião, não só entre os nossos homens, mas mesmo nos exércitos estrangeiros, tem um papel importante nesta guerra. Todo o soldado do forte e valoroso exército britânico é obrigado ao domingo, tem uma hora para isso determinada, a assistir aos actos religiosos. Claro está, como as religiões são muitas, cada um se dirige para a sua, e ai daquele que não cumprir á risca esta ordem. No nosso exército o culto é livre, não somos por isso obrigados, mas também não é preciso; no domingo ha sempre missa celebrada por capelães nossos e é com orgulho, faz mesmo chorar os mais descrentes a maneira como o nosso exército todo, sem distinção de graduações, assiste a ela, com que devoção estes homens imploram protecção aos Céus. No batalhão de que eu faço parte, o próprio comandante não se envergonhava de na ocasião da missa, empunhar um terço e tal e qual como um pai com seus filhos á volta, resá-lo em voz alta e ser correspondido por todos os seus soldados. Depois, á tarde, e quando a ocasião o permite, um camarada meu, que possui uma linda imagem de Nossa Senhora de Lourdes, coloca-a num altar improvisado em cima de caixões de conservas, tendo como castiçais garrafas com velas, e aí, ao ar livre, tudo se reúne em volta dele, e todos cantam á Viregem canções religiosas, dessas mais usuais aí. Depois, á noite, o espectáculo é mais comovedor ainda; depois do toque de silencio, e perdidos na penumbra da noite, veem-se aqui e além, aos grupos de vinte ou mais, a rezar o terço, um dita e os outros respondem, mas nada de galhofas, muitas vezes vulgares entre soldados, nada disso, rezam-no com a mesma devoção e o mesmo respeito como em suas casas com os filhos á volta. Que lindo é tudo isto, cada vez que eu presencio actos tão importantes e tão significativos, eu sinto-me pequeno á beira daqueles homens, a

quem a fé torna tamanhos, tão nobres e tão valentes. Parece que não se está em presença d'homens corrompidos pela devassidão do século XX, e sinto-me transportado ao tempo de Afonso Henriques, de Nuno Alvares e doutros mais, que agora me não ocorrem. Sempre que terminam qualquer oração, êles senem-se mais fortes para a luta, e a Fé na vitória leva-os a praticar actos de valor e verdadeiro heroísmo, alguns dos quais já aí teem sido publicados nos jornais. Outros tantos teem sido presenceados, mas ficam para um dia que eu o vá abraçar; e então nos com mais vagar relataremos tudo isto. Esse dia não sei se virá perto ou longe. Porém, a Fé na vitória final, aumenta cada vez mais, aguardamos anciosos que a nossa salvadora América com o seu exército monstro e invenções nunca vistas, entre na contenda: então a Alemanha será esmagada, não tardará muito que os malditos boches que bombardeiam cidades indefezas, e deitam por terra cathedrais, se rendam, a paz será feita, e nós então, radiantes de alegria e cobertos de vitória, iremos novamente para a Pátria querida, para esse céu azul de Portugal. Iremos abraçar as nossas mães, os nossos filhos e as nossas esposas, agradeceremos á Virgem e depois vivendo sempre com ele, nós viveremos satisfeitos e á vontade no meio de todos aqueles que nos são caros. Então depois, eu, muito pormeúdo, lhe exporei tudo quanto sei e porque passei. Por hoje mais nada, são horas de ir cumprir uma missão e mesmo tenho que deixar espaço para o sr. oficial censor assinar e assumir a responsabilidade do conteúdo desta. Despede-se com toda a consideração este seu amigo que lhe envia saudações, *Albertino Teixeira da Rocha faria.*»

«Em Campanha»; *O Mensageiro*, Leiria, 29 de Novembro de 1917, nº 164, p.1